



SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

lesee

pequena agricultura
em crise

o caso da colônia francesa
no rio grande do sul

Marinês Zandavalli Grando

pequena agricultura em crise: o caso da colônia francesa no rio grande do sul

1.1=40(816.5)"18"

54
3

PORTO ALEGRE, RS - N. 14 - ABRIL 1990

FEE - CEDOC

BIBLIOTECA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Pedro Simon

Governador

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

Telmo Borba Magadan

Secretário



FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Siegfried Emanuel Heuser

CONSELHO DE PLANEJAMENTO: **Presidenta:** Wrana Maria Panizzi. **Membros:** Hédio Henkin, Gervásio Rodrigo Neves, Manoel Luzardo de Almeida, Achyles Barcelos da Costa, Nery Santos Filho, Derbi Bordin.

CONSELHO CURADOR: Armando Carlos Hennig, Eliana Donatelli Del Mese, Darcy Braga Lages.

PRESIDENTA:

Wrana Maria Panizzi

DIRETOR TÉCNICO:

Rubens Soares de Lima

DIRETOR ADMINISTRATIVO:

Antonio Cesar Gargioni Nery

CENTRO DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Octavio A. C. Conceição

CENTRO DE CONTABILIDADE SOCIAL E INDICADORES

Adalberto Alves Maia Neto

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Marilene Brunel Ludwig

CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Nilson Henrique Elias

CENTRO DE EDITORAÇÃO

Elisabeth Kurtz Marques

CENTRO DE RECURSOS

Nóra Ângela Gundlach Kraemer

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO



FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Siegfried Emanuel Heuser

pequena agricultura em crise

**o caso da colônia francesa
no rio grande do sul**

Marinês Zandavalli Grando

PORTO ALEGRE, RS - N. 14 - ABRIL 1990

G754

Grando, Marinês Zandavalli

Pequena agricultura em crise: o caso da "Colônia Francesa" no Rio Grande do Sul/Marinês Zandavalli Grando. – Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1989. – 209p. – (Teses; 4).

1. Colonização francesa – Rio Grande do Sul – Século XIX.
2. Economia rural francesa – Rio Grande do Sul – Século XIX. I. Título. II. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. III. Série.

CDU 325.3=40(816.5)''18''

631.1=40(816.5)''18''

Bibliotecária Responsável: Yara Maria Centeno Teixeira
CRB-10/617

Tiragem: 600 exemplares

Toda a correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 – Porto Alegre – RS
CEP 90.010 – Fone: (0512) 25-9455

FEE-CEDOC
BIBLIOTECA
Reg.: 9615
Data 02.05.90

6431

Exe. 3

Para o Sr. Lino Emilio Ribes com toda a minha admiração e reconhecimento pelo seu trabalho dedicado à conservação da memória da Colônia Santo Antônio e para os demais agricultores de origem francesa dessa colônia, meus colaboradores especiais.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi possibilitada, apoiada e incentivada pela ação de várias instituições e pessoas. A elas devo meus agradecimentos. Dessa forma, expresso meu reconhecimento à Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, que me dispensou condições institucionais para realizar a tese, e o particularizo para as pessoas de seus ex-Presidentes Joal de Azambuja Rosa e Mario Baiocchi pela confiança que em mim depositaram. Estendo meu agradecimento à atual Presidenta Wrana Maria Panizzi, por ter viabilizado esta publicação. Devo acrescentar que foram de crucial importância os auxílios financeiros concedidos pela CAPES, pelo CNPq e pela FAPERGS. Manifesto meu agradecimento à honrosa acolhida que dispensou a mim e a meu projeto de trabalho o Professor Marcel Jollivet, Diretor do Centre de Recherches Sociologiques de l'Université de Paris X. Ao Professor Marcel Mazoyer devo profundo agradecimento por ter invariavelmente exercido sua orientação de forma lúcida, incansável e atenciosa, demonstrando firme compromisso com o conhecimento e consideração com sua orientanda.

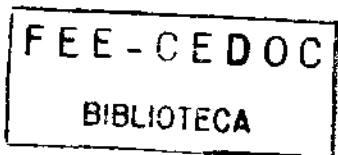
O Professor José Bonetti Pinto influenciou-me na escolha do objeto da pesquisa, prestou-me decisivo apoio na fase inicial do trabalho e manteve-se sempre interessado ao longo de sua realização; por essa presença constante, meu agradecimento especial.

Agradeço à Maria Cristina Passos, à Maria Lúcia Leitão de Carvalho, à Marli Marlene Mertz, à Naira Lima Lapis, à Olívia Cabral Connil e ao Paulo Roberto Magadan por terem sido leitores e interlocutores atenciosos; ao Enéas Costa de Souza, ao Cezar Augusto Busatto, à Cláudia Maria Rodrigues, ao José Vicente Tavares dos Santos, à Magda Zanoni, à Maria Alice Lahorgue, à Maria Jandira Cunha, à Moema Kray, ao Osvaldo Salgado, ao Paulo Motta, ao Roberto S. da C. Marcantonio, à Stefania Damboriena pelo apoio que, de diversas formas e quando se fez necessário, prontamente me deram. Agradeço, ainda, aos meus colegas da FEE Luiz Fernando Weiler e Sérgio Nunes Fagundes pela valiosa colaboração que me prestaram nas pesquisas de campo e à Yara Maria C. Teixeira pelo zeloso trabalho de normatização das referências bibliográficas. Manifesto minha especial gratidão ao amigo Luís Roberto Pecoits Targa, meu interlocutor de todas as horas, especialmente daquelas que se constituíram nos momentos mais difíceis do trabalho.

O apoio que recebi das pessoas acima referidas, ainda que profissional, geralmente teve também claro e forte caráter afetivo. Embora evidente, quero explicitar que isso foi extremamente importante para mim. Nesse sentido, cabe um destaque especial ao Orestes, que, compartilhando a vida comigo, me ajudou a dar aos problemas sua verdadeira dimensão e me animou não só para as tarefas, mas também para as alegrias cotidianas.

Tese apresentada junto à Université de Paris I (Phanthéon-Sorbonne) para a obtenção do Doctorat de Troisième Cycle, em 1987.

A banca foi constituída pelo Professor Moïses Ikonicoff, da Université de Paris I e do Centre National de Recherches Scientifiques (CNRS), que a presidiu, e pelos Professores Marc Dufumier, do Institut National Agronomique Paris-Grignon, e Marcel Mazoyer, do Institut National Agronomique Paris-Grignon e da Université Paris I, orientador desta tese.



SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS	10
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE GRÁFICOS	13
INTRODUÇÃO	15
PARTE I: O ESTADO DE CRISE NO QUAL SE ENCONTRA A COMUNIDADE DE ORIGEM FRANCESA DA COLÔNIA SANTO ANTÔNIO: UM CASO PARTICULAR NO CAMPESINATO DE PELOTAS?	21-55
INTRODUÇÃO	23
1 – ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE A REGIÃO	24
1.1 – O Município de Pelotas	24
1.2 – O meio físico	24
1.3 – A Colônia Santo Antônio	26
2 – A ATUAL SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA COMUNIDADE DE ORIGEM FRANCESA NA COLÔNIA SANTO ANTÔNIO	29
2.1 – A pesquisa de campo	29
2.2 – As primeiras impressões	30
2.3 – A terra: dimensão e modos de exploração	31
2.4 – O sistema de culturas	33
2.5 – Os meios de produção	35
2.6 – Outros indicadores	37
2.7 – As expectativas dos agricultores	38
2.8 – A comunidade de origem alemã: algumas comparações	39
3 – A SITUAÇÃO DA “COLÔNIA FRANCESA” EM RELAÇÃO AO MEIO E AOS RECURSOS DO CAMPESINATO DE PELOTAS	44
3.1 – O campesinato na produção agrícola do Município	44
3.2 – A simplificação do sistema de culturas	45
3.3 – Frutas e legumes: sistemas privilegiados	47
3.4 – O campesinato e a estrutura fundiária de Pelotas	49

3.5 – A questão do êxodo rural	50
3.6 – Dados sobre o trabalho e o capital do campesinato	51
CONCLUSÕES DA PARTE I	53
 PARTE II: RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA “COLÔNIA FRANCESA”: ORIGENS DO GRUPO E PROCESSO DE INTEGRAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA (1870-970) 57-97	
INTRODUÇÃO	59
1 – A COLÔNIA GOVERNAMENTAL QUE ORIGINOU A COMUNIDADE FRANCESA	60
1.1 – A política oficial de colonização e a imigração francesa	60
1.2 – As expectativas governamentais e as expectativas dos imigrantes	63
1.3 – As condições objetivas nas quais a colônia foi criada	64
2 – A FUNDAÇÃO DE UMA NOVA COLÔNIA EM UM SISTEMA PRIVA- DO DE COLONIZAÇÃO	68
2.1 – A formação do campesinato em Pelotas	68
2.2 – Os colonos face ao sistema privado de colonização	71
2.3 – As condições oferecidas para o desenvolvimento das colônias	74
2.4 – A colônia Santo Antônio fundada pelos franceses	80
2.5 – Os colonos franceses e a vitivinicultura	86
CONCLUSÕES DA PARTE II	94
 PARTE III: A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE CONSERVAS VEGETAIS E O PROCESSO DE EMPOBRECIMENTO DA “COLÔNIA FRANCESA”99-135	
INTRODUÇÃO	101
1 – A INDÚSTRIA DE CONSERVAS VEGETAIS: LEGADO ECONÔMICO DO CAMPESINATO À REGIÃO SUL	102
1.1 – Algumas informações preliminares	102
1.2 – As origens	103
1.3 – A fabricação artesanal de conservas de frutas e legumes	104
1.4 – Trajetória de uma das fábricas camponesas da Colônia Santo An- tônio (1930-70)	107

1.5 – De fábricas artesanais à agroindústria	111
1.6 – A participação do campesinato de Pelotas na produção nacional de pêssego	114
2 – A INDÚSTRIA DE CONSERVAS VEGETAIS E O CAMPESINATO PRODUTOR DE MATÉRIAS-PRIMAS FACE ÀS TRANSFORMAÇÕES EM CURSO NA AGRICULTURA BRASILEIRA	119
2.1 – Reflexões sobre a presente transformação agrícola	119
2.2 – As manifestações da transformação agrícola em Pelotas	122
2.3 – A vulnerabilidade dos camponeses: a questão dos preços pagos aos agricultores	127
3 – CONCLUSÕES DA PARTE III	132
CONCLUSÃO GERAL	137
BIBLIOGRAFIA	143
ANEXOS	159
1 – QUESTIONÁRIO	161
2 – TABELAS ESTATÍSTICAS	170
3 – DESCRIÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE ORIGINARAM A “CO- LÔNIA FRANCESA”	179
3.1 – A criação da Colônia São Feliciano	179
3.2 – O recrutamento dos colonos	181
3.3 – A implantação dos colonos	184
3.4 – As obrigações dos colonos	186
3.5 – A administração governamental	187
3.6 – As dificuldades para o desenvolvimento	190
3.7 – O abandono da Colônia São Feliciano	195
3.8 – Depoimento de um contemporâneo	196
3.9 – A mudança para Pelotas	200
4 – TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS	202
4.1 – Cartas dos colonos ao Governo Provincial	202
4.2 – Os fundadores da Colônia Santo Antônio	203
4.3 – Petição solicitando cedência de terras	204
4.4 – Colônias existentes em Pelotas, em 1900	206
4.5 – Petição de isenção de impostos	209

LISTA DE MAPAS

PARTE I

CAPÍTULO 1

Mapa 1 – Colônia Santo Antônio (Pelotas)	27
--	----

PARTE II

CAPÍTULO 2

Mapa 1 – Município de Pelotas – 1911	75
--	----

PARTE III

CAPÍTULO 1

Mapa 1 – Região onde se concentra a cultura do pêssego no Rio Grande do Sul	116
Mapa 2 – Regiões onde se concentra a cultura do pêssego no Município de Pelotas	116

ANEXOS

ANEXO 3

Mapa 3.1 – Colônia São Feliciano	180
--	-----

LISTA DE TABELAS

PARTE II

CAPÍTULO 2

Tabela 1 – Área plantada e produção de uvas em Pelotas e no Rio Grande do Sul – 1940-1980	92
---	----

PARTE III

CAPÍTULO 2

Tabela 1 – Média dos preços recebidos pelos produtores de pêssego de Pelotas – safras 1967/68-1984/85	129
Tabela 2 – Relação entre os custos da produção e os preços recebidos pelos produtores de pêssego de Pelotas – safras 1974/75, 1978/79-1979/80, 1981/82-1985/86	130

ANEXOS

ANEXO 2

Tabela 2.1 – Distribuição, segundo a utilização das terras, da área de Pelotas – 1920-1980	170
Tabela 2.2 – Evolução da estrutura fundiária, por estratos de área, em Pelotas – 1920-1980	171
Tabela 2.3 – Número de estabelecimentos e área, por condição legal das terras, em Pelotas – 1950-1980	173
Tabela 2.4 – População urbana, rural e total de Pelotas – 1920-1980	175
Tabela 2.5 – Taxa de crescimento da população urbana e rural de Pelotas – 1920-80	175
Tabela 2.6 – Participação percentual da mão-de-obra familiar no total de pessoas ocupadas nas explorações agrícolas, em Pelotas e no Rio Grande do Sul – 1940-1980	175
Tabela 2.7 – Número de tratores e arados nos estabelecimentos agrícolas, em Pelotas e no Rio Grande do Sul – 1920-1980	176
Tabela 2.8 – Número de veículos de tração animal e de tração mecânica usados nos estabelecimentos agrícolas, em Pelotas e no Rio Grande do Sul – 1940-1980	176

Tabela 2.9	– Utilização de fertilizantes nos estabelecimentos agrícolas, em Pelotas e no Rio Grande do Sul – 1960-1980	176
Tabela 2.10	– Área colhida e quantidade produzida de pêssego no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Pelotas – 1950-84	177
Tabela 2.11	– Participação percentual do Rio Grande do Sul, segundo a área cultivada e a quantidade produzida, na produção de pêssego nacional – 1960-1982	178
Tabela 2.12	– Participação percentual de Pelotas, segundo a área cultivada e a quantidade produzida, na produção de pêssego nacional – 1970-82	178

ANEXO 3

Tabela 3.1	– Superfície ocupada pelas Colônias Santo Ângelo, Monte Alverne, Nova Petrópolis e São Feliciano, por área cultivada ou não e lotes agrícolas, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1879	191
Tabela 3.2	– Produção agrícola das Colônias Santo Ângelo, Nova Petrópolis, Monte Alverne e São Feliciano na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1878	191
Tabela 3.3	– Exportação agrícola das Colônias Santo Ângelo, Nova Petrópolis, Monte Alverne e São Feliciano da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1878	192
Tabela 3.4	– População das Colônias Santo Ângelo, Nova Petrópolis, Monte Alverne e São Feliciano, de acordo com o país de origem, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1879	195

ANEXO 4

Tabela 4.1	– Colônias municipais – ano 1900	206
Tabela 4.2	– Colônias municipais – ano 1900	208

LISTA DE GRÁFICOS

PARTE III

CAPÍTULO 1

Gráfico 1 – Produção de compotas de pêssego da empresa Quinta Pastorello – 1930-1980	109
Gráfico 2 – Média anual de jornadas de trabalho dos empregados na empresa Quinta Pastorello – 1930-1980	110

INTRODUÇÃO

Este estudo refere-se a uma pequena comunidade de camponeses franceses e seus descendentes formada no Brasil meridional, conhecida como "Colônia Francesa".

Gostaríamos de iniciar sua apresentação com algumas considerações sobre a motivação que tivemos para empreendê-lo.

Primeiramente, é preciso assinalar que foi o Professor José Bonetti Pinto, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que nos falou, em 1980, da existência de uma colônia de agricultores de origem francesa no sul — a Colônia Santo Antônio — na ocasião em que essa comunidade estava em vésperas de comemorar um século de fundação.

Tendo a oportunidade de participar dos festejos do centenário da Colônia Santo Antônio, ouvimos a história da implantação dos imigrantes franceses contada pelos seus descendentes, que ainda guardavam, cuidadosamente, uma série de objetos trazidos da França pelos seus antepassados quando da imigração, assim como guardavam documentos, agendas, depoimentos escritos sobre a fundação da colônia. Forneciam-nos, então, um conjunto de informações que sugeriam a possibilidade de resgatar a história do grupo.

Ainda de acordo com as lembranças dos agricultores, soubemos que a Colônia Santo Antônio havia alcançado, no passado, um desenvolvimento que a situava entre as mais prósperas economias camponesas da Região Sul, integrada ao mercado através de um sistema de cultivo relativamente especializado. Enquanto a produção mercantilizada das colônias formadas no Rio Grande do Sul se constituía de produtos alimentares de primeira necessidade, curiosamente, na "Colônia Francesa" isso não ocorria. Para a comercialização, esses colonos privilegiaram a alfafa, numa primeira etapa de produção; posteriormente, voltaram-se para a fruticultura — especialmente a uva e o pêssego — e ao cultivo de legumes. Essa produção era transformada nas fábricas artesanais introduzidas na colônia pelos camponeses franceses.

Porém, contrastando com o que ouvíamos, tudo o que podíamos observar na ocasião eram evidentes sinais de uma economia camponesa arruinada. Essa seria mais uma entre tantas colônias em decomposição no Rio Grande do Sul, se não tivesse a particularidade de haver deixado um le-

gado econômico para a Região Sul do Brasil: a Colônia Santo Antônio encontra-se na origem do que consiste hoje na maior região brasileira produtora de pêssegos, e suas fábricas rurais abriram o caminho para uma indústria tornada essencialmente urbana e que vem a ser a maior concentração industrial de conservas vegetais do País.

A perspectiva de poder contar com a memória dos camponeses mais velhos da colônia e o fato de o grupo ser proporcionalmente pequeno em relação aos outros contingentes de imigrantes que formaram inúmeras comunidades camponesas no Rio Grande do Sul levaram-nos a apostar na viabilidade de empreendermos o estudo desse movimento econômico vivido por quatro gerações de camponeses ao longo de um século.

Após nos certificarmos de que havia informações, ainda que mínimas, registradas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul sobre os imigrantes que formaram o único núcleo agrícola de origem francesa no Sul do Brasil e depois de sabermos que havia a possibilidade de encontrarmos nos arquivos e nos antigos jornais locais e regionais as informações que possibilitariam documentar e reconstituir, com certo nível de coerência e unidade, as histórias fragmentadas ouvidas dos descendentes dos imigrantes, demos início ao trabalho em janeiro de 1983. Estávamos convencidos de que o núcleo se constituía numa amostra privilegiada para a análise de um processo concreto de transformação do campesinato, formado, nesse caso, a partir da política de colonização implementada pelo Governo Imperial, para instituir a pequena propriedade no Brasil Meridional.

No decorrer do trabalho, porém, fomos deparando-nos com dificuldades não previstas para a obtenção de informações precisas e diretas sobre o passado de uma coletividade tão pequena, circunstâncias que nos obrigaram ao uso de fontes por vezes precárias ou de dados relativos a um universo maior do que desejávamos.

O estudo remonta ao século XIX, final da monarquia, quando o País se achava dividido em províncias administradas por presidentes nomeados diretamente pelo Imperador D. Pedro II. Aquela situada no extremo sul, chamada Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (depois de 1891, Estado do Rio Grande do Sul, pois o Brasil passou a ser uma República Federativa), foi a escolhida para a prática de uma política de colonização européia não portuguesa. Os franceses que deram origem à colônia de Santo Antônio, chegaram entre 1874 e 1876, atraídos pela propaganda de imigração sustentada pelo Brasil na Europa, e passaram pela experiência anterior de formarem uma colônia sob a responsabilidade do Governo.

A Colônia Santo Antônio é a única fundada por imigrantes franceses no Rio Grande do Sul. Está localizada no Município de Pelotas, o qual, por sua vez, faz parte da área geográfica denominada Serra do Sudeste, uma das primeiras regiões do sul a ser ocupada pelos portugueses ao lon-

go do século XVIII. Essa ocupação deu-se em razão da acessibilidade, tipo de solo adequado à lavoura, mas, principalmente, devido aos campos próprios ao pastoreio (Rambo, 1958). Uma das mais antigas sociedades do Rio Grande do Sul, dotada de forte tradição lusitana, Pelotas veio a ser o centro de uma aristocracia, rica classe de senhores de escravos, constituída pelos grandes criadores de gado — os estancieiros — e pelos produtores da carne salgada em mantas — os charqueadores. Esse produto (o charque) foi, durante o século XVIII e parte do século XIX, o maior suporte da economia do Sul do Brasil, produzido com a utilização da mão-de-obra escrava e exportado a outras regiões do País para a alimentação dos escravos e populações de baixas rendas.

O território do Município de Pelotas compreende duas regiões nitidamente distintas: a região sudeste, completamente plana, e a região noroeste, alta e montanhosa (EXPLANAÇÃO..., 1940, Pimentel, 1940). A região baixa e plana predomina e é formada por extensas campinas ao longo da Lagoa dos Patos e do curso do canal de São Gonçalo, para onde convergem todas as águas do Município. A vegetação própria para a criação de gado caracteriza essa zona de grandes propriedades, isto é, de estâncias. À medida que avança para o norte, o terreno torna-se ondulado e vai elevando-se: é a Serra de Tapes (parte do sistema formado pela Serra do Sudeste), que toma várias denominações locais, e cuja altitude máxima é inferior a 400 metros. Ali, numa área total de aproximadamente 43.000ha, se localizam as pequenas propriedades.

Essa constituição física do Município de Pelotas facilitou a formação, lado a lado, de duas sociedades rurais de origens étnicas diferentes.

Os abastados proprietários (estancieiros) luso-brasileiros, donos das grandes extensões de terras, do gado e da mão-de-obra escrava, tinham suas bases econômicas assentadas na produção de charque. A opulência em que viviam os estancieiros havia propiciado que a cidade de Pelotas se convertesse no centro intelectual do Rio Grande do Sul e, como tal, se tornasse a pioneira em empreendimentos culturais e científicos. Nela foi fundada a primeira Escola de Agronomia do Brasil (1888), para responder às preocupações vigentes na época com a precariedade das técnicas agrárias e a falta de conhecimentos agrônômicos básicos. Foi essa classe de estancieiros que criou a primeira associação rural e organizou a primeira exposição pecuária do Estado (1898), e, entre as outras numerosas atividades em que Pelotas se antecipou no sentido de desenvolver o conhecimento agrícola, destaca-se a criação da Revista Agrícola do Rio Grande do Sul (1899), a primeira revista de agricultura científica no Estado (Pimentel, 1940). As grandes propriedades de criação extensiva de gado transformaram-se a partir dos anos 20 e tornaram-se, também, grandes explorações agrícolas, das mais capitalizadas do País, pioneiras no uso de tecnologia moderna.

Quando as charqueadas entraram em fluxo decrescente de produção, em meados do século XVIII, a imigração de agricultores europeus tornou-se uma esperança de renovação econômica para o Sul. Conforme salientou Cardoso, "(...) pretendia-se inaugurar um novo padrão de produção e novas formas de propriedade com novos tipos de relações da produção" (1977, p. 194). No bojo desse processo, o campesinato foi introduzido na região montanhosa do Município de Pelotas. Da classe dos estancieiros e dos charqueadores saíram elementos que, vendo nesse processo de colonização uma nova fonte de enriquecimento, sustentaram um movimento de especulação fundiária: apossavam-se das terras de mata contíguas às suas propriedades e transformavam-nas em colônias a serem vendidas aos imigrantes, retendo para si, todavia, as terras planas. O sistema de colonização privada juntou-se, assim, à colonização oficial.

O campesinato, que resultou desse sistema de colonização privada, compõe-se essencialmente, de teuto-brasileiros, ítalo-brasileiros e franco-brasileiros, os quais se mantiveram isolados da antiga sociedade rural, a dos senhores de escravos e dos grandes proprietários fundiários. Nessas pequenas propriedades, eles desenvolveram a policultura associada à pecuária, orientada para as necessidades familiares, mas também uma agricultura mercantil orientada para os mercados de consumo urbano. Paralelamente, eles praticavam, ainda, o artesanato para o uso doméstico e o artesanato de produção de ferramentas e de equipamentos agrícolas. Originariamente, essas explorações camponesas eram de uma dimensão econômica suficiente para permitir às famílias viverem sem necessidade de venderem uma parte de sua força de trabalho.

É por esses aspectos que identificamos uma particularidade no campesinato que se forma no Rio Grande do Sul. Geralmente, as demais economias camponesas da América Latina formaram-se ou pela desagregação das comunidades indígenas, ou pela importação de mão-de-obra, quer escrava, quer livre, para suprir as necessidades das grandes explorações (Bengoa, 1980), o que, no Brasil, originou uma variedade de formas de pequenas e minúsculas propriedades vinculadas ao latifúndio. Esses minifúndios subdimensionados e subequipados serviram para manter um imenso exército de reserva de força de trabalho, que se encontra, assim, a baixos preços e sem limites, à disposição dos latifúndios. Para o Rio Grande do Sul, foi instituída uma política oficial de colonização baseada no sistema de pequenas propriedades, com imigrantes europeus organizados em coletividades camponesas para ocupar solos de regiões economicamente ainda não exploradas, porque não interessavam, ou porque não se prestavam ao pastoreio intensivo. A escassez, ou mesmo a inexistência da oferta de certos bens de consumo e meios de produção obrigou-os a desenvolverem o artesanato junto ao sistema de produção da policultura associada à pecuária. Apesar de não podermos pensar as colônias como independentes do mercado,

pois não se tratavam de economias fechadas, as informações disponíveis indicam ter sido sempre bastante importante a produção voltada para o auto-abastecimento tanto da própria unidade familiar como da coletividade camponesa. Ainda que todos os imigrantes enviados para as colônias se declarassem oficialmente como agricultores — condição para receberem um lote de terras —, muitos já não o eram mais ao chegarem da Europa. Talvez esse fato tenha contribuído para que se estabelecesse, desde a formação das colônias, uma divisão de trabalho entre o artesanato e a agricultura, uma vez que o primeiro já aparecia sob a forma de diversos ofícios remunerados.

A industrialização no Sul do Brasil tem, em boa parte, origem no artesanato camponês, que se transformou em semi-indústrias à medida que as comunidades foram se urbanizando; posteriormente, essas fábricas integraram-se ao processo de industrialização que ocorreu no País depois da Primeira Guerra Mundial. É esse precisamente o caso da indústria de conservas vegetais de Pelotas, cujas origens estão nas fábricas artesanais da Colônia Santo Antônio, que, ao saírem do domínio camponês, se transformaram num parque de unidades industriais, o qual veio a ser o maior do gênero no Brasil.

Naturalmente, o avanço do capital industrial incrementou o sistema de comunicações, inserindo as áreas camponesas num mercado cada vez mais amplo, com conseqüências já bastante conhecidas, ou seja, mais comumente, esse tipo de movimento acarreta, de forma simultânea, uma divisão de trabalho e uma maior especialização das atividades, assim como o desenvolvimento de desigualdades crescentes no interior do campesinato.

Esse movimento de transformação do campesinato acelerou-se no Brasil nas duas últimas décadas, quando o capital industrial e o financeiro se voltaram mais decisivamente para a agricultura. Esses capitais foram sustentados por uma política econômica específica, orientada para criar, de um lado, as condições de oferta de matérias-primas convenientes à implantação da grande indústria agroalimentar e, de outro, o mercado necessário às indústrias fornecedoras de bens de produção para a agricultura.

A acumulação de capital na agricultura brasileira é muito desigual, ou, dito de outra forma, o desenvolvimento das forças produtivas e das relações assalariadas de produção ocorre de forma muito desigual nas diversas regiões do País. Em Pelotas, atualmente a grande maioria dos camponeses fornecem frutas e legumes, sobretudo pêssego, para a agroindústria. Mas terá o desenvolvimento das forças produtivas na região chegado ao ponto de formar sistemas agrícolas completamente especializados, capazes de se reproduzirem enquanto tal?

Para isso, é necessário que a produtividade e a renda monetária obtida pela venda do pêssego, por exemplo, sejam suficientes para ga-

rantir a sobrevivência da família. Caso contrário, a produção de subsistência torna-se indispensável para "alimentar" a força de trabalho.

Mazoyer, ao analisar as leis econômicas através das quais uma economia camponesa se transforma especializando-se, no transcurso do que ele denomina de segunda revolução agrícola, insiste sobre um mecanismo que age na agricultura: o desenvolvimento desigual. Este caracteriza-se por gerar desigualdades nas relações de propriedade dos agricultores (com a terra e o capital) e nas suas relações com o mercado (diferenciação de produtividade e de renda), com possibilidades de reprodução e acumulação desiguais. O movimento de modernização, de acumulação do capital da exploração e do aumento da produtividade de alguns engendra uma baixa progressiva no custo de produção agrícola. Isso tem por efeito a redução da renda daqueles que não podem se modernizar; o empobrecimento dos pequenos camponeses leva seus filhos a abandonarem a exploração familiar para, muito freqüentemente, proletarizarem-se. O desenvolvimento numa agricultura camponesa implica de fato dois movimentos opostos: acumulação de uns, eliminação de outros (Mazoyer, 1982).

Estaria esse processo ocorrendo em Pelotas, e, nesse sentido, estarão os agricultores de origem francesa representando as remanescências de uma agricultura camponesa arcaica pela natureza de suas forças produtivas e, no entanto, precocemente especializada?

A verdadeira questão seria a de saber se esse campesinato detém os meios para se modernizar e, se não, por quanto tempo ele poderá se manter enquanto tal?

Essas são indagações que fazemos para compreender esse caso concreto de regressão camponesa que nos propomos a examinar. Nesse sentido, nossa orientação analítica inicia pelo conhecimento da situação atual do grupo e, em seguida, passa pela reconstituição das fases de implantação, auge e declínio dessa economia, de forma a permitir a análise das condições históricas dadas para o processo de reprodução do grupo. Finalmente, buscamos avaliar o sistema de produção dos camponeses, enquanto fornecedores de matérias-primas, em função do avanço do capital industrial.

PARTE I:

**O ESTADO DE CRISE NO QUAL
SE ENCONTRA A COMUNIDADE
DE ORIGEM FRANCESA DA
COLÔNIA SANTO ANTÔNIO: UM
CASO PARTICULAR NO
CAMPEINATO DE PELOTAS?**

INTRODUÇÃO

Os elementos fundamentais para a identificação das forças produtivas e das relações de produção do sistema agrário do grupo estudado foram determinados a partir de uma pesquisa junto aos camponeses.

Para melhor compreensão dessa realidade, buscamos trabalhar concomitantemente com informações que não só definissem o estágio de desenvolvimento dos meios de produção empregados nas tarefas agrícolas da região na qual o grupo está integrado social e economicamente, como também que caracterizassem o meio explorado, o modo de exploração do meio, as relações de propriedade, as relações de troca, etc. Isso nos parece importante para chegarmos ao conhecimento das condições em que o grupo produz e se reproduz.

Assim, esperamos definir os indicadores da crise em que se encontram esses camponeses, para, posteriormente, tentarmos interpretar a natureza dessa crise.

1 – ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE A REGIÃO

1.1 – O Município de Pelotas

Pelotas situa-se no Sul do Estado do Rio Grande do Sul, a uma distância de 256km de Porto Alegre. É ponto de ligação do Brasil com o Uruguai e com a Argentina. Dispõe de um sistema ferroviário e está ligado por via fluvial a Porto Alegre e ao Porto de Rio Grande, do qual dista pouco mais de 50km. Pelotas é um dos mais importantes municípios do Sul do Brasil, por ser um pólo de transformação de produtos de origem agropecuária e se constituir num centro regional de comércio e serviços. Possui 260.000 habitantes e uma área de 2.980km², o que resulta numa densidade demográfica de 87,3 pessoas por km². A superfície agrícola é de 240.000ha, da qual 36,8% está ocupada por culturas anuais, e 43,5%, por pastagens naturais que viabilizam uma importante criação de gado de corte. As duas áreas topograficamente distintas do território que formam o Município de Pelotas são caracterizadas, também, por atividades econômicas diferenciadas. Na parte plana, a maior, encontram-se a Cidade, as grandes indústrias, todos os serviços tipicamente urbanos e, ainda, as grandes propriedades (pecuária e lavouras de arroz, soja e milho). Na parte ocupada pela Serra de Tapes, estão os pequenos proprietários – os colonos – que exercem a policultura e a pecuária de pequeno porte.

1.2 – O meio físico

Toda a parte noroeste do Município de Pelotas, ocupada pela Serra de Tapes, é recortada por inúmeras estradas e caminhos. Subindo-se da Cidade em direção às colônias, pode-se ver, ao longo das estradas, vastos espaços não cultivados e cobertos seja por uma vegetação arbustiva de pequeno e médio portes, seja por gramíneas. Esses espaços intercalam-se com lavouras de cultivos variados. A mata virgem, que constituiu o tipo básico de vegetação natural característico da conformação física da região, raramente é encontrada. Só em lugares pouco acessíveis ou nas encostas dos cursos d'água, o mato aparece, em pequenos núcleos.

Essa região situa-se a uma latitude de 32°52'00S e a uma longitude de 52°21'00W (Greenwich) – segundo o Centro Nacional de Pesquisa de Fru-

teiras de Clima Temperado da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), tendo sua sede como referência. A altitude não ultrapassa a 400m.

O relevo varia de ondulado a acidentado, sendo este último predominante. Na parte de declive da Serra de Tapes, os solos correspondem aos classificados pela FAO como do tipo "rankers", e, na medida em que a declividade diminui, os solos passam a ser do tipo "luvisols" (Inst. Agron. Sul, 1961; France, 1984).

Para caracterizá-los rapidamente, podemos dizer que ambos são solos ácidos, com fertilidade natural moderada e igualmente propensos à erosão. Os solos "rankers" permitem culturas anuais, mas, para haver um bom rendimento agrícola, além do controle à erosão, eles necessitam de correções (sobretudo calagem) e de adubação. Por serem de pouca profundidade e por estarem muitas vezes associadas à afloramento de rochas, o emprego de máquinas agrícolas pode ser difícil. Essa restrição tende a ser ainda maior para os solos "luvisols", que são também de pouca profundidade, em geral pedregosos e com relevo ondulado. Por isso, prestam-se melhor às pastagens e às culturas perenes, como a fruticultura. Entretanto, como podemos constatar à medida que penetramos na região, os pequenos agricultores de Pelotas praticam toda a sorte de culturas nesses solos, desde cereais, legumes e frutas até as pastagens.

O clima é temperado-úmido. A observação dos fatores climáticos feita, entre 1954 e 1983, pela EMBRAPA (Mota et alii, 1984) nessa parte do Município onde as terras são altas mostra que a temperatura média anual é de 16,8°C. A temperatura média mensal varia de 28,2°C a 17,0°C durante o mês mais quente (normalmente janeiro) e de 12,0°C a 7,8°C durante o mês mais frio (junho). Os demais fatores climáticos apurados pela EMBRAPA e analisados pela Universidade Federal de Pelotas indicam: insuficiências hídricas elevadas durante grande número de dias no final da primavera, no final do verão e no início do outono; e excesso hídrico durante um número variável de dias no decorrer do ano. As geadas são fortes de junho a agosto, e, de abril a outubro, podem ocorrer geadas fracas. A umidade relativa do ar é superior a 80% de fevereiro a outubro. As precipitações diárias podem ser elevadas durante todo o ano.

Trata-se de um clima adequado a uma grande gama de espécies vegetais. Porém, para a obtenção de um bom rendimento, tornam-se absolutamente necessárias, de um lado, a rotação de culturas e, de outro, a utilização de cultivares adaptados a um ambiente que é propício à proliferação de fungos, bactérias e parasitas, o que leva à utilização de defensivos agrícolas na eventualidade de esses problemas se manifestarem.

1.3 – A Colônia Santo Antônio

A Colônia Santo Antônio faz parte do Distrito de Quilombo e dista 40km da Cidade de Pelotas. Ocupa uma superfície aproximada de 30.000.000m² desde a confluência dos riachos Quilombo e Andrade até o início dos relevos de Três Cerros. O terreno é acidentado e está situado a 300m acima do nível do mar. As propriedades são de tamanho desigual.

Devido à origem francesa dos primeiros desmatadores, o local ficou por muito tempo conhecido com o nome de "Colônia Francesa". No início, a Colônia Santo Antônio foi formada por três seções: duas seções habitadas por franceses e uma por alemães. Atualmente, não existem mais seções exclusivamente de agricultores de origem francesa. Vivem na Colônia cerca de 650 pessoas,¹ e, segundo as origens étnicas, essa população é composta por descendentes de alemães, italianos, luso-brasileiros e franceses. Estes últimos representam por volta de 35% dessa população. Em relação às demais colônias do Município, trata-se de um grupo muito pequeno em meio a uma população camponesa maciçamente de origem germânica, em 95% (Gomes, 1981).

A Colônia Santo Antônio é servida por um ônibus que faz, diariamente, duas vezes o percurso até a Cidade de Pelotas. A distância das explorações até a estrada municipal varia de 3 a 10km. Esses caminhos secundários nem sempre são trafegáveis em épocas de chuvas e, muitas vezes, só permitem o trânsito de veículos de tração animal.

Há três escolas primárias, sendo que uma prioriza o ensino agrícola. Distanto 2km do centro da Colônia e fora de seus limites (em Vila Nova), encontra-se a única escola secundária da região. Foi organizada por descendentes de imigrantes franceses. É uma escola pública destinada a todas as comunidades vizinhas.

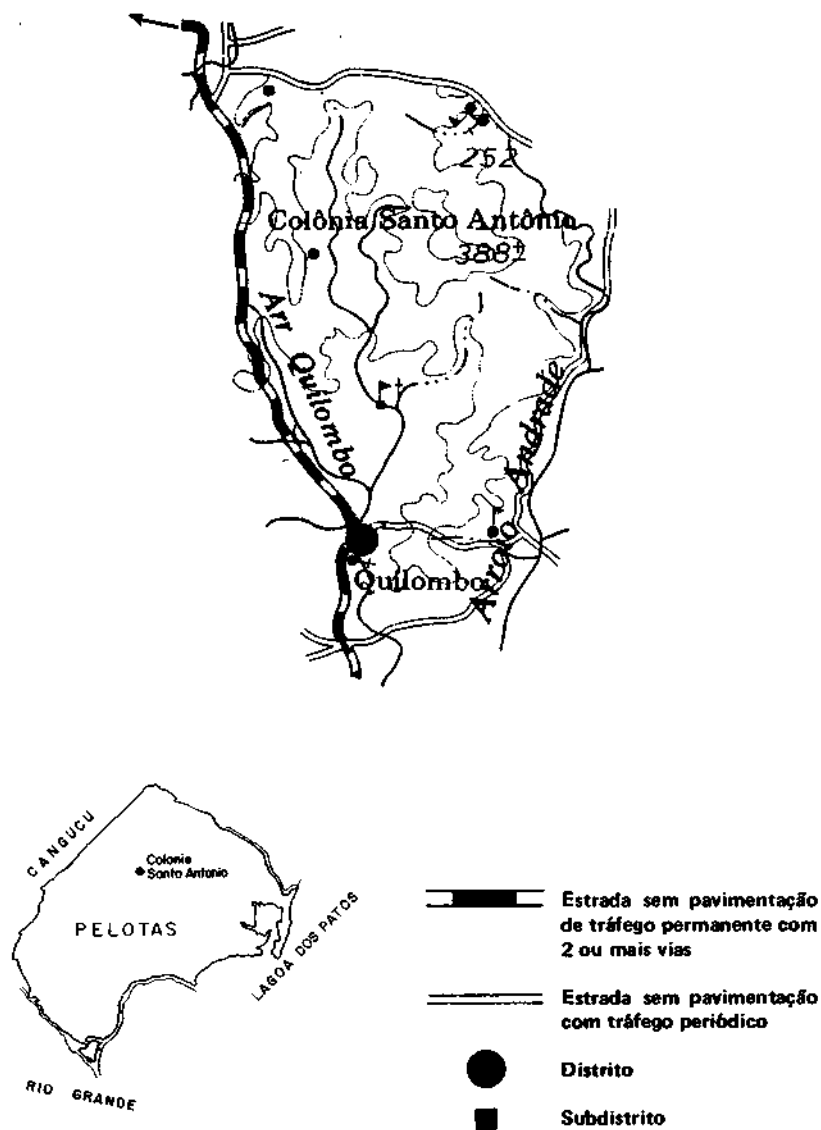
Ao lado dessa escola, funciona um posto de saúde mantido pelo Governo Estadual, com atendimento ambulatorial diário. Não há hospital nem farmácia.

Nesse local, também está localizada uma igreja católica freqüentada pelos agricultores de origem francesa. Os de origem alemã, geralmente protestantes, freqüentam as duas igrejas desse culto existentes na Colônia Santo Antônio.

¹ Na impossibilidade de conseguirmos em fontes oficiais o número de habitantes da Colônia Santo Antônio, foi feita uma estimativa com base na listagem do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) fornecida pela Prefeitura Municipal de Pelotas para 1983. Nesse ano, havia 130 pessoas da Colônia cadastradas no ICM. Consideramos que essas pessoas representam chefes de famílias e que cada família tem, em média, cinco pessoas. Dos 130 nomes, 46 são franceses.

MAPA 1

COLÔNIA SANTO ANTÔNIO (PELOTAS)



NOTA: Baseado no original elaborado pela Diretoria de Serviço Geográfico do Ministério do Exército e impresso em 1983.

As casas comerciais são quatro. Comercializam basicamente produtos alimentares, cigarros, bebidas, etc. Não há mais nenhum comércio, como no passado, de vestuário, calçados, ferragens, hoje concentrados na Cidade. Combustíveis para os veículos e máquinas podem ser encontrados nos arredores da Colônia. Os artesãos desapareceram completamente de lá, mas ferreiros, carpinteiros, pedreiros e sapateiros podem ser encontrados nas vizinhanças. Qualquer outro tipo de comércio ou serviço só é encontrado na Cidade.

A rede elétrica foi implantada muito recentemente na Colônia Santo Antônio, e a rede telefônica começa apenas a ser instalada.

2 – A ATUAL SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA COMUNIDADE DE ORIGEM FRANCESA NA COLÔNIA SANTO ANTÔNIO

2.1 – A pesquisa de campo

Para a análise das atuais características desse pequeno grupo de camponeses de descendência francesa, realizamos uma pesquisa de campo. Essa pesquisa, mais do que um registro de informações, permitiu-nos a observação direta da vida do grupo, avaliado em 140 pessoas. Ainda que a técnica básica tenha sido a da entrevista com o chefe da exploração por meio de um questionário (Anexo I), geralmente vários outros membros da família ou mesmo a família toda participaram da entrevista, o que a tornou rica em informações. As numerosas ocasiões em que estivemos na Colônia Santo Antônio tornaram-nos relativamente conhecidos localmente, o que nos facilitou o relacionamento com as famílias camponesas. Os contatos estabelecidos com as pessoas ligadas direta ou indiretamente ao grupo, ao longo do período em que foi efetuado o levantamento das informações históricas e econômicas sobre o passado dessa comunidade, também foram valiosas fontes de informações sobre sua situação no presente.

De início, as entrevistas foram feitas exclusivamente com os descendentes de imigrantes franceses que permaneceram na agricultura. O trabalho de identificação das famílias camponesas foi feito em duas etapas. Primeiramente, obtivemos, junto à Secretaria da Fazenda Municipal de Pelotas, a listagem dos habitantes da Colônia Santo Antônio que estão cadastrados no ICM. Dentre 302 nomes, foram identificados 46 descendentes de imigrantes franceses. A etapa seguinte foi a de identificar os agricultores proprietários através do cadastramento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Assim, chegamos a um número de 24 famílias que, posteriormente constituíram o grupo de referência para o desenvolvimento das entrevistas.

Mais tarde, observamos os agricultores de origem alemã que também habitam a Colônia Santo Antônio. Estabelecemos contato com aqueles que ocupam hoje as terras que no passado pertenceram aos imigrantes franceses.

2.2 – As primeiras impressões

Durante a etapa de identificação dos descendentes franceses e seleção daqueles que permaneceram na agricultura, chamou-nos imediatamente a atenção o número reduzido de famílias de agricultores com sobrenomes franceses. Encontramos 10 grupos familiares com descendência comum. Isso significa que, considerando-se só a linha de descendência masculina, existem ainda 10 sobrenomes franceses na Colônia, quando inicialmente eram 30. Houve, portanto, uma redução de dois terços.

A esse indício de retrocesso juntam-se outros a partir da observação sobre o aspecto exterior das habitações e demais edificações nas explorações.

A maior parte dessas famílias residem na seção da Colônia explorada e povoada originalmente pelos imigrantes franceses e que, por isso, ficou conhecida como a "Colônia Francesa". Não ocorrem aglomerações de população; as construções, invariavelmente de tijolos, estão dispersadas, são relativamente antigas e, em geral, bastante danificadas.

Com certa freqüência, deparamo-nos com edificações que se distinguem das demais por serem maiores e apresentarem, geralmente, grossas chaminés: são as antigas fábricas artesanais abandonadas. Sólidas, essas construções resistem ao tempo e prestam à Colônia um ar particularmente decadente.

Se não são mais encontradas as habitações iniciais, devido ao seu caráter provisório, ainda se acham algumas das casas que as substituíram e que, em alguns casos, seguem sendo habitadas pelos descendentes dos imigrantes que as construíram. De um modo geral, as casas da Colônia são de um só piso, com um pequeno porão e de um estilo arquitetônico característico das regiões onde ocorreu o predomínio da pecuária de corte no Rio Grande do Sul, bastante marcadas pela influência do Prata. Algumas das raras construções de pedras, do final do século passado, conservam-se ainda na Colônia.

As habitações, há muito tempo sem os cuidados de conservação necessários, espelham o processo de empobrecimento da Colônia. Elas atestam uma época em que os camponeses haviam alcançado uma posição econômica segura, de prosperidade, e podiam viver com um relativo conforto, situação que contrasta com a presente. A "Colônia Francesa" chegou a conquistar os meios para produzir energia para consumo próprio (moinho d'água, gerador estacionário, etc.), enquanto hoje, apesar do progresso técnico ocorrido na sociedade brasileira em geral, a comunidade se encontra sem os serviços básicos, tais como eletricidade, água encanada, esgoto e muito menos telefone.

Não raro encontramos construções em meio a capoeiras, sinal de que ninguém habita mais no local. E, por todos os lados, existem trechos de terras com uma formação vegetal que sugere o abandono.

Se acaso se depara com alguma exploração agrícola que foge à situação descrita, salvo raríssimas exceções, trata-se de agricultores de ascendência alemã, ocupantes das terras que configuraram a "Colônia Francesa".

A julgar pela aparência do conjunto formado pelas habitações e outras construções das explorações camponesas dessa parte da Colônia Santo Antônio, a impressão que tivemos é a de que hoje os agricultores de origem alemã são mais empreendedores. Seria correto supor que eles estão sendo melhor sucedidos?

2.3 – A terra: dimensão e modos de exploração

As pessoas entrevistadas pertencem a terceira geração de imigrantes ou a quarta; e apresentou-se um caso em que o agricultor era filho de imigrantes.

Os que são de terceira geração, e portanto netos de imigrantes, se encontram numa faixa etária que varia de 50 a 80 anos. Via de regra, eles são ainda chefes da exploração. Geralmente trabalham com a família, que compreende um ou dois filhos. Há alguns casos de velhos camponeses, cujos filhos se recusaram a ficar por aspirarem a um nível de vida superior, que são obrigados a cultivarem suas terras com outras famílias, sob a forma de parceria. Os que pertencem a quarta geração estão na faixa etária de 40 a 50 anos. São chefes das explorações e, portanto, independentes.

Camponeses sem terras não são encontrados entre os descendentes de franceses dessa Colônia. As propriedades são de dimensões variáveis. Não nos deparamos com nenhum caso de camponeses trabalhando exclusivamente em terras de outros. Eles são todos proprietários, se não da totalidade, ao menos de uma parte das terras onde trabalham.

Portanto, o explorador agrícola é predominantemente proprietário, e, se, no entanto, não ocorre entre eles o arrendamento, a parceria é muito freqüente, sobretudo entre parentes (entre genro e sogro, cunhados, irmãos, etc.). Assim, um raro fator de diferenciação reside na repartição desigual da propriedade: existem pequenos proprietários que cultivam terras em parceria com outros proprietários maiores. Mas os parceiros, exceto nos casos em que há laços de parentesco entre as partes,

não são descendentes de imigrantes europeus, isto é, de franceses e alemães. São agricultores de ascendência mestiça, conhecidos nas regiões de colonização européia do Sul do Brasil sob a designação de "brasileiros", os quais, tradicionalmente, não possuem terras.

Em todos os casos estudados, ao menos uma parte da terra foi obtida por herança, pois seus donos são filhos, netos e bisnetos de agricultores. Pelas descrições feitas pelos camponeses entrevistados sobre a maneira como foram formadas as explorações, podemos perceber o movimento de transformação fundiária no transcurso de três gerações.

É oportuno notar que, ao se estabelecerem, os imigrantes tinham entre 20 a 40ha de terras cada um. A partir daí até a segunda geração, o movimento foi no sentido da concentração de terras. Coincide com o período da viticultura, da construção de fábricas artesanais, quando alguns camponeses chegaram a possuir 300ha.

Com base nas declarações dos agricultores, ficamos sabendo que a regressão desse campesinato foi grande da segunda para a terceira geração. De um modo geral, todos afirmam que seus pais possuíam mais terras do que eles próprios possuem atualmente e que seus pais tinham uma prole mais numerosa do que a maioria dos camponeses da presente geração. Isso nos leva a concluir que o processo de regressão liga-se ao da partilha das terras.

Contudo chama atenção o tamanho médio das propriedades na "Colônia Francesa", situado em torno de 36ha. Entre os entrevistados, encontramos só um agricultor com menos de 10ha, quando, no Rio Grande do Sul, por volta de 27% do número de estabelecimentos agrícolas estão nessa situação (Censo Agrop. 1980: RS, 1984). Isso significa que os camponeses que se mantêm na agricultura preservam uma quantidade de terras suficiente para assegurar a sobrevivência do grupo familiar. Como conseguiram essa preservação superior à expectativa? Segundo o que podemos observar são utilizados fundamentalmente dois mecanismos para evitar maior divisão de terras. De um lado, a não-observação na partilha da regra de igualdade de direitos de filhos e filhas — os homens são beneficiados. De outro lado, a compra de terras entre irmãos e irmãs.

É significativa a comprovação de que os três maiores pomares empresariais formados na região (sob a responsabilidade de duas empresas de Porto Alegre e outra de Caxias do Sul) estão situados justamente na "Colônia Francesa", em terras que outrora pertenceram a várias famílias. Essas terras, muito divididas entre os herdeiros, tornaram-se inviáveis à exploração segundo os padrões da comunidade e foram, então, vendidas.

Os que não têm acesso à propriedade e continuam na Colônia abandonam a agricultura para se dedicarem a um tipo qualquer de comércio na

região, seja como empregado, seja como proprietário de um pequeno negócio. O pequeno comércio, sobretudo o de gêneros de primeira necessidade, é a segunda principal ocupação nessa comunidade. Mesmo camponeses relativamente mais abastados praticam paralelamente o comércio de produtos que nada tem a ver com suas explorações agrícolas.

Assim, invariavelmente, todos os habitantes da "Colônia Francesa" têm irmãos ou filhos que não trabalham mais na agricultura. Sem a condição de proprietários e com instrução primária adquirida nas escolas da Colônia, eles procuram trabalhar geralmente na cidade, onde são empregados como mão-de-obra não qualificada.

2.4 – O sistema de culturas

Desde a primeira abordagem, constatamos que as explorações são caracterizadas por duas atividades fortemente imbricadas: a de produzir para o mercado e a de produzir para o autoconsumo. Fazem "um pouco de tudo", como eles mesmos afirmam. A situação desses camponeses é a mesma em toda a região colonial do Município: não são verdadeiramente especializados em nenhuma produção, mas privilegiam uma para o comércio. Todos, sem exceção, encontram-se ligados, do ponto de vista comercial, à agroindústria de Pelotas. Ainda que a atividade comercial esteja centrada na exploração de pêssego, e secundariamente no cultivo de morango, aspargo e ervilha, o camponês de origem francesa de Santo Antônio dedica-se também às culturas de subsistência e à pequena criação.

Quando interrogados, geralmente eles não sabem separar com precisão os gastos feitos com a exploração daqueles feitos com a manutenção do núcleo familiar e, principalmente, não conseguem avaliar quanto da produção é destinada ao consumo. Chegam a indicar a área plantada e a quantidade colhida para cada produto, mas não sabem precisar a parcela do excedente que por ventura é comercializada.

Não há diferenças importantes entre os sistemas de culturas na "Colônia Francesa". O pêssego é produzido em todas as explorações e predomina em relação às demais culturas, já referidas, que são voltadas para a agroindústria. Ocorrem alguns casos de cultivo de soja, alho e cebola, destinados à comercialização. Todos, invariavelmente, produzem feijão, batata e milho, que eventualmente são comercializados.

Ainda que ocorra uma diversificação de culturas, estas não são organizadas dentro de um plano metódico de sucessão, de forma a assegurar a fertilidade dos solos. O sistema de culturas com a utilização do pouso ainda é o corrente. A terra é normalmente cultivada durante um ou

dois anos e fica em repouso ao menos dois ou três anos. Seguem-se a queimada e o plantio.

Como os agricultores praticam o sistema de cultivo à tração animal, é comum cultivarem, pelo menos, uma pequena área com forrageiras em rotação com as culturas anuais. Essas forragens são utilizadas como complemento à alimentação dos animais. Normalmente, as vacas leiteiras e os animais de tração alimentam-se nos espaços não cultivados, sobre os campos nativos.

Todos têm uma horta para o consumo próprio, mas nem todos têm um pomar. Todos possuem pelo menos uma vaca leiteira e criam porcos para o autoconsumo.

Galinha é a ave mais comum, mas encontramos também patos, marrecos e gansos. A fabricação de queijos, manteiga e nata já não é mais feita por todos. Do porco costumam fazer só banha, lingüiça e, o que é tradicional na Colônia, carnes em conserva.

Para sermos mais precisos, examinaremos a seguir mais particularmente o sistema de culturas de uma típica exploração agrícola da "Colônia Francesa".

A superfície agrícola total é de 55ha, sendo de 25ha a superfície agrícola útil. Desses 25ha, 15ha estão sendo cultivados, e o restante encontra-se em pousio. Os demais 30ha, que não são explorados com culturas anuais, são usados como pastagens para os animais.

A superfície cultivada está dividida da maneira que segue.

As culturas anuais compõem-se de:

- milho (6ha);
- batata (0,5ha);
- feijão (1,5ha).

A rotação dessas culturas de verão é feita com as forrageiras de inverno, ou seja: azevém, aveia, ervilhaca e milho para pastagem.

As culturas permanentes englobam:

- pêssego (4,5ha);
- laranja e outros cítricos (1ha);
- aspargo (4,5ha).

As culturas essencialmente comerciais são as de pêssego e aspargo, cujos rendimentos são, respectivamente, 1,25 t/ha e 4,5 t/ha. O milho é para o consumo animal, e não é possível estimar seu rendimento, porque o

camponês entrevistado não pratica a ensilagem e não pode, portanto, avaliar a quantidade recolhida. O milho permanece na lavoura e vai sendo utilizado na medida do necessário. Além das culturas citadas, para auto-consumo, existe, ainda, uma horta.

Há cinco vacas leiteiras na exploração. O leite produzido é para consumo, e do excedente é feito queijo para venda. A produção das vacas é baixíssima: em média cinco litros diários por vaca, ou seja, 1.800ℓ ao ano. Há também dois cavalos e quatro bois empregados na tração; 20 porcos, galinhas e patos para consumo.

2.5 – Os meios de produção

Os veículos utilitários são raros, e as máquinas agrícolas inexistentes. Trata-se de um sistema de exploração caracterizado pela cultura à tração animal associada à cultura manual.

Os meios de produção não representam um elemento de diferenciação, porque são praticamente os mesmos em toda a "Colônia Francesa". No entanto existe uma correlação entre o tamanho da propriedade e a posse de um velho caminhão ou qualquer outro veículo utilitário.

Os veículos à tração animal, sobretudo bovina, são os predominantes. A carroça puxada por dois bois é o mais comum. Charretes com um cavalo e carroças puxadas por quatro bois são menos frequentes. Algumas explorações nem mesmo possuem veículos à tração animal.

Constatamos arcaísmo e grande pobreza ao nível do material utilizado; as ferramentas vêm sendo usadas há muitos anos e passaram por muitas reparações. Antes de lavrar o solo de capoeiras, é hábito dos camponeses o uso do fogo para destruir a vegetação mais velha. Empregam também a foice, a picareta e a enxada. Depois eles passam o arado, seguido da grade, para, então, semear.

Os arados são em geral de ferro, mas os encontramos também em madeira, sendo só a relha de ferro. Deparamo-nos na Colônia com alguns arados reversíveis em metal. A grade, seja triangular, seja quadrangular, é sempre de madeira com pontas de ferro incrustadas.

A semeadura é feita manualmente. Para semear os grãos, eles empregam um instrumento feito de madeira e de manejo manual (saraquá). Habitualmente não é dada a necessária atenção às variedades das espécies cultivadas. À exceção do milho, as sementes são produzidas na própria exploração.

O trabalho de manter as culturas anuais livres de ervas daninhas é feito manualmente, com uma enxada ou com uma capinadeira à tração animal. Dentre esses agricultores, só encontramos um que possuía um microtrator para esse trabalho.

Também a colheita é toda manual. Não há máquinas de ceifar, de tri-lhar e tampouco de fazer fardos.

Em função do equipamento tão rudimentar, o emprego da mão-de-obra é relativamente intenso, porém limitado aos membros da família. Casos de engajamento de mão-de-obra assalariada são muito raros e restringem-se ao período da colheita de pêssego ou aspargo.

O sistema de criação de pequeno porte é igualmente rudimentar. Além de não ser adotada nenhuma técnica para a escolha das raças, não são conhecidas medidas profiláticas. As vacas leiteiras são, em geral, de cruzamento indefinido, assim como as aves que são criadas soltas ao redor das casas. Não raro, encontramos também porcos criados dessa maneira.

O costume de criar os animais não confinados desfavorece a produção de adubo orgânico a ser aplicado no solo. Estando o sistema de cultivo baseado na tração animal, seria de esperar que houvesse uma estreita associação entre a agricultura e a pecuária praticadas por esses camponeses. No entanto suas atividades carecem de complementaridade para que a policultura associada à pecuária se desenvolva de modo eficaz.

Em função do clima úmido, as culturas necessitariam receber tratamento preventivo contra doenças e pragas, o que não ocorre. Só nas culturas destinadas à agroindústria, há algum emprego de fungicidas e inseticidas, porém, em proporções que, determinadas pelas finanças dos agricultores, estão sempre abaixo do recomendado. Isso também ocorre com os fertilizantes químicos, com a diferença de que o uso destes está praticamente generalizado entre esses camponeses, sendo, porém, pouco regular, e seu emprego é feito sem nenhuma orientação que propicie maiores eficiências técnica e econômica.

A freqüência com que encontramos terras em pousio por alguns anos é o indicador mais claro do mau estado dos solos. Estes carecem não só de uma rotação adequada de culturas, como também de cuidados para a sua conservação. Ácidos, de fertilidade moderada, não recebem o necessário tratamento, e, sem prepará-los convenientemente às condições topográficas da região, os camponeses encontram-se com problemas de erosão, esgotamento e rendimentos decrescentes.

2.6 – Outros indicadores

Esses pequenos agricultores deveriam beneficiar-se de financiamentos, a fim de terem acesso a meios mais modernos de produção.

No entanto não encontramos um camponês que faça uso do sistema oficial de crédito. Alguns já o fizeram no passado e não o fazem mais devido às altas taxas de juros. Um pequeno número dentre eles recebe adubos financiados pelas indústrias, cujo custo é posteriormente descontado da colheita que deve ser entregue à indústria financiadora. Esta é a única modalidade de financiamento que existe entre os colonos de ascendência francesa. Eventualmente, eles tomam emprestado de algum outro agricultor, mediante o pagamento de uma taxa de juros. Mas esses colonos não contam com um sistema organizado de ajuda mútua, nem com os serviços de uma cooperativa. Não tendo recursos ou crédito, eles compram insumos industriais no limite permitido pela porção mercantil de sua produção.

Em geral, a produção é vendida na própria exploração quer para a fábrica, quer para o comerciante, quer para o consumidor. O agricultor nem sempre recebe o dinheiro no ato da venda. As indústrias levam até três meses para efetuar o pagamento (no passado, a situação foi pior, pois os produtores esperavam até seis meses pelo pagamento). Considerando-se a altíssima inflação brasileira, pode-se deduzir a importância das perdas resultantes para o agricultor.

Os camponeses são relativamente bem informados sobre os preços de venda de seus produtos. Embora não tenham televisão em suas casas e a leitura dos jornais não faça propriamente parte de seus hábitos, eles ouvem com regularidade o rádio. Todos pertencem ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas, sobretudo porque através do Sindicato têm acesso ao sistema de previdência assistencial. Já não ocorre o mesmo em relação à Associação dos Produtores de Pêssegos; ainda que todos cultivem o pêssego, muitos deles não pertencem a essa associação por não acharem vantajoso.

Portanto, a uma situação estruturalmente desfavorável, acrescentam-se, de um lado, a falta de organização desses agricultores, seja para garantir os preços de seus produtos, seja para comprar o necessário à produção, e, de outro, o fato de eles não se beneficiarem nem de uma política de crédito nem de qualquer serviço de assistência técnica. Trata-se, enfim, da total ausência das condições indispensáveis ao desenvolvimento agrícola.

Mas poderíamos pensar, também, que princípios morais impedem esses agricultores de tomarem empréstimos, sem desconsiderarmos a situação desfavorável na qual se encontram. Isso manifesta-se por um sentimento de orgulho pelo que seus antepassados "construíram com recursos próprios".

Esse sentimento, que no passado caracterizou um notável individualismo entre as famílias, é ainda forte; possivelmente impediu que vigorasse na comunidade o espírito de associação, que talvez teria preservado por mais tempo o grupo, proporcionando-lhe melhores condições de vida. Basta considerarmos que, das 18 fábricas artesanais de conservas existentes outrora na região, um terço era de colonos de origem francesa. Dissociadas umas das outras e sem condições de aumentar de porte para enfrentar as exigências econômicas que se impuseram no País, essas fábricas encerraram suas atividades. O desaparecimento delas acelerou um processo de crise no seio desse campesinato.

Com o fechamento das fábricas, acabou uma importante fonte de renda não agrícola para as famílias camponesas,¹ que obtinham, também, maiores benefícios enquanto produtores de matérias-primas. Efetivamente, essas antigas fábricas, não sendo mecanizadas, trabalhavam com frutas de qualidades diversas e possibilitavam o seu completo aproveitamento. No caso do pêssego, o preparo da compota incluía a utilização de frutas que hoje não seriam classificadas como de primeira ou de segunda qualidade.

O cultivo do pêssego continua uma tradição na comunidade. Todos os entrevistados são filhos, netos ou bisnetos de cultivadores de pêssego. Mas, presentemente, alguns agricultores estão muito descontentes com essa cultura, por não achá-la mais rentável. Impossibilitados de fazer os investimentos necessários para que o produto tenha o mínimo da qualidade exigida pelas indústrias e, portanto, perdendo a competitividade, eles abandonam essa produção.

2.7 — As expectativas dos agricultores

A maior parte dos entrevistados é constituída pelos netos dos imigrantes que, de modo geral, permanecem ligados a hábitos antigos e são muito nostálgicos do passado, do tempo em que a "Colônia Francesa" era coberta de vinhedos, fabricava vinhos e conservas, como se dizia na região, era "a pérola das colônias". Contudo pouquíssimos deles têm conhecimento de sua genealogia.

¹ Segundo o depoimento de um velho casal, ex-proprietário de uma dessas fábricas, em épocas de produção, a mão-de-obra local não era suficiente para o volume de produção processado, o que os obrigava a recorrerem à mão-de-obra existente na Cidade.

Não sabem de que região da França vieram seus ancestrais, ou no que trabalhavam lá. Pode-se dizer que a comunidade perdeu grande parte de sua identidade cultural depois da segunda geração.

Entre os mais jovens, bisnetos dos imigrantes, existe um forte desejo de mudanças. Aspiram a um maior nível de conforto material do que o adquirido pelos seus pais e avós, sobretudo no que se refere a suas habitações. Desejam ter acesso à eletricidade, que possibilitaria o uso do refrigerador e da televisão por exemplo, ou, então, desejam vias vicinais de comunicação em melhor estado. Quando indagados sobre a perspectiva de vida para seus filhos, expressam a ambição de que eles venham a trabalhar "menos duro", o que, na prática, significa não trabalhar na agricultura. Com isso, demonstram que está fora de suas cogitações a possibilidade da modernização de seus meios de produção, de forma a tornar o seu trabalho menos árduo. Definitivamente, eles não demonstram esperança de ver melhorar sua situação sócio-econômica.

Assim, planos concretos para o futuro da exploração efetivamente ninguém tem. Eles não viabilizam compras de terras ou de máquinas, nem mesmo a venda de suas terras. Alguns têm a intenção de desenvolver o cultivo da soja, para comprar um trator; outros pensam em se especializar na cultura de aspargo. Muitos demonstram uma certa insatisfação com o cultivo do pêssego, que, segundo eles, não estaria mais "valendo a pena", mas não sabem o que fazer para substituí-lo.

Segundo os colonos, a perspectiva de uma aposentadoria muito baixa, como a que os pequenos agricultores auferem (na ocasião, menos de US\$ 30 por mês), é um desestímulo à permanência na Colônia. A cidade parece-lhes atraente "porque paga melhor", porque pode oferecer melhores condições de vida. O desejo manifestado de trocar a agricultura pela cidade é a expressão do baixo rendimento econômico do trabalho desses camponeses. Por isso, é verdadeiramente surpreendente encontrarmos ainda, na Colônia Santo Antônio, alguns agricultores subequipados, sem nenhuma máquina agrícola, com extensões de terras que não oferecem perspectivas de melhorias para o futuro e que pensam estar felizes com um nível de renda modesto e um gênero de vida que, apesar de tudo, não lhes parece ser tão desagradável.

2.8 — A comunidade de origem alemã: algumas comparações

Inicialmente, dois terços das terras da Colônia Santo Antônio pertenciam a colonos franceses. Hoje, a tendência é formarem-se nessas terras grandes pomares da indústria de conservas ou de nelas ocorrer a pe-

netração de camponeses de ascendência alemã. Estes podem ser originários tanto da própria Colônia Santo Antônio como das demais colônias vizinhas, onde são preponderantes.

Diante desses camponeses empobrecidos, dispostos a se desfazerem de suas propriedades, e em função da posição privilegiada em que se encontram essas terras em relação à indústria de transformação, é perfeitamente compreensível que o grande capital nelas se instale na forma de grandes pomares. Mas o que estaria diferenciando os camponeses de descendência francesa dos de descendência alemã, de forma que sejam estes últimos capazes de lhes tomar as terras?

Em primeiro lugar, é preciso considerar os sistemas de cultivo dessas duas comunidades: historicamente, eles foram diferenciados na Colônia Santo Antônio. Os alemães não basearam sua produção no cultivo de frutas e legumes. Tradicionalmente, organizaram-na em torno da pecuária leiteira, da batata, do milho, do fumo e, no passado, também em torno do trigo.

Se entre os camponeses de origem francesa os meios de produção não representam um elemento de diferenciação, o mesmo não ocorre se a comparação desses for feita com os camponeses da comunidade de origem germânica. Não é só no que diz respeito às instalações que as explorações dos camponeses alemães estão em melhor estado na Colônia Santo Antônio, mas constatamos que entre estes existe um certo desenvolvimento agrícola, caracterizado, sobretudo, pela relativa evolução do equipamento de trabalho.

Para demonstrarmos isso, escolhemos uma exploração camponesa de origem alemã, formada em terras que pertenceram a imigrantes franceses. Trata-se de uma das explorações mais avançadas da Colônia Santo Antônio.

As primeiras terras foram compradas por dois irmãos, em 1951, de um agricultor de origem francesa, com dinheiro emprestado. Eram 40ha, dos quais um quarto ocupado com mato natural. Em 1954, um dos irmãos vendeu sua parte ao outro e foi procurar novas terras. Em 1966, foram incorporados mais 40ha, e recentemente foram compradas novas áreas. Duas, de 15ha e 27ha, localizam-se fora da "Colônia Francesa", e uma, de 12ha, dentro da Colônia. Portanto, hoje são 134ha de superfície no total.

No início, a produção comercial era de batata e, muito secundariamente, de ervilha. Plantavam trigo, feijão e milho para autoconsumo. Tinham duas vacas leiteiras também para consumo e dois cavalos para tração do equipamento, constituído pelo arado, capinadeira, carroça e grade de dentes em madeira. A mão-de-obra era a do casal.

Atualmente a família é composta por sete filhos e duas filhas, todos adultos. Dois são casados, mas todos moram e trabalham na propriedade.

A superfície total divide-se em 70ha de superfície agrícola (estando 10ha em pousio), 40ha de pastagens naturais e 14ha que não se prestam à exploração.

A superfície cultivada está distribuída da maneira que segue.

As culturas anuais englobam:

- milho (35ha);
- soja (10ha);
- batata (0,5ha);
- feijão (2ha);
- capim elefante (8ha).

Costumam fazer rotação da soja e do milho com pastagens de inverno (azevém e ervilhaca).

Como culturas perenes têm:

- pêssego (4ha).

Eles passaram a cultivar o pêssego só a partir de 1966, quando compraram uma propriedade de um camponês de origem francesa, na qual havia um pomar já formado.

Os rendimentos das culturas são de 2 t/ha para o pêssego, 4 t/ha para o milho e 1,8 t/ha para a soja. Esses resultados são maiores que os obtidos pelos "franceses".

O principal produto comercial é o leite. A exploração tem 100 cabeças, estando 45 vacas em produção. Estas últimas vacas ficam durante o dia nos parques com as demais, mas, à noite, ficam em estábulo. Os resíduos formados pelas palhas e esterco que se formam no estábulo são aproveitados para gerar energia através de um biodigestor e para adubar a terra (biofertilizantes). Trata-se de uma integração da agricultura com a pecuária num nível inexistente na "Colônia Francesa", e chama atenção a proporção relativamente pequena de terras em pousio.

Mas, apesar de ser a pecuária leiteira a produção privilegiada, o rendimento obtido é baixo, o mesmo encontrado nas demais explorações da "Colônia Francesa", ou seja 1.800ℓ anuais, em média, por vaca. A situação de debilidade dessa produção nessa zona pode ser comparada a da produção leiteira da Europa no século XVIII. Sendo tipicamente de pequenos agricultores, não recebeu até hoje, no Brasil, o incentivo necessário para que o sistema seja intensificado, nem mesmo ao nível do melhoramento genético ou de uma adequada alimentação do gado.

Como os demais camponeses, possuem porcos (em número de 20), galinhas, patos e marrecos (em torno de 100), que são criados confinados, para autoconsumo, e cujo excedente é levado ao mercado. Portanto, também são camponeses dedicados à produção de subsistência, mas — e isso é importante para a nossa análise — com base num sistema de culturas diferente daquele dos franceses no que diz respeito à produção comercial.

Junto com essa diferença fundamental há outra de igual importância para a avaliação da organização econômica das explorações das duas comunidades: entre os camponeses de ascendência alemã, encontram-se aqueles que estão conseguindo sair do sistema de cultivo à tração animal para o cultivo mecanizado.

Na exploração que estamos analisando, o sistema é misto, uma vez que o tipo de equipamento de tração animal com o qual a exploração começou continua em uso. Há na exploração oito arados, seis capinadeiras, quatro grades de dentes, uma plantadeira à tração animal e uma trilhadadeira. Mas há 10 anos eles começaram a se mecanizar. Hoje possuem dois tratores (com 65CV e 43CV de potência) e os seguintes equipamentos: dois arados de discos, duas grades de discos, uma enxada rotativa, duas plantadeiras e adubadeiras, um pulverizador de barra e um atomizador. Há, ainda, uma ordenhadeira mecânica.

Para as diversas etapas da produção, diferentes recursos são combinados. No trabalho de lavragem, usam bois e cavalos em lugares inacessíveis ao trator. As etapas subsequentes são quase totalmente mecanizadas (só 5% da semeadura do milho não o é, por exemplo). Já na colheita, o uso de máquinas só é empregado para a soja, sendo manual para as demais culturas.

Ao contrário dos camponeses de origem francesa, existe de parte destes a preocupação pela preservação dos solos. Nessa exploração, o solo é tratado de acordo com as recomendações técnicas, baseadas em análise, e são adotadas medidas para o controle da erosão através de plantações em curva de nível e em terraço.

Empregam fertilizantes em todas as culturas segundo a orientação técnica da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Herbicidas são usados no milho e na soja, porém numa proporção 50% abaixo do recomendado. O trabalho de mondar, quando necessário, é feito com capinadeiras mecânica e manual.

O adubo orgânico produzido na exploração é distribuído por gravidade e reservado às forrageiras.

No pomar de pêsego, só usam defensivos contra as moscas e não empregam fungicidas, como o fazem os camponeses da "Colônia Francesa". Usam

mudas fornecidas pela fábrica para a qual vendem a produção com base numa espécie de contrato.

Estão associados à Cooperativa dos Produtores de Leite (COSULATI) do Município, da qual recebem assistência técnica no que concerne ao gado leiteiro. E, diferentemente de todos os camponeses entrevistados da "Colônia Francesa", essa exploração faz uso do sistema oficial de crédito rural.

Trata-se, pois, de uma situação em que está havendo desenvolvimento das forças produtivas e da produção. Mas, se é verdade que esse nível de progresso técnico não está generalizado entre as explorações da comunidade de origem germânica de Santo Antônio, também é verdade que nelas não se encontram os sinais de ruína presentes nas explorações da comunidade francesa.

Ao escolhermos como referencial de análise a exploração que tecnicamente está entre as mais avançadas da Colônia Santo Antônio, nosso objetivo foi o de avaliar o estágio de desenvolvimento atingido pela Colônia, a fim de situarmos os camponeses que são o objeto deste estudo. Com base no que observamos, podemos afirmar que objetivamente está ocorrendo nessa colônia um movimento de renovação dos meios de produção, ainda que limitado. Desse movimento, processado pelos mais aptos, não toma parte nenhum camponês de origem francesa. Logo, a questão é a de saber por que justamente esses camponeses, que são os mais antigos da Colônia, se encontram fora do processo e, conseqüentemente, qual é a particularidade que eles apresentam.

3 – A SITUAÇÃO DA “COLÔNIA FRANCESA” EM RELAÇÃO AO MEIO E AOS RECURSOS DO CAMPESINATO EM PELOTAS

3.1 – O campesinato na produção agrícola do Município

O desenvolvimento do campesinato em Pelotas representa o início da diversificação econômica da região. Ali a primeira charqueada fundada no Rio Grande do Sul, em 1780, deu origem ao povoamento. Durante quase um século, a pecuária extensiva permaneceu como ocupação dominante daquele povo, até serem introduzidas a policultura e a pecuária de pequeno porte pelos colonos europeus.

Uma nova etapa de diversificação econômica ocorreu no início deste século, quando se configurou enorme crise nas atividades das charqueadas. Os empresários do setor procuraram então transferir os recursos produtivos para outras atividades mais lucrativas. Encontraram boa alternativa na formação de lavouras capitalistas de arroz. Foi quando, pioneiramente, pecuaristas transformaram suas terras de pastagens em extensas lavouras, quer como exploradores diretos, quer como arrendadores.

Com o cultivo intensivo do arroz, teve início a mecanização e a irrigação das terras baixas e planas da zona pastoril. Houve a introdução do arrendamento como forma de explorar a terra, e foi vulgarizado o assalariamento agrícola na região. Já existia um contingente de mão-de-obra ociosa na zona rural do Município à disposição dessa nascente agricultura capitalista, conforme testemunhou um dos administradores do Município ao referir-se a um "(...) grande número de operários (sic) que antes viviam a braços com a miséria, não havendo quem os empregasse" até então (Relat., 1919, p. 34).

Até a década de 50, mais da metade das terras pelotenses era reservada às pastagens. A agricultura, propriamente, ocupava menos de 20% da superfície cultivada (Tabela 2.1 do Anexo 2). No final dos anos 60, ocorreu um movimento de mecanização e modernização das práticas agrícolas no Brasil, e, a partir desse processo, observa-se em Pelotas um maior avanço da lavoura sobre as áreas de pastagens. A política agrícola governamen-

tal, calcada no crédito subsidiado que visava desenvolver, ao mesmo tempo, um mercado para máquinas e insumos agrícolas e uma produção em grande escala de alguns produtos para exportação, favoreceu um forte incremento das lavouras de arroz e deu as condições para a formação também de grandes lavouras de milho e, principalmente, de soja. Com isso, a produção de grãos saiu do espaço delimitado da economia camponesa. O arroz, que fazia parte da produção colonial,¹ está hoje concentrado em mãos de um reduzido número de grandes produtores. Porém, ao contrário do que ocorreu com o arroz, o milho e a soja são cultivados pela grande maioria dos pequenos agricultores, provavelmente por serem produções que ainda permitem participação sem exigir necessariamente o emprego de capital. Estimativas feitas com base na safra 1982/83 (Fund. Planej. Urb. Reg. de Pelotas, 1983) mostram que 92% dos agricultores cultivavam o milho, 77% cultivavam a soja e somente 1,69% se dedicavam ao arroz. Essas três culturas são as que predominam economicamente em Pelotas. No ano de 1984, a área cultivada de cada uma delas era: 12.400ha de arroz, 18.000ha de soja e 18.000ha de milho.² Dessas três culturas, somente o milho está generalizado na "Colônia Francesa".

3.2 – A simplificação do sistema de culturas

A produção camponesa manteve-se diversificada, ainda que algumas de suas culturas, atualmente, confirmam ao Município de Pelotas características econômicas de região especializada e apesar de a estrutura produtiva desse campesinato ter se modificado no decorrer de um século de existência, modificação que simplificou o seu sistema de produção. No entanto a policultura permanece associada à pecuária de pequeno porte com toda a sua gama de derivados, onde a pecuária leiteira é largamente praticada. Mas, ao fazermos uma retrospectiva sobre a composição do produto desses camponeses, percebemos que há vários cultivos que não são mais praticados hoje. Dados estatísticos de 1940, por exemplo, mostram que a alfafa, o primeiro produto a ser explorado comercialmente pelos colonos franceses, continuava então com importância econômica para a comunidade, e nes-

¹ Na safra de 1918/19, por exemplo, 109 agricultores pelotenses colheram arroz, dos quais 90 haviam plantado em extensões de terras menores que 10ha, sendo responsáveis por tão-somente 5% da produção local.

² Os dados estatísticos referentes à produção aqui usados foram fornecidos pela agência da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de Pelotas.

sa época a produção da uva ainda notabilizava a região. Também eram culturas comercialmente rentáveis a fava, o alpiste, o trigo, a aveia e a cevada. Essas são lavouras que hoje desapareceram. Outras, ainda que continuem a ser cultivadas, perderam a antiga importância, como é o caso do amendoim, da ervilha e principalmente do feijão, cuja produção, embora mantenha hoje proporcionalmente o mesmo número de agricultores que ocupava em 1920 (isto é, 77% dos camponeses), teve grande redução na área plantada (de 6.520ha em 1920 passou para 2.600ha em 1984) e, conseqüentemente, na quantidade produzida, uma vez que o rendimento da cultura se reduziu à metade do que era então: de 1,10 t/ha caiu para 0,6 t/ha.

Genericamente, os tradicionais produtos dos pequenos agricultores perderam em rendimento no decorrer dos anos. É o caso da batata-inglesa e do milho, cultivados desde o início da colonização, mas que persistem como atividades das mais praticadas pela comunidade camponesa. Tomando como referência o período 1920-84, observamos que ambas as culturas tiveram aumento na área plantada (a batata passou de 1.000ha para 3.000ha), mas, de modo especial, o milho teve grande aumento de área (de 8.000ha passou para 18.000ha). No cultivo da batata, decresceu o número de produtores (em 1920, 74% dos estabelecimentos cultivavam-na e, em 1984, 62%), e o rendimento de 10 t/ha baixou para 7 t/ha, enquanto, no cultivo do milho, cresceu bastante o número de produtores (de 86% passou para 93%), mas também houve decréscimos no rendimento, que de 2,29 t/ha caiu para 1,53 t/ha.

Segundo técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Pelotas, essa baixa nos rendimentos das culturas camponesas deve-se à ausência de técnicas que possibilitariam o melhor uso e a conservação dos solos. O clima úmido de Pelotas exige uma rotação adequada de culturas e a adoção de cultivares tolerantes às doenças para a obtenção de bons rendimentos, e isso não se constitui numa prática regular entre os camponeses. Eles cultivam espécies inadequadas às condições ecológicas, não usam sementes selecionadas, não empregam fertilizantes e corretivos para o solo nas quantidades necessárias, e faltam-lhes os cuidados com a erosão. Trata-se de um conjunto de fatores que configuram um estado de deficiências técnicas, de atraso econômico, do qual nenhuma exploração da "Colônia Francesa" escapou.

A pecuária de pequeno porte praticada nas colônias, sempre em menor escala que a lavoura, tem servido, sobretudo, como uma fonte suplementar de renda para grande parte dos camponeses que têm longa tradição no fabrico de manteiga e queijos. Nos últimos anos, a pecuária leiteira destacou-se das demais (suinocultura, avicultura, apicultura) com significativo crescimento, que coloca o Município de Pelotas na posição de segunda bacia leiteira do Estado.

3.3 — Frutas e legumes: sistemas privilegiados

As regiões aptas ao cultivo de frutas de clima temperado são raras no Brasil, comparativamente à extensão de seu território. O Rio Grande do Sul possui zonas com as condições ecológicas necessárias a esse tipo de cultura, especialmente a região Encosta da Serra do Sudeste, da qual fazem parte os Municípios de Pelotas, Canguçu e São Lourenço.

Desde que os colonos ocuparam essas terras, podemos constatar a produção de uma grande variedade de frutas. Em Pelotas, inicialmente essa produção não era comercializada em todas as colônias, mas somente na "Colônia Francesa" e, muito secundariamente, naquelas de origem italiana. A Colônia Santo Antônio, em 1900, com 20 anos de existência, possuía pomares organizados com laranjeiras, pessegueiros, marmeleiros, pereiras, macieiras e outras árvores frutíferas.

Conforme os relatórios dos prefeitos da época enviados ao Conselho Municipal, o cultivo de frutas era praticado nos anos 20 por quase todos os colonos, sendo a cultura do pêssego a mais generalizada.

Ainda, no quadro típico da produção mais tradicional, merecem ser destacadas como lavouras também voltadas ao mercado a da cebola, a do fumo e, mais secundariamente, a do alho (com, respectivamente, 2.500ha, 800ha e 150ha de área cultivada em 1984). Entre as culturas introduzidas ultimamente, além da soja, encontramos o sorgo e a noz.

Mas o que particulariza a atividade desses camponeses em relação ao típico campesinato do Rio Grande do Sul é a exploração de frutas e legumes, matérias-primas para a indústria de conservas.

A fruticultura vem sendo praticada por sucessivas gerações, num amplo leque de variedades, onde são encontradas desde as que dão lugar a muito pouco comércio até as que alcançaram notável desenvolvimento. Destacou-se sobretudo a produção de pêssego, que, sem se configurar como uma verdadeira monocultura, revestiu o Município de Pelotas com características econômicas de uma região especializada. Dentre todas, as que adquiriram um valor comercial mais importante foram as culturas de pêssego, aspargo e morango. O cultivo de tomate, cenoura, pepino, pimenta e pimentão é relativamente recente. Tal processo de simplificação do sistema de cultivo faz parte da simplificação do conjunto das atividades que, no passado, se voltaram para a manutenção do grupo familiar camponês e que hoje se encontram reduzidas ao mínimo necessário à alimentação. O fato de existir um supermercado na entrada da Colônia Santo Antônio e de haver outros pequenos comércios espalhados na região são indícios de que os camponeses constituem um mercado de consumo para gêneros de primeira necessidade, os quais seus antepassados produziam.

Contudo, a exemplo do que ocorreu com a uva, os primeiros pomares pelotenses a serem explorados comercialmente não foram organizados pelos pequenos agricultores imigrados. Foi junto às duas vitivinícolas iniciais, isto é, primeiro na de Amadeo G. Gastal e, mais tarde, na de Ambrosio Perret, que foram cultivadas diferentes espécies de frutas de clima temperado de forma intensiva, em extensões de área de 150ha e 125ha respectivamente. Foi pioneiro o Sr. Perret, ao realizar um trabalho experimental de adaptação de várias qualidades de frutas importadas da Europa, Estados Unidos, Japão e Austrália que resultou em grandes viveiros. Esse estabelecimento vendia sementes, plantas e inclusive exportava enxertos para os países vizinhos.

As condições favoráveis de clima e solo e sobretudo a existência próxima de um mercado urbano em potencial motivaram os pequenos agricultores a desenvolverem comercialmente a produção de legumes, hortaliças e frutas. Por volta de 1940, era possível encontrar no mercado pelotense 41 variedades de frutas. Boa parte da produção era remetida para fora do Município "in natura", e a restante era localmente transformada em pastas e doces e depois vendida. Como em toda produção tipicamente camponesa, não havia grandes áreas contínuas plantadas, mas o volume produzido já era razoável, principalmente de pêssego. Vinte anos depois, em 1960, o pêssego havia se tornado uma das culturas locais mais importantes, sendo desenvolvida na zona do Município anteriormente ocupada pelas videiras.

A indústria de conservas que se formou na região, sem dúvida, estimulou sobremaneira o progresso do cultivo e propiciou uma situação de mercado vantajosa em relação às demais lavouras, pois se trata da produção que atinge o mais alto valor relativo entre os camponeses. Estima-se que existam 2.500 famílias³ de agricultores envolvidas com a cultura, numa área de 8.000ha, equivalente a 10% da superfície agrícola do Município.

Morango e aspargo são considerados matérias-primas "nobres"; elas alcançam valor relativamente alto, porém sem atingir as dimensões da lavoura do pêssego, nem quanto ao número de agricultores envolvidos nem quanto à área cultivada, que foi, no ano de 1984, de 1.200ha para o morango e 800ha para o aspargo, com uma produção de, respectivamente, 3.600t e 1.540t. Ainda que esses dados não sejam muito expressivos, Pelotas está em primeiro lugar, no plano nacional, no que se refere à produção de pêssego, morango e aspargo. Não se trata de sistemas de cultivo verdadeiramente especializados, uma vez que esses não passaram, até o presente, por um processo maior de intensificação. Com base em tais sistemas de cultivo de frutas e legumes, a "Colônia Francesa" foi organizada economicamente.

³ Dado fornecido pela Associação Gaúcha dos Produtores de Pêssegos.

3.4 – O campesinato e a estrutura fundiária de Pelotas

Mesmo que a produção vegetal tenha avançado em área cultivada, como já observamos, a maior parte da superfície utilizada permanece com a pecuária extensiva. Ou seja, em 1980, a área utilizada em Pelotas era, mais precisamente, de 241.209ha, sendo que menos de um terço estava ocupada pelas lavouras (Tabela 2.1 do Anexo 2).

Nesse movimento de transformação das áreas de pastagens em lavouras, o campesinato não teve participação, uma vez que não se deslocou da região serrana. A área ocupada pelo campesinato teve um pequeno aumento de 4% sobre o seu total, no decorrer das últimas quatro décadas (Tabela 2.2 do Anexo 2). É muito provável que esse aumento se deva à incorporação ao processo produtivo de terras inferiores da própria região. Por outro lado, é interessante observar que as matas continuam, desde 1920, representando cerca de 10% da superfície agrícola. Daí podemos deduzir que a ocupação da Serra de Tapes havia efetivamente se completado até aquela data e também que não houve reflorestamento desde então.

Quanto à situação fundiária, ressaltamos que o maior número dos estabelecimentos agrícolas de Pelotas está com os camponeses que detêm relativamente a menor parcela de terras, como, aliás, ocorre genericamente em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Comparando-se os dados dos Censos Agrícolas realizados desde 1920 até 1980, observamos que o número de explorações se manteve concentrado, maciçamente, nos segmentos de área que vão até 50ha. Ou seja, em 1920, esses segmentos de área referiam-se a mais de 73% do número dos estabelecimentos agrícolas de Pelotas e, em 1980, a mais de 92%. Portanto, houve um aumento quantitativo, mas devido a parcelamento das terras camponesas. Observamos também que essa divisão é mais notável no decorrer dos anos 50, e, desde então, uma alta percentagem, por volta de 60%, desses estabelecimentos vêm produzindo em áreas reduzidas, com menos de 20ha (Tabela 2.2 do Anexo 2).

A diminuição da área média dos estabelecimentos agrícolas dos pequenos proprietários foi generalizada em todo o território do Rio Grande do Sul. Em Pelotas, a área média das propriedades de até 50ha era representada por uma superfície de 20ha em 1920, que passou a ser de 16,4ha em 1980. Mas, para os demais estratos de áreas, a situação tem se mantido relativamente estável. A área média das propriedades de 200 a 1.000ha é a que mostra um aumento significativo, provavelmente devido ao avanço da agricultura capitalizada. É, contudo, nos estratos de 1.000 a 5.000ha que se concentra a maior parcela de terras em Pelotas, cuja área média em 1980 estava em 2.074,3ha (Tabela 2.2 do Anexo 2). Essas são terras onde há 200 anos vem sendo explorada a pecuária extensiva.

Informações estatísticas para as últimas décadas comprovam que, no essencial, a estrutura do Município não passou por modificações significativas. No entanto deve ser salientado que, apesar de predominarem os estabelecimentos explorados diretamente pelos proprietários, aumentou o número de estabelecimentos com diferentes combinações de acesso legal às terras. Em 1950, por exemplo, de cada grupo de 100 estabelecimentos 81,8 eram explorados pelos proprietários; atualmente, em 100 explorações 67,8 são de propriedade dos exploradores. O número de explorações que se formam em regime de parceria e das que se formam em terras devolutas pela simples ocupação é maior que o número de explorações em arrendamento (Tabela 2.3 do Anexo 2).

3.5 – A questão do êxodo rural

O crescimento da população camponesa levou ao esgotamento das terras cultiváveis e, conseqüentemente, ao êxodo. A participação relativa da população rural foi crescente até os anos 20. Em 1925, a composição da população do Município era de 55,17% urbana e 44,83% rural. Os dados do Censo Demográfico de 1980 mostram uma grande queda na participação percentual da população rural, estimada em 21,21% da população do Município. No período 1920-80, enquanto a população urbana cresceu a uma taxa média anual de 2,56%, a população rural elevou-se a uma taxa média de 0,67% ao ano (Tabelas 2.4 e 2.5 do Anexo 2).

Tomando-se as estatísticas do IBGE, que considera os maiores de 10 anos como integrantes da população ativa no meio rural, observamos que em Pelotas, desde 1940, o efetivo rural tem se mantido relativamente estável, girando em torno de 15.000 pessoas, o que pode ser considerado como um indicador do contingente de mão-de-obra suportável pelo sistema de produção vigente no meio.

Faltam dados precisos a respeito da migração em Pelotas para informar, por exemplo, suas causas específicas, o volume dos emigrantes, ou os destinos que tomaram. Devem, porém, ser levados em consideração, em primeiro lugar, que historicamente Pelotas tem a segunda maior concentração urbana do Rio Grande do Sul, depois de Porto Alegre, com 87,2 habitantes por km², como já assinalamos, enquanto o Estado tem 29,2 habitantes por km² (dados de 1980); em segundo lugar, que houve no Município um importante crescimento industrial. De fato, Pelotas não se encontra entre os municípios que fazem parte da área de expulsão, mas, ao contrário, a Cidade é área de atração de imigrantes, e disso inferimos que ela pode absorver o excedente populacional de sua zona rural.

Levando em conta que, do ponto de vista social, esse grupo de camponeses nada tem de particular em relação a camponeses de outras regiões do Rio Grande do Sul e de outras partes do Brasil, podemos dizer que as causas do êxodo rural nessa área estão nos próprios fatores que caracterizam um amplo segmento do setor agrícola brasileiro: uma estrutura fundiária com um número muito grande de explorações agrícolas com dimensões insuficientes para absorver a força de trabalho de uma família média, ou para gerar uma renda compatível com sua manutenção. No momento em que a terra perde a rentabilidade necessária para o sustento da população camponesa, ocorre a migração do excedente.

3.6 — Dados sobre o trabalho e o capital do camponesinato

É sabido que, no Rio Grande do Sul, a participação da mão-de-obra familiar no total de pessoas ocupadas nas explorações agrícolas é bastante alta. Em Pelotas, constatamos que, para cada grupo de 10 pessoas ocupadas com trabalhos agropecuários, a incidência de mão-de-obra familiar variou, de 1940 a 1980, entre 7 e 8,9 pessoas (Tabela 2.6 do Anexo 2).

Em relação ao processo de trabalho, essa mão-de-obra caracteriza-se por práticas agrícolas situadas à margem do processo de mecanização agrícola que vem ocorrendo no País, com mais intensidade, há aproximadamente 20 anos.

Para o presente, as informações disponíveis não possibilitam uma análise em separado da situação do camponesinato, uma vez que elas se referem ao conjunto das explorações do Município. Portanto, a partir dos dados estatísticos a esse nível, deduzimos que são ainda bastante arcaicas as condições de produção, pois é grande o número de arados de tração animal, que provavelmente devem estar concentrados entre os pequenos produtores. Ou seja: em 1980, 84,54% dos arados existentes em Pelotas eram de tração animal — uma cifra um pouco superior à observada para o Estado do Rio Grande do Sul. Nos últimos anos, têm crescido o número de arados à tração mecânica, enquanto o número de arados à tração animal deixou de aumentar em proporções maiores do que as observadas para o Estado do Rio Grande do Sul. Quanto ao uso de tratores em Pelotas, o crescimento é levemente superior ao do Estado, porém muito aquém do desejável: para 6.485 explorações agrícolas, existiam, em 1980, 1.676 tratores (Tabela 2.7 do Anexo 2).

O emprego da tração animal como meio de transporte é o preponderante na zona colonial de Pelotas, 25 anos depois de a indústria automobilística ter sido implantada no País. Constatamos que a charrete e a

carreta puxadas por cavalos ou por bois ainda são muito utilizadas, e os dados estatísticos a nível do Município mostram que os veículos à tração animal são predominantes, na proporção de sete para cada grupo de 10 veículos (Tabela 2.8 do Anexo 2).

Quanto aos fertilizantes, em Pelotas há uma certa tradição no seu uso, mesmo entre os camponeses. Atualmente observamos que os estabelecimentos agrícolas pelotenses os empregam em proporções maiores do que as registradas para o conjunto do Rio Grande do Sul. Os últimos dados disponíveis indicam, sem informar as proporções, que 96,02% dos estabelecimentos pelotenses usam adubos químicos, e 76,63%, adubos orgânicos (Tabela 2.9 do Anexo 2).

CONCLUSÕES DA PARTE I

Envelhecimento da população ativa, falta de cuidados com a terra e com os cultivos, gado maltratado, ausência de progresso técnico são alguns dos indicadores do processo de ruína dos camponeses descendentes de franceses.

Desde a formação da Colônia, esses agricultores estiveram próximos aos grandes proprietários, que se caracterizaram por serem os introdutores de novas idéias e de novos sistemas na agricultura do Sul do Brasil; e, hoje, encontram-se em meio a um movimento de capitalização que se ampliou, envolvendo as pequenas explorações mais capacitadas. Contudo continuam fatalmente apoiados num sistema de cultivo à tração animal, o qual se particulariza pela grande desvantagem de não ter sido jamais intensificado.

Isso se comprova, em primeiro lugar, porque o sistema de cultivo à tração animal, plenamente desenvolvido por camponeses europeus a partir do século XVIII, compreende algumas técnicas de produção que não foram de todo conquistadas por esses camponeses. Esse modo de exploração, quando plenamente desenvolvido, se caracteriza pela prática de uma sucessão de cultivos em estreita associação com a pecuária, de forma a preservar a fertilidade dos solos sem a necessidade de deixá-los em repouso.

E o que ocorre entre os camponeses em questão? Na verdade, eles associam a produção vegetal com a animal, mas é uma ligação muito relativa e restrita, porque em seus sistemas não só o pousio da terra jamais foi suprimido, como também é dada pouca importância à produção animal. Num sistema de cultivo à tração animal em que as produções da lavoura e da pecuária são equilibradas, ocorre uma integração de efeitos mútuos: um plano de rotação que inclua leguminosas e gramíneas não só estará garantindo a preservação da fertilidade dos solos, como fornecerá alimentação aos animais, que, por sua vez, assegurarão o adubo necessário para aumentar o rendimento das culturas e permitir o uso continuado dos solos. Ora, os camponeses observados incluem as forrageiras em seus sistemas de policultura apenas para servir de complemento à alimentação dos animais, efetuada, basicamente, nos espaços não cultivados que cada uma das explorações é obrigada a manter por períodos prolongados, a fim de recuperar os solos. Assim, ficam impedidos de cultivar uma área maior. Além disso, em consequência de não alimentarem os animais nos estábulos, carecem de adubos orgânicos, e essa falta não é compensada com culturas que enriqueçam os solos. Nessas condições, não conseguem bons rendimentos do que produzem.

Em segundo lugar, podemos constatar que tal sistema de cultivo à tração animal nunca chegou a incluir equipamentos verdadeiramente "pesados". Ainda que esses colonos tenham carroças, charretes, arados e grades, a produção repousa sobre um material artesanal, primitivo, e deve-se muito pouco a investimentos de origem industrial. Efetivamente, a Colônia nunca contou com os equipamentos que foram desenvolvidos a partir do final do século XIX e início do século XX, como, por exemplo, ceifadeiras ou tripladeiras.

Esse sistema de cultivo à tração animal não inteiramente conquistado limitou o crescimento da produção e o desenvolvimento da agricultura, e, em conseqüência, os colonos mantêm-se num baixo nível de subsistência. Sair desse sistema de exploração e entrar no sistema mecanizado, imposição dos dias atuais, representa um salto enorme. É tarefa extremamente difícil, que, talvez, só alguns dos que possuem mais terras consigam e, mesmo assim, a duras penas, pelo fato de o equipamento das explorações ser totalmente para animais de tração. Produzir no novo sistema exigiria a compra de um primeiro trator acrescido de todos os demais implementos necessários. Ou seja, para eles significa partir do zero.

Sem terem passado por um processo de modernização progressivo e adaptado, a mudança do arcaico para o moderno custa verdadeiramente caro a esses colonos em relação ao ponto de acumulação de capital no qual se encontram. Diante de tamanha dificuldade, compensaram-se com produtos em que a produtividade é menos influenciada pelo aporte de máquinas. Culturas nas quais não são adotados sistemas completos de mecanização, como a de aspargo, a de morango ou mesmo a de pêssego, uma vez que a região dispõe das condições ecológicas convenientes.

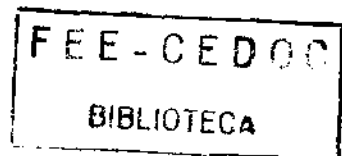
Porém toda a situação de fragilidade, de dificuldades ao desenvolvimento, não pode ser considerada como uma particularidade desses camponeses, longe disso. As informações analisadas sobre o conjunto do setor agrícola do Município de Pelotas mostram a predominância de sistemas arcaicos de exploração. Há um lento avanço das forças produtivas nas colônias, devido à falta generalizada, entre os agricultores, de margens de lucro, como é precisamente o caso da "Colônia Francesa". As condições em que trabalham não lhes possibilitam formar um excedente comercializável no final do ciclo produtivo anual que possa ser aplicado na intensificação do processo produtivo, quer com mais terras, quer com novas tecnologias. Mesmo aqueles que mais ou menos conseguem transpor essa dificuldade ainda não conquistaram um sistema moderno de exploração, tendo, em geral, que trabalhar com uma combinação de sistemas (manual, à tração animal e mecanizado), empregando insuficientemente adubos e material vegetal selecionado e sem condições de acesso a raças selecionadas de animais de maior rendimento.

Embora o arcaísmo predomine, a tendência à transformação já ocorre entre o campesinato de Pelotas, segundo os dados estatísticos examinados; e a simplificação de seus sistemas de culturas em relação a algumas décadas passadas indica que está em andamento um processo de especialização. Porém, assim como o progresso técnico, quando incorporado, ainda é insuficiente, a produção comercial — frutas, legumes ou leite — está, até agora, fortemente apoiada no sistema de policultura. Geralmente, um grau de especialização relativamente maior em frutas e legumes revela a exploração de uma pequena parcela de terras ou uma débil estrutura de capital. Isto porque, face às dificuldades de acumulação, o camponês é levado ao cultivo daquilo que, por não contar ainda com uma tecnologia apropriada, exige alto emprego de mão-de-obra e, portanto, dispensa uma forte composição orgânica de capital. Trata-se, pois, de uma especialização por exclusão, que "abriga" os menos capacitados. Efetivamente, aqueles camponeses que se iniciam na escalada da mecanização não fazem dessas culturas a base econômica de suas explorações.

Como os dados mostram ser relativamente baixa a penetração do sistema moderno de exploração, presumimos que a ruína da "Colônia Francesa" não se deve a uma situação de concorrência muito desigual entre os camponeses de Pelotas; efetivamente, a modernização é bastante recente e sobretudo incipiente. A falta de progresso técnico que caracteriza a "Colônia Francesa" não a coloca, portanto, em situação de contraste em relação ao campesinato da região.

A particularidade da "Colônia Francesa" deve-se, talvez, à decadência generalizada que constatamos ao nível de cada exploração e ao fato de ela se encontrar com absoluta falta de uma perspectiva de desenvolvimento econômico e social.

Supomos que a chave para o entendimento do processo de deterioração do grupo está no sistema de produção em torno do qual girou sua economia. E, portanto, para compreendermos o estado atual da Colônia, achamos necessário reconstituir, ao menos em parte, o seu passado e a sua evolução. De imediato, com base no que foi analisado, podemos aventar a hipótese de que esse pequeno grupo, implantado em meio a uma população camponesa de origem alemã, baseou sua economia num sistema de cultivo distinto dos demais, provavelmente por razões culturais. A constatação de que o processo de ruína da "Colônia Francesa" é bem anterior ao movimento de capitalização do campesinato da região leva-nos a supor — de acordo com a tendência fundamental do capitalismo, a qual consiste na eliminação do menor pelo maior — que esses camponeses enfrentaram, no passado, uma situação de concorrência que lhes foi desfavorável.



PARTE II

RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA "COLÔNIA FRANCESA": ORIGENS DO GRUPO E PROCESSO DE INTEGRAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA (1870-970)

INTRODUÇÃO

A reconstituição da trajetória da "Colônia Francesa" tem por objetivo compreender as circunstâncias dadas para a sua criação e evolução econômica. Compõe-se de duas partes. A primeira trata da colônia oficial São Feliciano, implantada, em 1874, pelo Governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, para onde foram dirigidos os imigrantes recém-chegados da França. Essa parte fundamenta-se: na documentação manuscrita existente sobre o assunto no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; nos relatórios sobre a administração da Província, enviados anualmente pelo Presidente à Assembléia Legislativa; na legislação provincial e imperial sobre a colonização; e nos testemunhos deixados por escrito pelos imigrantes e que se encontram em poder de seus descendentes.

A segunda parte refere-se à Colônia Santo Antônio, organizada pela iniciativa privada, para onde foram os imigrantes franceses em 1880, ao abandonarem a colônia oficial. Essa parte baseia-se em: informações de jornais, revistas e almanaques locais da época; relatórios administrativos que os Intendentes do Município de Pelotas enviavam à Câmara Municipal; documentos manuscritos e informações existentes no Museu da Biblioteca Pública de Pelotas; e informações encontradas na Unidade de Geografia e Cartografia da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

Aqui o texto toma uma abrangência maior do que seria desejável, por termos optado pela manutenção, no corpo do trabalho, de passagens da retrospectiva histórica que, mesmo sendo pertinentes ao estudo, arriscam tornar sua leitura cansativa. Essa nossa opção tem por objetivo divulgar alguns momentos da história do Rio Grande do Sul que tivemos oportunidade de reconstituir e sobre os quais há escassez de informações sistematizadas e grande dispersão de fontes.

1 — A COLÔNIA GOVERNAMENTAL QUE ORIGINOU A COMUNIDADE FRANCESA

1.1 — A política oficial de colonização e a imigração francesa

As poucas tentativas governamentais para a formação de colônias agrícolas com imigrantes franceses na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul não obtiveram sucesso. A Colônia Santo Antônio, único núcleo agrícola com franceses que logrou êxito, não se desenvolveu sob o patrocínio governamental, ainda que tenha sua origem na colônia provincial São Feliciano. A Colônia Santo Antônio foi organizada sob a iniciativa privada, e seus primeiros lotes foram vendidos a franceses chegados meio século após ter o Governo Imperial instaurado, na Província, a política de colonização dirigida com base em pequenas propriedades rurais.¹

Executada pessoalmente pelo Imperador D. Pedro I,² a política de colonização esteve, no início, voltada para a formação de núcleos de povoamento. Mais tarde, a ela foi vinculada a questão do fornecimento de mão-de-obra livre para a grande lavoura, quando passou a se constituir em política de colonização e imigração.

¹ O Rio Grande do Sul começou a ser povoado somente no século XVIII, quando a Coroa Portuguesa distribuiu sesmarias nas zonas do litoral, no centro e nas fronteiras sul e oeste, em terras de campo, onde foi desenvolvida a pecuária extensiva. Tais sesmarias foram concedidas no Rio Grande do Sul até 1825.

Entretanto, para maior garantia da posse dessa parte do território brasileiro, ainda nesse século foram assentados, nas margens dos rios da bacia oriental, agricultores das ilhas dos Açores, que deram início às primeiras povoações com base em propriedades que deveriam equivaler a 272,25ha, mas que, segundo parece, ficavam muito aquém disso. Até o ano de 1824, os agricultores do Rio Grande do Sul eram todos açorianos.

Após a independência do Brasil (1822), o Imperador D. Pedro I passou a interessar-se pelo povoamento e pela exploração de novas regiões em território brasileiro, através de brancos que não fossem portugueses, implementando, então, a política de colonização dirigida com base nas pequenas propriedades.

² A colonização foi introduzida por D. João VI em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, em 1819. Essa experiência, feita com imigrantes suíços, não foi bem sucedida.

Enquanto política de colonização, foi na Província do Rio Grande do Sul que ela tomou verdadeiro impulso, tendo sido implantada para sanar os problemas de uma extensa região de fronteira com grandes zonas desabitadas, cobertas de matas, e cuja situação política em relação aos países limítrofes não estaria completamente definida. Com o fim de explorar e povoar a terra, os imigrantes foram organizados em núcleos e receberam tratamento de verdadeiros colonos, que, de posse de suas terras, viviam como pequenos proprietários rurais (Holanda, 1980).

Mas, em função da necessidade de formar um mercado de trabalho face à desativação do regime escravocrata, a legislação da política de colonização foi subordinada aos interesses dos grandes proprietários do centro do País, que, para garantirem a produção de suas lavouras, lançaram mão da imigração, respaldados num conjunto de medidas que foram sendo elaboradas para atrair o imigrante.

Assim, a política de colonização, inaugurada, na Província do Rio Grande do Sul, na década de 20 do século passado, enquanto "(...) não refletia linearmente os interesses específicos da cafeicultura" (Martins, 1973, p.63), oferecia aos colonos vantagens que jamais foram igualadas durante todo o período — que se prolonga até às vésperas da primeira Guerra Mundial — em que houve a promoção oficial da imigração.

Essas primeiras colônias³ foram os únicos casos em que os agricultores receberam gratuitamente as terras, assim como o foram as viagens que os trouxeram da Alemanha e todas as ferramentas agrícolas fornecidas a eles. Eles foram igualmente isentos de restituir quaisquer subsídios, mesmo os recebidos em dinheiro nos dois primeiros anos de estabelecimento.

O Governo Geral — até então executor exclusivo da política de colonização — aboliu, em 1830, a despesa com a colonização estrangeira em todas as províncias do Império. Quatro anos depois, instituiu o sistema de colonização às expensas das províncias: cada governo provincial deveria diligenciar a colonização em sua área.⁴ Todavia foi somente em 1848

³ Em número de três, eram: Colônia de São Leopoldo, fundada em 1824, Colônia D. Pedro de Alcântara (em Torres) e Colônia Três Forquilhas (em Osório), fundadas em 1826. Por ter sido a primeira experiência de colônia bem sucedida, a de São Leopoldo é considerada como o início da colonização européia não portuguesa no Brasil.

⁴ A Lei do Orçamento, de 15 de novembro de 1830, proibindo novos investimentos na colonização, adveio do fato de ser essa política mal vista no Parlamento Brasileiro pelos representantes dos grandes latifundiários — o que teria sido, mesmo, uma das causas da abdicação do Imperador D. Pedro I em 1831. O Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, deixando a cargo dos governos provinciais a colonização, foi editado no período da Regência, quando a questão recebia pouca importância (Roche, 1969).

que o Governo Imperial criou, de fato, condições para que isso ocorresse, concedendo às províncias o direito — que lhe era reservado — de acesso às terras devolutas.

Reiniciou-se, assim, no final dos anos 40, a promoção governamental da colonização no Rio Grande do Sul, ainda que em condições mais modestas, devido à carência dos recursos financeiros provinciais. Também por essa época, surgem as primeiras tentativas de colonização empreendidas por particulares. Mas é a Lei Provincial, de 30 de novembro de 1854, que é considerada um marco na história da colonização do Rio Grande do Sul, pois lhe definiu as bases para o desenvolvimento mais ordenado e melhor adaptado às condições financeiras da Província. Até então, a colonização baseava-se na doação de terras aos colonos, mesmo depois que o Governo Geral decidiu, em 1850, não mais as doar. Essa lei passou a exigir o pagamento não só das terras que o Governo Provincial ficava autorizado a comprar de particulares para a colonização, como também das que haviam sido doadas à Província para esse fim, conforme a Lei de 1848. A legislação provincial concedia aos imigrantes tão-somente a acomodação dos recém-chegados e o transporte até as colônias as quais se destinavam. Não lhes dava gratuitamente casa, ferramentas, dinheiro ou qualquer outro subsídio.

Até 1875, os imigrantes no Rio Grande do Sul eram predominantemente de origem alemã e, a partir dessa data, prevaleceram os italianos. A imigração francesa, embora não possa ser comparada numericamente com essas duas correntes imigratórias, não deixou de ser significativa. Mas, enquanto os demais imigrantes europeus vinham engajados na política oficial de colonização, os franceses em geral vinham livremente e localizavam-se sobretudo nas vilas.⁵

⁵ O decreto de 1830, já referido, acarretou um grande refluxo no movimento imigratório, refluxo agravado na Província do Rio Grande do Sul pela Revolução Farroupilha (1835-45). Terminada a guerra civil, recomeçou a entrada de imigrantes na Província e, então, segundo Klaus Becker (1958), a imigração francesa foi numericamente superior às demais, mesmo à portuguesa. Só em Pelotas, segunda cidade em importância na Província, entraram 570 franceses entre 1844 e 1846.

Na *Falla dirigida à Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. José Antonio de Azevedo Castro* (1876, p.38), lê-se que, entre 1859 e 1875 — período de escassa imigração e anterior à vinda em massa dos italianos —, entraram no Rio Grande do Sul 12.563 imigrantes: 9.864 alemães e austríacos; 729 italianos; 648 franceses; 263 suíços; e os demais de diferentes nacionalidades.

É notável a presença de franceses vindos, no século XIX, na condição de professores, jornalistas, técnicos, engenheiros, médicos, comerciantes, artistas, etc., embora não seja conhecido o montante desses imigrantes.

As tentativas governamentais de fixação de imigrantes franceses em núcleos agrícolas deram-se nas Colônias São Feliciano, Dona Isabel e Conde D'Eu. As duas últimas, posteriormente, transformaram-se em grandes colônias italianas e hoje constituem os Municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi respectivamente. Através de documentos da Inspetoria Especial de Terras e Colonização, pode-se constatar que muitos franceses foram enviados também para a Colônia de Santa Maria de Soledade (no Município de Montenegro), administrada por particulares. Com exceção do núcleo formado em São Feliciano, os demais franceses misturaram-se, num curto espaço de tempo, com os colonos de outras nacionalidades.

Imigrantes franceses permaneceram na Colônia São Feliciano de 1874 a 1880. Ao cabo desse período, esses colonos abandonaram a Colônia, e parte deles buscou uma alternativa na região de Pelotas, onde toda a área montanhosa estava sendo ocupada por colonos europeus pelo sistema privado de colonização.

Os fatos referentes às origens do grupo de camponeses ora em estudo, que permitem o conhecimento das condições históricas dadas para a formação desse campesinato, encontram-se no Anexo 3 (**Descrição das circunstâncias que originaram a "Colônia Francesa"**). Destacaremos a seguir alguns de seus aspectos.

1.2 — As expectativas governamentais e as expectativas dos imigrantes

A legislação à qual o colono foi submetido não só revela os mecanismos jurídicos usados para implantar a economia camponesa, como permite uma apreciação sobre as expectativas do Governo com o novo sistema econômico.

Primeiramente, é preciso considerar que, com a Lei de Terras de 1850, cessaram as doações de terras no Brasil. O Governo Imperial passou a vendê-las a quem quisesse colonizar o Sul, mas, para maior garantia do empreendimento, dava preferência a europeus com tradição camponesa.

A terra, portanto, tinha um preço, apesar de artificial, uma vez que este não era fixado de acordo com as leis de oferta e procura. Esse foi um fator determinante na iniciação econômica do colono que chegava sem dinheiro, como foi o caso dos franceses na Colônia São Feliciano, "extremamente pobres", obrigados a adquirir as terras a prazo. Isso aumentava a dívida que cada colono contraía junto ao Tesouro Público, formada pelas despesas com a viagem de vinda da Europa e com a implantação nos respectivos lotes (incluindo qualquer espécie de ajuda financeira, ferramentas, sementes ou custos com a infra-estrutura da colônia).

Instalados, os colonos eram obrigados a cultivar a terra sob pena de perdê-la. Com a instituição da pequena propriedade, o Governo estabeleceu também um novo tipo de relação de produção, ao proibir que fosse empregada mão-de-obra escrava, forçando a organização do trabalho com base na mão-de-obra familiar. Submetidos a esse sistema, finalmente, os colonos eram obrigados a mercantilizar o que produziam para amortizar a dívida contraída junto ao Estado.

Mas as pretensões do Governo em relação às colônias que formava iam além daquelas de criar a condição de pequenos proprietários de terras e dos meios de produção, aptos a organizarem o trabalho com base na mão-de-obra familiar e capazes de produzir um excedente a ser comercializado. A documentação examinada revela que havia a expectativa de que ocorresse nas colônias algo também no sentido de formar uma indústria artesanal a partir das necessidades de cada grupo colonial.

Os imigrantes, por sua vez, eram atraídos pela propaganda mantida pelo Governo brasileiro na Europa, que lhes prometia uma situação não correspondente à dura realidade que deveriam enfrentar uma vez estando no Brasil. Os que optavam pela agricultura almejavam o que não podiam ter em seus países de origem, isto é, a posse da terra e dos meios de produção. Esperavam encontrar uma situação favorável a sua reprodução enquanto camponeses. Isso requeria a integração econômica do camponês em áreas que oferecessem uma perspectiva de desenvolvimento.

Levando-se em consideração esse leque de expectativas, pode-se dizer que a Colônia São Feliciano não foi uma experiência bem sucedida no período da colonização francesa, por faltarem as condições básicas de produção e troca para viabilizar o desenvolvimento das forças produtivas na Colônia, como se verá a seguir.

1.3 – As condições objetivas nas quais a Colônia foi criada

A economia camponesa foi instaurada, no Sul do Brasil, em condições precárias no que se referia tanto ao meio natural quanto aos recursos. Contudo, onde havia mercado consumidor, viabilidades de comunicação e terras férteis, as colônias progrediam, formando uma paisagem nova e bastante característica. Mas esse não foi o caso da de São Feliciano, pelas razões a seguir arroladas.

Primeira, sua criação coube ao Governo da Província, que se utilizou de terras devolutas pertencentes ao Governo Imperial numa região de densas matas. Entre a data do decreto de sua fundação (1861) e a data

de sua ocupação (1874), transcorreram 13 anos. As causas dessa demora passam por questões de litígio, mas têm muito a ver com a exigüidade dos recursos de que dispunha o Governo da Província para a implantação da infra-estrutura mínima necessária para a formação das colônias agrícolas.

A Colônia São Feliciano foi localizada no Distrito de São José do Patrocínio, no Município de Encruzilhada, em terreno montanhoso de difícil acesso, à margem direita do arroio Sutil, afluente do rio Camaquã, navegável por canoa somente no inverno. Sua superfície era por volta de 10.000ha.

Inicialmente, o arroio foi a via de comunicação da Colônia. Mais tarde, foi aberta uma única estrada ligando a Colônia à Vila de São João Batista de Camaquã, situada a 40km. As outras povoações mais próximas eram: um vilarejo insignificante — São José do Patrocínio —, a 18km, e a Vila de Encruzilhada, aproximadamente a 60km, com os quais a Colônia se ligava por caminhos de difícil trânsito. Nenhuma das duas vilas tinha condições de oferecer uma perspectiva de desenvolvimento para São Feliciano, por não se constituírem em mercado consumidor para sua produção agrícola. Elas eram supridas com a produção de colônias mais próximas.

Segunda, face ao isolamento geográfico e econômico da Colônia, também deve ter contribuído para inviabilizá-la o pequeno número de pessoas que a formava, reflexo das barreiras que o País enfrentava para recrutar imigrantes.

Sua população atingiu um número de 265 pessoas, sendo a menor das quatro colônias administradas pela Província, as demais tinham um número de habitantes de três a nove vezes maior do que São Feliciano. Tratava-se de uma população proletarizada, totalmente dependente dos poucos subsídios governamentais.

Normalmente, a assistência governamental aos colonos limitava-se ao período compreendido entre a chegada e a instalação definitiva nos lotes. Porém, face à penúria da população de São Feliciano, houve fornecimentos suplementares de alimentos, o que, no caso, representava um aumento efetivo da dívida do colono. Não ocorreu de parte das autoridades governamentais qualquer iniciativa no sentido de criar condições para o progresso desses colonos.

Sem conseguirem explorar convenientemente a terra, recorreram ao direito que lhes foi assegurado como fonte eventual de renda: a venda da força de trabalho ao Governo, que a empregava na construção de obras públicas.

Terceira, são mínimas as informações sobre o sistema agrário da Colônia.

Os solos não eram reconhecidamente de primeira qualidade. Devido ao número relativamente pequeno de habitantes, mais de 60% da área da Colônia permanecia sem cultivos.

Os colonos enfrentavam grandes dificuldades na apropriação da natureza, indício da primitividade dos meios de produção utilizados nas tarefas agrícolas.

Sabemos que, em todos os núcleos coloniais, o uso do arado era habitualmente adotado nas terras livres de embaraços do desmatamento para substituir a enxada, usada enquanto havia restos de troncos nas roças. Em relação a essa maneira de preparar a terra para o cultivo, achava-se São Feliciano em atraso, pois nela não era empregado o arado; só havia instrumentos para trabalhos manuais. Tratava-se, pois, do sistema de culturas sobre queimadas: após a derrubada do mato virgem, ateavam fogo e, em seguida, preparavam a terra só com o uso da enxada. Além do material fornecido pelo Governo, isto é, machado, foice e facão, os documentos fazem ainda referência ao serrote.

Quarta, tudo leva a crer que o sistema de culturas não seguiu uma orientação expressa do Governo, sendo determinado fundamentalmente a partir das necessidades do próprio grupo.

Os colonos produziam, pela ordem de importância, milho, trigo, feijão, batata e fumo. Dados para o ano de 1878 informam-nos sobre a parte da produção vendida: 13,5% do milho, 80% do feijão, 2,3% do trigo e 66% do fumo produzido. Vendiam também banha e toucinho. Havia videiras, e os colonos produziam vinho. Mas, de acordo com o relatório feito pelo funcionário do Governo Provincial encarregado de observar o desenvolvimento da Colônia, a produção "per capita" era muito baixa, se comparada com a das outras colônias existentes, e a comercialização, esporádica.

No período enfocado, os colonos não haviam ainda formado campos para pastagens e não possuíam nem mesmo uma vaca. Nas fontes consultadas, há referências à existência de cavalos, usados para o transporte.

Assentados numa região onde não se havia viabilizado a formação de um mercado, nem o artesanato mais elementar foi desenvolvido — como o da moagem de grãos, o da ferraria, ou mesmo uma casa de comércio.

Quinta, os colonos não promoveram melhoramento na Colônia. Moravam em casas muito toscas e utilizavam caminhos precários. Se, de um lado, a documentação oficial chama atenção em tom desalentador sobre o estado de estagnação da Colônia, de outro, revela a situação administrativa confusa gerada pelo duplo poder nela instaurado.

Efetivamente, tanto o Governo Geral como o Provincial mantiveram, concomitantemente, seus funcionários em São Feliciano. Estes represen-

tavam posições conflitantes em relação à maneira de administrar a Colônia, o que criou muita instabilidade administrativa. Na prática, isso resultou no não-cumprimento das determinações legais prometidas pelo Governo Geral aos colonos, tais como, por exemplo, a construção da escola, a da capela e assistência médica, serviços que os cofres da Província não podiam sustentar.

Para o fracasso da Colônia São Feliciano contribuiu decisivamente o isolamento da região, e esse fator deve ser avaliado num conjunto de dificuldades de toda ordem, normalmente encontrado pelos imigrantes que se instalavam na Província. Não podiam ter como segura a ajuda governamental para enfrentar problemas que estavam fora de suas possibilidades, por serem, geralmente, proletários. Esses problemas iam desde doenças que lhes eram desconhecidas até a obtenção das condições mínimas necessárias para produzirem e comercializarem a produção.

Os franceses abandonaram São Feliciano aos poucos. Em 1876, havia 167 pessoas na Colônia, sendo 88% franceses. Três anos depois, sua população estava 100% maior, mas a participação dos franceses baixara para 36%. Parte desses retirantes procurou uma alternativa na Serra de Tapes, no Município de Pelotas, a 65km em linha reta de São Feliciano. Foram em busca de escola para seus filhos, de melhor infra-estrutura, como vias de comunicação e pontes. Buscavam um mercado onde pudessem realizar sua produção, para terem finalmente em mãos o dinheiro tão almejado: todas as manifestações por escrito da época deixadas por esses colonos estão impregnadas de uma grande inquietação pelo dinheiro.

2 – A FUNDAÇÃO DE UMA NOVA COLÔNIA EM UM SISTEMA PRIVADO DE COLONIZAÇÃO*

2.1 – A formação do campesinato em Pelotas

Antes mesmo que o Governo Provincial tivesse organizado uma política de colonização com base na Lei Imperial de 1850, que determinava a venda das terras estatais a serem colonizadas, começava, no Rio Grande do Sul, a colonização de iniciativa privada. No dizer de Karl von Koseritz, que, na condição de agente-intérprete da colonização a serviço do Governo, tinha conhecimento do assunto, a colonização provincial "(...) só começou a vigorar com a lei nº 304, de 1854, que estabelece as bases da pequena propriedade rural, sendo vendidos os prazos coloniais aos imigrantes (...)" (Relat., 1867, p.9). Até praticamente a metade do século passado, o Governo Geral era o único responsável pelas colônias do Rio Grande do Sul, pois foi com a criação da Colônia de Santa Cruz, em 1849, que a Província assumiu tais cuidados. Desde então, não só esses dois níveis de poder seguiram atuando na organização das colônias, como houve a penetração de capitais privados. Vários especuladores, freqüentemente estrangeiros, passaram a se interessar pela aquisição de terras devolutas, o que caracterizou, francamente, a colonização como um negócio.

Os primeiros investimentos privados no Estado, em número de quatro, foram feitos, entre 1846 e 1848, com agricultores procedentes da Colônia de São Leopoldo e não muito distante desta.¹ Ao mesmo tempo começava, no sul da Província, o empenho de levar a colonização para lá.

A iniciativa partiu da administração municipal de Pelotas, interessada em introduzir a agricultura na economia do Município, a qual se en-

* Partes deste capítulo compõem os artigos *A Colonização Européia Não Portuguesa no Município de Pelotas* e *Evolução e Decadência da Vitivinicultura em Pelotas*, publicados na revista *Ensaio FEE*, v.5, n.2, 1984, p.47-55 e v.10, n.2, 1987, p.121-29 respectivamente.

¹ As primeiras colônias com investimentos privados foram as seguintes: Mundo Novo, criada por Tristão José Monteiro; Bom Princípio, criada por Guilherme Winter; e Santa Maria da Boca do Monte (Pinhal), criada por Miguel Kroeff, todas de 1846. Em 1848, foi fundada a Colônia de Carí por Santos Guimarães (Roche, 1969).

contrava centrada na pecuária e na indústria de charque. Tais atividades se localizavam nas campinas, as quais, ocupando a maior parte do Município, se estendiam no sentido do leste para o sul de seu território. Para isso, o Governo Provincial autorizou, em 1848, a criação de uma colônia agrícola – denominada Colônia São Francisco de Paula –, que, todavia, nunca foi criada, por ter o Presidente da Província, um ano após, julgado-a inoportuna. Isso não impediu que, na mesma época, a colonização lá se desenvolvesse, levada por empresários locais, que, com poucas exceções, se tornaram os responsáveis pela introdução dos colonos ocupantes de toda a zona da mata da Serra de Tapes (localizada no Município de Pelotas, no sentido norte a oeste) e das terras inadequadas à pecuária.

Em 1849, formou-se a Associação Auxiliadora da Colonização para a criação da Colônia D. Pedro II em terras de um de seus acionistas (Antonio Rafael dos Anjos), localizadas na estrada que da sede de Pelotas ia para o então Distrito de Capão do Leão. Compunha-se de 48 lotes, que foram entregues a um número aproximado de 300 colonos irlandeses, chegados de Liverpool. Pouco depois, essa sociedade forneceu terras a ingleses, para que se estabelecessem com recursos próprios. Nesse aspecto, a sociedade foi inovadora, pois, até então, toda a colonização do Rio Grande do Sul vinha sendo feita unicamente com imigrantes alemães.

Por volta desse mesmo período, o empresário Thomaz José dos Campos interessou-se, também, por esse tipo de empreendimento. Pode-se ler, no Relatório do Presidente da Província de 1850 (Relat., 1850), que esse empresário foi pedir-lhe licença para contratar famílias de imigrantes, a fim de estabelecê-las em terras de sua propriedade, às margens do rio Pelotas, e financiamento do Governo para assentar os colonos e subsidiá-los nos primeiros tempos. As condições oferecidas aos imigrantes nessa colônia – denominada Monte Bonito e formada também por irlandeses – eram as mesmas propostas pelo Governo Provincial.²

Entre 1850 e 1858, houve 14 empreendimentos privados, a maior parte com capitais não associados, o que resultou em 16 novos núcleos agrícolas (Roche, 1969).

² O empresário foi auxiliado pelo Governo, que lhe adiantou os subsídios a serem repassados aos colonos durante os dois primeiros anos. O Governo Provincial garantia, então, além de uma quantia diária de dinheiro (de 100 a 200 réis por dois anos), as ferramentas mais elementares e abria uma conta na Contadoria da Fazenda Provincial para cada colono, a fim de reembolsá-lo de todas as despesas efetuadas, inclusive aquelas referentes às medições dos lotes.

Em 1859, o Relatório do Presidente da Província dizia que era "pouco lisonjeiro" o estado da Colônia D. Pedro II (Relat., 1859, p.49). A população achava-se reduzida a 16 famílias (96 pessoas), tendo muitos imigrado para Montevidéu e Buenos Aires, e alguns, para as cidades mais próximas (Pelotas e Jaguarão).

Dados do ano de 1867 (Relat., 1859, p.9-10) informam que, da Colônia Monte Bonito, nada mais havia e que, da Colônia D. Pedro II, restavam poucas famílias irlandesas, ocupadas com a lavoura e o fabrico de manteiga. O desaparecimento dessas duas colônias foi atribuído ao fato de os imigrantes serem mais artifices do que agricultores.

Melhor sucedido foi o empresário alemão Jacob Rheingantz, que, em terras devolutas nas matas da Serra de Tapes, adquiridas do Governo Imperial, fundou a Colônia de São Lourenço em 1858, no 4º Distrito de Pelotas, com 73 lotes entregues a famílias alemãs, compostas inicialmente de 203 pessoas. Mediante um contrato com o Governo Imperial, Rheingantz assumiu o compromisso de lotear as terras e povoá-las de agricultores. Para isso, foi à Europa buscá-los. Por sua vez, o Governo subvencionava-o, pagando-lhe uma quota por imigrante maior de 10 anos e menor de 45 anos e outra quota menor a cada imigrante que estivesse na faixa etária de cinco a 10 anos.

A quantidade de terras incultas na Serra de Tapes, muito próximas de dois importantes mercados consumidores e exportadores, Rio Grande e Pelotas, favoreceu a expansão da colonização nessa região do Rio Grande do Sul, a partir do desenvolvimento de São Lourenço. Assim como a Colônia de São Leopoldo é considerada o fator de expansão dos núcleos agrícolas que avançaram para o Norte do Estado, a Colônia de São Lourenço é reputada como a origem dos núcleos do Sul.

Além das terras devolutas, Rheingantz adquiriu outras de particulares, para assegurar a extensão da Colônia. Criou também novos núcleos agrícolas nos arredores, e nisso foi seguido por vários outros empresários. Entre 1866 e 1869, surgiram cinco colônias agrícolas na região, sempre com alemães.

No decênio de 1870, há registro da criação de uma só colônia na Serra de Tapes. Mas, conforme observou Alberto Coelho da Cunha, o Município de Pelotas já passava por transformações profundas em seu aspecto físico, que, cunhado pelos primeiros povoadores, se manteve sem alterações até a chegada dos agricultores. O tipo primitivo passou a mudar:

"Ao lado da camada de povo provinda dos velhos troncos ilhéos que ao desbravar do território inato e virgem, se puseram em contato com raros grupos, representantes das tribus indígenas e de descendências dos escravos africanos, foi se jun-

tando, foi se unindo em uma nova formação, toda adversa e inconfundível, uma outra população, que era um congregado de famílias da Alemanha transplantadas para os extremos do Município" (Museu Bibl. Públ. Pelotas, , livro nº 53).

Na década de 80, o movimento colonizador reapareceu no Município, tendo à frente a iniciativa governamental. Entre 1881 e 1882, o Governo Geral criou três núcleos, Acioli, Afonso Pena e Maciel, em terras devolutas e nomeou uma comissão para administrá-los. Por sua vez, a Câmara Municipal de Pelotas, realizando uma antiga aspiração, criou uma colônia, que chamou Municipal, comprando 2.497ha de terras de particulares e repassando-as em lotes de 30ha, em média, a agricultores brasileiros.

A Inspetoria Geral de Terras e Colonização (órgão administrativo sediado no Rio de Janeiro) implantou, em Pelotas, a Comissão de Terras e Colonização para cuidar das colônias do Governo Geral (e não das particulares). Nesse sentido, ocupava-se da medição dos lotes e do assentamento dos agricultores, cuidava das estradas e da manutenção das escolas, administrava a dívida dos colonos para com o Estado e mantinha um regular serviço de estatística, que informava sobre a população, o número de lotes habitados e cultivados, a produção e o comércio existentes em cada um desses núcleos. Outra de suas funções era a de providenciar uma comissão de engenheiros para que localizassem as terras devolutas da Serra de Tapes, a fim de demarcá-las e nelas estabelecer imigrantes.

A comissão encarregada de discriminar as terras de domínio público daquelas de domínio particular, criada em 1883, deparou-se com grandes dificuldades para a execução de seu trabalho, devido à maneira como ocorreu ali a posse do território, reclamada por particulares que não detinham, porém, o título legítimo.

2.2 – Os colonos face ao sistema privado de colonização

A ocupação do território que forma o Município de Pelotas e seus arredores ocorreu em duas etapas. Primeiramente, foram distribuídas as terras de campo em forma de sesmarias. Essas distribuições eram feitas a homens que tivessem servido de forma importante ao Reino Português e também aos que tivessem dinheiro suficiente para se instalarem e desenvolverem atividade econômica. A primeira das sesmarias que originaram Pelotas data de 1758 e foi outorgada a Tomaz Luiz Osório. Chamava-se Rincão de Pelotas (atualmente, Laranjal). Essas concessões deram-se até o final do século XVIII, e nelas portugueses e seus descendentes organizaram as fazendas de criação de gado. Só então teve início a distribuição

das terras de mato da Serra de Tapes. Essas terras sem dono foram paulatinamente invadidas, e seus ocupantes passaram a requerer aos governantes os títulos que serviam para legalizar o domínio. A mais antiga dessas concessões parece ter sido feita em 1799, e a última, em 1824. Nesse período de 25 anos, foram partilhados mais de 46.000ha de terras de matos entre 60 donatários (Cunha, 1928).

Os primeiros colonos eram ilhéus.³ Tomaram posse de terras que ficavam ao longo da única picada que havia na Serra, aberta para servir à comunicação de Canguçu e Piratini com o porto de embarque da Lagoa dos Patos. A partir dessa precária via é que ocorreram as derrubadas iniciais de matos.

Não tardou para que os estancieiros e os abastados charqueadores passassem a requerer também títulos de propriedade na zona da mata, porquanto todas as sesmarias de campo faziam divisa com a Serra de Tapes.

Por essa época, a Serra era explorada economicamente só em função das derrubadas, limitadas pelas suas bordas, que propiciavam a lenha e a madeira necessárias para a demanda local. Eventualmente, os charqueadores faziam seus escravos africanos derrubarem matos e prepararem lavouras de milho e feijão em datas que haviam ocupado.

Maior penetração passou a ocorrer por volta de 1820, mas por uma população relativamente escassa, ocupada com pequenas roças. Os matos cerrados permaneceram ali ainda por mais de meio século, pois grande parte dos posseiros assim os conservou. Somente com a entrada em massa de imigrantes alemães, deflagrada pela Colônia de São Lourenço, as grandes derrubadas foram inauguradas. Por oferecer excelentes condições ao desenvolvimento de núcleos agrícolas, a Serra de Tapes foi, então, alvo de conflituadas disputas.

Sem sucesso, a comissão de discriminação de terras alegava serem ilegais grande parte das posses efetuadas. Seus esforços tornavam-se improfícuos: terras consideradas pela comissão como devolutas e nas quais o Governo Geral havia fundado alguns núcleos coloniais foram, mais tarde, julgadas de propriedade particular pelas autoridades judiciais. Da mesma maneira, grandes áreas das melhores terras devolutas passaram le-

³ Por volta de 1780, quando o português José Pinto Martins, vindo do Ceará, se instalou nas campinas às margens do rio Pelotas para dar início à fabricação de charque no Rio Grande do Sul, agricultores açorianos estabeleceram-se no local que ficou conhecido como Serra dos Quevedos (hoje pertencente ao Município de São Lourenço). Este é o primeiro núcleo local de agricultores de que se têm notícias. Eles se mantiveram isolados e, segundo informações encontradas no Museu da Biblioteca Pública de Pelotas, só passaram a prosperar a partir de 1830. Enquanto isso, as charqueadas multiplicaram-se, agregando mão-de-obra e capital.

gitamente para pessoas influentes que reivindicavam seus direitos. Depois de um difícil processo de discriminação, o Estado teve ali seu patrimônio territorial diminuído, e suas possibilidades de aproveitar convenientemente aquela área para colonização rarearam.

Em relatório feito por um funcionário do Governo Geral sobre sua inspeção às colônias existentes no Brasil, em 1886 (Relat., 1866), lê-se que as três colônias oficiais criadas em Pelotas eram ainda pouco habitadas e não eram procuradas pelos imigrantes que chegavam à Província; encontravam-se localizadas distantes da Cidade de Pelotas e sem vias de comunicação. Esse funcionário aconselhava o Estado a não mais criar núcleos coloniais ali, até serem resolvidas as questões de propriedade. Argumentava ser o sistema empregado no lugar caro e inconveniente, pois exigia uma extensa viação: a comissão técnica, depois de longos processos judiciais, só conseguia pequenas áreas, muito afastadas da Cidade de Pelotas.

Em 1889, a comissão de discriminação de terras foi definitivamente retirada dali. O Estado deixava os proveitos da colonização à livre iniciativa, fortemente estimulada a partir do interesse oficial pelas terras daquela serra.

Segundo estatísticas publicadas pela Intendência Municipal de Pelotas (Relat., 1922), até o ano de 1900, haviam sido criados 61 núcleos coloniais, dos quais somente quatro não eram produtos da iniciativa privada (as três colônias do Estado e da Câmara Municipal). Os empresários, se não eram proprietários de terras na Serra de Tapes, compravam-nas para colonizar.

Toda a Serra foi dividida em pequenas propriedades, as picadas multiplicavam-se e nelas o movimento crescia. Estabeleceu-se ali uma corrente de imigrantes, que geralmente não chegavam diretamente da Europa. Eram originários das colônias situadas mais ao norte do Rio Grande do Sul, sendo, na sua maioria, alemães. Mas afluíram para lá também espanhóis, austríacos, franceses e italianos, muitas vezes vindos mesmo de outras províncias. De caráter espontâneo, essa imigração era atraída pelos organizadores das colônias, que, com ela, auferiam grandes lucros. Segundo informações oficiais, essas terras eram vendidas por preços superiores aos que a lei permitia para os lotes coloniais (Relat., 1897). E, como apropriadamente foi observado em estudo da época, "(...) favores de barateza quanto ao custo das terras só poderiam receber os colonos quanto às colônias fundadas por iniciativa do poder público e estas se reduzem a número muito limitado de três" (O MUNICÍPIO..., 1910, p.27).

Os primeiros lotes, vendidos em 1859, na Colônia de São Lourenço custavam 300\$000 réis; em 1877, nessa mesma colônia, eles custavam o dobro, isto é, 600\$000 réis. Segundo a legislação em vigor (Lei nº 1259,

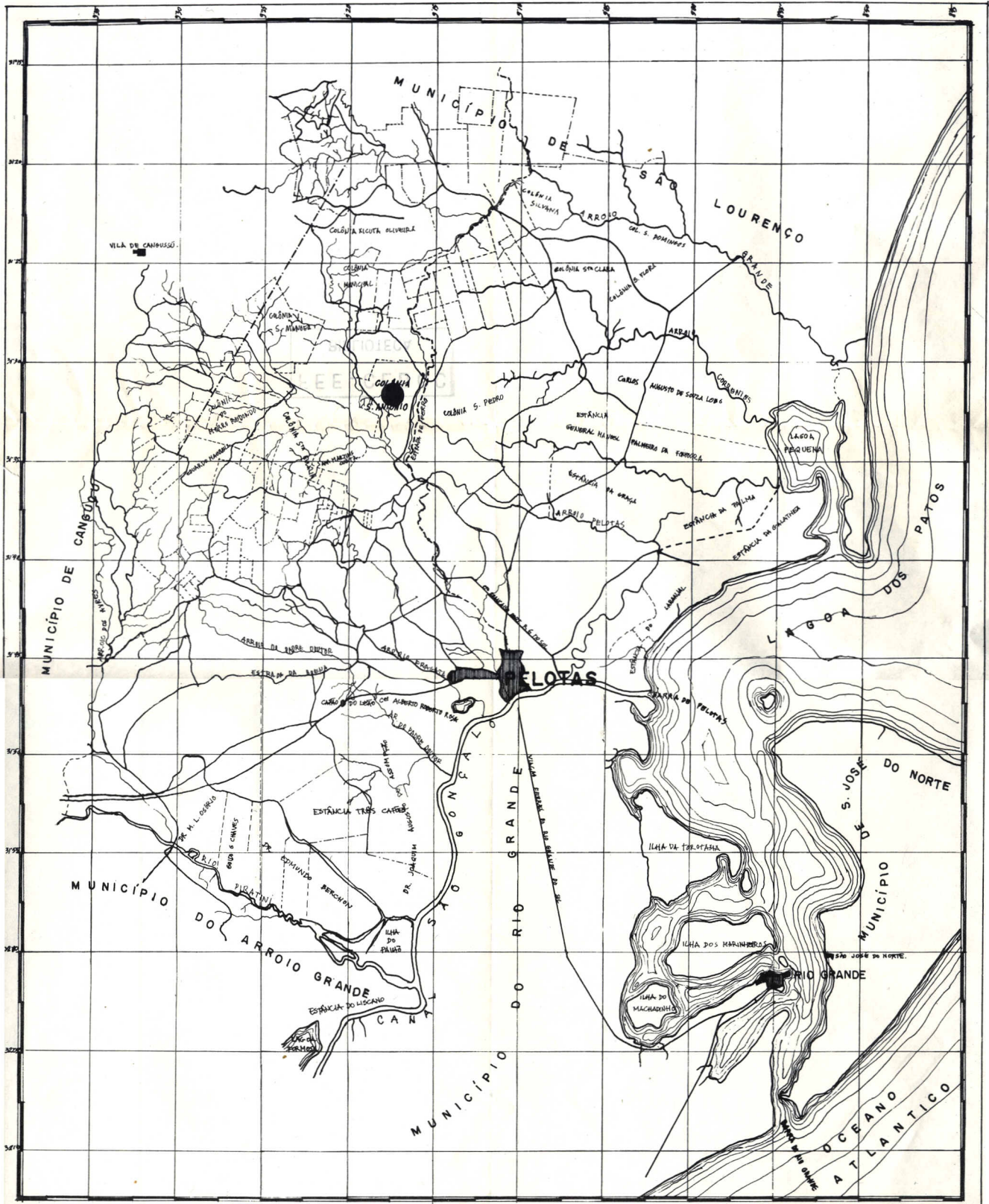
de 21.6.1880), em 1880, o Governo Provincial comprava de particulares terras localizadas junto às colônias, com o fim de ampliá-las, a um preço que não poderia exceder a 1 real o m² e deveria vendê-las aos colonos, no máximo, por esse preço. Considerando-se que um lote tinha, em média, de 20 a 30ha, pode-se deduzir que as terras vendidas na Serra de Tapes eram, nessa época, 100% mais caras do que as vendidas em toda parte pelo Governo Provincial. Essa valorização, que naturalmente ocorria em função do aumento da procura por aquelas terras, passou a ser maior a partir dos anos 80. Assim, o colono que já pagava 800\$000 réis por um lote em 1882, tinha que pagar, no mínimo, 150% mais caro em 1886, ou seja, 1.200\$000 réis. Nesse mesmo período, o Governo autorizava a venda de terras devolutas da Província para empresas colonizadoras a um preço "não inferior a 1/2 real por m²" (Lei nº 1403, de 9.6.1882; Lei nº 1528, de 30.11.1885).

Segundo informações editadas, em Berlim, pela Associação Central de Geografia Comercial e Incremento dos Interesses Alemães no Exterior (Ullrich, 1898), no final do século passado, havia muitas terras por explorar na Serra de Tapes. Essa publicação relacionava por volta de 560 lotes prontos à venda, indicava suas localizações e informava sobre as terras que não haviam, ainda, sido loteadas. Quanto aos preços, estes encontravam-se entre 2.000\$000 e 4.000\$000 réis. Enquanto isso, o Governo decretava que, em terras governamentais de colonização, os lotes — limitados em torno de 25ha — deveriam ser vendidos aos agricultores ao preço de 20 réis por m² nas colônias novas e 40 réis por m² nas colônias já formadas (Lei nº 28, de 5.10.1899; Decr. nº 313, de 4.7.1900). A esses preços, os lotes governamentais ficavam em torno de 500\$000 réis e 1.000\$000 réis respectivamente. Tais dados mostram que os empresários cobravam então até 800% mais do que o Governo, e disso se pode deduzir o quão lucrativo podia ser o empreendimento quando feito por particulares.

2.3 — As condições oferecidas para o desenvolvimento das colônias

As atividades dos colonizadores privados, ao contrário da colonização oficial, não eram disciplinadas por leis. A legislação existente limitava-se a regular inicialmente a concessão e, mais tarde, a venda das terras públicas colonizáveis. Contudo os empresários que se lançavam no negócio seguiam, geralmente, as técnicas adotadas pelos Governos Estadual e Federal, ou seja: faziam a planificação da colônia, demarcavam os lotes rurais e a área reservada para o centro urbano, traçavam as principais vias de comunicação e providenciavam o necessário para executá-las, estabeleciam os serviços mais essenciais e implantavam escolas.

MUNICÍPIO DE PELOTAS – 1911



LIMBURG, L. CAMPI
REDONDA

Quando havia um contrato firmado entre o Governo e os empresários para a fundação de colônias, algumas normas ficavam determinadas. Esse é o caso, na Serra de Tapes, da Colônia de São Lourenço: o empresário Rheingantz comprometeu-se, junto ao Governo Federal, de adiantar aos colonos as passagens de vinda da Alemanha para o Brasil e de, em seguida, encaminhá-los até aquela colônia; devia vender-lhes as terras a prazo e providenciar todo o socorro de que necessitassem. Tudo isso sob a condição de ser posteriormente reembolsado pelos próprios colonos. O empresário recebeu licença para abrir, em terras circundantes, tanto devolutas como de particulares, as vias de comunicação necessárias. As estradas e pontilhões do interior da Colônia eram feitas e conservadas pelo empresário com a ajuda dos colonos. Estes participavam com a mão-de-obra e, na medida do possível, com parte do material necessário. Assim também foram criadas as escolas, as agremiações culturais e as religiosas, pela iniciativa de Rheingantz, ajudado pelos colonos. Não havia na Colônia "autoridade alguma" (Rheingantz, 1907, p.16), e sua administração ficava a cargo de seu fundador.

Mas essa não foi a regra para o desenvolvimento das colônias da Serra de Tapes, em geral formadas por empresários da região, sem contratos governamentais e com base numa imigração espontânea.

A já citada publicação da Associação Central de Geografia Comercial e Incremento dos Interesses Alemães no Exterior (Ullrich, 1898) informa que, na Serra de Tapes, geralmente, tão logo uma picada estivesse suficientemente habitada, se formava uma comunidade, sobretudo se os colonos eram alemães — os mais preocupados em manter sua cultura.

A comunidade, geralmente, ganhava do empresário-fundador da colônia um terreno no qual edificava uma escola, a casa de moradia do professor, com lavoura para plantações, e um cemitério.

As crianças freqüentavam a escola dos oito aos 12 anos, pois como observou o autor do mencionado texto, "(...) as crianças mais novas não conseguiam dar conta do estafante caminho à escola" (Ullrich, 1898 p.104).

Entre os membros da comunidade, anualmente eram eleitas algumas pessoas que deveriam ocupar-se dos problemas da escola, da manutenção do cemitério e, também, da conservação das estradas da colônia, que inicialmente não se beneficiavam dos cuidados da administração pública. Não havia assistência médica, a não ser na sede do município.

A recreação girava em torno de sociedades de atiradores e sociedades de cantos (corais), onde os imigrantes alemães cultivavam a cultura germânica.

A integração da população imigrante com a brasileira não ocorria. Na época, os casamentos davam-se entre imigrantes da mesma nacionalidade.

No relatório que o Subintendente do então 3º Distrito fez para o Intendente de Pelotas em 1897 (Relat., 1897), ele dizia que, naquela parte do Município, a maioria dos colonos, que eram alemães,

"(...) tem feito maior progresso, ao seu bem-estar, em particular; têm se tornado um núcleo de habitantes, com raras exceções; nada os revolve; só pelo interesse particular; ali, só há o trabalho para o seu engrandecimento de fortuna; os nossos costumes e a nossa civilidade toda é desprezada, tanto que, os próprios filhos, que são brasileiros, são educados com os mesmos costumes de seus progenitores; não falam, não lêem, e não escrevem o português (...)"

Entretanto, não raramente existiam colônias sem uma comunidade formada, sem casas comerciais, à espera da eventual ajuda do Governo para a construção de uma escola e para a contratação de um professor.

Era desaconselhado às pessoas (Ullrich, 1898) pretenderem se instalar na Serra sem recursos, sob pena de enfrentarem muitas dificuldades. Para quem não dispunha de dinheiro suficiente para se estabelecer quer como agricultor, quer como artesão ou comerciante, impunha-se a necessidade de buscar trabalho nas diversas atividades das colônias — nos desmatamentos, na fabricação de tábuas ou, então, na roça, na ceifa de alfafa, etc. — por salários que dependiam da produtividade do trabalhador.

Os colonos sentiam-se atraídos pelas terras da Serra de Tapes, pela certeza da boa qualidade dos solos e da facilidade de colocação da produção agrícola nas Cidades de Pelotas e Rio Grande — onde se situa o único porto marítimo do Rio Grande do Sul.

Em 1884, a Southern Brazilian Rio Grande do Sul Company inaugurou a linha férrea de Rio Grande a Bagé, em cuja estação de Capão do Leão (Pelotas) eram embarcados os produtos coloniais para as Cidades de Rio Grande e Pelotas. As colônias distavam, em média, de 50 a 60 km dessa via férrea. Havia estradas de rodagem e pontes fazendo a ligação das colônias com Pelotas e interligando-as entre si de responsabilidade das comunidades.⁴

⁴ Segundo a intendência local, as principais estradas de rodagem da Serra de Tapes eram:

"(...) a estrada de Santo Amor, a do Retiro, a do Monte Bonito (...).

"A primeira comunica com Cangussu, atravessando a Serra de Tapes, e possui os seguintes ramais: estrada do Passo das Pedras que vai ao Passo de Maria Gomes no rio Piratini; a estra-

Mesmo estando as terras com preços altos, os colonos afluíam e efetuavam entre si "(...) grandes transações em compras, e vendas (sic) de lotes coloniais, abonando dinheiro uns, aos outros, a juros de 3 a 6%, (sic) havendo devedores de grandes quantias, que as obtêm com facilidade, e que, em poucos annos, salda-se todo o compromisso, dando augmento à propriedade comprada e muitas vezes transferindo-as com lucro (sic)" (Relat., 1897).

De acordo com os dados censitários, entre 1872 e 1890 (18 anos), enquanto o crescimento da população urbana do Município de Pelotas era da ordem de 55%, o da população rural era de 120%, este último a uma taxa média de crescimento anual de 4,5%. Esse extraordinário aumento da população rural ocorreu em função da imigração para a Serra, uma vez que as zonas litorâneas da Lagoa dos Patos e do canal de São Gonçalo, ocupadas pelas estâncias e pelos campos de criação, se mantinham com uma população escassa.

O serviço de estatística da Intendência Municipal de Pelotas publicou, no ano de 1900, dados sobre 61 núcleos coloniais⁵ (Relat., 1922).

Ainda que não haja registro das datas de criação de todos esses núcleos, pode-se concluir que a maior parte deles surgiu entre os anos de 1880 e 1890. Esses dados permitem as seguintes observações:

- o núcleo mais distante ficava a 72km da Cidade de Pelotas;
- essas colônias tinham as dimensões mais diversas, isto é, havia núcleos com menos de 100ha e até núcleos com 3.000ha de área,mas,

da da Buena que vai ter a capela do mesmo nome; e da Cascata que atravessa uma importante região colonial.

"A estrada de Santo Amor traz ao mercado de Pelotas a produção das seguintes colônias: Afonso Pena, Acioli, Santa Hercília, São Domingos e Mirina.

"A estrada do Retiro que se dirige para São Lourenço, ligando essa vila com Pelotas, atravessa os arroios Pelotas, Correntes, Contagem e Arroio Grande; possui diversos ramais e traz à sede do município a produção das colônias de São Lourenço, Santa Silvana, Santa Clara, Lopes, Santa Thereza e Retiro.

"A estrada do Monte Bonito, que atravessa a região compreendida por aquelas duas primeiras, divide-se, pouco além do arroio Pelotas, em dois ramais: um atravessa a colônia Santo Antônio e vai até a colônia Municipal, outro atravessa as colônias Santa Helena e Maciel e vai encontrar a estrada que segue para Cangussu próximo a esta vila." (Intendência Mun., 1897, p.8-9).

⁵ Ver os dados completos no Anexo 4.4 (Colônias existentes em Pelotas, em 1900). Não estavam incluídos a Colônia de São Lourenço e outros núcleos formados no Distrito de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, que, com o progresso, foi desmembrado administrativamente de Pelotas em 1884, tornando-se independente, e sendo a Colônia de São Lourenço elevada à categoria de vila.

independentemente da extensão das colônias, os lotes eram, na sua grande maioria, de tamanhos relativamente homogêneos, medindo, em média, de 20ha a 25ha, ainda que houvesse também lotes variando de 17ha até 48ha;

- o maior desses núcleos possuía 137 lotes, e o menor, cinco lotes; apesar de as estatísticas apresentadas não abrangerem absolutamente todos os núcleos existentes, havia, naquela data, pelo menos 48.051ha divididos em 1.767,5 lotes coloniais, que correspondiam a 45 núcleos;
- a densidade média da população dessas colônias era, na época, de 15 habitantes por km², uma média relativamente alta se for considerado que, nove anos mais tarde, em 1909, a densidade média da população de toda a zona rural de Pelotas (onde está incluída grande área de campo, sabidamente pouco povoada) era de nove habitantes por km².

Sobre essa colonização da serra em Pelotas, pode-se ler, em revista especializada do final do século passado, a seguinte observação:

"Quem percorrer o município hoje e o tiver percorrido há dez anos, ficará espantado da enorme superfície de matos que já foi derrubada em tão pouco tempo e ficará decerto também inquieto pelo futuro se estes derrubamentos não se limitarem ou não forem compensado por novas plantações" (R. Agríc. RS, 1898, p.11).

Por volta de 1910, ainda havia terras disponíveis à colonização. A leitura dos relatórios que os prefeitos de Pelotas enviaram para a Câmara Municipal sugere que o processo de ocupação do território da Serra se completou até 1920, com os desdobramentos e multiplicações das famílias camponesas locais. Esses relatórios permitem acompanhar a continuidade dos desmatamentos paralelamente ao progresso da economia camponesa, que ocorria de forma extensiva, ou seja, com base na ampliação da área plantada.

2.4 – A Colônia Santo Antônio fundada pelos franceses

O Tenente-Coronel João Antônio Pinheiro, próspero comerciante pelotense, com o objetivo de lançar-se na exploração da colonização, comprou terras que haviam sido doadas, oficialmente, em 1818, a Francisco Gouvêia na Serra de Tapes. Nelas organizou, inicialmente, um núcleo co-

lonial, fruto de negociações feitas em 1879 com imigrantes franceses estabelecidos então na Colônia São Feliciano.⁶

Entre 1881 e 1886, juntaram-se aos franceses colonos alemães e alguns italianos. Novos lotes foram, sucessivamente, sendo anexados ao núcleo inicial, comprados de diversas datas de terras das matas adjacentes, formando uma extensão aproximada de 3.000ha, que se estendeu da confluência dos arroios Quilombo e Andrade até o início das elevações de Três Cerros. Por serem de origem francesa os primeiros desbravadores, por muito tempo o local ficou conhecido como "Colônia Francesa", mas, oficialmente, foi denominada Colônia Santo Antônio.

O comerciante J. A. Pinheiro vendeu os primeiros lotes dessa colônia a 800\$000 réis, para serem pagos a prazo. Adiantou dinheiro aos colonos para suas primeiras necessidades. Doou à Colônia um terreno de aproximadamente 15ha (avaliado posteriormente, em 1889, em 300\$000 réis), para a comunidade construir escolas, igrejas, cemitérios ou qualquer outro estabelecimento comunitário.

A Colônia Santo Antônio ficou formada por três seções: duas habitadas por franceses e uma por alemães.

Os lotes eram de extensões desiguais. Todos possuíam boa água potável, e quase todos eram banhados pelas águas do arroio Pelotas e de seus afluentes Quilombo, Três Cerros, Andradas e do subafluente arroio Porcos. As terras eram de boa qualidade e cultiváveis. Localizavam-se a 300m acima do nível do mar. Ainda que o terreno fosse acidentado, havia a vantagem de não possuir grandes rochas e de ser de boa qualidade para o cultivo.

Segundo depoimento de descendentes dos imigrantes, as primeiras plantações da colônia - feitas pelos franceses - foram feijão e milho. Enquanto esperavam pela colheita, juntavam cascas de plantas nativas, goiabeira e a arueira, que, através da mata, eram levadas aos curtumes de Pelotas, onde eram utilizadas para curtir couros. Tudo leva a crer que o comércio de madeiras, lenhas e cascas diversas, provenientes das derrubadas do mato, foi intenso durante toda a ocupação do território.⁷ Con-

⁶ A lista completa dos imigrantes franceses e a área inicial que cada família ocupou constam no Anexo 4.2.

⁷ As autoridades administrativas do Município foram obrigadas a se preocupar com a criação de uma infra-estrutura mínima para o funcionamento desse comércio, como se pode constatar pela carta que a Câmara Municipal enviou ao Palácio do Governo, em 1870, para o Presidente Dr. João Sertório:

"Ilmo. e Exmo. Snr.

"A Camara Municipal desta cidade de Pelotas se vê na urgente necessidade, para bem desta cidade e de todo o Município, de estabelecer uma praça espaçosa nas proximidades da Po-

ta-se na Colônia Santo Antônio que muitos lotes dali foram pagos com a venda desses produtos.

Muitas culturas foram tentadas, visando ao mercado, naqueles tempos de experimentação. Uma das primeiras a ser comercializada foi o fumo. Outras duas culturas, também de utilização industrial, foram testadas; o piretro e, em menor escala, a cana-de-açúcar. Mas foi com a alfafa e a uva que Santo Antônio adquiriu relativa notoriedade.

Existia uma distinção entre as produções dos dois grupos mais importantes de agricultores, como informou o Professor Ullrich⁸ em 1898: "Na produção agrícola, a parte francesa de Santo Antônio fornece vinho, feno de alfafa, tabaco e macela persa (piretro), como artigos de comércio; e milho, cereais, feijão, legumes, etc. como artigos de consumo". Diz que a viticultura era explorada com bastante intensidade e a produção de alfafa era das mais rentáveis. Quanto ao piretro,

"o cultivo (...) ainda está no começo, porque falta no momento um estabelecimento para o esmiuçamento e empacotamento. Piretro dá rendimentos extraordinários, a coleta é trabalho para crianças e, por isso, o seu cultivo é mais vantajoso que qualquer outro".

A batata-inglesa era plantada duas vezes ao ano. E prossegue:

"A parte alemã de Santo Antônio produz em primeira linha o feno de alfafa, depois, milho, feijão, batata-inglesa, cevada, ervilha e toucinho. Também se realiza uma comercialização bastante compensadora com suínos vivos (...)" (Ullrich, 1898, p.92-3).

Depois de tentar fazer do tabaco sua base de sustentação econômica, os agricultores de Santo Antônio encontraram mais lucros no cultivo da

voação para paradeiro das carretas que vem da Serra dos Tapes e de outros lugares do Município, com lenhas, carvão e outros produtos a fim de tomarem d'essa praça o destino directo de quem lhes comprar os generos em quanto forem admittidos as entradas das carretas na cidade puxadas por seis e oito bois; e no fucturo para n'essa praça se faserem os depositos e serem condusidos por vehiculos apropriados a transitarem na cidade.

"Tenta a Camara de faser a praça no lugar em que era o Cemiterio Velho, que se vai demolir, onde há uma rua marcada no plano da cidade (...) etc.

"Pelotas, 4 de Junho de 1870.

"Ílmo. Exmo. Snr. Dr. João Sertorio

D. Presidente d'esta Provincia" (Arq. Hist. RS. Câmara Mun. Pelotas., 1861-62, lata 117, doc. 125).

⁸ Ullrich imigrou da Alemanha e fixou residência na Colônia Santo Antônio, onde trabalhou como professor primário, agrimensor e, eventualmente, exerceu as funções de pastor evangélico.

alfafa. Havia, então, uma demanda interna muito grande dessa forrageira, suprida, em parte, pela importação, geralmente da Argentina.

Como, naqueles tempos, a pecuária do Rio Grande do Sul era feita de forma totalmente extensiva nos pastos da campanha e mudanças nesse sistema de criação mal estavam sendo cogitadas pelos técnicos ocupados com a questão, pode-se deduzir que forrageiras artificiais não eram usadas na criação e no engorde dos animais. Portanto, o consumo de alfafa devia-se ao uso generalizado de animais de tração, tanto na produção agrícola como nos meios usuais de transporte.

Antes do final do século passado, a alfafa era cultivada em quase todos os municípios do Rio Grande do Sul, sem ser uma cultura extensiva. Os colonos franceses introduziram-na em Pelotas, e a cultura expandiu-se por todas as colônias do Município; teve, nessa região, sua maior extensão cultivada do Estado, cujo centro produtor era a Colônia de Santo Antônio. Pode-se ler na Revista Agrícola do Rio Grande do Sul para o ano de 1900 (R. Agríc. RS, 1900, p.152):

"A cultura que os colonos de Santo Antônio têm em maior consideração é a de alfafa. Logo ao entrar na colônia vem se grandes alfafaes, que é uma das plantas que mais têm contribuído para a riqueza dos colonos de Santo Antônio".

Os agricultores franceses cultivavam duas variedades da França, a de Poitou e a de Provence, uma variedade chilena e uma quarta desenvolvida e conhecida na região por "crioula". Esta última era a mais apreciada pelos agricultores por ser a variedade aclimatada e a que propicia maior peso. Utilizavam as roças de matos, de grande fertilidade, sem fazer maiores investimentos no cultivo. Só investiam na melhoria das instalações (galpões) para o abrigo da produção e o fabrico de prensas para fazer os fardos. Assim, não evoluíram para um processo melhorado de produção. Esta manteve-se determinada exclusivamente pela fertilidade natural da terra. Considerada um dos cultivos mais rentáveis e de resultado mais seguro, a alfafa, em geral, mantinha-se na Colônia Santo Antônio por quatro anos seguidos, com um rendimento excelente, podendo ser ceifada até seis vezes ao ano, inclusive no inverno.

Também na viticultura, a "Colônia Francesa" foi pioneira em relação às demais colônias pelotenses. Ao se instalarem, em 1880, plantaram bacelos de uvas americanas, naquela época, as mais difundidas no território do Rio Grande do Sul. A esse respeito, 18 anos depois, Ullrich relata: "A viticultura é explorada com bastante intensidade. Vem sendo cultivada a uva do tipo de casca grossa, norte-americana, por ser a mais resistente contra qualquer influência atmosférica". E, mais adiante: "As videiras são plantadas no sistema de parreiras, sendo estas parreiras feitas com postes bem fortes e com arame branco" (Ullrich, 1898 p.92).

Ainda que a uva fosse cultivada com regularidade em algumas colônias, não havia ainda em torno dela um verdadeiro comércio, não se constituía, para os agricultores, em objeto de especulação, porque servia sobretudo para o consumo. Como foi observado, a respeito desses colonos: "É sabido que o francez suportta mais difficilmente a falta de vinho e de pão do que qualquer outra cousa. Entretanto cada um d'elles possui um vinhedo: não nos consta que haja nenhum superior a cinco mil pès" (R. Agric. RS, 1898, p.12).

As adegas eram poucas. O vinho era considerado "(...) geralmente bom, encorpado, de boa cor, de pouca acidez e de grau alcoólico regular" (R. Agric. RS, 1900, p.152).

Quanto aos instrumentos agrícolas utilizados, precaríssimas são as informações encontradas. São ainda da **Revista Agrícola do Rio Grande do Sul** as seguintes observações sobre os instrumentos usados para a execução dos trabalhos agrícolas na Colônia Santo Antônio: "(...) que não são dos mais aperfeiçoados mas que também não são dos piores" (R. Agric. RS, 1900a, p.15). A respeito de uma plantação típica de alfafa nessa colônia, foi observado que a penetração do arado era de até 15cm, considerada insuficiente para um sistema radicular profundo como o da alfafa (R. Agric. RS, 1900a, p.164).

Houve casos de colonos que importaram arados da França, mas essa era uma prática só encontrada, segundo as notícias dos jornais locais da época, entre os agricultores abastados. Entre estes, estavam, essencialmente, os que iniciavam o cultivo do arroz com o que havia de tecnicamente mais avançado.⁹ É de supor-se que, nas colônias, os dois instrumentos mais usados fossem a pá e a enxada, principalmente porque o uso do arado freqüentemente era dificultado em terras de mato, por causa dos tocos. Nelas, o amanho da terra era feito com enxada, e a semeadura da alfafa, por exemplo, geralmente consistia em atirar sementes sobre o terreno, sistema que não exigia muitos cuidados.

Até o final do século passado, um quinto das terras da Colônia Santo Antônio estavam cobertas de matas. Toda a Colônia, porém, estava ocupada, não havendo mais terras à venda. Contava com dois moinhos (movidos à água), uma casa comercial, uma fábrica de carroças, um curtume, uma fábrica de selas e arreios, uma fábrica de celulose movida à água (cujo

⁹ É do Sr. Lino E. Ribes, da colônia Santo Antônio, a informação sobre algumas poucas importações feitas pelos colonos. Por outro lado, encontram-se, na imprensa pelotense de então, freqüentes informações sobre o emprego de charruas, capinadeiras, prensas para forragens, diferentes instrumentos para vinificação, máquinas para descascar, polir e limpar arroz, etc. nas atividades agropecuárias de Pelotas. Esses instrumentos, em geral, vinham da França.

proprietário era da cidade), uma fábrica de tamancos, uma escola da comunidade alemã e uma escola federal para meninos na parte francesa da colônia. Havia 77 domicílios com 460 habitantes assim divididos: 191 alemães, 185 franceses e 81 de outras nacionalidades (Ullrich, 1898).

Em regime de mutirão, os colonos alemães construíram uma escola, a residência do professor e um cemitério no lote doado pelo fundador da Colônia. Havia ali um pastor de nacionalidade alemã. Essa comunidade pagava um salário fixo para o professor, que, além da moradia, tinha direito ao uso de um terreno para cultivo.

Os franceses preferiram localizar a escola e a residência do professor em plena comunidade francesa, em terras de algum colono. Utilizavam os serviços de um professor federal — enquanto os alemães exigiam um alemão — e pagavam-no pelo número de alunos; como essa escola era para meninos, o professor não tinha obrigação de aceitar meninas. As crianças freqüentavam, na idade de oito a 12 anos, quatro horas diárias de escola.

As estradas dentro da Colônia eram mantidas pelos próprios colonos e, segundo Ullrich (Ullrich, 1898, p.91), "(...) se encontram, em geral, em melhores condições do que as estradas públicas do interior (...)". Não deviam, contudo, ser boas, pois uma das maiores dificuldades da Colônia Santo Antônio, na opinião de um técnico da **Revista Agrícola do Rio Grande do Sul** (R. Agric. RS, 1900, p.163), era justamente o difícil transporte dos produtos agropecuários aos centros de consumo.

Em todo caso, distando menos de 50km de Pelotas, agricultores da Colônia Santo Antônio, assim como os das demais colônias, podiam vender seus produtos na Cidade, evitando, com isso, a dependência dos intermediários, o que era uma grande vantagem, pois tais negociantes, valendo-se do isolamento em que se encontravam, normalmente, os agricultores, efetuavam trocas de produtos agrícolas por gêneros de primeira necessidade. Essa prática, freqüente na época, deixava o colono sem a disponibilidade de dinheiro.

O destacado desenvolvimento que a Colônia Santo Antônio adquiriu em relação às demais, já bem antes do final do século passado, foi alvo das atenções de professores e alunos da Escola de Agronomia Eliseu Maciel de Pelotas. Ao relatar uma excursão feita a essa colônia, o Engenheiro-Agrônomo francês Guilherme Minssen, professor dessa escola, assim se expressou:

"A colonia Santo Antonio, cuja formação principiou ha menos de vinte annos, tem chegado a um grao de adiantamento a que não attingiu ainda nenhum outro nucleo colonial d'este municipio e é, sem contestação, uma das mais bellas do Estado" (R. Agric. RS, 1898, p.11).

2.5 – Os colonos franceses e a vitivinicultura

Não foi possível determinar quando a uva passou a ser explorada comercialmente em Pelotas. Sabe-se, no entanto, que, na Serra de Tapes, onde a produção adquiriu uma certa importância, a cultura foi introduzida pelos colonos franceses quando lá se instalaram, em 1880. Utilizaram-se de bacelos de uvas americanas, pois as castas européias estavam empobrecidas no território do Rio Grande do Sul. Por essa época, apenas se iniciava a vitivinicultura no Sul do Brasil, e o vinho era feito de modo completamente artesanal.

Os primeiros estabelecimentos vinícolas do Município de Pelotas com caráter comercial não surgiram na Serra de Tapes. A vinícola Bruyères, de propriedade de Amadeo G. Gastal, imigrante francês residente na Cidade de Pelotas, onde exercia profissão liberal, é a mais antiga. Estava localizada em Monte Bonito, a 18km da Cidade. Possuía um parreiral próprio, produzia vinhos de castas européias e conhaque, considerados de muito boa qualidade. A segunda vinícola, a Quinta Bom Retiro, foi estabelecida por Ambrósio Perret. Distava 22km da Cidade e também possuía um parreiral próprio. Com o desenvolvimento dos vinhedos coloniais, esses dois fabricantes compravam daquelas uvas para com elas também produzir vinhos. Em 1890, foi fundada uma nova fábrica de vinhos e conhaques, localizada na Cidade, de propriedade de Luiz Juvêncio da Silva Leivas, que figurou como comprador de uvas da Serra de Tapes e da Ilha dos Marinheiros (Rio Grande) para sua produção de vinhos.

Até o final do século passado, a produção vinícola dos imigrantes franceses estabelecidos na Serra de Tapes era relativamente bem sucedida, embora irregular: "(...) em cada três anos obtém-se uma boa colheita, nos outros anos apenas recompensa o trabalho, deixando pouco lucro" (Ullrich, 1898, p.93). Os colonos mesmos transformavam, em suas cantinas, a uva em vinho, de acordo com a tendência genericamente observada no Rio Grande do Sul, movidos pelo desejo de disporem da bebida. Na "Colônia Francesa", a quantidade que excedia o consumo próprio era vendida na Cidade de Pelotas.

As videiras estenderam-se, no Rio Grande do Sul, praticamente em todo o território ocupado pelo imigrante europeu não português, sendo, mesmo pioneiramente, cultivadas por açorianos. No entanto a fabricação doméstica de vinhos adquiriu um caráter comercial entre os seguintes núcleos de imigrantes: franceses em Pelotas; suíços e alemães em São Lourenço, São Sebastião do Caí, Santa Cruz do Sul e Estrela; açorianos em Rio Grande; alguns austríacos que se estabeleceram na região Nordeste; e, finalmente, os italianos em toda essa região e ainda em partes dos Municípios de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilho (Gobbato, 1940). Foi no nordeste do Rio Grande do Sul, ocupado pela imigração ita-

liana desde 1875, que se formaram as maiores áreas contínuas de parreiras e que esse cultivo logo adquiriu um caráter de especialização. Antes do final do século passado, já havia se estabelecido um comércio vinícola intermunicipal, ainda que muito precário por causa da escassez das vias de comunicação. Todos os vinhos eram de inferior qualidade, devido às espécies de uvas usadas e à fabricação imperfeita.

Conseguir um bom desenvolvimento para a vitivinicultura parece ter sido uma antiga e sucessiva preocupação por parte de alguns membros da administração do Estado do Rio Grande do Sul,¹⁰ ainda que muito tempo tenha decorrido até que efetivamente o Estado prestasse alguma assistência técnica ao cultivo da parreira e à elaboração do vinho. Uma das primeiras ações governamentais registradas nesse sentido ocorreu no final do século passado, posteriormente mantida, mas de forma sempre incipiente. Constituiu-se na distribuição de videiras de diferentes qualidades, visando substituir a uva americana – a única cultivada em grande escala no Rio Grande do Sul (sobretudo a Isabel, do grupo Labrusca).

Em Pelotas, medidas bem mais avançadas foram tomadas pelos administradores locais.¹¹ Em 1909, o Intendente José Barbosa Gonçalves contratou um enólogo italiano "(...) para percorrer a zona vinícola, estudar attentamente o estado dos vinhedos e os processos empregados no fabrico do vinho, relatar as suas impressões, notar os defeitos encontrados e sugerir os meios de sanal-os" (Relat., 1909, p.38).

Instruindo os colonos para obterem o aperfeiçoamento da cultura da uva e da fabricação do vinho, o Intendente de Pelotas José Barbosa Gonçalves esperava ver

"(...) levantar-se entre nós a indústria vinícola, fartamente abastecida de productos esmerados das colonias, (...) succeder aqui o que já vai succedendo ao Norte (sic) com o Município de Caxias e outros, cuja producção e exportação alimentam largo commercio (...).

¹⁰ De acordo com os relatórios apresentados anualmente pelos presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul à Assembléia Legislativa.

¹¹ O interesse pela viticultura foi rapidamente estabelecido em diferentes setores da comunidade pelotense:

- em 1890, foi criada a cadeira de Viticultura e Enologia no Liceu Riograndense de Agronomia e Veterinária de Pelotas;
- em 1898, a Sociedade Agrícola e Pastoral do Rio Grande, com sede em Pelotas, passou a distribuir aos agricultores interessados castas apropriadas para o vinho;
- em abril de 1899, ocorreu, em Pelotas, a primeira exposição agrícola do Rio Grande do Sul, onde foram expostas mais de 30 qualidades de vinhos produzidos no Município.

No entanto achava que para isso seria necessária a modificação "(...) dos processos rudimentares postos em pratica e ir substituindo o defeituoso trabalho manual do fabrico por machinismos modernos" (Relat., 1909, p.40).

A contratação dos serviços de um enólogo foi a continuação do trabalho já realizado pelo Intendente anterior, Cypriano Correa Barcelos, que percorreu, em companhia de um agrônomo, todos distritos rurais do Município, "(...) com o fim de adquirir dados seguros" (Relat., 1909, p.38) sobre o grau de fertilidade das terras. Vigorava, então, a preocupação com o conhecimento da constituição física do terreno e de sua composição química, para dar aos viticultores condições de planejamento do cultivo em maior escala e segundo processos racionais.

Dessa análise das terras, foi concluído que aquelas em que se asentavam as Colônias Santa Silvana, Maciel e Santo Antônio eram as mais favoráveis aos vinhedos. Foi também observado que somente os colonos da de Santo Antônio, isto é, os de origem francesa, tinham um melhor cuidado no trato das videiras. Levando em conta que grande parte dos solos de Pelotas eram formados pela decomposição do granito, o Intendente José Barbosa Gonçalves esperava que

"a agricultura do Município, se não pode pretender contribuir para o abastecimento do trigo aos mercados consumidores do paiz, ella que nem ao seu proprio mercado fornece esse grão, pode alimentar a justa pretensão de vir a ser um dos fornecedores do vinho, que há de abrir, um dia, a éra de franca prosperidade às colinas da serra" (Relat., 1909, p.38).

Efetivamente, a viticultura foi se tornando animadora no Município. Em 1911, havia por volta de 350.000 pés de videiras plantadas¹². A fabricação de vinho veio a ser preferida por muitos agricultores.

Mas, no Nordeste do Rio Grande do Sul, essa indústria rural já havia se convertido em uma fonte regular de renda e exportava vinhos para outros estados brasileiros. Essa região especializava-se. Crescia a produção, na medida em que novos mercados se tornavam acessíveis com o desenvolvimento das vias de comunicação.

Os primeiros passos no sentido de um aperfeiçoamento da produção vinícola foram dados com o movimento cooperativista de 1911 e 1912. As

¹² São muito precários os dados estatísticos sobre a área plantada, a quantidade produzida de uva e vinho ou o número de vitivinicultores na Serra de Tapas, elementos que poderiam esclarecer melhor a questão.

cooperativas que foram organizadas, por iniciativa governamental, entre os agricultores italianos criaram as bases para o progresso da vinificação do Rio Grande do Sul. Por questões de ordem financeira, elas não foram mantidas,¹³ mas provocaram transformações nos hábitos e costumes do meio agrícola. Datam desse período, por exemplo, as primeiras máquinas para a produção vinícola, a montagem dos primeiros laboratórios, um maior cuidado com os princípios da enologia e o estabelecimento de algumas medidas de controle e fiscalização do vinho.

Deixaram também uma preocupação em estabelecer práticas de pesquisa. Mas só em 1921 o Governo Federal criou a primeira Estação Experimental de Viticultura e Enologia, em Caxias do Sul (sob a administração de um técnico francês). A partir daí, técnicos dessa estação passaram a percorrer a região para orientar os viticultores na melhoria da qualidade dos vinhos.

Junto com o desenvolvimento da viticultura, cresceu muito a figura do comerciante-viticultor (cantineiro), que comprava toda a produção artesanal, reunia com a fabricação própria, acondicionava o vinho, cuidava-o adequadamente, etc. Tendencialmente, o capital comercial foi aumentando e centralizando-se, até chegar a um estado de controlador absoluto (de compra e venda) da produção vinícola rural da região nordeste.

Em movimento paralelo, desenvolveu-se a ação fiscalizadora do Estado através de sucessivas normas e condições para a produção vinícola, impossíveis de serem cumpridas pela grande maioria dos vitivinicultores.

A reação dos mais capacitados foi associarem-se em cooperativas como forma de sobrevivência. Da luta dos camponeses com o capital comercial, renasceram as cooperativas vitícolas definitivamente. Mas, em contrapartida, instaurou-se o movimento irreversível de separação entre o processo de produzir a uva e o de transformá-la em vinho. O produtor artesanal que não pôde se adaptar às exigências legais quanto a instalações e aparelhamentos de sua cantina ficou limitado a vender sua produção de uvas à cooperativa ou às grandes cantinas particulares.¹⁴

Através desse processo, a partir dos anos 30, as condições de fabricação e venda do vinho vieram sendo alteradas em função de uma qualidade mais regular.

¹³ As cooperativas passaram a ser dissolvidas ainda em 1913. As razões disso foram analisadas em Monserrat (1950, p.294-316).

¹⁴ Ver a análise feita por Santos (1978).

Esse progresso na vinificação foi regional, e dele Pelotas não se beneficiou. Por essa época, a vitivinicultura já havia se tornado a base de sustentação econômica de duas gerações de colonos de origem francesa. Também imigrantes de nacionalidade italiana possuíam vinhedos no Município de Pelotas, mas, nas colônias alemãs, a uva não foi explorada, ao menos comercialmente. A produção desses viticultores não se transformou qualitativamente e manteve-se limitada ao abastecimento do mercado local e dos arredores.¹⁵

Completamente à margem do processo de industrialização que estava em marcha no setor, os vitivinicultores pelotenses mantiveram-se também isolados entre si, pois não foram criadas, localmente, formas de associação de capitais em torno da viticultura. As cantinas permaneciam rudimentares, e somente uma teve condições de funcionar por um período mais longo, obedecendo às normas dos órgãos governamentais controladores da produção de vinho. Trata-se da Quinta Pastorello, de propriedade da família Ribes. Em 1936, seu parreiral, o maior da região, possuía 30.000 pés, que produziram 16.000kg de uva; em 1942, a produção de vinho dessa cantina foi de 42.000ℓ. A variedade americana (Isabel) era a predominante, mas havia, na Quinta Pastorello, um parreiral experimental com diferentes variedades de vinhas. A cantina media 21m de comprimento por 8,5m de largura. Possuía 10 tanques para fermentar o vinho, com capacidade de 2.500 arrobas de uva (37.500kg), e nove depósitos para o vinho, com capacidade total de 130.500ℓ. A máquina para desencaroçar e esmagar a uva era de autoria do próprio Sr. Ribes. O engarrafamento e a rotulagem do vinho eram feitos manualmente.

Em que pese aos esforços de alguns agricultores mais progressistas, que buscavam orientação técnica para melhorar a qualidade da produção, os métodos de cultivo da vinha permaneceram rotineiros, devido à ignorância generalizada entre os viticultores sobre melhores procedimentos com as parreiras.¹⁶

¹⁵ Segundo o Diário Liberal, em 1934 a produção do vinho em Pelotas foi de 1,5 milhão de litros (apud F. Tarde, 20.9.80, p.13).

As maiores produções provinham das famílias de origem francesa, tais como os Capdeboscq, os Ribes, os Fouchy, os Chrochemore, os Jouglard, os Carre e os Pastorello. Por essa época, havia 25 cantinas rurais em Pelotas.

¹⁶ As observações a respeito do tratamento que os colonos pelotenses dispensavam à cultura da uva foram feitas no decorrer dos anos 30 pelo Agrônomo Ataliba de Figueiredo Paz, que estudou essa questão com profundidade.

Os vinhedos não obedeciam a um critério racional. Possuíam, em média, 50 anos e mantinham-se constituídos de variedades predominantemente americanas, que, se forneciam uma matéria-prima considerada de qualidade inferior para a vinificação, para o viticultor tinham a vantagem de não exigir maiores cuidados para produzir com regularidade.

Com falta de recursos, os agricultores valiam-se do arado e da enxada e utilizavam o método de covas para plantar as parreiras, sem revolver o solo a uma profundidade adequada. Devido à origem francesa dos introdutores da vinha na região, os velhos vinhedos pelotenses foram organizados em filas e em espaldeiras, considerado o melhor processo de cultivo (bem ao contrário dos vinhedos dos italianos radicados no nordeste do Rio Grande do Sul, construídos em forma de latada). No entanto nem todos os colonos souberam adaptar esse sistema às condições ambientais da região. Em consequência disso tudo, obtinham uma produção média de 1kg de uva por videira, enquanto, no nordeste, a produção variava entre 5 a 10 kg, em média, por videira (PAZ, 1934).

Em suma, a cultura da uva estava em grande atraso em relação às melhorias no sistema de produção de vinhos que ocorriam nos principais centros produtores do Rio Grande do Sul, caracterizadas por um movimento que transformava a fabricação num processo industrial, enquanto em Pelotas, essa fabricação se mantinha mais ou menos nos moldes do artesanato doméstico.

Por parte do poder municipal, persistia, contudo, a esperança de a vitivinicultura vir a ser desenvolvida com sucesso, e pioneiramente a Prefeitura continuava prestando a assistência técnica que estava ao seu alcance, sobretudo através da Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel.

Por iniciativa do Diretor da Escola, o Agrônomo Ataliba de Figueiredo Paz, em 1932, na ocasião do primeiro congresso brasileiro de viticultura (realizado em Caxias do Sul), a situação da cultura da vinha nas colônias de Pelotas foi exposta, a fim de sensibilizar as autoridades governamentais e os interessados no setor. Foi especialmente chamada atenção para as possibilidades que essa região serrana (compreendida por Pelotas, Canguçu e São Lourenço) apresentava para tornar-se um importante centro vinícola, determinadas sobretudo pelas condições naturais de clima e solo e também pela sua posição geográfica muito próxima de importantes populações urbanas.

Dois anos depois, criava-se a Comissão Pró-Levantamento da Vitivinicultura em Pelotas, como parte de uma campanha que deveria lançar as bases para a indústria vinícola no Município, nos moldes da existente no nordeste do Rio Grande do Sul, com a criação de cooperativas e grandes cantinas. Essa campanha engajou a imprensa local, interessou o empresaria-

riado pelotense e foi apoiada pelo Ministério da Agricultura e pelo Governo do Estado. Tornou-se bastante popular no Município.¹⁷

Contudo não houve nenhum progresso da vitivinicultura em Pelotas. Os viticultores não se organizaram em cooperativas e nem ocorreu ali a formação de empresas vinícolas de maior porte. Sem esses fatores de estímulos, a produção somente foi mantida enquanto não sofreu a concorrência dos municípios da Encosta Superior do Nordeste. Com o avanço da indústria vinícola naquela região, um vinho melhor elaborado tecnicamente e de menores custos invadiu o mercado dos produtores pelotenses, que renunciaram ao cultivo da uva. Sem chegar a especializar-se, essa região não pôde competir com a outra região vinícola, que, bastante cedo, tomou o caminho da especialização.

Tabela 1

Área plantada e produção de uvas em Pelotas e no
Rio Grande do Sul — 1940-1980

DISCRIMINAÇÃO	PELOTAS			RIO GRANDE DO SUL		
	1940	1960	1980	1940	1960	1980
Área plantada (ha) ...	316	122	(1)28	24 288	47 156	(1)38 264
Produção (t)	2 528	804	168	181 641	273 271	220 761

FONTE: ANUÁRIO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (1961). Porto Alegre, DEE, V.2.

BOLETIM DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA (1940). Pelotas. n.13.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL (1980). Rio de Janeiro, IBGE, v.7 e v.8.

(1) Trata-se da área cultivada.

¹⁷ No relatório apresentado pelo Prefeito Dr. Sylvio Barbedo à Câmara Municipal em 1936, à página 3, lê-se o seguinte:

"Continua com a mesma intensidade a propaganda pró-vitivinicultura, tendo esta Escola [de Agronomia e Veterinária] distribuído aos colonos do Município este ano 32 mil mudas de diversas castas para vinho.

"Da mesma maneira prestamos auxílios, com as distribuições grátis dos fungicidas e inseticidas, bem como, das máquinas pulverizadoras, bombas para a tráfega e de montímetros e drogas necessárias para o preparo do vinho. Acompanham este serviço os nossos assistentes técnicos das colônias.

"Estamos convencidos de que, o nosso colono, pela sua pequena educação, pouca importância dá aos esforços dispendidos pelos nossos assistentes e mesmo muito pouca atenção aos conselhos, e aos cuidados que devem ser dispensados às plantas distribuídas por esta Escola. Assim que o resultado desta campanha de fomento e distribuição ainda é pouco animador".

Devido à precariedade dos dados estatísticos, só para décadas mais recentes pode-se comprovar numericamente o declínio da produção de uvas em Pelotas (Tabela 1).

A última cantina pelotense a fechar foi a Quinta Pastorello em 1972. Até 1969, essa cantina utilizou matéria-prima essencialmente produzida nas colônias de Pelotas. Durante os três anos seguintes, experimentou produzir com uvas compradas dos parreirais de Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Garibaldi. Dificuldades com a obtenção da matéria-prima, aliadas à inadequação das instalações, que já não correspondiam às exigências legais, puseram fim às suas atividades.

Retrocesso semelhante deve ter ocorrido com outras regiões vinícolas de base camponesa que, no Estado, se formaram e ficaram situadas fora do território que se caracterizou por uma produção relativamente especializada.

CONCLUSÕES DA PARTE II

Ainda que os colonos tenham iniciado suas atividades com base num sistema que, ao nível das forças produtivas, pode ser considerado pré-capitalista, tiveram que se integrar em uma economia fortemente monetarizada. Desde o início, levaram ao mercado não somente uma parte da produção, mas igualmente uma parte da força de trabalho. Devido à maneira como os colonos foram particularmente obrigados a recorrer ao crédito, o dinheiro tornou-se, muito cedo, indispensável para quitar pesadas dívidas.

A intenção de criar um campesinato orientado para uma economia mercantil está expressa na legislação criada para regulamentar a política de colonização.

Essa legislação favoreceu a dependência econômica do colono em relação aos detentores do capital nas esferas financeira, fundiária e comercial. A Lei de Terras de 1850, origem da pequena propriedade agrícola, também determinou o sistema de colonização privada que se desenvolveu no Rio Grande do Sul concomitantemente à colonização governamental. Os colonos envolvidos pela colonização privada confrontaram-se com a especulação fundiária e estiveram, portanto, submetidos a pressões dos empresários que lhes vendiam as terras e lhes emprestavam o dinheiro.

Quando os imigrantes franceses procedentes de São Feliciano chegaram a Pelotas, o processo de colonização empresariado por negociantes e grandes proprietários locais, na Serra de Tapes, já havia se estabelecido há pelo menos 30 anos. O mercado de terras tornou-se cada vez mais lucrativo; as terras que não haviam sido colonizadas eram alvo de acirradas disputas, frente as quais o próprio Governo, interessado tardiamente pela colonização da região, retrocedeu a fim de evitar afrontamentos.

Por conseqüência, ao abandonarem a Colônia São Feliciano para entrar nesse sistema de colonização, os imigrantes franceses abriram mão da maneira mais barata de se estabelecerem. Comprando, mais uma vez, as terras a prazo, eles reiniciavam com uma nova dívida a ser quitada não mais junto ao Governo, que poderia ser benevolente, mas junto ao negociante. Desistiam da possibilidade de contar com os serviços do Governo na organização da infra-estrutura básica da Colônia e de sua eventual assistência. Afora a vantagem de não serem recém-chegados e de não estarem completamente desprovidos da posse de alguns instrumentos de trabalho como anteriormente, eles partiram de uma situação econômica semelhante à precedente, caracterizada pela falta de disponibilidade mone-

tária e pelo precário material agrícola, uma vez que não haviam conseguido ampliar sua base produtiva.

O objetivo da mudança foi o de deixar um meio econômico e social onde o comércio estava muito atrasado por outro mais desenvolvido.

Desaparecidos os obstáculos à integração mercantil da fase precedente e impelidos pelo desafio, os colonos franceses lograram êxito. A julgar pela frequência com que aparece na documentação examinada a preocupação dos colonos de disporem de dinheiro, podemos dizer que a fundação da nova colônia foi ao encontro dessa expectativa. Havia mercado para realizar a produção e satisfazer as necessidades de consumo, até então insatisfeitas.

Estimulados pelas dívidas contraídas e respaldados nas possibilidades do novo mercado, que ultrapassa os limites dos centros urbanos vizinhos graças à existência de boas vias de comunicações, esses colonos lançaram-se numa produção marcadamente comercial.

A introdução do campesinato em Pelotas, vizinho à pecuária extensiva dos grandes proprietários, correspondeu ao que dele era esperado enquanto inovador do sistema de produção. Nesse sentido, a Colônia Santo Antônio representou um exemplo de implantação bem sucedida do novo sistema de exploração com base nas pequenas propriedades familiares. Os colonos lograram produzir um excedente com o qual se integraram economicamente na região. Formaram um núcleo camponês onde se estabeleceram um pequeno comércio local e atividades artesanais variadas. Faziam suas casas, seus móveis e seus instrumentos de trabalho, ainda que fossem relativamente dependentes do mercado para a obtenção de certos meios de vida.

Caso se atentar para a tecnologia utilizada e para os sistemas de culturas praticados no período histórico enfocado, ver-se-á que há três etapas no desenvolvimento agrícola desse grupo camponês.

A primeira etapa situa-se no período da formação do grupo na Colônia São Feliciano (1874-80). Caracteriza-se pelo sistema de cultivo sobre queimadas e pelo emprego de uma tecnologia muito primitiva, baseada em ferramentas manuais. Plantaram milho, trigo, feijão, batata e fumo. A produção era preponderantemente de auto-subsistência.

A segunda etapa começa a partir da implantação do grupo em Pelotas e coincide com o período do cultivo de alfafa como a principal fonte de renda (de 1880 ao final do século), seguida pelas produções de vinho, fumo, piretro, cana-de-açúcar e, para consumo, de milho, cereais, feijão e legumes. A ampliação na variedade das culturas foi acompanhada por uma mudança dos instrumentos agrícolas. Nessa etapa, o grupo ainda praticava o cultivo sobre queimadas, mas já empregava o arado, e, aos poucos, o sistema transitou para o do cultivo à tração animal. Mudou, em parte, a forma de explorar a natureza e a economia, que sendo principal-

mente de subsistência, por força das circunstâncias, passou a ser mais comercial. A produção em quantidade relativamente maior facilitou a reprodução da força de trabalho, evitando as privações da fase precedente.

A terceira etapa (1900-50) caracteriza-se pelo abandono das culturas comerciais anteriores em razão de uma relativa intensificação do cultivo da uva, sem que a policultura e a pequena criação de caráter autoprovvisor tenham deixado de ser praticadas. Houve progresso econômico e aumento do bem-estar dos camponeses. Depois de um relativo desenvolvimento, o sistema de cultivo à tração animal manteve-se tecnologicamente estagnado.

A Colônia cresceu enquanto pôde aumentar a produção através da expansão da área plantada, ou seja, enquanto foram possíveis a reprodução de novas unidades camponesas e a realização de sua produção sem enfrentar competições. Esse tipo de desenvolvimento encontrou os primeiros limites quando cessou o processo de ocupação do solo na Serra de Tapes. Na Colônia Santo Antônio, o fechamento da fronteira agrícola local teve o efeito de acentuar a tendência à especialização vitivinícola. A economia da Colônia chegou no seu apogeu girando em torno dessa atividade, quando tinha por volta de 50 anos de criação e ocupava a segunda geração dos imigrantes.

Mas será que todos os camponeses progrediram, aumentaram suas propriedades e melhoraram seus equipamentos? Se eles partiram de uma situação em que as diferenças ao nível das forças produtivas eram mínimas e ao nível das relações de produção inexistentes, os agricultores franceses encontravam-se nessa etapa, no entanto, já claramente diferenciados em torno da vitivinicultura. Havia os agricultores proprietários das caves, os que só forneciam a matéria-prima para as caves e os que vendiam parte de sua força de trabalho para a colheita da uva e a preparação e distribuição do vinho. Mas a economia não passou desse patamar de especialização, não avançou nesse processo, e isso acarretou conseqüências específicas para a Colônia, na medida em que os colonos italianos, localizados no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, propiciaram o desenvolvimento do capital no setor, fazendo com que a vitivinicultura saísse do processo de fabricação artesanal para entrar no processo de industrialização. Sem acompanharem esse progresso técnico, os vitivinicultores de Pelotas não conseguiram enfrentar a concorrência, porque sua produção se tornou inferior em produtividade e em quantidade. Em conseqüência da falta de competitividade, perderam até mesmo o mercado local, o que encerrou um ciclo de produção dessa economia.

Meio século antes, a capacidade de organização dos imigrantes franceses permitiu a formação de uma nova colônia, que representou, então, a saída para a situação de penúria em que se encontravam. Para que a colônia se mantivesse na produção vitivinícola, teria sido necessário um avanço na organização desses camponeses, de forma que propiciasse o desenvolvimento do capital, para que a especialização ocorresse com os re-

quisitos de aperfeiçoamento e transformação qualitativa do produto. Mas não só as caves existentes na região não ultrapassaram as dimensões de unidades familiares, pois os camponeses não associaram capitais entre si, como também não houve qualquer forma de associação de classe. E, no entanto, já ocorria, em outros núcleos do Rio Grande do Sul, um movimento voltado para a valorização do trabalho familiar.

Fazendo um paralelo entre as comunidades francesa e germânica de Santo Antônio, com base nas informações apresentadas, gostaríamos de chamar atenção para o fato de os franceses terem sempre se constituído num pequeno grupo. Ao fundarem Santo Antônio, o grupo compunha-se de 36 famílias, que ocupavam, inicialmente, menos de 30% do território destinado à Colônia. Dezesete anos mais tarde (1897), Santo Antônio estava com mais de 80% de suas terras cultivadas por uma população composta de franceses e alemães em números equivalentes (com pequena superioridade para os últimos) e algumas pessoas de outras nacionalidades (italianos e luso-brasileiros). Tudo indica que, na data mencionada, os franceses detinham mais terras, pois, na parte que ocupavam, a chamada "Colônia Francesa", havia 18 lotes a mais que na parte alemã. No entanto, em razão da ausência de informações precisas sobre as pessoas de outras nacionalidades que habitavam os dois lados da Colônia, não temos certeza se todas essas terras estavam sob a posse dos franceses. Mas o que é importante salientar é o fato de que os franceses constituíram, desde o início, um pequeno grupo situado no meio de um campesinato preponderantemente alemão. Este foi superando numericamente o grupo francês dentro da própria Colônia Santo Antônio, embora não o estivesse sobrepondo economicamente.

Os franceses introduziram o cultivo da alfafa na região, assim como o da uva, isso em se tratando das culturas que comercialmente foram as mais significativas no período aqui enfocado. Mas, enquanto a alfafa foi cultivada indistintamente por franceses e alemães, permitindo um significativo progresso inicial para toda a Colônia, a uva só foi cultivada pelos franceses, que detinham os meios de transformá-las em vinho. Baseados num sistema de cultivo que privilegiou a uva, os franceses progrediram economicamente mais do que os alemães.

O que inicialmente foi produzido em razão de uma herança cultural veio a ser a principal fonte de renda dos colonos franceses, sendo que, enquanto produtora de uva e vinho, a Colônia Santo Antônio destacou-se das demais da Região Sul.

No decorrer de sua terceira etapa econômica, o grupo não só alcançou as condições necessárias para a sua reprodução, mas criou também um excedente que pôde ser empregado na intensificação de suas forças produtivas. Nesse processo, que levou a Colônia ao seu apogeu econômico, encontram-se também os fatores determinantes da sua destruição.

PARTE III:

**A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE
CONSERVAS VEGETAIS E O
PROCESSO DE EMPOBRECIMENTO
DA "COLÔNIA FRANCESA"**

INTRODUÇÃO

Abordaremos a seguir alguns aspectos da transformação ocorrida na indústria de conservas em Pelotas, a partir de suas origens na "Colônia Francesa". Tendo presente que o avanço do capitalismo é que determina o grau de especialização agrícola, buscaremos avaliar o estágio em que se encontra o desenvolvimento das forças produtivas nos processos de produção e transformação de matérias-primas.

Além das fontes históricas citadas na segunda parte, usamos também as informações fornecidas pelos órgãos de classes tanto dos empresários quanto dos produtores agrícolas; fizemos entrevistas com ex-proprietários de fábricas artesanais na Colônia Santo Antônio; examinamos livros fiscais, agendas, fotografias e outros documentos concernentes a essas fábricas; entrevistamos alguns empresários da atual indústria de conservas vegetais; e, finalmente, nos baseamos amplamente em estudos elaborados sobre esse ramo industrial e em estatísticas oficiais.

1 – A INDÚSTRIA DE CONSERVAS VEGETAIS: LEGADO ECONÔMICO DO CAMPESINATO À REGIÃO SUL

1.1 – Algumas informações preliminares

A estrutura da produção industrial do Estado do Rio Grande do Sul era, até recentemente, quase toda constituída pelas indústrias tradicionais, com predomínio da indústria de alimentos. Desde os anos 60, o parque industrial do Estado diversifica-se e torna-se mais modernizado em função de uma reorganização (FEE, 1978 e 1983). Em consequência, o ramo de alimentos vem perdendo posição relativa, embora seja, ainda, dos mais importantes. Representa 21,19%¹ do Valor Bruto da Produção estadual da indústria de transformação (enquanto no plano nacional, essa mesma relação é de 13,87%) e 11,04% do Valor Bruto da Produção da indústria de alimentos do Brasil. Detém o maior número de estabelecimentos industriais no Estado e coloca-se em segundo lugar em valor bruto da produção (imediatamente após a indústria química) e, também, em ocupação da mão-de-obra (depois do gênero vestuário, calçados e artefatos de tecidos).

A estrutura industrial do Estado do Rio Grande do Sul é caracterizada pelo predomínio absoluto das pequenas e médias empresas, particularmente no ramo de alimentos. Trata-se de um ramo que, regionalmente, é de baixa penetração tecnológica e, por consequência, de alto índice de emprego da mão-de-obra no processo produtivo.²

Os estabelecimentos dessa indústria alimentar (num total de 3.593) estão disseminados por todo o território do Estado, encontrando-se em todos os municípios. Contudo há maior convergência em Porto Alegre e na região Pelotas-Rio Grande. Embora Porto Alegre concentre o maior número de empresas (8,40% do total contra 7,57%), é na região Pelotas-Rio Gran-

¹ Foram utilizados os dados do Censo Industrial 1980: Rio Grande do Sul (1984).

² De acordo com os dados do IBGE para o Rio Grande do Sul, o ramo reúne 16% da mão-de-obra empregada em toda a indústria de transformação. Chama atenção o fato de que a metade das empresas emprega menos de quatro operários, enquanto um grupo formado por, aproximadamente, 4% das empresas emprega quase metade dessa mão-de-obra e gera a maior parte do valor da produção de alimentos, o que revela certa concentração no ramo.

de que incide o maior valor de produção e o maior emprego da mão-de-obra, sendo mais notável a concentração em Pelotas: 11,53% do valor da produção e 21,18% da mão-de-obra empregada no setor de alimentos do Estado.

1.2 – As origens

Foi na região de Pelotas que tiveram início as manifestações industriais do Rio Grande do Sul: o preparo do charque (1780) foi a primeira forma de beneficiamento estabelecida no Estado. O porto marítimo de Rio Grande deu oportunidade de exportar esse produto para as demais partes do território do Brasil Colônia. A partir dessa primitiva forma de conservar a carne é que se inicia o processo econômico da, então, Província,³ cujos principais centros de produção e comercialização eram, respectivamente, Pelotas e Rio Grande, onde a urbanização provocou o desenvolvimento de outras atividades econômicas, novas indústrias.

Contudo é considerada como o início da industrialização do Estado a década de 90 do século passado, quando já se formaram núcleos coloniais importantes através de seu território e nos quais haviam se desenvolvido pequenas indústrias paralelas à atividade de exploração da terra. É quando, também, Porto Alegre entra em fase de decisiva industrialização, configurando um outro centro industrial no Estado. Este, porém, desenvolveu-se mais integrado comercialmente com a economia regional, enquanto o de Pelotas-Rio Grande buscava manter, no mercado nacional, o espaço que conquistara através de relações comerciais consolidadas em torno do charque. Assim, formaram-se uma indústria diversificada em Porto Alegre e uma indústria mais especializada e de maior porte em Rio Grande-Pelotas.

Quando, mais tarde, se desenvolveu a indústria no centro do País, a partir da diversificação agropecuária posterior à crise cafeeira dos anos 30, alguns dos ramos industriais de maior tradição na região Pelotas-Rio Grande desapareceram, como foi o caso do têxtil. Mas, no transcurso do processo concorrencial, a especialização regional de outros ramos intensificou-se, como é o caso da indústria de alimentos, onde se destacam as conservas de carne, peixes, legumes e frutas; o beneficiamento de arroz; a produção de óleos de arroz e soja; e os laticínios.

³ Antes das charqueadas, o gado era exportado em pé ou, então, era exportado exclusivamente o couro do gado, bastante usado para os mais diferentes fins. As charqueadas espalharam-se por todas as áreas em que havia campos de pastagens naturais, domínio da criação extensiva. Só em Pelotas chegaram a um número de 40, que, no período mais próspero, abatiam um milhão de cabeças anualmente. Além da carne seca, produziam, ainda, uma gama de subprodutos.

As charqueadas deram lugar aos frigoríficos de capitais ingleses e americanos depois de deterem por mais de um século a hegemonia econômica do Estado. A carne passou a ser tratada por processos de resfriamento, congelamento e conserva. Assim, uma grande especialidade industrial da região veio a ser a de conservas de carnes e peixes, as últimas principalmente em Rio Grande, hoje o maior parque de pesca industrial do Brasil. Também são industrializadas as carnes ovina, suína e eqüina.

Com o declínio das charqueadas no início deste século, boa parte dos capitais e das terras locais foi transferida para a cultura e beneficiamento do arroz, de maneira que Pelotas se tornou o maior centro brasileiro de beneficiamento desse grão (são 41 estabelecimentos, com uma capacidade instalada para beneficiar um milhão e 250 mil toneladas) (Fund. Planej. Urb. Reg. Pelotas, 1983).

Mas anteriores aos engenhos de arroz são as fábricas artesanais de doces, passas e conservas de frutas e legumes que surgiram em Pelotas, nos dois últimos decênios do século passado, desenvolvidas a partir do campesinato ali formado. Essa indústria, ao contrário da vitivinicultura do Rio Grande do Sul, não teve o caráter inicial de uma atividade familiar para o auto-abastecimento. Esteve, desde o princípio, integrada na estrutura de uma economia comercial. Pôde contar com um mercado urbano já firmado e com certo grau de sofisticação. Graças às relações comerciais já amplamente estabelecidas pela economia local, inseriu-se no mercado nacional, onde o produto ganhou renome pelo volume e qualidade.

1.3 — A fabricação artesanal de conservas de frutas e legumes

Quem introduziu a indústria de conservas de frutas e legumes em Pelotas foi o imigrante francês Amadeo Gustavo Gastal em seu estabelecimento chamado Bruyères, que também fazia vinhos, como já foi anteriormente referido. No ano de 1867, Gastal foi à França em busca de informações desconhecidas no Brasil sobre a cultura de frutas e para adquirir os conhecimentos técnicos necessários para beneficiá-las industrialmente. Importou da França todo o equipamento necessário e, no ano de 1878, fabricou as primeiras compotas de pêssegos. No ramo das conservas, beneficiava também pepino ("cornichon"). Seus produtos eram de excelente qualidade e vendidos em embalagens requintadas, com vistosos e coloridos rótulos de fabricação francesa.

Por volta do final do século, a indústria de conservas eram um assunto freqüentemente abordado pelos colaboradores da **Revista Agrícola do Rio Grande do Sul** editada em Pelotas. Contagiados pelo sucesso do desen-

volvimento dessa indústria nos Estados Unidos, procuravam incentivá-la localmente, em função das condições de clima e solo favoráveis ao fornecimento da matéria-prima necessária, especialmente o pêssego. Através de uma série de artigos, essa revista (R. Agríc. RS, 1898; 1903a: 1903b) informava sobre a situação em que se encontrava a fruticultura no Estado e sobre o processo de beneficiamento, que se limitava ao pêssego, praticado na região (em Pelotas, Jaguarão e Rio Grande) onde se situavam algumas unidades de beneficiamento. Um dos estabelecimentos mais conhecidos, então, em Pelotas, era o da Quinta Bom Retiro, de Ambrosio Perret que, além de compotas, procurou desenvolver industrialmente a fabricação de frutas secas com aparelhagem importada dos Estados Unidos.

A primeira fábrica de conservas de pêssego em calda que surgiu no meio rural foi a da Quinta Pastorello em 1900, na Colônia Santo Antônio. A partir dessa, muitas outras foram instaladas, sempre na própria casa de residência dos colonos. O pêssego era ainda beneficiado em forma de pessegadas e passas, estas últimas pelo processo de dessecamento das frutas ao sol ou em fogão. Mas, também, na zona da pecuária pelotense, tradicionais estabelecimentos de conservas de carne, aproveitando o equipamento instalado, passaram a produzir, secundariamente, conservas vegetais (ver cópia de documento no Anexo 4.5).

Essa indústria rural estava em pleno desenvolvimento na década de 20. No relatório que o Prefeito, Dr. Pedro Luis Osório, apresentou ao Conselho Municipal em 1924 (Relat., 1924, p. 30), estão citadas as duas maiores fábricas da Colônia Santo Antônio, a de Emílio Ribes (Quinta Pastorello) e a de Daniel Capdebosq (ambos filhos de imigrantes franceses), com uma produção anual que variava de 10.000 a 24.000 latas de compotas de pêssego e de 5.000 a 8.000 de figos. Nesse relatório, há referências a outros fabricantes de menor porte, espalhados em volta da Colônia Santo Antônio, no 7º Distrito do Município de Pelotas, onde efetivamente se concentrou o maior número dessas fábricas. Sobre elas há uma absoluta falta de informações, inclusive porque boa parte funcionava sem qualquer tipo de fiscalização do poder público. Assim, fica-se sem saber ao certo qual o número de unidades agrícolas nas colônias pelotenses que transformavam sua produção. Estima-se que houve por volta de 50 pequenas fábricas domésticas (Fund. Planej. Urb. Reg. Pelotas, 1983).

Supomos que poucas eram as explorações em condições de dispor de capital e de uma produção suficiente para a montagem de um estabelecimento próprio de beneficiamento. Não é por acaso que foram justamente os dois maiores proprietários de terras da Colônia Santo Antônio que conseguiram montar as melhores fábricas de conservas da região. No caso dos imigrantes franceses, os casais que se instalaram em Santo Antônio, em 1880, no momento da fundação da Colônia, possuíam cada um entre 20 e 40 ha de terras (salvo pouquíssimas exceções). Cinquenta anos depois, trans-

pareciam diferenças nas extensões de terras em posse dos proprietários. De acordo com o recenseamento realizado em 1920 pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, havia 106 lotes registrados na Colônia Santo Antônio, sendo 40 pertencentes a franceses, 33 a alemães e 33 a agricultores italianos e luso-brasileiros. Observamos que havia uma maior concentração de terras entre os colonos franceses: uma só família detinha seis lotes de terras; outra detinha três lotes e havia seis famílias com dois lotes de terras cada uma. Concentração semelhante não ocorria entre os demais colonos. Observamos, também, que alguns franceses estenderam suas propriedades para fora dos limites da Colônia Santo Antônio.⁴

Treze anos mais tarde, entre os franceses natos, fundadores da Colônia, encontravam-se propriedades que detinham até 140ha. Entre os descendentes da primeira geração, havia proprietários que alcançavam 300ha, enquanto um número de 12 agricultores (ou seja de famílias) encontravam-se com menos de 20ha e um número de 13 agricultores já não detinham a propriedade de terras. E, entre os descendentes de segunda geração, havia 20, com mais de 21 anos de idade, que não eram proprietários (o que não significa que não tenham herdado terras posteriormente) (D. Lib., 18.10.33, p. 27).

Os dois camponeses acima citados, ambos da segunda geração, que montaram as maiores fábricas domésticas, eram os maiores proprietários de terras na Colônia de Santo Antônio, com aproximadamente 300ha cada um, e, na condição de camponeses relativamente abastados, transformaram-se em patrões de camponeses empobrecidos. Concentrando terras e tornando-se pequenos industriais, esses camponeses desenvolveram, então, o modo indireto de explorar a terra.

As raras informações sobre o sistema de parceria introduzido pelos franceses não permitem avaliar a importância desse sistema em relação ao conjunto da Colônia, como, por exemplo, no que se refere à superfície ocupada pelos parceiros, ou ao número de explorações em parceria. Sabe-se, no entanto, que esse modo de explorar a terra não se desenvolveu nas demais colônias. Foi introduzido na "Colônia Francesa" no começo deste século, e seu apogeu coincidiu com o apogeu econômico dessa Colônia: todo camponês abastado produzia em sistema de parceria, possuía uma cantina de vinho, ou uma fábrica de conservas, ou, então, ambas.

Os parceiros não eram descendentes de europeus. Habitavam, geralmente, na campanha vizinha, onde trabalhavam como peões.

⁴ Isso não está sendo aqui considerado por não dispormos das informações necessárias.

Havia casos de parceria "à meia" ou "à terça". Se o proprietário cedia a terra com os animais, a casa (não mobiliada), as ferramentas, as sementes, etc., a parte que revertia ao proprietário correspondia à metade de toda a colheita. Caso o parceiro possuísse os instrumentos agrícolas e os animais de serviço, cabia ao proprietário um terço da produção de alimentos. O parceiro podia ficar com toda a produção hortaliça e a produção das aves que criava, mas a produção de uva e de pêssego devia ser dividida "à meia". As partes que cabiam ao parceiro eram compradas pelos proprietários das terras e transformadas em suas próprias fábricas. Nesse caso, o pagamento da uva era feito em vinho (descontados os selos fiscais), e o pagamento do pêssego era feito em dinheiro. Eventualmente, o proprietário dava um adiantamento monetário para o tratamento das culturas industriais e depois deduzia-o do valor da colheita.

Portanto, as famílias que concentraram as terras e que se tornaram fabricantes de vinho e de conservas basearam-se no sistema de parceria. Mas o domínio econômico dessas famílias não passou disso. Elas não exerceram o controle do comércio na Colônia (que estava com os italianos), e não havia artesãos entre os franceses. Foram os alemães que se dedicaram a ofícios como o da carpintaria, ferrajaria, ou o de curtir couros.

Ainda que a fabricação de conservas e de doces tenha sido amplamente adotada pela comunidade alemã de Pelotas, a forma acima caracterizada de pequeno capitalismo fundiário, industrial e financeiro limitou-se à "Colônia Francesa".

1.4 — Trajetória de uma das fábricas camponesas da Colônia Santo Antônio (1930-70)

A empresa Quinta Pastorello é um dos mais expressivos exemplos do gênero na região. Ela foi mantida quase 70 anos, ou seja, por três gerações, pela mesma família. Foi fundada pelo imigrante Domingos Pastorello, em 1880, e inicialmente beneficiava somente a uva para o preparo de vinho. Por volta de 1900, o proprietário, com o auxílio de um filho, ampliou as atividades da fábrica, instalada junto à residência da família, implantando a fabricação de conservas de pêssego. Para isso, eles providenciaram a seleção de variedades de pessegueiros adequadas a conservas, prepararam as mudas e organizaram seus pomares com os cuidados técnicos que estavam ao seu alcance.

A partir de 1914, a empresa passou para um genro, Emílio Ribes, que veio a se tornar um dos maiores proprietários de terras da Colônia Santo Antônio, multiplicando sua área inicial de 34,5ha por volta de 10 vezes. Associando a agricultura com a atividade de beneficiamento, tornou-

-se um camponês empregador de mão-de-obra. Suas terras eram exploradas com culturas de subsistência e com as culturas permanentes, principalmente pessegueiros e videiras, que forneciam a matéria-prima a ser usada na fábrica. As terras que ultrapassavam a capacidade de ocupação da família Ribes eram exploradas por outras famílias de camponeses contratadas em regime de parceria e assentadas em extensões que variavam de 15 a 40ha. Esse sistema garantia a matéria-prima para a fabricação de vinhos e conservas, e, só numa eventualidade, essas matérias-primas eram compradas no mercado local.

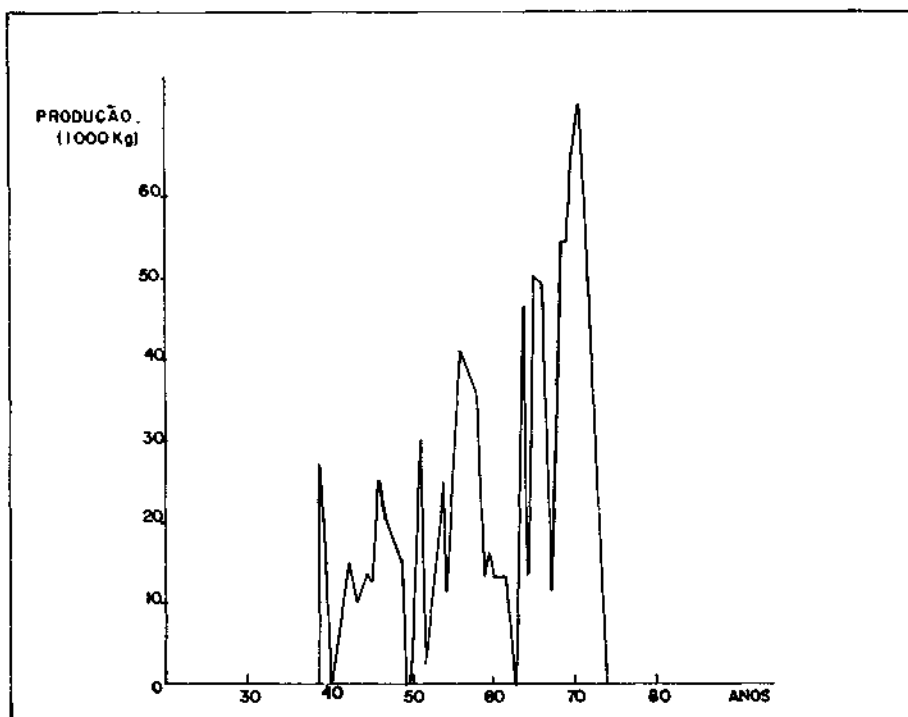
Até o ano de 1930, a fábrica esteve instalada em galpões. Nesse ano, foi edificada uma área de 240m² e coberta outra área suplementar de 150m².

O processo de fabricação era todo manual. Para as compotas de pêsego, o procedimento dava-se de acordo com a descrição a seguir. Inicialmente, os pêsegos eram classificados segundo o seu tamanho e seu estado de maturação e, após, eram descascados (depois de 1940, ao invés de serem descascados, passaram a ser banhados rapidamente numa solução de soda cáustica e água e novamente lavados em água corrente para eliminar a soda). Em seguida, eram colocados sobre mesas para serem divididos ao meio, descaroados e passarem por uma nova seleção. Na medida em que as metades dos pêsegos ficavam prontas, permaneciam em recipientes com água. Preparada a calda, os pêsegos eram nela mergulhados e, em seguida, enlatados (em latas de 1kg e de 1/2kg). As latas eram, então, soldadas manualmente (a partir de 1925, passaram a ser encravadas por uma máquina acionada por motor à explosão), colocadas em cestos metálicos e levadas ao banho-maria durante 30 minutos, para esterilização, em tachos aquecidos a vapor por meio de serpentinas. Retiradas do tacho de esterilização, as latas eram levadas a um depósito e colocadas sobre o piso de cimento para serem resfriadas e depois empilhadas, onde eram conservadas até o momento de serem rotuladas, seladas e embaladas em papel de embrulho para, finalmente, serem postas em caixas.

A rotulagem era feita com papel litografado. Havia uma pequena oficina litográfica funcionando junto à fábrica, cuja máquina impressora fora feita por um dos membros da família que também desenhava e imprimia os rótulos para os produtos fabricados. Toda rotulagem era procedida manualmente. As caixas que serviam para a embalagem das latas também eram feitas artesanalmente na fábrica.

A produção de compotas era bastante irregular de ano para ano, conforme podemos visualizar no Gráfico 1. Examinando a série de anos para a qual temos informações contínuas, ou seja, de 1938 a 1972, observamos que a produção variou de 2.000kg a 70.000kg, ao longo do período, sendo que em alguns anos não houve produção.

GRÁFICO 1

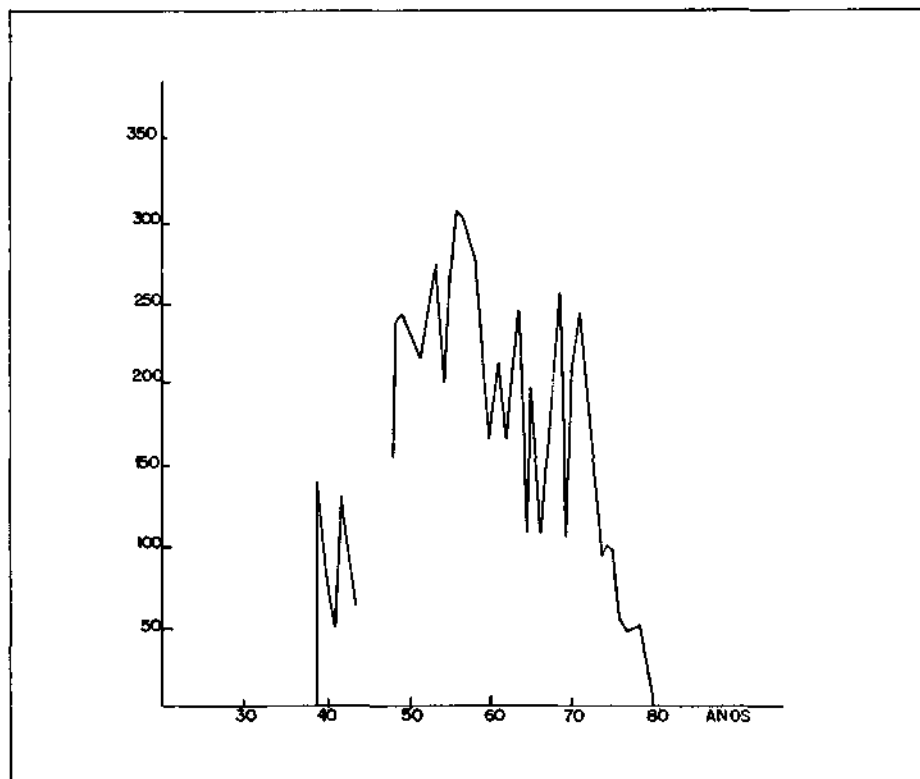
PRODUÇÃO DE COMPOTAS DE PÊSSEGO DA EMPRESA
QUINTA PASTORELLO - 1930-1980

FONTE: Pesquisa de campo.

A mão-de-obra era recrutada entre os agricultores locais, pagos pela jornada de trabalho. Entre os diaristas empregados na fabricação de compotas, havia um grande número de mulheres e meninas. O emprego na fábrica era de grande sazonalidade, sendo que os meses de pico eram os de verão, por ocasião da safra. Juntando as atividades de produção do vinho com as de compotas, a fábrica chegou ao máximo de 3.857 jornadas de trabalho, com um total de 239 pessoas em 1951, o que representou a média mensal de 321 jornadas no ano. Havia, também, empregados permanentes. No caso do ano citado como exemplo, após a safra nos meses de verão, foram mantidos, em média, 12 operários assalariados por mês.

GRÁFICO 2

**MÉDIA ANUAL DE JORNADAS DE TRABALHO DOS EMPREGADOS
NA EMPRESA QUINTA PASTORELLO – 1930-1980**



FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: Para o período 1944-46, não foram obtidas informações.

A fábrica produzia, ainda, compotas de figo, conservas de ervilha e vagem, e pessegada, esta, porém, em pequena quantidade. Por ocasião da Primeira Exposição Nacional de Horticultura em 1929, no Rio de Janeiro, a fábrica ganhou prêmio Medalha de Prata pela compota de pêssego e Menção Honrosa pela conserva de ervilha.

A empresa tinha um patrimônio composto do terreno, das edificações, dos veículos (que consistiam em um caminhão, uma carroça, dois carretões, dois cavalos e quatro bois), da maquinaria (isto é, um motor à gasolina 4HP, seis descascadores, 24 descaroçadores e dois encravadores) e dos móveis e utensílios (como facas, balanças, mesas, tachos e vasilhas).

Para a produção, era adquirido no comércio o açúcar, eventualmente pêssegos, a lenha, as latas e o papel para a embalagem.

A maior parte da produção de compotas era comprada pelos armazéns de Joaquim Oliveira. Esse comerciante remetia as conservas, por navios saídos do porto de Rio Grande, para o Rio de Janeiro, de onde um representante comercial podia enviá-las para outras regiões do Brasil. Outra parte da produção era comercializada nas Cidades de Pelotas e Rio Grande, sendo praticamente excluído o comércio com a Cidade de Porto Alegre.

A partir de 1963, a empresa passou a "fabricar para terceiros": empresas maiores que se formaram no ramo, compravam o produto final das fábricas artesanais e colocavam-no no mercado com suas rotulagens. Isso passou a ser considerado vantajoso pelo pequeno fabricante, que vendia o produto sem as despesas relacionadas com a sua identificação e comercialização. A fábrica operou com esse sistema até o ano de 1972, quando fechou por não corresponder às normas de produção estabelecidas pelos órgãos oficiais.

1.5 – De fábricas artesanais à agroindústria⁵

No Brasil, a indústria de conservas de frutas, legumes e vegetais tem uma participação de aproximadamente 4% no valor gerado pela indústria de transformação. O volume produzido no Estado do Rio Grande do Sul é significativo; em termos de valor fica em torno de 13,5% do total da produção nacional de conservas. Mas o que chama mais atenção é o fato de estar alocada, aqui no Estado, quase a metade da mão-de-obra que trabalha nesse ramo (48,4%).

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, estão cadastrados no Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) 91 fábricas de conservas de frutas, legumes e vegetais. Mais de 1/4 do número dessas empresas operam com o pêssego, matéria-prima mais beneficiada nesse ramo. Isso explica porque mais da metade do parque dessa indústria está localizado em Pelotas. Ou seja, há 27 fábricas operando na sede do município e 22 no seu interior, configurando a maior concentração industrial de conservas alimentícias do Brasil, responsável por 90% do pêssego em calda produzido no País (Bal. Anual, 1984, p. 122).

⁵ Na análise a seguir, não serão considerados os efeitos recessivos que a crise em que se encontra a economia brasileira tem provocado no ramo, sobretudo pelo lado da demanda, devido a uma política de achatamento salarial. Os dados estatísticos utilizados, quando não houver referências, são do Censo Industrial 1980: Brasil (1984) e Censo Industrial 1980: Rio Grande do Sul (1984).

Esse ramo opera em Pelotas basicamente com três empresas de grande porte, com cinco de médio porte, sendo as demais consideradas pequenas.⁶ Chama atenção o fato de não haver nenhuma participação de capitais internacionais.

As pequenas empresas localizam-se na zona rural, distando de 30 a 40km da cidade. Funcionam precariamente e, não raro, tratam-se de micro unidades que processam o pêssego, exclusivamente, para depois de cada safra fecharem e reabrirem na safra seguinte. Geralmente, o que produzem é transferido a empresas maiores do Rio de Janeiro e de São Paulo para comercialização.

As médias empresas são, em muitos casos, decorrentes de uma gradual evolução das pequenas. Já por volta de 1930, a viabilidade de garantir o fornecimento de matérias-primas, aliada às possibilidades que oferecia o mercado nacional que se expandia devido a um processo de urbanização, favoreceu a implantação de indústrias de porte médio. Atualmente, essas empresas têm estrutura operacional (Fund. Planej. Urb. Reg. Pelotas, 1983) para colocar sua produção nos grandes centros consumidores do País.

Quanto ao grupo das grandes empresas, sua atuação é mais recente. Foram implantadas por volta de 1970, graças aos incentivos da política econômica então vigente, que viabilizou maior utilização de recursos financeiros para financiamento das indústrias, com o objetivo de promover o crescimento industrial brasileiro. Duas dessas empresas pertencem a dois grandes grupos paulistas, e a terceira é constituída de capitais locais. Segundo estimativa do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), as três empresas juntas são responsáveis por mais de 60% do total da produção e mais de 80% do faturamento do ramo de conservas no Estado do Rio Grande do Sul (BRDE, 1982).

Segundo a Fundação de Planejamento Urbano e Regional de Pelotas (FUPURP), o final dos anos 60 marca o início de uma clara concentração industrial no ramo de produtos alimentícios em Pelotas, com base numa produção industrial mais elaborada, que concorre para a destruição da produção de pequena escala, sobretudo a artesanal. Haja vista que na safra de pêssego 1966/67 operaram 66 indústrias (Pelotas. Prefeitura Municipal, 1978), o que representa, em relação ao presente, uma redução de 17 unidades de produção.⁷ Nesse movimento está embutido, de um lado, um processo de absorção de pequenas e médias empresas por empresas maiores e,

⁶ A classificação quanto ao tamanho econômico das empresas foi feita pelo Engenheiro Agrônomo Hugo Poetsch, Presidente do Sindicato das Indústrias de Doces e Conservas Alimentícias do Rio Grande do Sul.

⁷ Segundo o estudo de Rheingantz (1954), havia, então, perto de 100 fábricas na região.

de outro, o simples fechamento de fábricas artesanais por órgãos estatais competentes que agiram de acordo com as diretrizes de uma política econômica implantada, sob a alegação de que os estabelecimentos não tinham condições de higiene para operar.

Essas transformações no parque das indústrias de conservas de Pelotas ocorreram no período que ficou conhecido como o do "milagre econômico brasileiro" (de 1967 a 1973), quando o País entrou em nova fase de crescimento industrial, mediante uma política de estímulos implantados pelo Governo Federal. Entre as inovações introduzidas então, destacamos o financiamento de longo prazo às indústrias através de bancos regionais e estaduais, criados para esse fim, o que veio a beneficiar as médias e as grandes empresas. O próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que só atuava no financiamento à infra-estrutura da economia e às indústrias de base, passou a financiar a indústria de transformação com o objetivo de tornar homogêneo o "(...) perfil industrial através do fortalecimento de setores relativamente mais atrasados, elevando-lhes os padrões de eficiência e produtividade (...)" (IPEA, 1972, p. 112 e 114). Os financiamentos dos bancos de desenvolvimento tiveram notável efeito multiplicador no parque das indústrias de conservas de Pelotas, formado até então por empresas familiares que operavam sobretudo com recursos próprios. A primeira grande empresa a se instalar no Município, a CICA, em 1969 (cuja matriz localizada em São Paulo utilizou os recursos do BNDE para expandir-se), representou um verdadeiro "golpe de misericórdia" para a competitividade das fábricas artesanais das colônias.

Nessa fase de crescimento industrial, foram geradas novas formas sanitárias, disciplinadoras da atividade produtiva e de suas instalações, que, no caso das indústrias de conservas, afastaram os pequenos fabricantes. Como disse um camponês, ex-proprietário de uma fábrica de comotas,

"(...) ninguém conseguiu suportar as exigências impostas pelos poderes administrativos, principalmente a Secretaria da Agricultura e a Secretaria da Saúde. Uma pequena indústria que trabalha 20 dias em um ano não pode ter paredes com azulejos e mesas com aço inoxidável" (F. Tarde, 22.9.80).

Outra medida de política econômica que repercutiu na região foi a concessão de estímulos fiscais para a formação de pomares. O incentivo consistia em possibilitar o desconto, na declaração de rendimentos de pessoas físicas e jurídicas, de toda a importância gasta em reflorestamento que pudesse servir de base à exploração econômica. Como no caso da fruticultura ficou estipulado uma área mínima de 100ha, os camponeses da região ficaram sem a possibilidade de se beneficiarem do incentivo que, por outro lado, foi usado pela indústria local, ocasião em que as maiores empresas formaram seus próprios pomares.

O desenvolvimento dessas empresas ocorreu no bojo de uma conjuntura bastante favorável, pois o mercado interno se ampliaria devido à expansão da taxa de emprego e da massa de salários urbanos durante o período do dito "milagre econômico".

Hoje esse parque industrial tem capacidade para processar 60.000t por ano⁸. Fora do período da safra de pêssego, parte da capacidade instalada é normalmente utilizada para o processamento de outras matérias-primas. Além de conservas vegetais e frutas em calda, é produzida uma grande variedade de doces e geléias de frutas.⁹

O mercado nacional dessa indústria localiza-se, fundamentalmente, no Centro-Sul do País, ou seja, do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul, sendo muito baixo o consumo dessa produção nas Regiões Norte e Nordeste. Questões relacionadas com o custo de produção e com o padrão de qualidade tornam inexpressiva a comercialização no mercado externo.

Ainda que possa ser constatado avanço tecnológico em boa parte das unidades produtivas, de um modo geral esse parque industrial é pouco automatizado, o que justifica o alto emprego de mão-de-obra no processo produtivo. Trata-se de uma mão-de-obra não especializada, composta por um grande número de mulheres. Dados para 1980 apresentam 15.000 pessoas contratadas para o processo de produção. Normalmente, o final da safra de pêssego implica a dispensa quase total dos operários. Essa grande sazonalidade deve-se à concentração da produção em poucos produtos, em grande parte das empresas. Só a industrialização de pêssego em calda representa por volta de 60% da produção do setor (Fund. Planej. Urb. Reg. Pelotas, 1983).

1.6 – A participação do campesinato de Pelotas na produção nacional de pêssego

O Brasil tem uma produção de pêssego estimada pelo IBGE, para 1982, de 61.727t.¹⁰ Essa produção espalha-se pelos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e concentra-se no Rio Grande do Sul, onde está por volta de 80% da área cultivada e da quantidade produzida nacionalmente.

⁸ Informação fornecida pela Prefeitura Municipal de Pelotas.

⁹ Ao todo são industrializados 27 vegetais, de acordo com o Diário Popular (1982, p.11).

¹⁰ De acordo com os dados da FAO para 1982, os maiores produtores mundiais de pêssego são os Países Baixos (1.400.000t) e os Estados Unidos (1.197.000t). São grandes produtores a França, a Espanha, a China, a Grécia e a URSS, países com uma produção na ordem de 400.000t. Em toda a América do Sul, a produção fica em torno de 550.000t, onde o maior produtor é a Argentina (213.000t) (Annu. FAO Prod. 1983, 1984).

Em todo o território do Rio Grande do Sul, praticamente encontram-se pessegueiros, mas as maiores lavouras estão reunidas em Pelotas e Canguçu, os maiores produtores, e também em Piratini, São Lourenço, Pedro Osório, Arroio Grande e Rio Grande (ver Mapa 1); só a produção de Pelotas representa mais de 40% da produção nacional. As condições favoráveis de clima e solo, a tradição de cultivo entre os camponeses do lugar e, sobretudo, a formação da indústria de conservas para a qual se volta toda a produção local, contribuíram para a especialização da região. Calcula-se que há, aproximadamente, 2.500 famílias¹¹ de pequenos agricultores praticando o cultivo nessa região. Existe ainda, como já assinalamos, outra importante área produtora no Rio Grande do Sul, formada por Porto Alegre e municípios vizinhos e mais os municípios da zona colonial italiana, que fornece pêssego para o consumo "in natura".

No Município de Pelotas, o maior produtor nacional de pêssego, a produção estimada pelo IBGE, para 1984, foi de 26.000 toneladas em 8.000ha de área colhida. Isso equivale a uma produtividade média de 3.250kg por hectare, considerada muito baixa.¹²

Ao que tudo indica a baixa produtividade decorre de um processo de produção camponês que não se transformou, face ao progresso técnico ocorrido no sistema de cultivo do pessegueiro.

De acordo com estudo feito pela CIENTEC (1973), a maior parte dos pomares de pêssego encontram-se em áreas de 0,9 a 27ha, sendo que há maior incidência no intervalo de 1 a 1,8ha. Trata-se, portanto, de uma produção feita em pequenas superfícies e com elevada participação de mão-de-obra: num cálculo simplificado, considerando-se que cada família camponesa tenha em média cinco membros, somente em Pelotas seriam 12.000 pessoas envolvidas diretamente no cultivo, o que equivale a 1,6 pessoas por hectare.

Porém, se as condições técnicas do cultivo deixam muito a desejar, paradoxalmente a pesquisa agrônômica voltada para o pêssego avançou de maneira considerável no País, nos últimos anos.

¹¹ Dado fornecido pela Associação Gaúcha de Produtores de Pêssegos.

¹² Segundo GOMES, a produtividade de 3.000 a 4.000kg/ha obtida nos últimos anos é considerada muito baixa, porque mesmo produtores de baixo padrão tecnológico podem alcançar 9.000kg/ha no quarto ano e 15.000kg/ha a partir do quinto ano de pomar. É necessário salientar que o pessegueiro inicia a produção após quatro anos de plantio. Entre 15.000 e 25.000kg/ha, a produção é considerada razoável e, acima disso, excepcional. Ver Gomes (1981) e Programa de Investimentos Integrados para o Setor Agropecuário (1975).

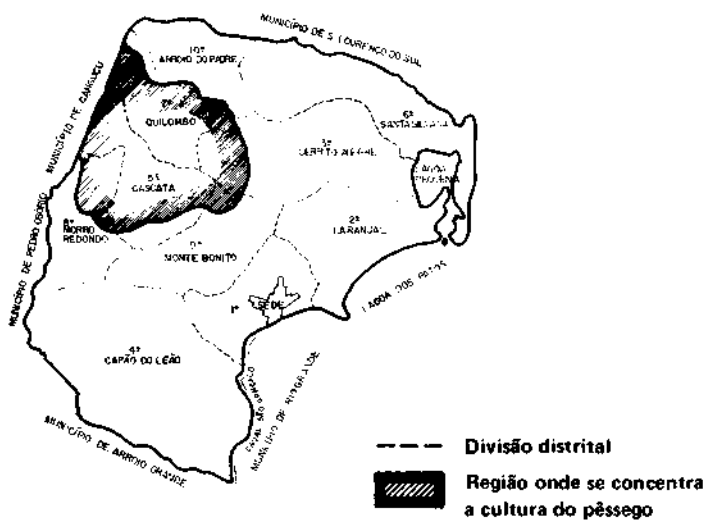
MAPA 1

REGIÃO ONDE SE CONCENTRA A CULTURA DO PÊSSEGO NO RIO GRANDE DO SUL



MAPA 2

REGIÕES ONDE SE CONCENTRA A CULTURA DO PÊSSEGO NO MUNICÍPIO DE PELOTAS



O programa de melhoramento genético do pessegueiro começou no Brasil no decorrer dos anos 50. No início, os primeiros experimentos foram feitos no Instituto Agronômico de Campinas (São Paulo) e, poucos anos depois, em 1953, o programa passou a ser implantado também na Estação Experimental Fitotécnica de Taquari, no Rio Grande do Sul. Indiretamente, essas pesquisas agronômicas tomaram impulso em decorrência de medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal. Primeiramente, em 1953, houve uma reforma cambial¹³ que veio a encarecer bastante a importação da fruta, feita até então para o abastecimento do mercado interno. Em seguida, foi implantada a política de substituição de importações para impulsionar o desenvolvimento da indústria nacional. Assim, tornou-se inviável a compra no exterior do pêssego tanto "in natura" como industrializado. Isso impulsionou sua produção no Rio Grande do Sul, que passou a ser o principal fornecedor nacional. Na tradicional zona produtora de Pelotas, o pêssego adquiria crescente significado econômico entre os camponeses, em consequência da expansão da capacidade industrial instalada na região, baseada na indústria de conservas. Esta, para se desenvolver, contou com uma série de medidas de apoio governamental, entre as quais a de dispor de pesquisas agronômicas que propiciassem um produto melhor adaptado às necessidades do processo industrial. Com esse objetivo, os trabalhos desenvolvidos pela Estação Experimental de Taquari foram transferidos, em 1963, para a Estação Experimental de Vitivinicultura, Enologia e Frutas de Clima Temperado de Pelotas.¹⁴ Teve início, então, um programa para a criação de cultivares adaptadas às condições regionais, origem das variedades que se tornaram a base dos atuais pomares. Com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1972, foi instalado em Pelotas o Centro Nacional de Pesquisa de Fruteiras de Clima Temperado, órgão centralizador de todos os experimentos pertinentes e cujos trabalhos estão preponderantemente voltados para a cultura do pessegueiro.

Todos esses anos de pesquisas proporcionaram um grande avanço nos trabalhos de melhoramento genético¹⁵, sendo da maior importância os

¹³ Trata-se da Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) que taxou as principais mercadorias de importação, exceto as de equipamentos básicos (Lessa, 1981).

¹⁴ Essa Estação Experimental foi criada em 1937, fruto de um convênio entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e tinha por finalidade realizar trabalhos relativos à produção, melhoramento e defesa da vitivinicultura e frutos de clima temperado.

¹⁵ Os pêssegos produzidos em Pelotas eram considerados de muito boa qualidade, e a produtividade dos pessegueiros foi satisfatória até os anos 30 e 40, quando a fruta passou, a cada safra, a ficar menor e mais escassa.

resultados alcançados nas variedades para conserva. Cerca de 40 anos atrás, o quadro característico da cultura era de um grande número de pragas e moléstias dominando completamente a frutificação e a formação de novos pomares através da reprodução por caroços, causando degenerescências. Houve uma certa recuperação no padrão de qualidade do pêssego e um aumento da produtividade. Porém os resultados das pesquisas ainda não se refletem em efetivas modificações no sistema produtivo dos camponeses (Gomes, 1982).¹⁶ Assim, no que concerne às pragas e doenças, por exemplo, o controle está muito aquém do recomendado, e a adubação, que vem sendo feita há bastante tempo, é inadequada. Nessa região de topografia acidentada, é muito grande o número de agricultores que não cuidam da erosão. A diversificação das variedades é encontrada somente em áreas cultivadas mais recentemente, sendo que a maioria dos pomares camponeses em produção tem mais de 20 anos de idade e estão entrando em decadência (RS. Secr. Agric.. Comis. Planej. Agríc., , doc. nº 2039). Enfim, trata-se de um típico quadro de produção do tradicional campesinato do Rio Grande do Sul, baseado no sistema de cultivo à tração animal, cujo produto, quando comparado com o de outras áreas produtivas, revela ser de baixo padrão em quantidade e qualidade.

¹⁶ Em sua tese, Gomes estuda a defasagem existente entre o conhecimento adquirido sobre a cultura e a prática da cultura; toma como campo de investigação a região de Pelotas para mostrar quais são as barreiras que impedem os camponeses de incorporarem na produção a tecnologia gerada.

2 – A INDÚSTRIA DE CONSERVAS VEGETAIS E O CAMPESINATO PRODUTOR DE MATÉRIAS-PRIMAS FACE ÀS TRANSFORMAÇÕES EM CURSO NA AGRICULTURA BRASILEIRA

2.1—Reflexões sobre a presente transformação agrícola

Bastante diferentes são as condições dadas para a transformação da agricultura euro-americana e as observadas no processo ora em andamento no Brasil. Nos países ditos desenvolvidos, as transformações foram evoluindo lentamente através de sucessivas etapas, adaptadas às especificidades sócio-econômicas de cada meio. Tal foi o desenvolvimento das forças produtivas, e tão profundas foram as mudanças a nível de hábitos e métodos no meio rural desses países, que esse processo pôde ser apropriadamente chamado de revolução agrícola.

No Brasil, as transformações têm origem na recente intervenção do Estado na agricultura, num contexto político de forte autoritarismo, que teve por conseqüência a implementação de inovações tecnológicas sem as necessárias adequações às particularidades do conjunto do setor agrário, tais como tipos de solo e clima, estrutura fundiária, regime de posse e formas de ocupação da terra, etc. Essas transformações foram induzidas no País concomitantemente à viabilização e ao desenvolvimento de setores industriais fornecedores de bens de produção agrícola, de um lado, e, de outro, à industrialização da pesquisa agrônômica, coordenada e centralizada em órgãos governamentais; enquanto, na Europa e nos Estados Unidos, a indústria já plenamente consolidada encontrou respaldo em avançados centros de pesquisas técnicas e científicas a serviço do desenvolvimento agrícola.

Nos países em que a revolução agrícola contemporânea é efetiva, observa-se que ela brotou no seio do campesinato equilibrado e que se constituiu no sistema de produção agrícola dominante. Ao passo que, no Brasil, as transformações ocorrem via desenvolvimento da exploração empresarial das grandes propriedades, altamente concentradas em conseqüência de uma estrutura agrária com profundos desequilíbrios.

Tradicionalmente, apenas as grandes propriedades abastecedoras do setor agrário-exportador — que financiou a implantação do processo indus-

trial brasileiro e garantiu-lhe as divisas para a importação de bens intermediários e de capital — eram beneficiadas com a proteção de políticas governamentais. O setor produtor de alimentos para o mercado interno, composto basicamente pelo campesinato voltado para a produção de subsistência, esteve marginalizado da planificação econômica. Enquanto a terra se constituiu num meio abundante de produção, toda sorte de pequenos agricultores — pequenos proprietários, pequenos arrendatários, parceiros, posseiros — foi estendendo seu sistema produtivo, imigrando de tradicionais regiões agrícolas para novas terras. A possibilidade para essa reprodução foi dada na medida em que o País foi sendo cortado por estradas, sobretudo a partir da indústria automobilística, carro-chefe da industrialização brasileira.

As primeiras propostas com vistas ao desenvolvimento do setor agrário foram emitidas na ocasião em que foi elaborado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, em 1962, sob a coordenação de Celso Furtado, para servir de orientação ao Governo Goulart. No Plano Trienal, a estrutura agrária brasileira — caracterizada pelo monopólio da terra e pelo predomínio de relações pré-capitalistas de produção — foi diagnosticada como a causa da situação social conflituosa no campesinato, claramente em crise, e considerada inadequada às necessidades da economia, submetida a sucessivas crises na oferta de alimentos. A proposta de então visava à transformação da agricultura com base numa ampla reforma agrária, respaldada por uma política de crédito e de sustentação de preços aos produtores. Tratava-se de dar condições para um desenvolvimento agrícola menos desigual, através da via camponesa.

A brusca interrupção do Governo Goulart, fruto de uma mudança política que instaurou o regime militar no País, trouxe para a agricultura brasileira os efeitos da preconização do aumento da produção e da produtividade agrícolas, através da transformação das grandes propriedades em unidades produtivas capitalizadas, evitando, assim, a desconcentração da posse da terra e deixando a questão camponesa tal como estava. A política agrícola adotada a partir daí visou, antes de mais nada, viabilizar o novo plano econômico que consistia, a grosso modo, em impulsionar o desenvolvimento capitalista no País, privilegiando o setor industrial. Para isso, os planejadores econômicos do regime militar propunham abrir a economia para os capitais estrangeiros, inserir os produtos manufaturados brasileiros no mercado internacional e incrementar as exportações de produtos primários para garantir equilíbrio ao balanço de pagamentos, servindo de respaldo ao "modelo" de desenvolvimento. Era preciso, pois, desenvolver as forças produtivas na agricultura de exportação, de forma a aumentar a produção, a ampliar a pauta dos produtos exportáveis, que tradicionalmente se centrara em algumas culturas, e a aumentar a produtividade desses produtos para que se tornassem competitivos no mercado internacional.

A estratégia governamental para desenvolver o capitalismo na agricultura brasileira via grandes explorações, que, basicamente, consistiu numa política de crédito para produzir e realizar a produção no mercado a juros subsidiados¹, resultou ser especialmente benéfica para a indústria de bens de capital apta à fabricação de tratores, máquinas e implementos agrícolas e viabilizou a instalação da indústria de fertilizantes, rações, agrotóxicos e toda uma gama de produtos do ramo da química.

O parque industrial, fornecedor de bens de produção para a agricultura no Brasil, é, em grande parte, constituído por empresas subsidiárias de importantes oligopólios internacionais. Uma vez aqui estabelecidas, essas empresas transferem a tecnologia em uso na agricultura de países desenvolvidos, estimuladas por uma política econômica interna que não considera a adequação dessa tecnologia às condições, possibilidades e necessidades sócio-econômicas do conjunto do setor agropecuário brasileiro.

Assim, a capitalização agrícola alcançada na década de 70 foi rápida, contudo regionalizada, sobretudo no sudeste e no sul do País, e, além disso, parcial: a tecnologia posta à disposição pôde ser absorvida pelos agricultores que produziam para o mercado externo e pela parcela daqueles que organizaram grandes empresas em torno de algumas culturas voltadas para o mercado interno. Entre os camponeses, a absorção foi possível para os que estavam com razoável nível de organização (em cooperativas) e para os que tinham capacidade de endividamento.

Dessa forma, as transformações capitalistas da agricultura brasileira são destituídas de qualquer cunho revolucionário, ao contrário das transformações agrícolas euro-americanas. Aqui provocou enorme concentração de renda e, conseqüentemente, de terras, aprofundando as contradições e conflitos do meio rural. A economia camponesa, já fortemente proletarizada por ocasião da imposição da inovação tecnológica, encontra-se, um quarto de século depois, em alastrada crise, devido ao acelerado processo de desenvolvimento desigual que se instaurou na agricultura brasileira. Atualmente, sem a possibilidade de reproduzir seu sistema produtivo em novas terras como no passado, grande parcela do campesinato chega à destruição de seu sistema de produção em função da falta de condições mínimas para investir nos novos meios de produção, a fim de obter maior produtividade. Essa destruição engendra um excedente populacional que não está sendo satisfatoriamente absorvido pelos outros setores da economia, quer pela indústria urbana, que se desenvolve em desarmonia com o processo de

¹ As taxas de juros para a agricultura foram fixadas abaixo das vigentes para os outros setores da economia, sendo que, entre 1968 e 1979, foram mantidas a níveis inferiores aos da inflação.

penetração capitalista no campo, quer pelo setor de serviços que, no Brasil, se encontra há muito tempo extremamente "inchado"; e muito menos pela parcela da agricultura que se mecaniza. Esse é outro aspecto da brutal diferença do Brasil com os países desenvolvidos, pois, ainda que nestes a revolução agrícola contemporânea provoque um desenvolvimento econômico desigual entre os camponeses — no caso, os principais agentes do processo de capitalização —, a força de trabalho excedente que daí emerge é, como diz Mazoyer (1980), coerentemente absorvida pela economia urbana, devido ao desenvolvimento desses países em maior nível de integração econômica.

2.2 — As manifestações da transformação agrícola em Pelotas

Os efeitos desse processo de modernização na estrutura agrária pelotense estão claramente dentro das características acima apontadas. Convém lembrar que o Município é constituído por uma das mais tradicionais regiões de grandes proprietários do Estado do Rio Grande do Sul, no meio do qual foi inserido o campesinato em condições absolutamente inferiores em relação aos fazendeiros quanto à posse e uso da terra.

Nos últimos 20 anos, no curso dos quais transcorreu o processo de capitalização da agricultura brasileira, as relações de propriedade mantiveram-se em Pelotas, mas o uso da terra, se não foi democratizado, passou por algumas modificações, pois aumentou a área de lavouras (33% em relação a 1960) em detrimento da área de pastagem usada para a criação extensiva de gado.

Localmente, há evidentes sinais de certa correspondência por parte do setor o qual a política agrícola visou atingir. Ou seja, o número de tratores aumentou 10 vezes no período 1960-80 (enquanto, no período 1920-60, esse aumento foi da ordem de quatro vezes), e o número de estabelecimentos que empregam fertilizantes hoje é 25 vezes maior (ver os valores absolutos no Anexo 2, Tabela 2.7). Esses dados levam à conclusão de que foram aplicados os incentivos governamentais para o uso do crédito na compra de máquinas e insumos. Em duas lavouras, é notável um real avanço tecnológico. A lavoura do arroz, capitalizada há muito tempo, através da importação de insumos e máquinas do Exterior, por iniciativa de fazendeiros e empresários locais, teve um aumento de 67% na área plantada e de 190% na quantidade produzida, no período 1960-84. A outra, a lavoura de soja, desenvolvida para exportar, é fruto bastante típico do processo recente da tecnificação, uma vez que não existia há 20 anos atrás, ou, pelo menos, era tão insignificante ao ponto de não figurar estatisticamente na produção da lavoura do Município.

Entre o campesinato, a inserção dos novos meios de produção foi superficial. Dados fornecidos pela Associação dos Produtores de Pêssegos informam que, para o ano de 1980, por exemplo, essa Associação deu aval para o financiamento de 806 projetos para custear e formar lavouras camponesas de pêssego, aspargo e morango e de outros 622 para as lavouras de soja, milho e feijão, perfazendo um total de 7.147ha de área financiada, num universo onde existem mais de 6.000 propriedades com menos de 50ha cada uma, concentradas numa área que totaliza pouco menos de 100.000ha. Os agricultores, basicamente, continuam a produzir como os seus antepassados, que imigraram trazendo o conhecimento das técnicas de produção alcançadas pela primeira revolução agrícola e de uso generalizado na Europa, na época das grandes imigrações para o Brasil. Basta lembrar que a produtividade das culturas camponesas vem decaindo e que não há mostras de um significativo declínio no emprego da tração animal a favor do emprego da tração mecânica nos trabalhos da lavoura.

O período em que essa economia camponesa parece ter sido mais equilibrada é aquele que vai do final do século (passados os primeiros anos de assentamento) até a década de 20, quando se esgota a fronteira agrícola para os camponeses nessa região. Sem condições de incorporarem novas terras e com um intenso ritmo de cultivo que desgasta as terras em uso, entraram em regressão econômica. Os sinais mais evidentes de decadência desse campesinato que as informações disponíveis possibilitam captar aparecem a partir dos anos 60, quando fecham as fábricas artesanais no meio rural. Portanto, quando as condições para a transformação agrícola chegam a ser dadas no território nacional, essa já é uma economia debilitada, decadente, sem possibilidades de acumular o suficiente para a transmutação tecnológica proposta.

Curiosamente, essa economia entra em claro processo de especialização, sem que tenha, no entanto, realizado uma verdadeira mudança nas suas bases técnicas, como ocorreu no processo de especialização do campesinato de países desenvolvidos. A particularidade dos camponeses de Pelotas é a de serem especializados de forma incompleta, na medida em que produzem maciçamente legumes e frutas para o mercado industrial, mas mantêm ativo o velho sistema da policultura associada à pecuária de pequeno porte, base de sua sobrevivência.

No movimento de transformação agrícola contemporâneo, assume papel importante a indústria que transforma os produtos agrícolas. As agroindústrias, através da demanda por matérias-primas, podem forjar a introdução de novos meios de produção com vistas a obter maior produtividade e melhor qualidade do produto.

Se as condições favoráveis de clima e solo proporcionaram o cultivo de frutas e legumes em quantidades superiores às necessidades da po-

pulação colonial, a oferta abundante desses produtos propiciou a disseminação das fábricas artesanais de conservas. A especialização ocorreu paralelamente ao desenvolvimento das atividades do processamento industrial dessas culturas e, na medida em que esse processamento evoluiu do artesanato rural para um padrão melhor elaborado de industrialização, exige um cultivo mais adequado, forçando os camponeses a plantarem variedades selecionadas e a empregarem a adubação. E por que exatamente adubos e novas espécies? Porque os camponeses não têm outra alternativa; é o mínimo que têm a fazer para conseguir um produto melhorado, uma vez que a tradicional via, a da incorporação de terras, está inviabilizada. Então, houve um processo de especialização sem que, contudo, tenha ocorrido um avanço significativo das forças produtivas na agricultura.

Tão antiga quanto a indústria de leite ou a de suínos na região, a indústria de conservas manteve-se, até os anos 50, com uma estrutura caracteristicamente artesanal. Algumas condições de mudanças para esse parque industrial são dadas com a política de substituição de importações e com um programa governamental de pesquisa para buscar variedades de pêssegos mais adequadas.

Os primeiros resultados das pesquisas efetuadas apareceram no final dos anos 60, com variedades que permitiam o alargamento do período da safra do pêssego. Até então, os pomares pelotenses eram constituídos basicamente por uma única variedade, e, em consequência, toda a safra devia ser processada num curtíssimo período de tempo, o que criava dificuldades para a indústria e para os agricultores. A introdução de novas variedades estendeu de 20 para 60 dias o período entre a colheita e o enlatamento do pêssego. Essa perspectiva de desenvolvimento de um produto melhor adaptado às necessidades da indústria atraiu alguns grupos industriais do ramo de conservas, que instalaram unidades de produção no Município. As condições para as mudanças nesse parque industrial pareceram melhorar ainda mais depois que foi implantada a política de transformação do setor agrícola, que instituiu a EMBRAPA em 1972 e através da qual foi criado em Pelotas o Centro Nacional de Pesquisa de Fruteiras de Clima Temperado, voltado sobretudo à pesquisa de culturas destinadas à industrialização, no sentido de melhorar a produtividade, a qualidade e a rentabilidade e introduzir o cultivo em grandes áreas, com base em operações mecanizadas. Algumas indústrias de maior porte organizaram pomares próprios, de acordo com a orientação da EMBRAPA, mas nenhuma opera só com a própria produção de matérias-primas. No caso do pêssego, os pomares industriais localizam-se em Canguçu e Piratini, ocupando uma área de 1.500ha (D. Pop., 5.11.83). Calcula-se que apenas 4,6% da quantidade de pêssego utilizada na industrialização provenha dos pomares das indústrias (Knorr, s.d.).

Paralelamente, outro órgão de pesquisa foi criado — o Centro de Pesquisa da Agroindústria —, de caráter privado, apoiado pelas entidades re-

representativas das indústrias, com o objetivo específico de proporcionar à agroindústria o desenvolvimento tecnológico. A partir daí, a política governamental, aliada aos interesses dos empresários da indústria de conservas, definiu uma maior especialização na região.

Contudo as transformações desse conjunto agroindustrial são incipientes. Do lado do campesinato, se houve uma evolução para práticas de tratamento fitossanitário e fertilização do solo, via de regra foram ineficientes e, não raro, inadequadas. É restrita a adoção de novas variedades, e o cultivo segue sendo feito à base de tração animal. O produto ofertado à indústria é, na opinião dos representantes do setor deficiente, de baixa qualidade, baixa produtividade, com safras irregulares.² Mas, assim como não houve uma revolução na estrutura da produção de frutas e legumes, não houve um largo avanço nas forças produtivas do parque das indústrias processadoras dessas matérias-primas. Do lado das indústrias, as mudanças se fazem notar pelo aparecimento de grandes capitais no segmento (quer pela formação de grupos econômicos locais, quer pela instalação de grupos econômicos vindos de outras regiões do país) e numa variação das linhas de produção. Uma certa concentração de capitais configurou a tendência à formação de um mercado oligopolizado, onde se estabelece nítida distância entre empresas de grande, médio e pequeno portes econômicos. Com base em amplo estudo técnico-econômico, a Fundação de Ciência e Tecnologia (1973, p.128 e 141) constatou que, em média, essas indústrias operam com uma tecnologia considerada, basicamente, rudimentar, que "(...) exige nas fases iniciais do processamento, um elevado volume de pessoas ocupadas nas atividades de: lavagem e seleção; preparação (descaroçamento, descasque, etc); classificação; retoque, etc.". Nas pequenas (...) a manutenção é falha e não existe praticamente nenhum técnico para operar a fábrica. A quase totalidade utiliza ainda, tanques com solução de soda para pelar o pêssego inteiro, recravadeiras manuais ou mecânicas(...). Mesmo as grandes empresas que dispõem de maior automatização apelam para o trabalho manual impelidas pela baixa qualidade de matéria-prima,

² O pêssego proporciona baixo rendimento industrial. Em média, as perdas situam-se em torno de 45% do total adquirido, devido ao pequeno tamanho da fruta e aos defeitos ocasionados pela incidência de pragas e moléstias. Isso torna-o uma matéria-prima de custos relativamente altos, atingindo cerca de 40% do custo industrial de 1kg de pêssego enlatado (dado fornecido pela Associação Gaúcha dos Produtores de Pêssegos). Ver Diário Popular (23.3.80, p.1) e Folha da Tarde (25.3.80, p.1).

Segundo a declaração de um dos maiores industriais do setor, o Engenheiro Agrônomo Hugo Poetsch, o custo de pêssego é duas vezes maior em Pelotas que nos Estados Unidos (GM, 15/16.11.78, p.10).

"podendo utilizar automatização no início, quando da pelagem e descaroçamento, e no final, na embalagem, precisam no entanto manter grandes contingentes de mão-de-obra no meio, para retocar as frutas que apresentam sempre pequenas falhas mesmo quando consideradas de boa qualidade pelos padrões locais" (CP, 5.12.78).³

O campesinato não consegue se modernizar utilizando os bens de produção da indústria e, conseqüentemente, oferece um produto que não dá condições para que as indústrias de conservas avancem tecnologicamente. E se devido ao atraso das técnicas que emprega, o campesinato encontra-se com uma dependência relativa quanto aos setores industriais fornecedores de insumos e máquinas agrícolas, depara-se hoje absolutamente dependente da indústria de transformação para realizar o que produz.

As empresas, por sua vez, defrontam-se com um mercado consumidor relativamente restrito para o produto que oferecem.⁴ Formam um parque industrial economicamente fraco (como de resto é, de um modo geral, a indústria de alimentos no Brasil, apesar de ser das mais importantes em geração de valor e de emprego de mão-de-obra), devido ao baixo poder aquisitivo da sociedade, que torna o consumo interno de alimentos industrializados relativamente inexpressivo. As frutas e legumes são mais consumidos que os enlatados, porque, via-de-regra, o alimento industrializado é mais caro que o alimento "in natura", ao contrário do que ocorre em países mais adiantados economicamente. Vale lembrar também que, devido às condições ecológicas do Brasil, há sempre uma oferta relativamente abundante de frutas frescas. Quanto ao mercado externo, a comercialização da compota de pêssego torna-se impossível pela falta de competitividade do produto por problemas relacionados a altos custos e falta de padronização.

Para as indústrias, seria de grande vantagem que os camponeses conseguissem acumular ao ponto de poderem introduzir inovações tecnológicas que possibilitassem redução no custo da matéria-prima. Isto é, uma renovação nos métodos de cultivo do pêssego, por exemplo, poderia resultar numa produção regional de melhor qualidade, preços mais baixos e, ainda, possibilitaria um avanço tecnológico no processo industrial, de forma a viabilizar a comercialização da conserva no mercado internacional. Con-

³ O artigo diz ainda: "As empresas tem um limitado conhecimento de tecnologia. Para muitos dos empresários, o grau de conhecimento não vai além da experiência local" (CP, 5.12.78).

⁴ Avalia-se hoje que o consumo do pêssego em calda no Brasil é de 300g "per capita" ao ano, ao passo que, nos Estados Unidos, alcança 5kg ao ano (D. Pop., 16.9.84, p.7).

tudo é bastante baixa a penetração das empresas no processo produtivo camponês, tendo-se em conta o conjunto do campesinato. Algumas empresas entre as de maior porte prestam aos agricultores que lhes fornecem matérias-primas certa assistência técnica, principalmente sob a forma de venda de sementes e fertilizantes e, secundariamente, de defensivos, assim como sob a forma de adiantamento em dinheiro.

As empresas de conservas de Pelotas mantêm, de modo geral, um baixo nível de investimentos nas suas próprias instalações e não estão em situação de poder impor, junto aos camponeses, as condições para uma produção de matérias-primas mais adequadas ao processo industrial. A relação entre a agricultura e a indústria, nesse caso, pode ser caracterizada como preponderantemente comercial, sem que se tenha configurado, ainda, uma relação estrutural mais estreita entre os dois setores, ao ponto de poder modificar consideravelmente o sistema de produção dos camponeses.

Quanto à assistência estatal, chama principalmente atenção a falta de uma política agrícola que favoreça os camponeses. Em primeiro lugar, as modalidades de crédito agrícola para investimentos e custeio à disposição são de difícil acesso para camponeses, sobretudo para os que não dispõem dos serviços de intermediação financeira de uma cooperativa, como é o caso dos camponeses de Pelotas. Também não há seguro contra frustrações de safras, e frutas e legumes não têm preços garantidos pelo Governo Federal. Conseqüentemente, os produtores não têm acesso ao crédito de comercialização que se encontra vinculado à política de preços mínimos. Além disso, a região não foi dotada de uma infra-estrutura, como boas estradas, telefones, eletrificação, armazenamento, et . . . Por outro lado, os órgãos oficiais encarregados da pesquisa e da extensão rural deixam muito a desejar. Estudo realizado em 1981 (Gomes, 1981) sobre o nível tecnológico da cultura do pêssego ressalta que as instituições de pesquisas têm sido muito elitistas na divulgação dos resultados e que as pesquisas geralmente não são dirigidas aos agricultores. O estudo conclui, também, que a assistência técnica dada tem sido pouco abrangente, atingindo um número de agricultores estimado em 10% somente.

2.3 – A vulnerabilidade dos camponeses: a questão dos preços pagos aos agricultores

Na relação indústria/campesinato, a questão do preço assume importância crucial.

Os camponeses fornecedores de matérias-primas para a indústria de conservas não têm conhecimento do que é uma organização cooperativa, co-

mo já mencionamos. Os produtores de pêssego organizam-se através da Associação Gaúcha dos Produtores de Pêssego desde 1960, em busca da defesa de seus interesses. Valem-se dessa Associação para se relacionarem com as entidades oficiais (como o Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, Prefeitura Municipal), com suas instituições de pesquisa e de assistência técnica e também com as indústrias.

Assim como o pêssego não está ao abrigo da política de preços mínimos do Governo Federal, também não existem normas oficiais para classificá-lo. Fica a critério das indústrias a seleção de acordo com o tamanho, homogeneidade de variedade e cor, sendo que os padrões variam com as safras. Assim, o preço é anualmente estabelecido em função de entendimentos entre os representantes das indústrias, através do Sindicato das Indústrias de Doços e Conservas e os interlocutores da Associação dos Produtores, assessorados por técnicos da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

A comercialização do pêssego é direta, não envolve nenhuma intermediação entre os produtores e as indústrias e, não raro, é feita por contratos antecipados de compra e venda. Como os produtores não dispõem de nenhuma forma de armazenamento, as frutas são colhidas e imediatamente levadas para as indústrias, as quais assumem a responsabilidade do transporte. A classificação do pêssego, no entanto, só é feita na fábrica, depois de percorrer uma distância média de 40 a 50km, o que desfavorece o produtor, pois, devido à precariedade das estradas da zona colonial, a fruta se torna passível de machucaduras e, conseqüentemente, de depreciação.

De acordo com o critério adotado pelas indústrias na classificação do pêssego, há quatro qualidades, às quais são atribuídos preços diferenciados. A maior parte da produção comercializada pelos camponeses é de segunda qualidade, vindo em seguida o tipo de terceira qualidade. Esses dois tipos juntos perfazem 2/3 da produção comercializada. Os pêssegos de primeira qualidade representam apenas 20% do total⁵.

Fazendo-se uma média dos preços recebidos pelos camponeses de acordo com os dados fornecidos pela Associação Gaúcha dos Produtores de Pêssego para uma série de 18 anos, os resultados são os que se apresentam na Tabela 1.

⁵ Conforme estudo da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, para a safra 1973/74. Não foram conseguidas informações mais recentes.

Tabela 1

Média dos preços recebidos pelos produtores de pêssigo
de Pelotas --- safras 1967/68 - 1984/85

SAFRAS	PREÇOS CORRENTES (cruzeiros/kg)	PREÇOS CONSTANTES (cruzeiros/kg) (1)
1967/68	0,26	0,26
1968/69	0,21	0,18
1969/70	0,26	0,19
1970/71	0,34	0,20
1971/72	0,32	0,14
1972/73	1,60	0,48
1973/74	0,50	0,11
1974/75	0,72	0,14
1975/76	0,95	0,13
1976/77	1,77	0,12
1977/78	2,00	0,10
1978/79	3,00	0,10
1979/80	5,67	0,10
1980/81	11,0	0,11
1981/82	17,0	0,10
1982/83	38,33	0,09
1983/84	120,67	0,07
1984/85	476,67	0,27

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Associação Gaúcha dos Produtores de Pêssegos.

(1) Valores deflacionados pelo Índice dos Preços Recebidos pela Agropecuária do Rio Grande do Sul da Fundação Getúlio Vargas. Considerou-se como base 1968=100.

Ao examinarmos a série, chama atenção a instabilidade no comportamento dos preços recebidos pelos produtores. Essa instabilidade é acompanhada de uma clara tendência à deterioração.

Teoricamente, os preços deveriam ser estipulados de forma a cobrir os custos representativos do produtor típico da cultura e proporcionar-lhe, ainda, uma margem de lucro de, no mínimo, 30% sobre os custos, de acordo com o estipulado pelo Estatuto da Terra. Mas os estudos de custos de produção levantados pela Associação Gaúcha de Produtores de Pêssegos mostram que, nas negociações com as indústrias, os custos na verdade são relegados, conforme pode ser visto no confronto dos preços recebidos pelos produtores com as estimativas de custos correspondentes a alguns anos para os quais obtivemos os dados (Tabela 2).

Tabela 2

Relação entre os custos da produção e os preços recebidos pelos produtores de pêssego de Pelotas — safras 1974/75, 1978/79, 1979/80, 1981/82, 1985/86

SAFRAS	CUSTO MÉDIO (A)	REMUNERAÇÃO SOBRE OS CUSTOS (B)	TOTAL (A+B) (C)	PREÇO. PAGO PELOS INDUSTRIAIS (D)	D/C
1974/75	0,67	0,20	0,87	0,50	0,57
1978/79	3,14	0,94	4,08	3,00	0,74
1979/80	5,19	1,56	6,75	5,67	0,84
1981/82	26,50	7,95	34,45	17,00	0,49
1982/83	47,00	14,10	61,10	38,33	0,63
1983/84	71,33	21,40	92,73	120,67	1,30
1984/85	851,00	255,30	1 106,30	476,67	0,43
1985/86	1 620,00	486,00	2 106,00	2 000,00	0,94

FONTE: Associação Gaúcha dos Produtores de Pêssegos.

KNORR, C. J. L. (s.d.). Estudo relativo à produção do pêssego. Pelotas, Prefeitura Municipal. (mimeo).

Secretaria da Agricultura.

Via de regra, os preços pagos aos agricultores situam-se abaixo do custo. A principal variável na determinação dos preços a serem pagos pela indústria é a quantidade de matéria-prima ofertada a cada ano. Conseqüentemente, só ocorrem preços remuneradores para os produtores em oca-

siões de escassez de oferta. Isso configura uma situação de instabilidade de renda incompatível com os investimentos em tecnologia. Contudo o uso de insumos industriais entre os camponeses está generalizando-se, como comprova a Associação dos Produtores de Pêssegos. Ainda que empreguem corretivos e fertilizantes em quantidades insuficientes, como é considerado no caso do cultivo de pêssegos, os camponeses têm custos monetários a cobrir, e, segundo seus representantes na Associação, os preços recebidos não propiciam um lucro proporcional aos custos. E nisso reside a razão principal da baixa produtividade da cultura na região.

Os dados mostram a fragilidade desses camponeses desprovidos da conquista de um nível de organização de classe que lhes permita fazer frente à imposição de preços determinada pela indústria que absorve sua produção.

CONCLUSÕES DA PARTE III

É no contexto analisado anteriormente que aparece toda a fragilidade e o atraso técnico da agricultura da "Colônia Francesa", na qual o pêssego constitui, hoje, a produção mercantil por excelência. A situação de deterioração econômica em que estão esses camponeses tem a ver com o estágio de desenvolvimento em que se encontra o capitalismo na região, insuficiente para revolucionar o processo de produção do campesinato de forma ampla e dinâmica; mas essa situação também tem origens ligadas a particularidades históricas do processo de produção desse grupo de colonos.

Começaremos pelas mais recentes. Se for considerado que o avanço do capital pode ser avaliado pelo desenvolvimento da indústria, pelo grau de concorrência e pela dimensão do mercado, e se for levado em conta que desses fatores depende, fundamentalmente, o estímulo ao progresso da agricultura, gostaríamos de analisar do ponto de vista desses diferentes fatores a situação da "Colônia Francesa", a fim de precisar o seguinte:

- os camponeses produtores de pêssego têm um vínculo parcial com a indústria. São consumidores marginais de bens intermediários e praticamente não têm acesso à indústria de bens de capital. Na verdade relacionam-se quase que unicamente com as fábricas que processam a matéria-prima que eles produzem. Econômica e tecnicamente pouco desenvolvida, essa indústria não reúne as condições para estimular efetivamente o progresso desses camponeses;
- em primeiro lugar, por razões ecológicas e, em segundo, devido ao desenvolvimento de uma agroindústria local específica, os produtores de pêssego encontram-se praticamente sozinhos na produção nacional e não enfrentam, portanto, concorrências, nem mesmo aquela de produtores de outros países, uma vez que não ocorrem importações dessa fruta. Considerando que o avanço das forças produtivas na região produtora não é significativo e que a concorrência que alguns produtores capitalistas começam a fomentar ainda não produziu efeitos no campesinato, concluímos que não se formou uma situação de competição favorável ao progresso;
- e, finalmente, se, por um lado, o mercado nacional para o produto industrial feito com essa matéria-prima é restrito, devido ao baixo poder aquisitivo da população brasileira, por outro, as deficiências do produto agrícola aliadas às deficiências do

processo industrial pelo qual ele passa tornam o mercado internacional inviável. Logo, do mercado tampouco decorre um real estímulo ao progresso.

Mas são as causas mais longínquas que completam o entendimento da posição singular da "Colônia Francesa" nesse processo de crise, como tentaremos mostrar a seguir.

Os colonos que apostaram na exploração comercial do vinho deixaram de ser apenas agricultores mercantilizados. Constituíram uma minoria abastada na Colônia Santo Antônio, detentora dos estabelecimentos de vinificação, graças aos quais lograram uma acumulação que lhes permitiu a ampliação do processo produtivo. Alguns tiveram, ainda, chance de ampliar a acumulação, ao aliarem vinificação e fabricação de conservas.

O excedente que essa minoria conseguiu produzir não foi utilizado na apropriação de tecnologia, mas única e exclusivamente na apropriação de mais terras. Reproduziram, assim, na Colônia o mesmo tipo de capitalismo agrário vigente no Sul da França, de onde boa parte dos imigrantes eram oriundos e onde trabalhavam como parceiros.

Os camponeses que foram se tornando proprietários médios e proprietários abastados não puderam prescindir da mão-de-obra de terceiros para fazer suas terras produzirem. Isso modificou as relações de produção dentro da Colônia. A forma de contratação recaiu sobre o sistema de parceria ao invés do assalariamento; enquanto a transformação da uva, do pêssego e de outras frutas e vegetais exigiu a contratação do operário assalariado.

A opção pela parceria como forma de explorar a terra estava em desacordo com os princípios que o sistema de colonização veiculou e não se apropriava ao tipo de economia de troca inicialmente incentivado. Totalmente estranha no meio colonial alemão, é possível que sua adoção pelos franceses estivesse aliada à ideologia desses colonos, habituados à agricultura extensiva de suas regiões de origem, com base numa exploração das mais tradicionais, caracterizada por reduzidos custos de investimento.

Essa predisposição foi favorecida pela existência de um excedente de operários rurais originários das grandes propriedades que circundam a região. Sem bens, eles viviam perambulando para vender sua força de trabalho; tomando a terra em parceria, protegiam-se de uma miséria excessiva, com a vantagem de que esse sistema lhes permitia remunerar o proprietário não em dinheiro, mas "in natura". A existência dessa mão-de-obra servil, se, por um lado, possibilitou novas relações de produção na Colônia, por outro, serviu como um freio ao incentivo do progresso técnico.

No período em que a economia da "Colônia Francesa" girou em torno da uva e da fabricação do vinho, o pêssego já era uma atividade de alguma importância entre os franceses que, de certa forma, sempre o cultivaram. Mas, ao contrário do que ocorreu com a uva, o cultivo do pêssego não ficou restrito à "Colônia Francesa". Se foi introduzido pelos imigrantes franceses, que idealizaram a transformação da fruta em compotas e doces, a cultura logo se espalhou por toda a Colônia Santo Antônio e, ultrapassando suas fronteiras, ganhou as colônias vizinhas, na medida em que fábricas artesanais iam surgindo. Dessa forma, configurou-se uma região produtora, tendo como centro a Colônia Santo Antônio.

Com a decadência da vinificação, a uva foi substituída definitivamente pelo pêssego como cultura predominante na "Colônia Francesa", que passa, então, para nova etapa econômica, a quarta, na qual o destaque que havia adquirido no período das indústrias artesanais — graças à formação de uma pequena burguesia — desaparece em função de um arcaico capitalismo agrário que prevalece entre os franceses: são burgueses, mas não acumulam capital; acumulam terras e exploram parceiros. A opção de converter o excedente alcançado em terras teve como consequência a manutenção de uma forma de produção com técnicas simples e um equipamento antigo que limitou a produtividade e a qualidade do produto. Efetivamente, uma única inovação tecnológica ocorre na quarta fase econômica da Colônia: um modestíssimo uso de insumos de origem industrial.

Essa colônia perdeu a oportunidade de se desenvolver tecnologicamente enquanto teve capacidade de acumular. Em decorrência da falta de progresso técnico, sua capacidade de acumulação foi sendo reduzida antes mesmo do atual processo de tecnificação que vem ocorrendo na agricultura e do qual a agroindústria é uma expressão. A Colônia passa por acelerada regressão quando entra no circuito da agroindústria.

Na proporção em que fábricas rurais desaparecem em função da agroindústria que surge na cidade, transformam-se as relações dos camponeses produtores de matérias-primas com essa indústria, em função do relativo avanço das forças produtivas. Efetivamente, ao mudar a composição orgânica do capital, muda a tecnologia industrial empregada no processo de transformação. Essas mudanças são acompanhadas por uma ampliação do mercado. Em consequência, a agroindústria passa a exigir melhor tecnificação e maior especialização dos produtores de matérias-primas. Isso os torna mais dependentes dos mecanismos de mercado, tanto para a compra de insumos quanto para a venda de sua produção.

Todos os colonos de ascendência francesa, que têm no pêssego a principal fonte de renda, estão com seu processo produtivo determinado pelos padrões estabelecidos, conforme a magnitude do capital formado pela nova situação.

Mas economicamente arruinados, eles não têm condições de incorporar o patamar tecnológico mínimo exigido pela agroindústria urbana. Como no passado, são ainda hoje excessivamente conservadores e não se organizam entre si para comprar bens de produção e enfrentar um mercado monopsônico que não os remunera de maneira a permitir-lhes uma produção em maior escala e de melhor qualidade. Problema, aliás, que atinge igualmente outros produtores de pêssego da região.

CONCLUSÃO GERAL

Realizamos esta pesquisa com o objetivo primordial de analisar um caso de transformação econômica dentro do campesinato do Rio Grande do Sul. Através deste estudo, pretendemos contribuir para um melhor conhecimento desse segmento da economia gaúcha, constituído pelas chamadas "colônias", cuja forma de pequena exploração, típica do Brasil Meridional, difere das demais criadas no País. Baseamos nossas observações na análise de uma pequena coletividade agrícola — a Colônia Santo Antônio — originalmente formada por imigrantes franceses e que, hoje, na quarta geração de camponeses, se encontra em vias de extinção, mas deixa uma importante tradição econômica como legado ao extremo sul do Brasil: a indústria de conservas vegetais.

Dentro dessa ótica, a pesquisa tem três eixos. Em primeiro lugar, buscamos identificar o processo de produção vigente no interior da colônia objeto do estudo, para compreendermos a natureza de sua crise, o que nos levou a situarmos essa colônia em relação às forças produtivas da região na qual ela se encontra. Em segundo lugar, procuramos avaliar as condições históricas que determinaram economicamente o grupo e que prevaleceram sobre o movimento de reprodução da colônia. Finalmente, analisamos os efeitos que o movimento geral de desenvolvimento acarreta sobre o processo de produção dos colonos, o que nos remeteu à indústria de transformação para a qual eles produzem. Buscaremos agora explicitar a coesão das idéias seguidas.

Que forças estão levando a "Colônia Francesa" ao desaparecimento?

É fato reconhecido que o sistema agrícola oriundo da colonização implementada no Rio Grande do Sul, caracterizado por pequenas e muito pequenas unidades de produção mercantil, está em crise geral há algumas décadas.

Razões bem objetivas dificultam e impedem o desenvolvimento agrícola das colônias, mas, a nosso ver, dois são os obstáculos maiores: a postura política dos governantes e as condições econômicas gerais desfavoráveis, inerentes a um país em desenvolvimento.

Evocando as origens das colônias a partir de uma política de colonização determinada pelos interesses dos grandes fazendeiros do centro do Brasil (preocupados em garantir mão-de-obra para as suas fazendas de café), constatamos que as colônias se formaram sem respaldo algum; a própria legislação que consubstanciaria a política de colonização foi des-

cumprida no que se referia às garantias ao trabalhador que vinha da Europa para ser um pequeno proprietário de terras no Brasil.

Malgrado o fato de a política de colonização ter por objetivo atrair imigrantes para assegurar o processo de reprodução da grande propriedade, ela viabilizou a formação de uma economia camponesa no Rio Grande do Sul.

O camponês desse sistema, de posse de limitada área de terras e de precários meios de produção e com base na divisão de trabalho familiar, esteve, desde o início, inserido numa economia monetarizada e, portanto, sempre produziu em estado de concorrência. Frágil, essa economia formou-se mediante o trabalho árduo dos colonos, contudo insuficiente para sustentar um progressivo desenvolvimento agrícola. Em função de rendimentos decrescentes da terra engendrados pelo próprio sistema de exploração não renovado, as crises foram se sobrepondo tanto a nível das explorações individuais como a nível de regiões inteiras, passados os primeiros anos de uso da terra.

Mais recentemente, quando a questão da modernização da agricultura se impôs como alternativa de crescimento econômico para o País, uma política agrícola foi, pela primeira vez, formulada no Brasil. De novo os interesses dos grandes produtores e dos grandes proprietários são priorizados, e, no entanto, toda uma gama diferenciada de pequenos produtores já havia adquirido uma importância essencial para a oferta de alimentos no mercado interno. Como resultado dessa opção política, o pólo da agricultura que já concentrava terras se mecanizou e adotou técnicas modernas de exploração, e o outro pólo teve suas condições de vida deterioradas.

Logo, as crises entre os camponeses do Rio Grande do Sul têm causas inerentes à própria via de desenvolvimento escolhida para a agricultura brasileira. A falta de uma política especialmente voltada ao desenvolvimento da pequena produção jogou um papel determinante para que, no Rio Grande do Sul, se mantivessem, por mais de um século, as mesmas técnicas de exploração e se engendrasse um processo de minifundização.

Mas os entraves ao progresso das colônias e demais modalidades de pequenas explorações existentes no Brasil não são apenas fruto do desinteresse da sociedade para com esse segmento da agricultura. Eles refletem o movimento geral do capitalismo nessa sociedade, que, por sua vez, vem a ser fundamental na determinação do movimento de transformação da agricultura.

O sistema agrícola moderno, conseqüência da integração da agricultura com a indústria de transformação, postula a concentração das terras e das forças produtivas agrícolas e um processo de especialização da

produção. Nele só se integram e sobrevivem os camponeses que tiverem condições de se reproduzir progressivamente em escala ampliada. Nesse sentido, podemos dizer que o nível alcançado pelas forças produtivas em Pelotas não foi ainda suficiente para permitir uma tal integração entre o processo de produção camponês e o da transformação das indústrias agroalimentares, pois falta um maior desenvolvimento capitalista na região.

Em Pelotas, as explorações familiares com dimensões econômicas ainda suficientes para assegurar uma produtividade e possibilidades de acumulação são a minoria. Desde que a fronteira agrícola se esgotou — segundo o que apuramos, depois de 1920 —, as crises tornaram-se latentes. A maior parte dessas explorações não dispôs dos meios necessários para uma mudança tecnológica no transcurso dos últimos decênios. No entanto algumas transformações nos sistemas de produção foram se impondo entre esses camponeses em estado de crise econômica, ainda que muito lentamente. O processo de mudança, por ser moroso, permitiu uma certa especialização agrícola, sem a contrapartida de um avanço das forças produtivas, e os camponeses continuam produzindo para a auto-subsistência, baseados no sistema da policultura e pequena criação. Mas, como conseqüência das próprias mudanças em curso, já não são mais produtores de mercadorias para o comércio e, sim, de matérias-primas para a indústria agroalimentar. Esta, apesar de ter porte econômico relativamente pequeno, está em posição de dominação no mercado de demanda da produção camponesa e, por conseqüência, em condições de interferir no seu processo de produção. Essa interferência, contudo, é limitada pelo tamanho econômico do setor agroalimentar constituído por uma maioria de pequenas e médias empresas sem condições de impor aos colonos mudanças definitivas que os transformem em agricultores modernos.

A passagem da policultura associada à pequena criação para o sistema especializado está se realizando com especial lentidão, porque o primeiro sistema nunca se intensificou no conjunto do campesinato e isso está dificultando e mesmo impedindo mudanças associadas ao processo de industrialização. No caso da "Colônia Francesa", o sistema de cultivo à tração animal estagnou nas primeiras décadas deste século; a ausência de uma evolução progressiva no sistema de exploração da Colônia descartou-lhe hoje quaisquer possibilidades de modernização.

Acompanhar a trajetória da "Colônia Francesa" nos possibilitou inferir que hábitos culturais inerentes ao grupo camponês e fatores gerados pela própria dinâmica estabelecida pelo grupo também são determinantes para o seu desenvolvimento. Com base no que é conhecido sobre a colonização do Rio Grande do Sul, apontamos algumas particularidades da colônia estudada, as quais contribuíram, num primeiro momento, para o seu

desenvolvimento e, posteriormente, para levá-la à situação de crise que a arruinou.

A primeira coisa a chamar a nossa atenção foi a escolha dos colonos franceses pela produção comercial: culturas que não faziam parte daquelas destinadas à alimentação básica. Uma definição mercantil tão claramente desvinculada da produção de subsistência ainda na fase de implantação da colônia representou um avanço dos colonos franceses em relação ao sistema de produção das demais colônias.

Para a atitude dos colonos franceses deve ter contribuído, sobretudo, o fato de terem como referencial os sistemas de cultivo praticados na França. Mas deve ter contribuído também o desejo de não recaírem na situação de penúria vivida durante a experiência da Colônia Governamental de São Feliciano, na qual sofreram todas as conseqüências de um sistema de colonização malogrado que lhes exigia a comercialização da produção sem lhes oferecer possibilidades de mercado. Está claro que essa definição mercantil não teria sido possível se os colonos não pudessem contar com o mercado constituído, há muitos anos, pelas charqueadas e que tornou Pelotas o principal centro urbano da Província. Mas o que importa reter aqui é que, em meio a inúmeros núcleos coloniais de outras etnias, coube aos franceses essa iniciativa na região, posteriormente adotada pelos demais colonos.

Com a produção de alfafa, a "Colônia Francesa" evoluiu, passando do sistema de cultivo sobre queimadas para o sistema de cultivo à tração animal. Os colonos saíram da situação de miséria para uma fase de progresso que se expressa na melhoria das habitações e das condições de vida em geral. Isso foi possível pela conjugação de três fatores: além das boas perspectivas de mercado, havia a fertilidade natural da terra que apenas começava a ser explorada e o emprego intensivo do trabalho de toda a família, inclusive das crianças.

Das possibilidades que o mercado urbano oferecia, saiu o estímulo à transformação da vinha — que cada imigrante francês plantou para o consumo próprio — em cultivo comercial. Através dessa cultura, efetivou-se um processo de diferenciação na "Colônia Francesa" que culminou com a formação de uma pequena burguesia entre os colonos da segunda geração. Parte dessa burguesia que emergiu da indústria rural do vinho lançou-se na indústria rural de conservas, tendo como produto principal o pês-sego.

O crescimento da Colônia graças a cultivos que não eram de subsistência deu as condições para a criação de indústrias artesanais de transformação, que, por sua vez, induziram a produção da "Colônia Francesa" a uma relativa especialização. Isso os distinguiu dos demais colonos.

Entretanto a pequena burguesia saída desse campesinato não propiciou um progresso técnico para a colônia. A acumulação dessa camada de camponeses assentava-se no processo de produção, sobretudo da matéria-prima produzida pelos agricultores sem terras. E nisso reside uma outra particularidade dos colonos franceses: na condição de patrões, fizeram uso do sistema de parceria do qual muitos deles haviam se desvinculado na França para serem proprietários no Brasil. A existência de proletários rurais que vendiam sua força de trabalho para os grandes proprietários e para os charqueadores desde os primórdios das colônias possibilitou aos franceses que acumularam terras em quantidade que ultrapassava a capacidade de trabalho familiar praticarem o modo indireto de explorar a terra. Organizaram, assim, seu sistema de produção nos moldes do velho capitalismo agrário de onde vieram.

Desse modo, essa pequena burguesia ficou na posição de controladora da produção e das trocas da Colônia através do sistema de parceria, da compra de matérias-primas dos camponeses menores e do assalariamento sazonal da mão-de-obra para as fábricas. Esse controle, porém, que se restringiu às atividades da Colônia Santo Antônio, não alcançou trocas fora de seus limites. Isto porque, além de ser numericamente reduzida, essa pequena burguesia não cresceu economicamente: seus industriais não detiveram o controle sobre a comercialização de sua produção industrial. Toda a produção passava pela intermediação do grande comerciante (Joaquim Oliveira) que a remetia para os mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Desse modo, não acumularam o capital comercial que viabilizaria a passagem das indústrias artesanais para as indústrias maiores.

O primeiro grande golpe para os pequenos industriais constituiu-se na perda da competitividade do vinho que produziam, e toda a Colônia foi atingida, uma vez que se encontrava organizada num sistema de cultivo que privilegiava a uva como cultura comercial. A pequena burguesia tornou-se vítima da própria opção de não investir na melhoria dos meios de produção em função de fazer crescer seu patrimônio fundiário. O verdadeiro golpe de misericórdia foi dado quando fecharam as fábricas de conservas para as quais estaria destinada a produção da terceira geração de camponeses.

A manutenção de sistemas de exploração arcaicos fixou os limites para a produtividade. Houve crescimento só enquanto a terra não se constituía em um problema. Depois, começou um lento processo de deterioração econômica que se prolongou por décadas. A Colônia foi mantendo-se enquanto a transformação da produção agrícola ficou no meio colonial, em mãos de empresários familiares, impedidos de passar para a produção industrial de maior escala. Mas, no início dos anos 70, começou um movimento que engendrou mudanças na natureza e na estrutura dos sistemas de

produção, comercialização e transformação de matérias-primas, nas quais os colonos estavam envolvidos.

Mesmo que não se tenham ainda hoje formado sistemas verdadeiramente especializados, houve a intensificação da produção de algumas matérias-primas em detrimento de certas culturas. Se a intensificação não é maior na região, isso se deve ao estágio pouco avançado das transformações agrícolas, o qual ainda aceita os sistemas de cultivo à tração animal como os da "Colônia Francesa", desde que os colonos incorporem certos bens industriais no seu processo produtivo (adubos, fertilizantes, pesticidas, fungicidas, etc.), sob pena de ter seu produto desvalorizado.

Daí advém a diferença, para esse colono, entre produzir para a indústria artesanal e para a indústria agroalimentar. Antes, o colono cultivava uma maior variedade de produtos, podendo produzir ou não matérias-primas de acordo com a sua conveniência. Hoje, há uma tendência para a efetivação de um sistema regional especializado em culturas de clima temperado, pois, além das condições ecológicas necessárias que tornam a área privilegiada em relação ao resto do Brasil, existem uma tradição já adquirida nessa produção agrícola e, o que é determinante, um parque industrial preponderantemente direcionado a transformá-la. Talvez seja só uma questão de tempo para vir a ocorrer maior integração vertical entre a produção agrícola e a indústria de transformação, o tempo necessário para a região atrair multinacionais desse setor. Só então toda a diferença ao nível das forças produtivas entre produzir matérias-primas num sistema de policultura e pequena criação e num sistema especializado realiza-se verdadeiramente. Todos podiam produzir para as indústrias rurais, mas só os mais aptos poderão manter-se produzindo para a indústria agroalimentar.

As mudanças nos sistemas de produção do campesinato de Pelotas ainda são muito lentas, mas a indústria já provocou relações competitivas entre os colonos, o que implica o desaparecimento das explorações que não têm absolutamente condições de produzir com perspectivas de evolução. Por isso, uma agricultura com tanto atraso técnico e tão descapitalizada como a dos descendentes dos imigrantes franceses não pode participar desse processo que exige uma capacidade de reprodução em escala progressivamente ampliada. Efetivamente, o movimento que vem ocorrendo entre eles se dá no sentido contrário: há algumas décadas sua capacidade de acumulação vem sendo reduzida, e a "Colônia Francesa" recria-se em bases cada vez menores.

Os descendentes de franceses que restam deverão, também, num futuro próximo, abandonar a agricultura, por estarem impedidos de revolucionar seu processo de trabalho como a evolução econômica requer. Eles serão substituídos pelos que tiverem chances de se engajar progressivamente na via do desenvolvimento técnico e de ser enquadrados pelas empresas agroalimentares.

BIBLIOGRAFIA

Documentos de arquivo

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Agencia oficial da colonização.** Rio de Janeiro 1874/1876. (Grupo imigração, terras e colonização. Caixa 278).

___ . **Câmara Municipal de Pelotas 1861-62.** (Lata 117, Documento 125).

___ . **Colônias:** correspondência e papéis diversos. São Feliciano 1874, 1877, 1878, 1881. (Grupo imigração, terras e colonização. Caixa 296).

___ . **Comissão de Terras e Colonização:** correspondência e papéis diversos. São Feliciano, 1873. (Grupo imigração, terras e colonização. Caixa 287).

___ . **Correspondência da Inspectoria Especial de Terras e Colonização 1877/1878.** (Grupo imigração, terras e colonização. Caixa 280).

___ . **Correspondência da Inspectoria Especial de Terras e Colonização 1877.** (Grupo imigração, terras e colonização. Caixa 280).

___ . **Correspondência da Inspectoria Especial de Terras e Colonização com a Colônia de São Feliciano 1877.** (Grupo imigração, terras e colonização. Caixa 280).

___ . **Correspondência da Inspectoria Especial de Terras e Colonização 1878.** (Grupo imigração, terras e colonização. Caixa 280).

___ . **Correspondência da Inspectoria Especial de Terras e Colonização com a Colônia de São Feliciano.** (Grupo imigração, terras e colonização. Caixa 280).

___ . **Correspondência passiva da Inspectoria Especial de Terras e Colonização.** (Grupo imigração, terras e colonização. Caixa 282).

___ . **Declaração de transferência de terras 1878;** terras públicas s/d; declaração para registro de terras 1855/1860; 1868/1873; 1876/1880. (Grupo imigração, terras e colonização. Caixa 286).

___ . **Livro extractor dos officios da Repartição de Colonização.** Porto Alegre, 1873, 1874, 1875. (Grupo imigração, terras e colonização. Códice 242).

___ . **Livro extractor de officios da Repartição de Colonização.** Porto Alegre, 1875, 1876, 1877. (Grupo imigração, terras e colonização. Códice 246).

- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Offícios a diversas colônias.** (Grupo imigração, terras e colonização. Códice 257).
- ___ **Papéis diversos.** (Grupo imigração, terras e colonização. Códice 293).
- ___ **Registro de colonos chegadas e destino que tomaram.** (Grupo imigração, terras e colonização. Caixa 299).
- COLLEÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1848. Rio de Janeiro, 1849. t.X. pt.1.
- COLLEÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1867. Rio de Janeiro, 1867. t.XXX. pt.II.
- COLLEÇÃO dos Actos, Regulamentos e Instruções expedidas pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul em 1869. Porto Alegre, 1881. t.XXIII.
- COLLEÇÃO das Leis e Resoluções da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1854. 1a. sessão da 6a. legislatura. v.10.
- COLLEÇÃO das Leis e Resoluções da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. t.16. pt.1, 1861. (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. L. 156).
- COLLEÇÃO das Leis, Resoluções e Actos da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1869. 1a. sessão da 13a. legislatura. t.XXIII.
- COLLEÇÃO das Leis e Resoluções da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1871. 1a. sessão da 14a. legislatura. t.XXIV.
- COLLEÇÃO das Leis e Resoluções da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, na sessão extraordinária e na 1a. ordinária da 16a. legislatura. Porto Alegre, 1875. t.XXVIII.
- COLLEÇÃO das Leis e Resoluções da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, 2a. sessão da 16a. legislatura. Porto Alegre, 1876. t.XXIX.
- COLLEÇÃO das Leis e Resoluções da Província do ano de 1877. (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. 1. 166A).
- COLLEÇÃO das Leis e Resoluções da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1879. 1a. sessão da 18a. legislatura. t.32.
- COLLEÇÃO das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Pelotas, 1880. 1a. sessão da 18a. legislatura. t.33.
- COLLEÇÃO das Leis e Resoluções da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Pelotas, 1880. 2a. sessão da 18a. legislatura. t.33.
- COLLEÇÃO das Leis e Resoluções da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Pelotas, 1881. 1a. sessão da 19a. legislatura. t.34.

- COLLEÇÃO das Leis e Resoluções da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1882. 2a. sessão da 19a. legislatura. t.35.
- COLLEÇÃO das Leis e Resoluções da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1887. 1a. sessão da 21a. legislatura.
- COLLEÇÃO das Leis e Resoluções da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1888. 2a. sessão da 22a. legislatura. t.40.
- FALLA com que o Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Antonio Augusto Pereira da Cunha, abriu a 1ª. sessão da 12a. legislatura da Assembléa Provincial em 3 de novembro de 1866. Porto Alegre, 1866.
- FALLA dirigida a Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Conselheiro Jeronimo Martiniano Figueira de Mello, em a segunda sessão da 14a. legislatura. Porto Alegre, 1872.
- FALLA com que o Exm. Sr. João Pedro Carvalho de Moraes Presidente da Província abriu a 1a. sessão da 15a. legislatura da Assembléa Legislativa Provincial, 1ª de março de 1873. Porto Alegre, 1873.
- FALLA dirigida à Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. João Carvalho de Moraes em a segunda sessão da 12a. legislatura. Porto Alegre, 1874.
- FALLA dirigida à Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes em primeira sessão da 16a. legislatura. Annexos. Porto Alegre, 1875.
- FALLA dirigida à Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. José Antonio de Azevedo Castro em a segunda sessão da 16a. legislatura. Porto Alegre, 1876.
- FALLA com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares 2º Vice-Presidente da Província, abriu a 1a. sessão da 19a. legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 7 de março de 1881, e RELATORIO com que lhe foi passada a administração pelo Exm. Sr. Dr. Henrique D'Avila a 4 do memo mez. Porto Alegre, 1881.
- FALLA dirigida à Assembléa Legislativa pelo Presidente Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos na 2a. sessão da 20a. legislatura. Porto Alegre, 1882.
- FALLA que à Assembléa Legislativa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul dirigio o Exm. Sr. Barão de Santa Tecla Vice-Presidente da Província ao instalar-se a 2a. sessão da 22a. legislatura em 27 de novembro de 1888. Porto Alegre, 1889.

FALLA que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Galdino Pimentel Presidente da Província dirige à Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul por ocasião de ser instalada a 1a. sessão da 23a. legislatura em 1º de março de 1889. Porto Alegre, 1889.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL. **Estatística do Município de Pelotas.** Pelotas, Comercial, 1897. p.8-9.

O MUNICÍPIO de Pelotas: dados estatísticos 1910-1911. Pelotas, Intendência Municipal.

__: sua riqueza e prosperidade. Pelotas, Pelotense, 1910.

MUSEU DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE PELOTAS. **Apontamentos históricos sobre Pelotas por Alberto Coelho da Cunha.** Livro nº 53.

__. Arquivo de Henrique Carlos de Moraes. **Colonização açoriana na Serra dos Quevedos.** /s.n.t./.

__. **Colonização estrangeira e luso-brasileira no Município de Pelotas.** /s.1., s. ed./ 1834/1910.

__. **Conselho Municipal.** /s.n.t./.

__. **Documento nº 50.** Pelotas. (manuscrito).

__. **Registrador nº 8. Documento nº 229.** /s.n.t./.

RELATORIO do estado da Província do Rio Grande de São Pedro apresentado ao Exm. Sr. Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno pelo Tenente General Francisco José de Souza Soares de Andréa tendo entregado a presidencia no dia 6 de março de 1850. Rio de Janeiro, 1850.

RELATORIO do estado da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul apresentado ao Exm. Sr. Conde de Caxias pelo chefe da divisão Pedro Ferreira de Oliveira ao entregar-lhe a presidencia da mesma Província. Porto Alegre, 1851.

RELATORIO com que o Conselheiro Barão de Muritiba entregou a presidencia da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Presidente e Commandante das Armas, Conselheiro e General Jeronimo Francisco Coelho no dia 28 de Abril de 1856. Porto Alegre, 1856.

RELATORIO do Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul, o Comendador Patrício Correa da Camarana Abertura a Assembléa Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857. Porto Alegre, 1857.

RELATORIO com que o Exm. Sr. Conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz entregou a presidencia da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, ao 2º Vice-Presidente o Exm. Sr. Comendador Patrício Correa da Camarana, no dia 22 de Abril e este ao Exm. Sr. Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão em 4 de Maio de 1859. Porto Alegre, 1859.

- RELATORIO apresentado a Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul, na 1a. Sessão da 9a. legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, 1860.
- RELATORIO apresentado pelo Vice-Presidente da Provincia de São Pedro do Sul Commendador Patricio da Camara na 2a. Sessão da 9a. legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre, 1861.
- RELATORIO apresentado pelo presidente da Provincia de S. Pedro do Sul Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1a. Sessão da 10a. legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre, 1862.
- RELATORIO apresentado pelo Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 1a. Sessão da 11a. legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre, 1864.
- RELATORIO da administração central das colonias da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul apresentado ao Ilm. Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, Digníssimo Presidente da mesma Provincia pelo Agente Interprete Carlos de Koseritz. Porto Alegre, 1867.
- RELATORIO com que o Exm. Sr. Dr. Francisco S. Marcondes Homem de Mello, passou a Administração d'esta Provincia ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha 1º Vice-Presidente no dia 13 de Abril do anno de 1868. Porto Alegre, 1868.
- RELATORIO com que o Exm. Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva Presidente da Provincia passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. Israel Rodrigues Barcellos, no dia 20 de Maio de 1869. Porto Alegre, 1869.
- RELATORIO com que o Exm. Sr. Dr. João Sertório Presidente desta Provincia passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º Vice-Presidente no dia 27 de Agosto de 1870.
- RELATORIO com que o Exm. Sr. 1º Vice-Presidente da Provincia Coronel João Simões Lopes passou a administração da mesma ao 2º Exm. Sr. Dr. João Dias de Castro, no dia 12 de Setembro de 1871. Porto Alegre, 1871.
- RELATORIO com que o Exm. Sr. Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima abriu a 1a. Sessão da 14a. legislatura da Assembléa Legislativa Provincial em 14 de Março de 1871. Porto Alegre, 1871.
- RELATORIO apresentado a S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Agente Interprete da Colonização. Porto Alegre, 1873.
- RELATORIO do Agente Interprete da Colonização. In: FALLA dirigida à Assembléa Legislativa da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes em primeira sessão da 16a. legislatura. Annexos. Porto Alegre, 1875. p.10.

RELATORIO da Repartição da Colonização. In: FALLA dirigida à Assembléa Legislativa da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. José Antonio de Azevedo Castro em segunda sessão da 16a. legislatura. Porto Alegre, 1876.

RELATORIO com que o Exm. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos passou a Administração desta Provincia ao Exm. Sr. João Chaves Campello em 10 de Fevereiro de 1878.

RELATORIO com que o Exm. Sr. Dr. Américo de Moura Marcondes de Andrade passou a Administração desta Provincia ao Exm. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva em 26 de Janeiro de 1879. Porto Alegre, 1879.

RELATORIO em que o Exm. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva passou a administração da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Dr. Carlos Thompson Flores em 19 de Julho de 1879. Porto Alegre, 1879.

RELATORIO da Diretoria Geral da Fazenda Provincial apresentado a Presidência em 28 de Fevereiro de 1879. Porto Alegre, 1879.

RELATORIO com que o Exm. Sr. Dr. Carlos Thompson Flores passou a administração da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao 3º Vice-Presidente o Exm. Sr. Dr. Antônio Correa de Oliveira a 15 de Abril de 1880; e este ao Exm. Sr. Dr. Henrique D'Avila a 19 do mesmo mez e FALLA com que o último abriu a 2a. Sessão da 18a. legislatura d'Assembléa Provincial no dia 1º de Maio de 1880. Porto Alegre, 1880.

RELATORIO sobre a colonia de S. Feliciano/Barão de Kaldem - 12.10.1881/. In: RELATORIO com que o Exm. Sr. Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão, Presidente da Provincia entregou a Administração da Provincia do Rio Grande do Sul a S. Ex. o Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares, Vice-Presidente, no dia 14 de Janeiro de 1882.

RELATORIO sobre o serviço de imigração e colonização na Provincia do Rio Grande do Sul apresentado a S. Ex. Sr. Conselheiro Antonio da Silva Prado Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura Comercio e Obras Publicas pelo Engenheiro Manoel Maria de Carvalho, ajudante da Inspectoria Geral das Terras e Colonização. Rio de Janeiro, 31 de março de 1886.

RELATORIO apresentado ao Ilm. e Exm. Sr. Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça 3º Vice-Presidente por S. Ex. o Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova 2º Vice-Presidente ao passar-lhe a administração da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, em 27 de Outubro de 1887. Porto Alegre, 1887.

RELATORIO com que o Exm. Sr. Barão de Santa Tecla 1º Vice-Presidente passou a presidencia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Galdino Pimentel Presidente da Provincia em 8 de Dezembro de 1888. Porto Alegre, 1888.

RELATORIO apresentado ao Ilmo. e Exm. Sr. Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e Interino dos da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, por Francisco de Barros e Accioli de Vasconcelos, Inspector Geral, 1889.

RELATORIO dos trabalhos e despesas realizadas pela agencia de imigração de 1a. classe na cidade do Rio Grande do Sul no anno de 1894 apresentado ao Engenheiro Dr. José Montaury de Aguiar Leitão D. D. Delegado da Inspectoria Geral das Terras e Colonisação pelo agente Official Alfredo Targini Moss. Rio Grande, 1895.

RELATORIO do substendente do 3º Distrito Municipal de Pelotas, Sr. João de Assunção Tavares, apresentado ao intendentes municipal Dr. Antero Victoriano Leivas. /s.l./ 31 de ago. 1897. (manuscrito).

RELATORIO apresentado ao conselho municipal em 20 de setembro de 1909 pelo entendente Engenheiro José Barbosa Gonçalves. Pelotas, 1909.

RELATORIO apresentado ao conselho municipal em 20 de setembro de 1919 pelo entendente Engenheiro Cypriano Correa Barcellos. Pelotas, 1919.

RELATORIO apresentado ao conselho municipal em 20 de setembro de 1922 pelo entendente Dr. Pedro Luis Osorio. Pelotas, 1922.

RELATORIO apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1924 pelo Intendente Dr. Pedro Luis Osório. Pelotas, 1924.

RIO GRANDE DO SUL colonial (1918). Barcelona, Monte Domecq.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura. Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (). Documento nº 2039.

Livros

ALMEIDA, Anna Luiza Osorio de (1984). **Biotecnologia e a agricultura: perspectivas para o caso brasileiro.** Petrópolis, Vozes.

ARCHETTI, Eduardo P. & STÖLEN, Kristi Anne (1975). **Explotacion familiar y acumulacion de capital en el campo argentino.** Buenos Aires, Siglo Veinteuno.

BECKER, Klaus (1958). A imigração no sul do Estado 1844 - 1852. In: ENCICLOPÉDIA RIOGRANDENSE: regional. Canoas, La Salle. v.5, p. 322-71.

BENGOA, José (1980). Economie paysanne et accumulation capitaliste. In: ARROYO et alii. **Les firmes transnationales et l'agriculture en Amérique Latine.** Paris, Anthropos.

- BEUX, Armindo (1976). **Franceses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Nação.
- BLOCK, Marc (1976). **Les caracteres originaux de l'histoire rurale française**. /s.l./, Armand Colin. 2t.
- BONI, Luis A. & COSTA, Rovílio (1982). **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, EST/UCS/Vozes.
- BRASIL. Ministério da Agricultura (). **Brasil: área, quantidade e valor da produção 1947/1973**. /s.n.t./.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Departamento de Pesquisa Agropecuária (1973). **Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado do Rio Grande do Sul**. Recife. (boletim Técnico, 30).
- BRDE (1982). **Conservas, sucos e concentrados**. Porto Alegre. (Informe de Atualização, 13).
- BUNSE, Heinrich Adam Wilhelm (1978). **O vinhateiro etnográfico-linguístico sobre o colono italiano no RS**. Porto Alegre, UFRGS/IEL.
- CARDOSO, F. H. (1977). **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CEDIC (1975). **Perfil do pêssego**. Porto Alegre.
- CHAPUY, Paul (1934). **Origine des noms patronymiques français**. Paris, s.ed.
- COARACY, Vivaldo (1957). **A colônia de São Lourenço e seu fundador Jacob Rheingantz**. São Paulo, Saraiva.
- CORADINI, O. C. & FREDERIC, A. (1982). **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro, Zahar.
- CUNHA, Ernesto Antonio Lassance (1908). **O Rio Grande do Sul: contribuição para o estudo de suas condições econômicas**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- DAUZT, Albert (1925). **Les noms de personnes: origine et evolution**. Paris.
- DAVATZ, Thomas (1980). **Memórias de um colono no Brasil: 1850**. Belo Horizonte, Itatiaia.
- EMBRAPA (1984). **A cultura do pessegueiro**. Pelotas. (Circular Técnica, 10).
- FELICIANO, Ascunio J. (1979). **Melhoramento genético do pessegueiro no Brasil**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FRUTICULTURA. **Anais...** Pelotas, Sociedade Brasileira de Fruticultura.

- FRANCE. Ministère des Relations Extérieures (1984). **Mémento de l'agronomie**. Paris.
- FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (1971). **Diagnóstico do setor industrial**. Porto Alegre. (Programa de Modernização e Expansão do Setor de Conservas Vegetais do Estado do Rio Grande do Sul).
- ___ (1973). **Indústria de alimentos vegetais**. Porto Alegre. (Programa de Modernização e Expansão do Setor de Conservas Vegetais do Estado do Rio Grande do Sul).
- ___ (1973a). **Indústria de conservas e alimentos vegetais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. (Informe Setorial).
- FUNDAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DE PELOTAS (1983). **Estudo e propostas alternativas para o desenvolvimento industrial de Pelotas**. Pelotas.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1979). **A agricultura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. (25 Anos de Economia Gaúcha, 3). Anexo.
- ___ (1978). **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre.
- ___ (1982). **Análise da política de preços mínimos para os produtos agrícolas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre.
- ___ (1981). **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS 1830-1950**. Porto Alegre.
- ___: censos do RS 1960-1980. Porto Alegre.
- ___ (1983). **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista**. Porto Alegre. t.1.
- GASTAL, Paulo (1974). **Anadão Gustavo Gastal: uma existência fecunda e prodigiosa**. Pelotas. (mimeo).
- GIRON, Loraine Slomp (1980). A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrando, org. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre, Mercado Aberto. p.47-65.
- GOBBATO, Celeste (1940). **Manual do viti-vinicultor brasileiro**. Porto Alegre, Globo. v.1.
- ___ (1950). O cultivo da vinha e a industrialização da uva no Rio Grande do Sul. In: **ÁLBUM comemorativo ao 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. p.402-24.
- GOMES, João Carlos Costa (1981). **Barreiras ao nível tecnológico de produtores de pêssego**: Pelotas - RS. Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria. (Dissertação de Mestrado, mimeo).

- GOMES, João Carlos Costa (1982). **Nível tecnológico na cultura do pêssego na Região de Pelotas**. Pelotas, EMBRAPA. (EMBRAPA-UEPAG de Cascata, Documentos, 11).
- GUIMARÃES, Alberto Passos (1979). **A crise agrária**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HOLANDA, Sergio Buarque de (1980). Tradução, prefácio e notas. In: DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil: 1850**. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/USP.
- INSTITUTO AGRONÔMICO DO SUL (1961). **Levantamento de solos no Município de Pelotas**. /s.l./ (Boletim Técnico).
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIENCIAS AGRÍCOLAS (1961). Zona Sur de la OEA. **Estudo de administração rural em Pelotas**. Montevideo.
- IPEA (1972). **Financiamento de projetos industriais no Brasil**. Rio de Janeiro. p.112 e 114.
- KNORR, Carlos José Laborda (s.d.). **Estudo relativo à problemática do pêssego**. Pelotas, Prefeitura Municipal. (mimeo).
- LANDO, Aldair M. & BARRROS, Elaine C. (1980). Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando, org. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre, Mercado Aberto. p.9-33.
- LAYTANO, Dante (1958). Os açorianos. In: ENCICLOPÉDIA RIOGRANDENSE: regional. Canoas, La Salle. v.1. p.41-73.
- LAZZARI, Beatriz Maria (1980). **Imigração e ideologia: reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875)**. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul/Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brides.
- LENINE, V. (1974). **Le développement du capitalisme en Russie**. Paris, Editions Sociales.
- LESSA, Carlos (1981). **15 anos de política econômica**. São Paulo, Brasiliense.
- MARTINS, José de Souza (1973). **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo, Pioneira.
- ___ (1982). **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo, Hucitec.
- MAZOYER, M. L. (1980). Science et technologie au service du développement agricole: impasses et perspectives. In: MORAZÉ, C. et alii. **Le point critique**. Paris, IEDES. p.151-67.
- MONSERRAT, J. (1950). O cooperativismo na zona de colonização italiana. In: **ÁLBUM comemorativo ao 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo. p.294-316.

- MOTA, Fernando Silveira et alii (1984). **Potencialidade agroclimática de Pelotas**. Pelotas, Universidade Federal de Pelotas/Centro Nacional de Pesquisa de Fruteiras de Clima Temperado/UEPAE.
- OSÓRIO, Fernando Luiz (1962). **A cidade de Pelotas**. Porto Alegre, Globo.
- PADILHA, Alvaristo do Amaral (1968). **Uva e vinho**. Porto Alegre, Secretaria de Economia/Departamento Estadual de Estatística.
- PEBAYLE, Raymond (1974). **Eleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul** (Brésil). Paris, Université de Paris I. (These de Doctorat es-Lettres).
- PELLANDA, Ernesto (1925). **A colonização germânica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Repartição de Estatística do Rio Grande do Sul.
- ___ (1958). Imigração e colonização italiana. In: ENCICLOPÉDIA RIOGRANDENSE: regional. Canoas, La Salle. v.1. p.125-48.
- PIMENTEL, Fortunato (1949). **Aspectos de Encruzilhada do Sul 1849-1949: 1º centenário de municipalização**. Porto Alegre, s.ed.
- ___ (1940). **Aspectos gerais de Pelotas**. Porto Alegre, Gundlach.
- ___ (1950). **Aspectos gerais da viti-vinicultura riograndense**. Porto Alegre, s.ed.
- ___ (s.d.). **O Rio Grande do Sul e suas riquezas**. Porto Alegre, Continente.
- PELOTAS. Prefeitura Municipal (1978). **Estudo relativo à problemática do pêssego**. Pelotas.
- PROGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL (1978). **Diagnóstico de comercialização do pêssego**. Porto Alegre, FEE. (Produtos Seleccionados da Lavoura).
- PROGRAMA DE INVESTIMENTOS INTEGRADOS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO (1975). **Enlatados de frutas e legumes**. Porto Alegre, Pallotti. (Perfis de Agroindústria).
- RAMBO, S. J. Balduino, Pe. (1958). A imigração alemã. In: ENCICLOPÉDIA RIOGRANDENSE: regional. Canoas, La Salle. v.1. p.74-124.
- RHEINGANTZ, Carlos G. (1907). **Colônia de São Lourenço**. Rio Grande, Americana-Pintos.
- RHEINGANTZ, Oscar L. (1954). **O problema do desenvolvimento da cultura do pêssego nos municípios de Pelotas e circunvizinhos: uma sugestão para o desenvolvimento desta riqueza**. Pelotas, Granjas Reunidas/Fábrica de Conservas Helomar.

RIBEIRO, Luis Renato Camargo & CARDOSO, Vera Talita Machado (1974). **Custo médio de 1ha de pessegueiro**. Porto Alegre, Secretaria da Agricultura.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura. Comissão Especial de Reforma Agrária (). **Bases e diretrizes para um Programa Estadual de Reforma Agrária**. /s.n.t./ (Relatório apresentado ao Governador Meneghetti pela Comissão instituída pela Portaria Governamental, nº 116/63, mimeo).

_____. Diretoria de Terras e Colonização (1961). **Legislação das terras públicas do Rio Grande do Sul**: coletânea. Porto Alegre.

ROCHE, Jean (1969). **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo. 2v.

SACHS, Sérgio (s.d.). **Rio Grande do Sul: pêssego**. Pelotas, s.ed.

SACHS, Sérgio et alii (1984). **A cultura do pessegueiro**. Pelotas, EMBRAPA.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (1978). **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucitec.

SILVA, José Graziano da (1981). **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar.

_____(1981). **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo, Hucitec.

SPALDING, Walter (1958). Os franceses. In: ENCICLOPÉDIA RIOGRANDENSE: regional. Canoas, La Salle. v.5. p.175-206.

SUZIGAN, Wilson et alii (1972). **Financiamento de projetos industriais no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA.

TEJO, Aurélio Limeira (1937). **A indústria rio-grandense em função da economia nacional**. Porto Alegre, Diretoria Geral de Estatística.

ULLRICH, Carl Otto (1898). Die deutsch en kolonien im süden von Rio Grande do Sul. In: JAMASCH. **Rathschläge für Auswanderer nach südbrasilien**. Berlim. p.89-112.

Periódicos e artigos de periódicos

ANNUAIRE FAO DE LA PRODUCTION 1983 (1984). Rome, v.37.

ANUARIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1908). Porto Alegre, Krahe.

_____(1909). Porto Alegre, Krahe.

- ARRUDA, Amaury & COSTA, Geraldo T. D. (1961). Levantamento de solos no Município de Pelotas. **Boletim Técnico do Instituto Agrônomo do Sul**, Pelotas, (36), abr.
- BALANÇO ANUAL 1984 (1984). São Paulo, Gazeta Mercantil.
- BOLETIM DO DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA (1940). Produção agrícola. Pelotas. n.13.
- CENSO AGRÍCOLA 1960: Rio Grande do Sul (1967). Rio de Janeiro. IBGE.
- CENSO AGROPECUÁRIO 1970: Rio Grande do Sul (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO AGROPECUÁRIO 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO ECONÔMICO 1950: Rio Grande do Sul (1956). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
- ___: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
- CONJUNTURA ECONÔMICA (1974). Rio de Janeiro, FGV. v.28, n.7, jul.
- ___ (1979). Rio de Janeiro, FGV, v.33, n.11, nov.
- ___ (1983). Rio de Janeiro, FGV, v.37, n.1, jan.
- ___ (1984). Rio de Janeiro, FGV, v.38, n.10, out.
- ___ (1985). Rio de Janeiro, FGV, v.39, n.8, ago.
- EXPLANAÇÃO geral sobre a situação econômica das populações rurais de Pelotas relacionadas com as condições geofísicas e agrícolas do municípios (1940). **Boletim da Escola de Agronomia e Veterinária "Eliseu Maciel"**, Pelotas, (27):3-30, out.
- INDICADORES SOCIAIS RS (1976). Porto Alegre, FEE, v.4, n.4. (Número Especial).
- LA SALVIA, Flávia & HANDSCHUNCH, Nilbiamater S. B. (1974). Processo de colonização no Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do R.G.S.**, Porto Alegre, Secretaria da Agricultura, 19(17):3-43, jan.-dez.
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA 1974/1984 (1975/1985). Rio de Janeiro, IBGE.
- MAZOYER, M. L. (1982). La crise de la paysannerie. **Actuel Développement**, Paris, (47):36-9.
- ___ (1982). Origines et mécanismes de reproduction des inégalités régionales de développement agricole en Europe. **Économie Rurale**, Paris, Société Française d'Économie Rurale, :25-33, juil/sept.

PACHECO, Maria Fagundes de Souza Docca (1956). Colonização no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. (Separata do **Boletim Geográfico**, Porto Alegre, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, n.1).

PAZ, Ataliba de Figueiredo (1934). Uma importante zona vitivinícola. **Boletim da Escola de Agronomia e Veterinária "Eliseu Maciel"**, Pelotas, (13):4-21.

___ (1935). Remodelação da viticultura pelotense. **Boletim da Escola de Agronomia e Veterinária "Eliseu Maciel"**, Pelotas, (21):4-27.

PEBAYLE, Raymond (1973). Os viticultores do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do R.G.S.**, Porto Alegre, Secretaria da Agricultura, :51-77, jan./dez.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA 1962/1973 (1963/1974). Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL 1975/1983 (1975/1983). Rio de Janeiro, IBGE.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL 1981/1984 (1982/1985). Rio de Janeiro, IBGE.

REVISTA AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL (1897). Pelotas, Escola de Agronomia e Veterinária "Eliseu Maciel", v.1, n.6, 31 dez.

___ (1898). Pelotas, Escola de Agronomia e Veterinária "Eliseu Maciel", v.1, n.7, 31 jan.

___ (1898a). Pelotas, Escola de Agronomia e Veterinária "Eliseu Maciel", v.2, 31 ago.

___ (1899). Pelotas, Escola de Agronomia e Veterinária "Eliseu Maciel", v.2, n.10, 30 abr.

___ (1900). Pelotas, Escola de Agronomia e Veterinária "Eliseu Maciel", v.3, 31 mar.

___ (1900a). Pelotas, Escola de Agronomia e Veterinária "Eliseu Maciel", v.3, 31 maio.

___ (1903a). Pelotas, Escola de Agronomia e Veterinária "Eliseu Maciel", v.7, n.2, jan.

___ (1903b). Pelotas, Escola de Agronomia e Veterinária "Eliseu Maciel", v.7, n.6, jun.

REVISTA DO SEITE (1982). Porto Alegre, FEE, v.2, n.2.

TOSELLO, André (1971). Alguns aspectos da tecnologia de alimentos. **Boletim do Instituto de Tecnologia de Alimentos**, :39-48, dez.

Jornais

CORREIO DO POVO (5.12.78). A indústria de conservas tem diagnóstico de seus problemas e exige prioridades. Porto Alegre.

__(15.7.79). Pelotas já produziu muita uva e bom vinho; poderá recuperar esta riqueza? p.23.

CUNHA, Alberto Coelho da (1928). Antigualhas de Pelotas. **A Opinião Pública**, /Pelotas/Museu da Biblioteca Pública de Pelotas. 17 ago.

DIÁRIO LIBERAL (18.10.33). Os franceses na Colônia Santo Antônio. p.27.

__(13.4.34). O sétimo distrito. Pelotas. p.34.

__(2.8.34). Os lucros da viti-vinicultura. Pelotas.

__(19.10.34). O progresso econômico de Pelotas. Pelotas.

__(6.12.34). A viti-vinicultura em Pelotas. Pelotas.

__(30.1.36). Pró-viti-vinicultura. Pelotas. p.1.

__(9.4.36). A indústria viti-vinícola em Pelotas e no Estado. Pelotas.

__(2.10.36). Quinta Pastorello. Pelotas. p.22.

DIÁRIO POPULAR (4.9.25). Pelotas. p.5.

__(11.7.30). Colonização francesa. Pelotas. p.14.

__(20.9.30). Colonização francesa. Pelotas. p.18.

__(23.9.30). Cincoentenário da Colônia Santo Antônio. Pelotas. p.19.

__(21.7.69). Uma existência fecunda e prodigiosa. Pelotas.

__(23.3.80). Baixa qualidade do pêssego eleva perdas na indústria. p.1.

__(23.9.80). Colonização francesa. Pelotas.

__(21.9.80). Colônia francesa comemora seu centenário hoje. Pelotas. p.17-8.

__(1982). Guia alimentação/indústria e comércio/Região Sul. Pelotas, abr./maio. (Edição Especial).

__(5.11.83). Pelotas cultiva sete mil hectares de pêssego. Pelotas.

__(16.9.84). Na mudança de hábitos perde nosso pêssego. Pelotas.

FOLHA DA TARDE (25.3.80). Pêssego exige maior cuidado na produção. Porto Alegre.

FOLHA DA TARDE (20.9.80). Centenário da chegada dos primeiros imigrantes franceses em Pelotas. Porto Alegre. p.13.

__(22.9.80). Em cem anos a tradição francesa quase desaparece. Porto Alegre.

FOLHA DO POVO (22.12.43). Quinta Pastorello. Pelotas. p.31.

A GAZETA DA TARDE (10.5.44). Pelotas.

GAZETA MERCANTIL (15/16.11.78). No Sul, uma safra maior que a capacidade de aproveitamento. São Paulo.

O LIBERTADOR (27.2.36). O bairrismo dos pelotenses. Pelotas.

__(28.2.36). Pelotas. p.1.

__(21.3.36). O surto animador da viti-vinicultura em Pelotas. Pelotas. p.3.

__(1936). Visitando as fontes de nossa riqueza econômica. Pelotas, abr. p.23.

ANEXOS

1 – QUESTIONÁRIO

1 – Identificação

Nome:

Sexo:

Grau de parentesco com imigrantes franceses:

Parte da França de onde vieram os seus antepassados:

Eles eram agricultores na França?

Seus avós foram agricultores?

E seus pais?

O Sr. tem outra ocupação além da agricultura?

2 – Constituição do núcleo familiar

Parentes	Idade	Grau de instrução	Atividade na empresa (nula, temporária ou permanente)
a)
b)
c)
d)
e)
f)
g)
h)
i)
j)

3 – Caracterização da residência

Ano de construção:

Material:

madeira ()

alvenaria ()

madeira e alvenaria ()

Possui luz elétrica?

Se não possui, por quê?

4 – Descrição sumária da forma como a exploração foi constituída

Seu lote pertenceu a um imigrante francês?

Como foi a sucessão por herança?

Seus irmãos também herdaram?

Se não, por quê?

Seu lote é igual, maior ou menor que o de seu pai?

Houve compra de terras?

Houve venda de terras?

5 – Situação de posse e uso da terra

Qual a superfície explorada?

Qual a superfície não explorada?

Por quê?

Uma parte da propriedade é arrendada?

Quanto?

Há quanto tempo?

Forma de pagamento:

O Sr. arrenda terras de outros?

Quanto?

Há quanto tempo?

Forma de pagamento:

O Sr. tem uma parte de suas terras em parceria?

Quanto?

Há quanto tempo?

Forma de pagamento:

Trabalha em parceria em terras de outros?

Quanto?

Há quanto tempo?

Forma de pagamento:

6 – Produção e comercialização

O que o Sr. costuma plantar?

Culturas	Área	Quantidade colhida em 1985
a)
b)
c)
d)
e)
f)
g)
h)
i)
j)

Quais foram os cinco produtos mais vendidos, por ordem decrescente, no decorrer do ano?

Produtos	Quantidade
a)
b)
c)
d)
e)

Observações:

Por que o Sr. prefere cultivar pêssego (no caso de haver predomínio de pêssego)?

Efetivo pecuário	Número de cabeças
a)
b)
c)
d)
e)
f)

O Sr. cria para comercialização? O quê?

Vende onde?

Gêneros produzidos na exploração:

Produtos	Quantidade	Quantidade vendida
a) queijo (kg)
b) manteiga (kg)
c) salame (kg)
d) lingüiça (kg)
e) banha (kg)
f) carne (kg)
g) couros (kg)
h) nata (kg)
i) ovos (dz)
j) mel (kg)
k) leite (l)

O Sr. tem horta?

para consumo ()

para comercialização ()

O que é comercializado?

O Sr. tem pomar?

para consumo ()

para comercialização ()

O que é comercializado?

O que o Sr. costuma comprar no comércio para o consumo de sua família?

Lugar da venda:

na exploração ()

na estrada ()

na cidade ()

outro lugar ()

A quem vende:

aos consumidores ()

ao atacadista ()

ao varejista ()

ao camioneiro ()

às fábricas ()

a outros ()

Se houver o predomínio de uma cultura, desde quando ocorre?

Como o Sr. se põe a par do preço de venda?

O Sr. pertence a alguma associação de agricultores? Por quê?

O Sr. pertence ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais? Por quê?

Qual a distância da exploração até a estrada que liga a Pelotas?

E da exploração a Pelotas?

Quais são as condições das estradas utilizadas? São trafegáveis todo o ano?

Quais são os meios de transportes usados para a comercialização da produção?

O Sr. costuma vender sua produção antecipadamente para a indústria?

Como a indústria costuma efetuar o pagamento?

7 – Sistema de produção

O Sr. costuma deixar a terra em descanso?

Quanto tempo?

Descrição de como costuma ser a sucessão de cultivos na exploração.

O Sr. costuma adubar a terra?

com adubo orgânico ()

com adubo químico ()

nenhum ()

Por quê?

O Sr. costuma usar:

calcáreo ()

fungicidas ()

sementes selecionadas ()

inseticidas ()

herbicidas ()

Se não usa, por quê?

Se usa, onde costuma comprar os insumos?

comerciante ()

indústria ()

Associação dos Produtores de Pêssego ()

outro lugar ()

O Sr. costuma usar tração animal?

própria ()

alugada ()

não usa ()

O Sr. costuma usar tração mecânica?

própria ()

alugada ()

não usa ()

Veículos que possui:

de tração animal ()

de tração mecânica ()

O Sr. costuma ter empregados?

Quantos permanentes?

Quantos temporários?

Forma de pagamento:

8 – Assistência técnica e financiamento

O Sr. recebe orientação técnica de alguma indústria?

sistematicamente ()

eventualmente ()

nunca ()

O Sr. recebe orientação técnica de algum órgão governamental?

sistematicamente ()

eventualmente ()

nunca ()

O Sr. já utilizou ou utiliza crédito agrícola?

Se não, por quê?

Se usa, como procede para obtê-lo?

O Sr. usa algum outro sistema de financiamento?

Descrever:

9 – Sobre a renda

Renda bruta do ano de 1985:

Despesas com serviços, insumos, etc.:

Observações:

10 – Sobre o futuro da exploração

O Sr. tem planos para modificações na sua exploração?

venda de terras ()

compra de terras ()

compra de máquinas () Quais?

introduzir novas culturas ()

desenvolver alguma cultura específica ()

montar uma pequena indústria () Qual?

montar um pequeno comércio () Qual?

montar uma oficina () Qual?

outros projetos ()

O Sr. vê a possibilidade de seus filhos continuarem na agricultura? Fale sobre isso.

2 – TABELAS ESTATÍSTICAS

Tabela 2.1

Distribuição, segundo a utilização das terras,
da área de Pelotas — 1920-1980

a) área

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS	(ha)					
	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Lavouras	42 443	50 418	57 778	64 103	76 818
Pastagens	112 208	133 437	121 493	129 103	104 898
Matas	21 708	13 395	23 885	23 890	23 021	23 276
Irrigadas	5 149	11 124	12 046
TOTAL	212 737	213 362	254 330	246 041	254 114	241 209

b) distribuição percentual

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS	%					
	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Lavouras	19,89	19,82	23,48	25,23	31,85
Pastagens	52,59	52,47	49,38	50,80	43,49
Matas	10,20	6,28	9,39	9,71	9,06	9,65
Irrigadas	2,09	4,38	4,99
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1981). **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul**: censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre. 330p.

(1984). **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul**: censos do RS: 1960-1980. Porto Alegre. 158p.

Tabela 2.2

Evolução da estrutura fundiária, por estratos de área, em Pelotas — 1920-1980

a) número de estabelecimentos

(%)

ESTRATOS DE ÁREA	1920	1940	1950	1960	1970	1980
0 — 1ha	-	-	0,27	0,98	1,56	1,45
1 — 2ha	-	0,33	1,29	2,00	2,04	2,68
2 — 5ha	-	5,39	6,59	7,75	8,91	8,55
5 — 10ha	-	12,31	12,98	15,14	15,91	14,30
10 — 20ha	-	24,14	26,99	33,13	31,94	32,19
20 — 50ha	-	44,41	41,05	34,28	32,91	33,17
0 — 50ha	(1)73,21	86,58	89,17	93,28	93,27	92,34
50 — 100ha	(2)19,98	9,59	7,41	4,60	4,15	4,63
100 — 200ha	3,57	1,89	1,64	0,87	0,95	1,38
200 — 1 000ha	2,09	1,37	1,24	0,79	1,23	1,14
1 000 — 5 000ha	0,94	0,50	0,45	0,39	0,36	0,48
5 000 — 100 000ha	0,21	0,07	0,09	0,07	0,04	0,03
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total em números abso- lutos	2 773	4 599	5 557	6 745	7 164	6 502

b) área

(%)

ESTRATOS DE ÁREA	1920	1940	1950	1960	1970	1980
0 — 1ha	-	-	0,00	0,02	0,02	0,02
1 — 2ha	-	0,01	0,03	0,08	0,07	0,09
2 — 5ha	-	0,40	0,45	0,68	0,78	0,74
5 — 10ha	-	1,81	1,91	2,86	3,12	2,71
10 — 20ha	-	7,12	8,19	12,47	12,45	12,13
20 — 50ha	-	27,92	25,94	26,37	26,06	25,35
0 — 50ha	-	37,26	36,52	42,48	42,50	41,04
50 — 100ha	-	13,57	10,47	7,99	7,50	7,94
100 — 200ha	-	5,29	4,82	3,31	3,64	4,95
200 — 1 000ha	-	11,40	10,80	10,08	15,03	13,75
1 000 — 5 000ha	-	24,00	24,23	22,03	24,30	26,66
5 000 — 100 000ha	-	8,18	13,16	14,11	7,03	5,66
TOTAL	-	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total em números abso- lutos	-	213 362	254 330	246 041	254 114	241 209

(continua)

Tabela 2.2

Evolução da estrutura fundiária, por estratos de área, em Pelotas — 1920-1980

c) área média

(ha)

ESTRATOS DE ÁREA	1920 (3)	1940	1950	1960	1970	1980
0 — 1ha	-	-	0,27	0,61	0,43	0,45
1 — 2ha	-	1,33	1,10	1,41	1,27	1,22
2 — 5ha	-	3,44	3,11	3,21	3,12	3,20
5 — 10ha	-	6,83	6,74	6,88	6,96	7,03
10 — 20ha	-	13,70	13,88	13,73	13,83	13,98
20 — 50ha	-	29,16	28,93	28,07	28,08	28,35
0 — 50ha	20	19,06	18,75	16,61	16,16	16,48
50 — 100ha	58	65,65	64,65	63,40	64,11	63,66
100 — 200ha	141	129,69	134,78	137,98	136,12	132,57
200 — 1 000ha	-	396,36	398,12	468,08	434,00	448,15
1 000 — 5 000ha	-	2 226,35	2 465,12	2 085,08	2 375,31	2 074,32
5 000 — 100 000ha	-	5 820,00	6 689,40	6 943,60	5 955,33	6 832,50
TOTAL	-	-	-	-	-	-
Total em números abso- lutos	-	-	-	-	-	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO AGRÍCOLA 1960: Rio Grande do Sul (1970). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO AGROPECUÁRIO 1970: Rio Grande do Sul (1973). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO AGROPECUÁRIO 1980: Rio Grande do Sul (1982). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSOS ECONÔMICOS 1950: Rio Grande do Sul (1956). Rio de Janeiro, IBGE.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1981). De *Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*: censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre. 330p.

(1984). De *Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*: censos do RS: 1960-1980. Porto Alegre. 158p.

(1) Compreende somente o número de estabelecimentos até 40ha. (2) Engloba o número de estabelecimentos de 40 a 100ha. (3) Dados transcritos.

Tabela 2.3

Número de estabelecimentos e área, por condição legal das terras, em Pelotas — 1950-1980

a) número de estabelecimentos

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS	1950	1960	1970	1980
Próprias	4 548	5 330	5 061	4 400
Arrendadas	739	1 012	1 033	928
Ocupadas	144	182	542	521
Próprias e arrendadas	70	149	341	417
Próprias e ocupadas	56	61	152	172
Arrendadas e ocupadas	-	11	35	47
TOTAL	5 557	6 745	7 164	6 485

b) área

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS	1950	1960	1970	1980
Próprias	194 415	191 203	166 358	177 310
Arrendadas	37 266	34 063	36 654	25 419
Ocupadas	3 568	2 342	11 243	6 028
Próprias e arrendadas	14 258	16 553	33 937	25 042
Próprias e ocupadas	4 823	1 523	5 487	5 466
Arrendadas e ocupadas	-	357	435	916
TOTAL	254 330	246 041	254 114	240 181

(continua)

Tabela 2.3

Número de estabelecimentos e área, por condição legal das terras, em Pelotas — 1950-1980

c) distribuição percentual dos estabelecimentos

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS	1950	1960	1970	1980
Próprias	81,84	79,02	70,64	67,85
Arrendadas	13,30	15,00	14,42	14,31
Ocupadas	2,60	2,70	7,57	8,03
Próprias e arrendadas	1,26	2,21	4,76	6,43
Próprias e ocupadas	1,00	0,91	2,12	2,66
Arrendadas e ocupadas	-	0,16	0,49	0,72
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

d) distribuição percentual da área

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS	1950	1960	1970	1980
Próprias	76,44	77,71	65,47	73,82
Arrendadas	14,65	13,84	14,42	10,58
Ocupadas	1,40	0,95	4,42	2,51
Próprias e arrendadas	5,61	6,73	13,36	10,43
Próprias e ocupadas	1,90	0,62	2,16	2,28
Arrendadas e ocupadas	-	0,15	0,17	0,38
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO AGRÍCOLA 1960: Rio Grande do Sul (1970). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO AGROPECUÁRIO 1970: Rio Grande do Sul (1973). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO AGROPECUÁRIO 1980: Rio Grande do Sul (1982). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSOS ECONÔMICOS 1950: Rio Grande do Sul (1956). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 2.4

População urbana, rural e total de Pelotas — 1920-1980

a) 1920-1950

POPULAÇÃO	1920		1940		1950	
	Número de Habitantes	%	Número de Habitantes	%	Número de Habitantes	%
Urbana	45 000	54,88	66 293	63,40	81 863	64,10
Rural	37 000	45,12	38 260	36,60	45 778	35,90
TOTAL	82 000	100,00	104 553	100,00	127 641	100,00

b) 1960-1980

POPULAÇÃO	1960		1970		1980	
	Número de Habitantes	%	Número de Habitantes	%	Número de Habitantes	%
Urbana	121 280	68,03	154 827	74,48	204 803	78,79
Rural	56 985	31,97	53 042	25,52	55 147	21,21
TOTAL	178 265	100,00	207 869	100,00	259 950	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1981). De *Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre. 330p.
 — (1984). De *Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS: 1960-1980*. Porto Alegre. 158p.

Tabela 2.5

Taxa de crescimento da população urbana e rural de Pelotas — 1920-80

POPULAÇÃO	Taxa de crescimento (%)					
	1920-80	1920-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
Urbana	2,56	1,96	2,13	4,01	2,47	2,84
Rural	0,67	0,17	1,61	2,21	-0,71	0,39

FONTE: Tabela 2.4.

Tabela 2.6

Participação percentual da mão-de-obra familiar no total de pessoas ocupadas nas explorações agrícolas, em Pelotas e no Rio Grande do Sul — 1940-1980

DISCRIMINAÇÃO	1940	1950	1960	1970	1980
Pelotas	85,96	78,49	88,74	88,94	84,19
Rio Grande do Sul ...	85,98	84,63	85,18	90,68	85,97

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO AGRÍCOLA 1960: Rio Grande do Sul (1970). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO AGROPECUÁRIO 1970: Rio Grande do Sul (1973). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO AGROPECUÁRIO 1980: Rio Grande do Sul (1982). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSOS ECONÔMICOS 1950: Rio Grande do Sul (1956). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 2.7

Número de tratores e arados nos estabelecimentos agrícolas, em Pelotas e no Rio Grande do Sul — 1920-1980

DISCRIMINAÇÃO	ANO					
	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Pelotas						
Tratores	43	28	56	173	502	1 676
Arados	2 936	5 224	5 908	7 576	9 495	10 423
Tração mecânica	470	1 607
Tração animal	9 025	8 816
Rio Grande do Sul						
Tratores	817	1 104	2 245	15 169	39 993	120 070
Arados	73 403	222 657	312 001	290 974	641 976	681 096
Tração mecânica	37 171	136 039
Tração animal	604 805	545 057

FONTE: CENSO AGRÍCOLA 1960: Rio Grande do Sul (1970). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO AGROPECUÁRIO 1970: Rio Grande do Sul (1973). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO AGROPECUÁRIO 1980: Rio Grande do Sul (1982). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSOS ECONÔMICOS 1950: Rio Grande do Sul (1956). Rio de Janeiro, IBGE.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1981). De *Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre, 330p.— (1984). De *Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS: 1960-1980*. Porto Alegre, 158p.

Tabela 2.8

Número de veículos de tração animal e de tração mecânica usados nos estabelecimentos agrícolas, em Pelotas e no Rio Grande do Sul — 1940-1980

DISCRIMINAÇÃO	ANO				
	1940	1950	1960	1970	1980
Pelotas					
Tração animal	4 700	6 135	6 523	7 820	6 531
Tração mecânica	143	321	472	856	1 784
Rio Grande do Sul					
Tração animal	171 920	226 886	275 449	389 711	342 420
Tração mecânica	3 974	9 212	17 661	58 050	135 395

FONTE: CENSO AGRÍCOLA 1960: Rio Grande do Sul (1970). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO AGROPECUÁRIO 1970: Rio Grande do Sul (1973). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO AGROPECUÁRIO 1980: Rio Grande do Sul (1982). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSOS ECONÔMICOS 1950: Rio Grande do Sul (1956). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 2.9

Utilização de fertilizantes nos estabelecimentos agrícolas, em Pelotas e no Rio Grande do Sul — 1960-1980

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE ESTABELECIDAMENTOS			PERCENTAGEM DE UTILIZAÇÃO NOS ESTABELECIDAMENTOS		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Pelotas						
Químicos	244	2 305	5 970	3,84	35,73	96,02
Orgânicos	1 902	1 290	4 826	29,93	20,00	77,63
Químicos e orgânicos	4 209	3 830	-	66,23	59,37	-
Total	6 355	6 451	6 217	-	-	-
Rio Grande do Sul						
Químicos	12 919	141 826	307 972	9,43	50,78	89,30
Orgânicos	90 453	72 824	179 439	66,03	26,08	52,03
Químicos e orgânicos	33 619	80 123	-	24,54	20,69	-
Total	136 991	279 251	344 862	-	-	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO AGRÍCOLA 1960: Rio Grande do Sul (1970). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO AGROPECUÁRIO 1970: Rio Grande do Sul (1973). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO AGROPECUÁRIO 1980: Rio Grande do Sul (1982). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 2.10

Área colhida e quantidade produzida de pêssego no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Pelotas — 1950-84

ANOS	BRASIL		RIO GRANDE DO SUL		PELOTAS	
	Área (ha)	Produção (t)(t)	Área (ha)	Produção (t)(t)	Área (ha)	Produção (t)(t)
1950	4 546	10 238
1951	4 873	11 838
1952	5 541	17 123	4 008	10 308
1953	6 310	20 650	4 608	13 038
1954	6 557	24 784	4 661	14 876
1955	7 329	26 549	4 937	16 311
1956	7 373	30 587	4 828	18 744
1957	7 556	32 347	4 868	19 081
1958	7 521	29 459	4 679	16 499
1959	7 754	29 948	4 714	16 052
1960	8 118	30 990	4 893	17 714
1961	8 452	32 243	5 217	18 492
1962	9 104	33 700	5 551	19 639
1963	11 899	47 895	8 536	35 221
1964	12 262	43 007	8 769	27 694
1965	12 710	56 767	8 961	40 452
1966	13 624	45 411	9 688	27 239
1967	13 537	69 612	9 636	54 125
1968	15 919	54 310	8 985	38 370
1969	12 352	58 460	8 512	40 373
1970	12 747	71 841	8 934	56 026	5 900	20 000
1971	12 545	69 737	8 845	54 661	6 000	27 000
1972	13 901	71 139	10 322	52 794	7 000	12 000
1973	16 687	83 725	13 763	76 427	7 200	26 763
1974	20 464	86 525	16 893	76 308	7 600	26 000
1975	22 106	86 522	16 427	76 164	8 000	27 000
1976	19 357	85 038	15 605	73 275	12 900	37 500
1977	19 941	62 651	16 142	49 663	13 500	40 500
1978	19 571	63 541	16 349	46 498	10 000	44 300
1979	20 081	63 968	16 665	47 547	8 000	32 000
1980	21 077	68 620	17 769	52 835	8 500	26 520
1981	19 171	62 135	15 947	47 880	8 300	25 398
1982	19 568	61 727	16 528	47 793	8 900	27 234
1983	17 492	48 561	8 000	26 928
1984	16 305	44 470	8 000	26 000

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BRASIL: 1952-1973 - BRASIL, Ministério da Agricultura (1976). Brasil: área, quantidade e valor da produção 1947/73. Rio de Janeiro. (Estatística Agropecuária, 1).

1974-1982 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL 1974/82 (1975-1983). Rio de Janeiro, IBGE.

RIO GRANDE DO SUL: 1947-1960 - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1979). Agricultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. (25 Anos de Economia Gaúcha, v.3, anexo).

1961-1972 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA 1961/72 (1962-1973). Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura.

1973-1983 - LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA 1973/83 (1974-1984). Rio de Janeiro, IBGE, dez.

PELOTAS: 1970-1979 - Secretaria da Agricultura. 13ª ORA.

1980-1983 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL 1980/83 (1981-1984). Rio de Janeiro, IBGE.

1984 - IBGE. Agência de Pelotas.

(1) Os dados referentes à quantidade produzida foram transformados de unidades para toneladas, considerando-se 1.000 frutos equivalentes a 60kg.

Tabela 2.11

Participação percentual do Rio Grande do Sul, segundo a área cultivada e a quantidade produzida, na produção de pêssego nacional — 1960-1982

ANOS	ÁREA CULTIVADA	QUANTIDADE PRODUZIDA
1960	60,27	57,16
1970	70,10	71,99
1980	84,30	77,00
1981	83,18	77,06
1982	84,46	77,43

FONTE: Tabela 2.10.

Tabela 2.12

Participação percentual de Pelotas, segundo a área cultivada e a quantidade produzida, na produção de pêssego nacional — 1970-82

ANOS	ÁREA CULTIVADA	QUANTIDADE PRODUZIDA
1970	43,15	27,84
1971	47,83	38,71
1972	50,36	16,87
1973	43,15	31,93
1974	37,14	30,05
1975	36,19	31,20
1976	64,58	44,09
1977	67,70	64,64
1978	50,07	69,71
1979	39,84	50,00
1980	40,33	38,65
1981	43,29	40,87
1982	45,48	44,12

FONTE: Tabela 2.10.

3 – DESCRIÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE ORIGINARAM A “COLÔNIA FRANCESA”*

3.1 – A criação da Colônia São Feliciano

Segundo a Lei Imperial nº 514, de 28 de outubro de 1848, artigo 16, cada uma das províncias do Império passava a dispor de 36 léguas, em quadra, de terras devolutas que deveriam ser destinadas à colonização, ficando nelas proibido o emprego de trabalho escravo. De posse de tais terras, os colonos deveriam fazê-las produzir no prazo de cinco anos. Sem cumprir essa condição perdiam o direito de posse das mesmas, e, uma vez que também não podiam transferi-las a outrem, estas assim revertiam para o domínio provincial.

Na forma dessa lei, o Governo Provincial solicitou ao Governo Imperial as terras devolutas sobre a serra do rio Camaquã e determinou, no ano de 1857 (Lei nº 385, de 26 de novembro), a criação de mais uma colônia agrícola para nacionais e estrangeiros por conta da Província, posteriormente denominada de São Feliciano.

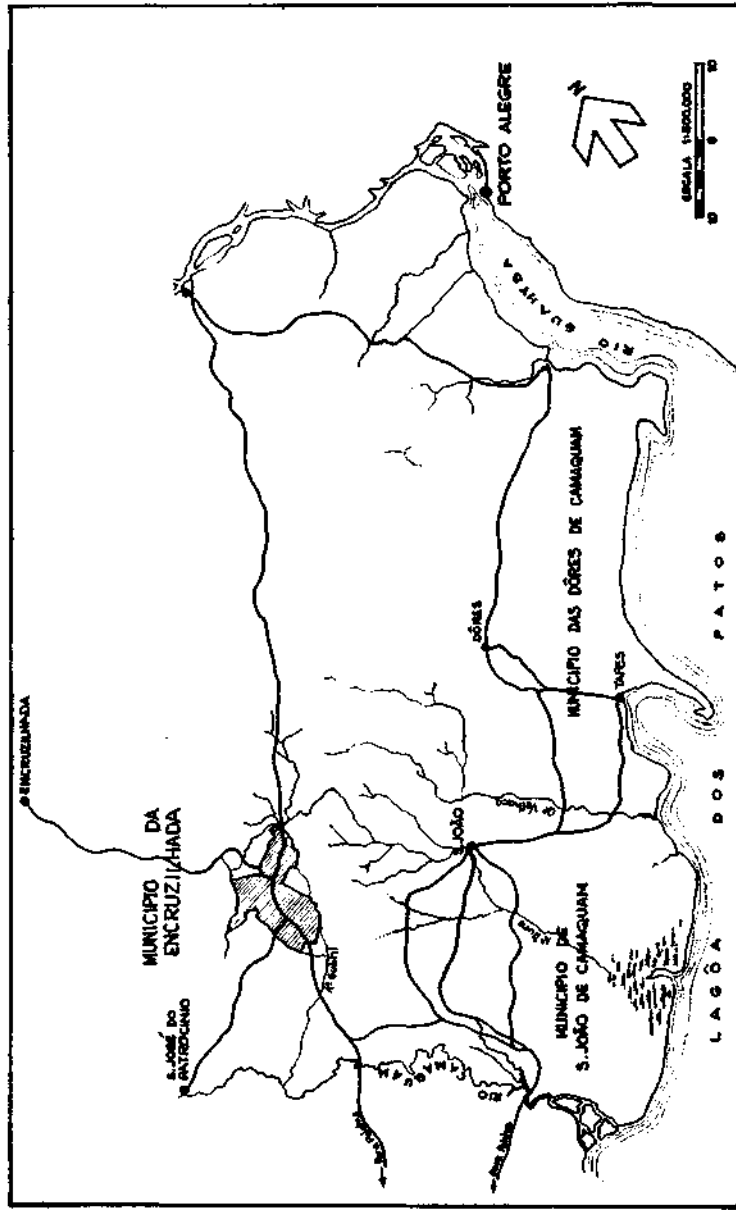
Pareceu conveniente ao Governo Provincial que a nova colônia fosse estabelecida no Município de Encruzilhada, na Serra do Herval, região de densas matas, entre os arroios Sutil e Perdizes, na maior proximidade possível do rio Camaquã, e assim foi decretado em 1861 (Lei nº 466, de 2 de abril). Na mesma ocasião, foram outorgadas a discriminação das terras devolutas, a medição e demarcação dos lotes coloniais para posterior distribuição e a construção de um barracão para abrigar os colonos. Os lotes deveriam ser distribuídos de acordo com a Lei Provincial, de 30 de novembro de 1854, que introduzia na Província o sistema de vendas das terras aos colonos, ao invés da doação.

A comarca de Encruzilhada foi solicitado que procedesse à fundação da Colônia, medindo e demarcando o terreno preciso. Foram necessárias então a legitimação e a revalidação das posses existentes, a fim de que ficassem discriminadas as terras públicas das particulares.

* Este texto é parte do artigo *Narração do Processo de Formação de uma Colônia Agrícola no Rio Grande do Sul, no Século XIX – a Colônia São Feliciano (1861-1880)*, publicado na revista *Ensaio FEE*, v.7, n.2, 1986, p.101-132.

MAPA 3.1

COLÓNIA SÃO FELICIANO



NOTA: Baseado no original elaborado pela Directoria de Terras e Colonização da Secretaria das Obras Publicas.

Iniciado em 1862, o trabalho de medição das terras ficou interrompido até 1871, devido a uma questão judicial acerca da propriedade de grande parte do terreno compreendido na área da colônia projetada, retardando-se, assim, sua fundação.

Tão logo se resolveu o litígio, estando discriminadas as terras públicas das particulares, foi definida uma extensão de terras devolutas na Serra do Herval de três e meia léguas quadradas em relevo montanhoso, com declive para o sul e para o leste. A área destinada à Colônia localizava-se no Distrito de São José do Patrocínio, no Município de Encruzilhada, sobre a margem direita do arroio Sutil, afluente do rio Camaquã, que podia ser navegado por canoa somente durante o inverno, desde o lugar reservado para a povoação até desaguar neste rio. Os portos de embarque mais próximo eram os de São José do Patrocínio, a 22km do centro da Colônia, o da barra do Camaquã, a 66km, e o da barra do Velhaco, a 72km.

A demarcação e a medição dos primeiros 50 lotes da Colônia, autorizados pelo Governo Provincial em 1871 (Lei nº 748, de 29 de abril), só foram concluídas no decorrer do ano de 1873, pois o agrimensor encarregado dessa tarefa enfrentou inúmeras dificuldades na sua execução, devido às condições do terreno, ao isolamento da área, e à falta de mão-de-obra e de outros recursos. Verificada a medição, foi o agrimensor Augusto Napoleão Savart de Saint Brisson nomeado diretor da Colônia São Feliciano e, como tal, encarregado de mandar construir a casa provisória — denominada de barracão — que deveria abrigar os colonos que chegassem à Colônia, até estes receberem seus respectivos lotes.

3.2 — O recrutamento dos colonos

Criara-se a expectativa de que essa colônia atrairia grande número de colonos nacionais dada a sua posição em relação ao navegável rio Camaquã e por estar cortada por diversos arroios que permitiam a navegação de canoas — até então, a expansão das colônias baseava-se apenas nas vias fluviais de comunicação. Mas eram, sobretudo, os colonos estrangeiros o objeto das atenções governamentais.

A correspondência de agosto de 1873, entre a Comissão de Terras e Colonização, com sede em Porto Alegre, e o agrimensor Savart de Saint Brisson, falava em 200 franceses que estariam sendo esperados para essa colônia. E, em novembro do mesmo ano, preparando a ocupação de São Feliciano, o Presidente da Província ordenou ao agente-intérprete¹ da Ci-

¹ Havia dois agentes-intérpretes: um em Rio Grande e outro em Porto Alegre, ambos nomeados pelo governador. Tinham a função de recepcionar os imigrantes, relacioná-los, distribuí-los e ainda traduzir os documentos relativos à colonização.

dade de Rio Grande que os imigrantes chegados àquela cidade — de preferência os de nacionalidade francesa — que quisessem se estabelecer em São Feliciano deveriam viajar através do arroio Velhaco para chegarem até a Colônia.

A construção do barracão, conforme atesta a correspondência entre Savart de Saint Brisson, então diretor da Colônia, e a Comissão de Terras e Colonização, foi iniciada em novembro de 1873 e terminada em fevereiro do ano seguinte. Os primeiros imigrantes que para lá então afluíram eram em número de nove; procediam da Vila de Encruzilhada e estabeleceram-se na Colônia a convite de seu Diretor. No registro da correspondência recebida pela Comissão de Terras e Colonização, há referência a uma ordem do Presidente da Província mandando admitir 12 colonos franceses em São Feliciano, que devem ter sido os primeiros, lá chegados no mês de maio, e que vinham de Montevideu e Buenos Aires. No ano de 1874, desembarcaram na Província 134 imigrantes da França, dos quais 46 foram se estabelecer em São Feliciano.²

A colonização, que fundamentalmente estava a cargo do Governo da Província, por solicitação deste, era promovida também pelo Governo Imperial. Na época, os colonos trazidos pelo Governo Provincial aqui chegavam por conta de Caetano Pinto e Irmão e Holtzweissig e Cia. O contrato com empresas particulares encarregadas de buscar imigrantes era um recurso bastante usado, quer pelos governos provinciais, quer pelo Governo Imperial — os primeiros com menos freqüência devido aos poucos recursos financeiros de que dispunham. O contrato celebrado com Caetano Pinto e Irmão e Holtzweissig e Cia. representou, de parte do Governo Provincial, um esforço para promover a entrada de imigrantes na Província, numa época bastante difícil em que se encontrava praticamente interrompido o fluxo imigratório para o Brasil.

Sobre a dificuldade sentida no recrutamento de imigrantes europeus e os efeitos disso para o Rio Grande do Sul, assim se pronunciou o Presidente da Província, Sr. Francisco Xavier Pinto Lima, no relatório que apresentou à Assembléa Legislativa Provincial, em março de 1871:

"Diminuta foi a immigração durante o ano de 1870 [referindo-se aos 471 imigrantes introduzidos na Província]. A guerra franco-prussiana deve ter muito concorrido para difficultal-a, o que prova o facto de terem todos os immigrants, proceden-

² No ano de 1874, entraram apenas 587 imigrantes por conta da Província, dos quais os franceses formavam o segundo maior grupo, vindo depois dos alemães que chegaram em número de 380.

tes dos diferentes portos da Europa para a Província, sahido d'ali antes da declaração d'esta. Além d'isso, o auxílio concedido pelo artigo 12 da lei nº 694 de 6 de setembro de 1869 com o fim de ajudar aos imigrantes no pagamento da diferença que há entre o preço de suas passagens d'Allemanha para os Estados Unidos e para o Brazil, é diminuto, e ainda mais se torna à vista do de 70\$000 réis, ultimamente concedido pelo Governo Imperial a cada imigrante adulto por contracto celebrado com a casa Machay Filho e Cia. e Guilherme Hadfield, de Londres. A inconstancia e a falta de estabilidade nas medidas tomadas para convidar a imigração é outra causa do seu retardamento, porquanto muitas vezes as vantagens concedidas por uma lei, são revogados pouco depois com prejuízo de quem sobre ellas calculou, como já tem acontecido. D'aqui provém muita desconfiança contra nós e hesitação em procurar-se este bello torrão" (Relat., 1871, p.27).³

Ainda que as causas acima arroladas pelo Presidente da Província tivessem um peso relativamente importante no embaraço da imigração ao Brasil, era outra a razão principal: a partir do momento em que passou a ser divulgado na imprensa européa o fato de imigrantes - vindos para trabalhar nas grandes fazendas paulistas de café em regime de parceria - receberem um tratamento muito semelhante àquele dado ao negro, então sob o regime de escravidão, passou a ser difficil recrutá-los.⁴

A corrente imigratória - que se compunha basicamente de alemães - foi bastante atingida quando, em 1859, a Prússia interditou a propaganda a favor da imigração para o Brasil. Em 1871, em todo o império alemão achava-se suspensa qualquer ajuda à imigração para o Brasil e desautorizados todos os agentes brasileiros encarregados de angariar colonos. Posteriormente, a França, através de uma circular datada de 31 de agosto de 1875, proibia a imigração ao Brasil, e a Áustria e a Inglaterra também interferiram no sentido de alertar a população para a publicidade enga-

³ Em 1865, o Governo Imperial instituiu o pagamento da diferença no preço da passagem entre a Europa e os Estados Unidos e a Europa e o Brasil como forma de atrair o europeu; mas enquanto o Governo Imperial oferecia 70\$000 réis, o Provincial, de acordo com a lei citada, oferecia 60\$000 réis para tal fim.

⁴ Ver o depoimento do colono suíço Davatz (1980), onde ele relata sua experiência de trabalho na fazenda de café do Senador Vergueiro em São Paulo. O livro visa a fazer uma denúncia das condições "de sofrimento e miséria" em que viviam os colonos e a alertar aqueles que se sentiam atraídos pela propaganda promovida pelo Brasil que prometia "liberdade, prosperidade e fortuna" aos que imigravam.

nosa que era feita pelas empresas de recrutamento de imigrantes ao País (O Rio Grande do Sul colonial, 1918).

O contrato do Governo Provincial com Caetano Pinto e Irmão e Holtzweissig e Cia., em 1871, obrigava os contratados a introduzirem na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul 40 mil imigrantes no prazo de 10 anos, à razão de dois a seis mil imigrantes por ano. Os colonos deviam ser "industriosos, jornaleiros e principalmente agricultores", ficando estipulado que os últimos deveriam vir na ordem de 90% sobre o total.

Esse contrato fundamentava-se na Lei Imperial nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867, e na Lei Provincial nº 669, de 18 de agosto de 1869, regulamentada em 15 de novembro de 1869. Esta última adaptava a política colonizadora do Governo Geral às particularidades da Província.

A Lei nº 3.784 reflete uma tentativa governamental para superar as dificuldades de importação da mão-de-obra européia, da qual o País muito necessitava e cuja importância se tornava cada vez maior diante do avanço do movimento abolicionista. Concedia aos imigrantes condições até então inéditas no País e que foram amplamente divulgadas tanto aqui como no Exterior. Com isso, o Governo Provincial, que assegurava aos colonos recém-chegados apenas o transporte às colônias, viu-se obrigado a modificar sua legislação sob pena de não conseguir atrair colonos.

3.3 – A implantação dos colonos

Assim, de acordo com a legislação vigente, os colonos trazidos pelo referido contrato chegavam ao porto de Rio Grande e ficavam a cargo da Província que cuidava da sua hospedagem, alimentação e transporte para Porto Alegre. Os imigrantes tinham direito a socorros, acomodações e alimentos na Capital da Província durante cinco dias, prazo em que deviam procurar emprego e ocupação. No caso de serem agricultores, tinham liberdade de ir para as colônias provinciais ou particulares que escolhessem; caso exercessem outras atividades, podiam também escolher as cidades e vilas que desejassem para se estabelecer. Entretanto o Governo somente pagava o transporte do imigrante que quisesse se deslocar da Capital para uma colônia provincial.

Devido à persistência da escassez de imigração, todas as colônias a cargo da Província, no decorrer da década de 1870, prosperavam lentamente. A Colônia São Feliciano, no ano de 1875, estava com suas terras divididas em quatro linhas, com 159 prazos coloniais, medidos e demarcados, à espera de colonos, uma vez que somente 35 prazos se achavam ocupa-

dos.⁵ A população, no primeiro ano de existência da Colônia, constituía-se de 84 pessoas, sendo 80 franceses, três suíços e um brasileiro.⁶ Ocupavam 35 casas e dedicavam-se todos à agricultura, apesar de haver entre eles 12 pessoas com ofícios diferentes.

Todos esses colonos, com raras exceções, eram "(...) extremamente pobres, tendo-se visto o director por isso muitas vezes obrigado á auxiliá-los á sua custa" (Relat., 1875, p. 10). No mesmo relatório, lê-se que o Presidente da Província, em vista da situação desses colonos, mandou auxiliá-los com dois meses de subsídios, a fim de retê-los na colônia. E considerava o agente-interpreté que esse auxílio "(...) nas circunstancias especiaes em que elles se achão, talvez ainda não lhes seja sufficiente para poderem aguardar a colheita do que tem plantado".

No "livro extractor dos officios da Repartição de Colonisação", encontram-se cópias de officios diversos tratando da petição feita pelos colonos franceses da Colônia São Feliciano, solicitando ao Governo aumento de subsídios. Com data de 26 de novembro de 1874, lê-se o seguinte, de parte da Presidência da Província a propósito do pedido:

"Attendendo ao que se informou acerca da carta dirigida a Presidência pelos colonos de São Feliciano — Desiré, Mainne, Ribe e Colomby, resolveu e autorisa até nova ordem a mandar contemplar os ditos emigrantes e seus companheiros com dois mezes de supprimentos p^a alimentação alem dos 60 dias do q. trata a 2^a parte do nº 4 do p. 3^o do Art. 26 do Regulamento de 15 de nov. de 1869, cujo pagamento realisarão na forma do disposto no Art. 28 do mesmo Regulamento" (Arq. Hist. RS, 1873/75, cód. 242).⁷

⁵ O primeiro sistema de demarcação de terras adotado para a colonização baseava-se no traçado de linhas (seções), das quais deveria partir a divisão dos lotes (chamados prazos). Desconsiderando a topografia do terreno e a rede hidrográfica, esse sistema era "(...) rigorosamente ortogonal (...) cujas direções mais comuns eram Norte-Sul e Leste-Oeste" (La Salvia & Handschunch, 1974, p.7).

Com a linha demarcatória geralmente coincidiam as "picadas" — que precederam as estradas —, e por elas circulavam as pessoas e a produção agrícola.

⁶ A população era composta por 49 homens, 35 mulheres, distribuídos em 24 casados, 58 solteiros e dois viúvos.

⁷ O regulamento de 15 de novembro de 1869, nos artigos citados no officio, diz que o colono subsidiado ou importado pela Província passaria a pagar obrigatoriamente qualquer supprimento, inclusive os alimentos e as acomodações que recebesse desde o momento de sua chegada à Colônia até o momento em que tomasse posse do lote colonial — período este que não excedia 60 dias. Os supprimentos para alimentação e acomodações deveriam ser na razão de 200 réis diários para os solteiros e 160 réis para cada pessoa maior de dois anos que fizesse parte da mesma família. Tal pagamento deveria ser realizado no prazo de cinco anos a contar a partir da data da entrega do título do lote colonial, em três prestações iguais, sendo que a primeira prestação deveria ser feita no fim do terceiro ano, e as duas restantes, no fim de cada um dos anos subseqüentes.

Em 1876, a população da Colônia São Feliciano chegara a 167 pessoas, cuja composição quanto à nacionalidade era: 147 franceses, nove suíços, dois italianos, dois espanhóis, um belga e seis brasileiros. Havia, nesse ano, 67 moradias na Colônia.

3.4 – As obrigações dos colonos

Uma vez que o Governo Geral estabelecia imigrantes nessa colônia provincial às suas expensas e em virtude de contratos que celebrara – para o ano de 1875 há um registro de 99 colonos alocados na Colônia São Feliciano por conta da Fazenda Nacional –, ficou determinado, em janeiro de 1876, que seriam concedidos aos colonos lá estabelecidos os favores outorgados na forma do Regulamento Geral de 19 de janeiro de 1867 para os que estavam sob a responsabilidade quer do Governo Imperial, quer do Governo Provincial. Por conta das finanças imperiais também foi autorizada a construção de uma casa para escola e capela e nomeado um médico para prestar serviços na colônia. E, aos lotes demarcados pela administração provincial, o Governo Geral acrescentou mais 45 lotes agrícolas, ficando, com isso, a totalidade das terras governamentais reservadas à Colônia São Feliciano pronta para receber agricultores. Configurou-se, assim, uma superfície de 99.022.000m² de terras destinadas ao cultivo, dividida em 204 lotes com, aproximadamente, 484m² cada um e uma área de 770.000m² para a sede do povoado.

De acordo com o Regulamento Geral, de 19 de janeiro de 1867, todos os colonos trazidos por conta do Império poderiam, estando na colônia, escolher livremente o lote de terra de sua preferência, pagando o preço fixado segundo a respectiva classificação. Para os que compravam a prazo, era adicionado 20% ao preço fixado e o pagamento feito em cinco prestações iguais, a contar do fim do segundo ano de seu estabelecimento. O colono que pagasse antecipadamente suas prestações tinha direito a um abatimento de 6% sobre o total da prestação ou prestações antecipadas.

Os filhos maiores de 18 anos teriam direito à escolha de lotes com as mesmas condições, para se estabelecerem quando desejassem.

Os colonos que compravam suas terras a prazo recebiam um título provisório, com a designação dos lotes, assinado pelo diretor da colônia. Os títulos definitivos de propriedade, assinados pelo Presidente da Província, eram entregues aos que nada deviam à Fazenda Nacional.

Se o colono, em dois anos, não estabelecesse moradia e cultura efetiva, ou deixasse em abandono por mais de dois anos seu lote, perdia o direito sobre ele.

Segundo o Regulamento Geral, nas colônias do Império devia ser formada uma junta administrativa trienal, composta de oito membros, da qual deviam fazer parte o diretor da colônia — que a presidiria —, o médico e mais seis colonos, escolhidos pelo Presidente da Província e que tivessem pago toda sua dívida para com o Estado. A essa junta competia a deliberação sobre a distribuição da renda da colônia na construção de edifícios, reparos, abertura de caminhos, pontes, derrubadas de matas, estabelecimento de colonos, medição de lotes, prestação de auxílio aos colonos, aquisições de plantas, mudas e sementes, aquisições de espécimes de animais, etc.

Durante os 10 primeiros dias de estada, aos colonos que a reclamassem era adiantada uma determinada importância em dinheiro, a título de empréstimo, que deveria ser posteriormente devolvida ao Estado, na forma já mencionada acima.

No dia em que entravam na posse de seu lote, o diretor doava uma quantia em dinheiro (20\$000 réis) a cada um dos membros da família, desde que fossem maiores de 10 anos e menores de 50. Esses também recebiam, mas a título de adiantamento, as sementes mais necessárias para o primeiro plantio destinado ao seu sustento, assim como alguns instrumentos agrários.

O custo de todo e qualquer adiantamento aos colonos, a começar pela viagem da Europa ao Brasil, e os adiantamentos que lhes eram feitos na ocasião de sua instalação, sob forma de sementes, ferramentas, derrubada da mata, casa provisória, preço das terras, formavam o que era chamado de "dívida colonial", cuja amortização deveria ser efetuada com os ganhos da produção.

Deve ser mencionada ainda a determinação de que os colonos que quisessem trabalhar em serviços da colônia, tais como na preparação de estradas, nas derrubadas e construções de casas provisórias, podiam fazê-lo mediante o recebimento de salários.

3.5 – A administração governamental

Contudo a aplicação do Regulamento Geral na Colônia São Feliciano, instituída e dirigida pelo Governo Provincial, embaraçou sua administração. Dispondo de poucos recursos financeiros, o Governo Provincial não concedia às colônias que fundava as mesmas vantagens concedidas pelo Governo Imperial, pois este costumava sustentar, por exemplo, médico, capelão, guarda-livros ou outros funcionários, além do Diretor. Em função da situação de dupla administração que se criara na Colônia São Felicia-

no, o agente-intérprete da colonização, no ano de 1876, no seu relatório anual ao Presidente da Província, dizia haver deixado de visitar a Colônia e considerava que "(...) seria muito conveniente para o regular andamento do serviço que cessasse esta posição anomala da colonia São Feliciano, sendo ella, effetivamente considerada ou geral ou provincial" (Relat., 1876, p.9-10). Para tanto, seria necessário que ou cessasse o pagamento de seu Diretor, pelos cofres provinciais, ou cessassem as funções dos funcionários lá mantidos pelo Governo Geral que devia ainda deixar de fornecer subsídios aos colonos.

Para resolver a situação que se criara, a Assembléa Provincial optou, em 1877 (Lei nº 1.110, de 14.05.77, art. 1º, paragr. 5º), por deixar de contemplar, na lei do orçamento daquele ano, os vencimentos do Diretor da Colônia São Feliciano, preferindo deixá-la totalmente aos cuidados do Governo Geral.

Entretanto, entendeu o Governo Geral que com essa medida a Província estava extinguindo a Colônia, e, em agosto daquele ano, a Inspeção Especial de Terras e Colonização de Porto Alegre foi surpreendida com a seguinte ordem vinda do Rio de Janeiro:

"A Assembléa Provincial Legislativa d'essa Provincia extinguindo o cargo de Director da Colonia Provincial S. Feliciano e com elle a referida Colonia, deixou claramente ver por esse facto que foi a isso levada por considerar improficuos os meios empregados para que esse nucleo attingisse ao desenvolvimento que era de esperar. E tanto assim é que apesar de decorrido bastante tempo não tem os poucos colonos n'elle estabelecidos se libertado da tutela do Estado, quer talvez pela inconveniencia da colocação do Nucleo, aliás situado a grande distancia das outras colonias, quer pela aridez do solo. A vista d'esse acto da Assembleia e considerando os gastos que pesão sobre o thesouro com a parte da administração a cargo d'esta Inspectoria resolveu o Governo Imperial mandar retirar d'ella os colonos que lá ainda restassem para outra colonia, sendo todo pessoal administrativo, por esse modo, dispensado. E para que essa medida surta os desejados effeitos recomendo-lhe muito expressamente que os remova para a colonia que escolherem sendo-lhes dispensados sómente os favores de que ainda não tiverem gosado, alem do lote, a caza provisoria. Entretanto caso que alguns queirão permanecer em S. Feliciano poderão fazel-o ficando porem certos de que não receberão mais do Estado os favores dispensados aos colonos por estar extinta semelhante colonia. No cumprimento d'essa ordem que deverá pessoalmente executar se haverá V. Sa. com máxima econo-

mia e prudencia afim de que sejam attendidas as necessidades dos colonos que forem removidos. Cumpre portanto, que dê conhecimento d'essa deliberação ao Exm^o Sr. Presidente da Província bem como a Directoria da Colonia que pelos referidos emigrantes fôr escolhida" (Arq. Hist. RS, 1877/78, caixa 280).

Visando a dissuadir a Inspeçtoria Especial de cumprir a ordem recebida, o Presidente da Província argumentava:

"Essa colonia não está realmente bem situada e o seu territorio é muito limitado. Entretanto lá se achão estabelecidos para mais de 200 colonos, cuja remoção para outro nucleo deve acarretar não pequenas despesas, além do prejuizo resultante do abandono das bemfeitorias existentes. (...) existem actualmente na colonia grandes searas de trigo que promettem abundante colheitas e empregão-se ainda os colonos com ardor em extensas derrubadas e no preparo de terras de capoeira para augmentarem as plantações de feijão, milho, batatas e outros cereaes; de modo que o aspecto da colonia é hoje li-songeiro" (Arq. Hist. RS, 1877, caixa 280).

No entanto, a ordem recebida do Rio de Janeiro foi cumprida pelo encarregado da Inspeçtoria Especial de Terras e Colonização da Província que, para isso, foi à Colônia São Feliciano, em dezembro de 1877, oferecer aos colonos, lá estabelecidos por conta do Governo Imperial, o transporte a outros núcleos agrícolas imperiais, onde receberiam lotes e casas provisórias. Os colonos, porém, declararam, através de um abaixo-assinado, o desejo de ficar na Colônia São Feliciano sob a proteção do Governo Provincial, pois, conforme diziam no documento: "(...) achando-nos já com roças lavradas e cazas feitas não podemos e não queremos aceitar o que nos foi offerecido, ficando ao mesmo tempo cientes que deste dia em diante cessa para nos a tutela do Governo Imperial" (Arq. Hist. RS, 1877, caixa 280).

No mesmo dia em que formularam essa resolução, esses agricultores juntaram-se aos demais da colônia e formalizaram, também sob a forma de abaixo-assinado, um pedido ao Presidente da Província para que ele possibilitasse alguns beneficios à colônia, como pode ser visto a seguir:

"Os abaixo assignados colonos provinciaes e bem assim os que por conta do Ministério d'Agricultura aqui estavão estabelecidos e hoje por termo declararão renunciar a tutela do Governo Geral, respeitosaemente vem implorar de V. Exa. se digne conceder a esta colonia de São Feliciano os seguintes melhoramentos:

"Abertura de estrada projetada da colônia até a Freguesia de São José do Patrocínio, e da meia légua que falta para communicarem-se diretamente com a Vila de Encruzilhada.

"Fornecimento por empréstimo de sementes de algodão, com a petição inclusa e por fim estacas de amoreira, de oliveira e de canna de açúcar.

"Com estes favores julgão os supp. garantida a prosperidade futura deste importante nucleo colonial e por elles se confessão eternamente gratos a V. Exa., a quem supplicão de não os deixar ao desamparo" (Arq. Hist, RS, 1878, caixa 280).

Na Lei Orçamentária para o ano de 1878-1879 (nº 1.158, de 23 de maio de 1878), a Colônia São Feliciano voltou a ter assegurados os serviços de um diretor.

3.6 – As dificuldades para o desenvolvimento

O pouco desenvolvimento da Colônia, alegado pela Inspeção Geral de Terras e Colonização na ocasião em que decidiu nela não mais investir, era real, assim como não eram infundadas as razões que essa Inspeção apontava como as causas do atraso da Colônia São Feliciano. Efectivamente, não havia nas vizinhanças mercado de consumo para os gêneros agrícolas que nela pudessem vir a ser produzidos. A freguesia de São José do Patrocínio, situada à margem esquerda do rio Camaquã e distando 18km da Colônia, era extremamente pobre; em direção ao nordeste, a mais ou menos 60km da Colônia, encontrava-se a Vila de Encruzilhada, cujo abastecimento era feito pela produção da próspera ex-Colônia Santa Cruz; a leste, a 40km da Colônia, ficava a Vila de São João Batista de Camaquã, abastecida por agricultores nacionais, situados nos seus arredores (Relat., 1882). Nenhuma dessas três povoações às quais a Colônia São Feliciano estava ligada tinha condições de oferecer a perspectiva de desenvolver a população, o comércio e, conseqüentemente, o mercado (Relat., 1882).

Os melhoramentos reivindicados pelos colonos ao Presidente da Província foram extremamente modestos diante do que seria necessário para assegurar condições mínimas para o núcleo se desenvolver.

Contava a Colônia com uma única estrada de rodagem, aberta pelo Governo Provincial, ligando-a à Vila de São João Batista de Camaquã. Com a freguesia de São José do Patrocínio e com a Vila de Encruzilhada, achava-se ligada por caminhos que permitiam apenas em parte o trânsito de carroças, sendo necessário o uso também de animais de carga (Relat., 1882).

Outro fator que contribuía para o isolamento da Colônia, impedindo-lhe qualquer desenvolvimento, era a ausência de uma ponte sobre o arroio Sutil que margeava a Colônia e se conservava, grande parte do ano em estado de cheia (Relat., 1882). Como não havia nenhuma casa comercial na Colônia São Feliciano, os colonos iam, através desse arroio, até a Vila de São João Batista de Camaquã e, em ocasiões de cheias, privavam-se durante muito tempo do necessário (Falla, 1876).

Quanto à superfície ocupada, pode-se constatar que, das quatro colônias então ainda mantidas pela Província e criadas mais ou menos na mesma época, São Feliciano era a menor, de acordo com os dados da Tabela 3.1.

Como pode ser observado na Tabela 3.1 a Colônia São Feliciano era uma colônia agrícola com 65% de seus lotes disponíveis, o que não ocorria com as outras três colônias.

Algumas informações do ano de 1878 permitem que seja feita uma comparação da produção agrícola e da exportação da Colônia São Feliciano com as das três colônias já mencionadas, conforme Tabelas 3.2 e 3.3.

Tabela 3.1

Superfície ocupada pelas Colônias Santo Ângelo, Monte Alverne, Nova Petrópolis e São Feliciano, por área cultivada ou não e lotes agrícolas, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul — 1879

COLÔNIAS	DATA DE CRIAÇÃO	ÁREA (m ²)			LOTES AGRÍCOLAS		
		Cultivada	Não Cultivada	Total	Ocupados	Desocupados	Total
Santo Ângelo	1 855	36 154 800	227 504 403	263 659 203	371	109 1/2	480 1/2
Nova Petrópolis ...	1 857	900 000	186 673 939	(1)276 673 939	530	68	598
Monte Alverne	1 859	95 348 000	98 252 000	193 600 000	197	9	206
São Feliciano	1 861	34 848 000	64 174 000	99 022 000	72	131	203

FONTE: RELATORIO da Diretoria Geral da Fazenda Provincial apresentado a Presidência da Província em 28 de Fevereiro de 1879, Porto Alegre, 1879.

(1) A soma da superfície cultivada com a superfície não cultivada não totaliza o indicado.

Tabela 3.2

Produção agrícola das Colônias Santo Ângelo, Nova Petrópolis, Monte Alverne e São Feliciano na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul — 1878

COLÔNIAS	MILHO (ℓ)	FEIJÃO (ℓ)	TRIGO (ℓ)	CEVADA (ℓ)	CENTEIO (ℓ)	BATATAS (ℓ)	AMENDOIM (ℓ)	LIMHAÇA (ℓ)	FUMO (kg)	ERVA-MATE (kg)
Santo Ângelo	1 553 806	259 802	8 618	18 787	156 287	325 637	3 336	...
Nova Petrópolis ...	1 700 000	960 000	3 800	80 000	450 000	20 000	70 000	800	300	4 600
Monte Alverne	691 845	86 490	...	4 593	...	229 620	3 011	...	145 900	...
São Feliciano	140 000	12 000	84 000	6 000	1 350	...

FONTE: RELATORIO da Diretoria Geral da Fazenda Provincial apresentado a Presidência da Província em 28 de Fevereiro de 1879. Porto Alegre, 1879.

Tabela 3.3

Exportação agrícola das Colônias Santo Ângelo, Nova Petrópolis, Monte Alverne e São Feliciano da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul — 1878

COLÔNIAS	MILHO (£)	FEIJÃO (£)	TRIGO (£)	CEVADA (£)	CENTEIO (£)	AMENDOIM (£)	BANHA E TOCUIHO (kg)	ERVA-MATE (kg)	CASCA PARA CURTUMES (kg)	FUMO (kg)
Santo Ângelo	369 954	207 899	44 402
Nova Petrópolis ...	700 000	850 000	1 200	70 000	380 000	50 000	80 000	2 600	7 000	700
Monte Alverne	298 506	45 924	...	2 296	21 560	12 000	...	135 000
São Feliciano	19 200	9 600	2 000	900	900

FONTE: RELATÓRIO da Diretoria Geral de Fazenda Provincial apresentado a Presidência da Província em 28 de Fevereiro de 1879. Porto Alegre, 1879.

Pelo fato de os dados acima se referirem a um único ano e de falta-rem melhores informações, torna-se impossível avaliar objetivamente o desenvolvimento agrícola da Colônia São Feliciano, naquela época em que a expansão da agricultura colonial estava em função da mão-de-obra empregada e da incorporação de novas terras. No entanto essas informações obtidas sobre a produção parecem confirmar as observações feitas pelo Barão de Kalden, quando, a pedido do Governo Provincial, foi a São Feliciano apurar suas possibilidades de desenvolvimento futuro. Falava o Barão de Kalden, no seu relatório, em diminuta produção anual "per capita" de milho, trigo, feijão, batatas e fumo. Fazia, também, referência à produção da videira, tendo ele "(...) provado vinho muito regular, na colônia fabricado" (Arq. Hist. RS, 1878, p.2, caixa 280). Entretanto dizia que a produção era, em grande parte, consumida pelos seus habitantes, o que é atestado no ano de 1878 pelos dados das exportações.

Tudo parece indicar que a produção devia ser insuficiente mesmo para a manutenção da própria população, pois em 1877 o Governo Provincial contratou os serviços de particulares para o fornecimento dos seguintes gêneros alimentícios para a Colônia São Feliciano: 25 sacos de 80 litros, com trigo de Montevidéu; 63 sacos com feijão; 50 sacos com arroz; 106 sacos com farinha de trigo.⁸

Esse subsídio em mercadorias é confirmado pelo depoimento de uma imigrante que vivia na Colônia São Feliciano em 1877: "(...) os colonos viam-se na contingência de apelar para a alta administração pública afim de obterem novos subsídios, pois suas plantações, já definhadas por pro-

⁸ O Governo Provincial celebrou esse contrato com João Canabarro em 10 de maio de 1877. Ver Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Papéis diversos. . . , caixa 293).

longada estiagem, tiveram os frutos de sua escassa produção destruídos pela 'ratada' que assolou essa região, naquele ano".⁹

Fatos como esses contribuíram, sem dúvida, para que a Inspeção Especial de Terras e Colonização do Rio de Janeiro afirmasse, na ocasião em que ordenava a retirada dos colonos de São Feliciano pelos quais era responsável, que esta colônia "(...) de tudo dependia da tutela do Estado".

Sobre o solo, sabe-se que o da Colônia São Feliciano não era, reconhecidamente, de primeira qualidade. Quanto ao sistema de uso da terra praticado pelos colonos, são mínimas as informações obtidas. Sabe-se que,

⁹ Essas informações foram fornecidas pelo Sr. Lino E. Ribes, que as registrou de acordo com as recordações de sua avó, a Sra. Catarina Magdalena C. Augièri Pastorello. Quanto à "ratada" a que faz referência a imigrante, trata-se do aumento fantástico da quantidade de ratos nas matas das colônias, também vulgarmente chamado de "praga dos ratos". Tem-se notícias de duas ocorrências: em 1876 — a maior — e em 1906.

Conforme o relatório de Alberto Coelho da Cunha, feito em 1908, para a Intendência Municipal de Pelotas (Museu Bibl. Públ. Pelotas, doc. nº 50), eram dois os tipos de ratos: "(...) um com côr cinzenta, de 6 a 8 centímetros de comprimento e outro de 12 a 14 centímetros de comprimento, e com côr castanha avermelhada, sendo que estes devoravam aqueles".

O recrudescimento dos ratos coincidia com a florescência das taquaras, cujas espécies encontradas no Rio Grande do Sul, segundo as observações populares, florescem, frutificam e morrem de 30 em 30 anos. As sementes — grãos semelhantes ao da aveia — são bastante nutritivas e atraem animais tanto domésticos quanto selvagens.

Os ratos imigram e podem se multiplicar com incrível rapidez, quando têm alimentação abundante. Segundo um estudo publicado pela Revista Agrícola do Rio Grande do Sul (1903, p.102-4), a frutificação das taquaras de um taquaral não é necessariamente simultânea, podendo ser sucessiva, e produz uma extraordinária quantidade de sementes, o que favorece a afluência desses roedores.

No Annuário do Estado do Rio Grande do Sul (1908, p.349), de Graziano de Azambuja, lê-se que no ano de 1906 "(...) fructificaram, em muito pequena escala, alguns grupos de taquara mansa. Em 1907 generalisou-se o facto e estão em fructificação todas as taquaras da referida especie nos mattos (...) e (...) consta que assim esta ocorrendo nos mattos da Serra do Herval".

O número seguinte do citado anuário assim se refere à Serra do Herval: "De facto esta morta toda a taquara dessa especie na referida zona." E prossegue: "(...) diz o povo, entre nós, sempre que morre a taquara: Agora esperem a praga dos ratos".

"Effectivamente no outonno e inverno de 1908 appareceu naquelle lugar uma terrível praga de ratos. Parece que quando se acabou a semente da taquara, elles foram procurar alimento junto às habitações, onde subiam às arvores fructíferas, atacavam as roças, as lavouras os pommares e as hortas, devorando até legumes (couves, repolhos, alface, etc.), invadindo tambem as habitações, onde nada poupavam, pois roiam lã de colchões e travesseiros, escovas, pincéis, objectos de celluloides, etc. etc." (Annu. RS, 1909, p.196).

Contudo, em 1908, conforme as observações de Alberto Coelho da Cunha (Annu. RS, 1908), os prejuízos ocasionados pela destruição das lavouras e pela prematura colheita forçada dos cereais foram menores que os prejuízos da ratada de 1876, "(...) pela razão de que os colonos não foram de todo apanhados de surpresa".

em todos os núcleos agrícolas coloniais, o uso do arado era habitualmente adotado nas terras livres dos embaraços do desmatamento para substituir a enxada que era usada enquanto havia troncos nas roças. Em relação a essa maneira de preparar a terra para o cultivo, achava-se a Colônia São Feliciano em atraso, segundo as únicas informações que se tem a respeito, também fornecidas pelo Barão de Kalden que dizia:

"O systema da cultura do solo é ainda em toda a parte o da primeira instituição, isto é, apoz a derrubada do matto virgem, sua queima e plantação por meio da enxada; do arado ainda não fazem uso estes colonos, posto que muitos já devessem estar em condições de o empregar" (Relat., 1882, p.2).

A Colônia São Feliciano deixou novamente de ser contemplada com os serviços de um diretor, na Lei Orçamentária para o ano de 1879-1880 (nº 1.220, de 16 de maio de 1879). De acordo com o artigo 19 desta Lei, era facultada ao Presidente da Província a supressão do cargo de diretor da colônia cujo desenvolvimento fosse insuficiente.

O flagrante insucesso da Colônia não impediu que o Governo nela fizesse um novo investimento. De acordo com a Lei nº 1.259, de 21 de junho 1880 (artigo 5, parágrafo 12), o Governo Provincial ficava autorizado a adquirir terras de particulares, para aumentar as áreas coloniais. À Colônia São Feliciano foram anexados por volta de 85 milhões de m² de terras, quase totalmente cobertas por matas virgens, aptas à agricultura.

Foi na mais completa estagnação que o Barão de Kalden, funcionário da Comissão Especial de Terras e Colonização, encontrou a Colônia em 1881. Além do despovoamento que caracterizava a decadência econômica do núcleo, assinalou esse funcionário governamental:

"Decorridos já sete annos apos a sua fundação effetiva, não existe ainda neste nucleo colonial uma só casa de negocio, um moinho, uma ferraria; os colonos habitão ranchos de capim; as picadas que atravessão o interior da colonia, não passam de estreitíssimas veredas que mal permitem o ingresso a cavallo; areas de terreno cercada para pastagens - vulgo potreiros - não as ha; nenhuma unica vaca de leite ainda possuem estes colonos; finalmente, da abundancia proverbial em tudo de nossas colonias, nesta nem vestigios se apresenta!" (Relat., 1882, p.2).

E, de acordo com o relatório da Diretoria-Geral da Fazenda de 1879, havia 60 crianças na Colônia sem uma escola de instrução primária.

3.7 – O abandono da Colônia São Feliciano

Ainda que não fosse relativamente muito grande o número de franceses radicados na Colônia São Feliciano, ocorria lá a maior concentração existente na Província de agricultores dessa nacionalidade. Os dados apresentados na Tabela 3.4 dão uma idéia da distribuição dos colonos, de acordo com a nacionalidade, nas quatro colônias provinciais ainda não emancipadas.

Tabela 3.4

População das Colônias Santo Ângelo, Nova Petrópolis, Monte Alverne e São Feliciano, de acordo com o país de origem, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul — 1879

COLÔNIAS	BRASIL	ALEMANHA	ÁUSTRIA	BOHÊMIA	ESPAÑA	FRANÇA	HOLANDA	INGLATERRA	ITÁLIA	PARAGUAI	PORTUGAL	SUÍÇA	TOTAL
Santo Ângelo	1 129	1 094	308	-	-	-	8	-	-	-	-	-	2 539
Nova Petrópolis ..	828	1 311	9	-	-	2	-	-	1	-	-	-	2 151
Monte Alverne	363	280	-	225	-	9	15	5	-	-	1	-	698
São Feliciano	95	2	-	-	2	96	-	-	61	1	-	8	265

FONTE: RELATÓRIO da Diretoria Geral da Fazenda Provincial apresentado a Presidência da Província em 28 de fevereiro de 1879. Porto Alegre, 1879.

Esses colonos, obrigados pelas circunstâncias, retiravam-se da Colônia. Entre 1879 e 1881, 96 pessoas dela saíram, sendo 75 de nacionalidade francesa. Grande parte dos retirantes franceses procuraram a Serra de Tapes, no Município de Pelotas, a 65km da Colônia São Feliciano, em linha reta, para formarem uma colônia particular.

Colônias particulares vinham sendo implementadas desde a década de 50, do século passado, quando cessou a doação gratuita de terras aos colonos, sendo a Serra de Tapes uma das primeiras regiões a experimentar essa modalidade de colonização na Província. Nela, 2.500 hectares de terras pertencentes ao Coronel João Antonio Pinheiro divididos em 42 lotes, foram sendo entregues às 42 famílias francesas que lá começaram a chegar em fins de 1879, atraídas pelas facilidades comerciais que oferecia a cidade portuária de Pelotas. A Colônia Santo Antônio foi então fundada, sem os escassos recursos provinciais.

3.8 — Depoimento de um contemporâneo¹⁰

O relato que Augusto Pastorello faz da trajetória realizada por seus familiares — que vindos da Europa, provavelmente animados por expectativas de melhores condições econômicas, acabaram fixando-se definitivamente na Colônia Santo Antônio (Pelotas) — ilustra os fatos aqui narrados.

"Meu pai, Domingos Pastorello, era o décimo quarto filho de Francisco Pastorello e de Margarida Lauteri Pastorello, ambos falecidos: ela quando meu pai tinha apenas quatro anos e ele no ano de 1886, com a idade de 82 anos. O nome Pastorello é de origem piemontesa; o bisavô de meu pai nasceu em Cini, no Piemonte. Meu pai nasceu em 5 de maio de 1851, na Província de Porto Maurício, Itália, no departamento Piave di Techo, nos arredores da Vila de Pornacio, lugar denominado Cheve (ou Ceve). Minha mãe, Catarina Magdalena Constantina Augièri, nasceu na mesma localidade, sendo a terceira filha de Matheus Augièri e Bianca Dastefani Augièri, ambos também falecidos: ele quando minha mãe tinha dois anos e ela em 1888; nasceu minha mãe em 10 de abril de 1859.

"Meu pai emigrou para a França em janeiro de 1872, tendo trabalhado a princípio como sapateiro ambulante (remendão) e depois numa exploração florestal, cujo trabalho principal era carregar grossas toras nas costas, trabalho muito penoso, ao qual se adaptou valentemente. Tempos depois, empregou-se numa destilaria de aguardente de vinho e, por fim, como 'poseur' na estrada de ferro Paris-Lion no Mediterraneo (sic), último emprego que ocupou na França.

"Minha mãe também emigrou para a França, onde chegou no dia 22 de março de 1873, com a idade de 15 anos, e nessa emigração foi acompanhada por seus irmãos Matheus e Agostin. Desde sua chegada à França, até o dia em que se casou, passou trabalhos de toda sorte, lavando e engomando até altas horas da noite, passando mesmo algumas em claro, a fim de atender às despesas.

"Casaram-se meus pais no dia 16 de março de 1874, meu pai com 23 anos incompletos e minha mãe com 16 anos também incompletos. Continuaram habitando o mesmo cômodo ocupado por minha mãe, junto a um prédio de sobrado, na grande Rua Pignans, a poucos quilômetros de Brignoles, departamento do Vár, em cuja casa nasci no dia 16 de maio de 1875, às quatro horas da tarde, sendo levado à pia batismal duas horas depois, pois temiam que eu não sobrevivesse.

¹⁰ O depoimento foi escrito pelo imigrante Augusto Pastorello. Foi atualizado na grafia e na pontuação.

"Tendo meus pais resolvido deixar a França, assim o fizeram, depois de estarem de malas prontas para irem para a Venezuela, optaram emigrar para o Brasil, influídos pela grande propaganda que faziam os escritórios de imigração. A viagem era gratuita, mas os agentes cobravam, a título de processo de papéis, qualquer quantia, e, assim, meu pai pagou 60 francos; outros pagaram muito menos e alguns nada pagaram. Diziam ainda tais agentes que com essa importância ficariam pagos louças e talheres, mas o que lhes entregaram foi uma bacia de folha, uma colher e um garfo de ferro.

"Partimos de Pignans no dia 12 de outubro de 1876, atravessamos a França por estrada de ferro em trem expresso de imigrantes, passamos por Paris, onde estivemos algumas horas, e com destino ao Brasil, a 17 do mesmo mês, embarcamos no Porto de Havre, no vapor San Martin du Havre, que iniciou viagem nesse mesmo dia, ancorando depois no Porto de Tenerife, onde embarcaram, como imigrantes, diversas famílias espanholas das ilhas que não se recomendavam pelo asseio. Com esses passageiros, elevou-se, mais ou menos, a 900 os imigrantes que se alojavam nesse vapor.

"Chegamos ao Porto do Rio de Janeiro no dia 8 de novembro do mesmo ano (nesse dia minha mãe viu pela primeira vez um homem negro; meu pai já tinha visto um na França, o qual ocupava um emprego de relevo na estação de estrada de ferro). No Rio, foram baldeados parte dos imigrantes, inclusive nós, para um outro vapor, cujo nome minha mãe não se recorda, o qual, chegando à vista da barra do Rio Grande, no dia 13 do mesmo mês de novembro, encalhou seriamente e, nessa situação, ficou muitos dias, tendo meus pais passado fome por falta absoluta de víveres; o café nos serviam feito com água do mar e diz minha mãe que era intragável.

"Quando conseguiu se safar dali, o vapor seguiu para Porto Alegre, onde estivemos algumas horas e dali muitas das famílias foram dirigidas para a colônia Conde D'Eu e outras, porém, nós, e algumas poucas famílias, fomos embarcados em um iate que nos devia conduzir à Barra de Velhaco, na Lagoa dos Patos. O iate seguiu viagem com bom vento e sem novidades até o cair da tarde e já se avistavam, a poucos quilômetros, umas elevações ao pé das quais, segundo afirmava o patrão da dita embarcação, iríamos desembarcar no dia seguinte ao amanhecer. Porém fatal engano: eis que quando menos se esperava, levanta-se um furioso temporal que nos fez voltar para trás, nossa pequena embarcação era joguete das ondas. Uma noite e um dia durou a tempestade, e o que se passou foi o mais triste possível, segundo me contou minha mãe que passou todo aquele tempo com água, em alguns momentos, até os joelhos, sempre comigo no colo, apenas abrigada com um guarda-chuva!

"Um de nossos companheiros, chamado Bartholomeu Fuzeri, deu-se à fantasia de embarcar em uma canoa que, a reboque, acompanhava o iate. Quan-

do levantou-se o temporal, lá estava ele em iminente perigo de naufragar, e só a custo de muito esforço é que os tripulantes conseguiram trazê-lo a bordo.

"Com a fúria do vento contrário, fomos parar no Itapoã, fomos acolhidos numa colônia de pescadores que preparavam peixe seco e fabricavam óleo.

"Depois, num momento favorável, embarcamos outra vez com destino à Barra do Velhaco, onde chegamos sem contratempo. Dali, fomos acomodados em carretas puxadas a bois, com destino à colônia São Feliciano, chegando no barracão, sede da colônia, no dia 3 de dezembro de 1876.

"No barracão habitamos poucos dias, sendo-nos concedido um lote colonial onde havia uma pequena casa, segundo diz minha mãe, sem segurança alguma. Ali habitamos alguns meses, porém a posição do lote não convinha a meu pai por achar-se demasiado longe das vias de comunicação, então ele pediu transferência para outro lote desprovido de casa.

"Como meu pai tinha alguma prática em manejar um machado e um serrote, ele mesmo, com o auxílio de alguns vizinhos, construiu a sua própria casa, recebendo por isso uma gratificação de cem mil réis do diretor da colônia.

"O ano de 1877 foi castigado logo de início por uma horrorosa seca que durou meses e, se não fosse as providências do Governo Imperial que mandou subsídios aos colonos, muito teriam morrido de fome. O saco de milho custava, então, de dezoito a vinte mil réis, preço fabuloso para a época, pois o papel-moeda tinha o seu custo superior ao ouro (sic). O milho era o único grão que se podia adquirir.

"Felizmente, os subsídios que nos mandava o Governo compunham-se de farinha de trigo, farinha de mandioca, arroz, açúcar e café, não em abundância, mas podiam perfeitamente minorar a fome. Durante seis meses, o subsídio nos foi fornecido. Era então Diretor da colônia São Feliciano o Dr. João Baptista de Oliveira Brandão.

"O Governo também fornecia a cada família alguma ferramenta, um machado, uma foice e um facão de mato. Também alguma semente, entre outras de fumo e de algodão.

"Desde o dia em que chegamos, meu pai já pensava em não se demorar muitos anos ali, em primeiro lugar por ser São Feliciano demasiado retirada de um centro populoso; mesmo assim, habitamos quatro longos anos nessa colônia: de 1876 a 1880.

"A falta de dinheiro foi grande, principalmente no princípio. Minha mãe foi obrigada a habituar-se a andar sem calçado, com o que muito sofreu.

"Como já disse, o Governo gratificava com cem mil réis o colono que construísse a sua própria casa, meu pai e um vizinho chamado Magiorani construíram algumas, recebendo a gratificação, o que nos veio facilitar os meios de vida.

"Em 1878, meu pai resolveu seguir para a Cidade de Rio Pardo, onde trabalhou 40 dias na construção da estrada de ferro que de Porto Alegre já atingira aquela cidade. Muitos outros colonos foram até ali com o mesmo fim, isto é, ganhar algum dinheiro e comprar alguma roupa.

"Durante esse tempo, minha mãe e eu ficamos a sós, com uma arma de caça de dois canos. Os vizinhos mais próximos eram João Capdeboscq e então sua jovem esposa, Maria Renard Capdeboscq, cuja casa estava a três quadras da nossa, mais ou menos. Quando a noite estava boa, minha mãe punha a arma à tiracolo, tomava-me nos braços e íamos fazer serão com aqueles vizinhos e amigos.

"De volta à casa, minha mãe acomodava-se na maior calma e tranqüidade, calma que bem raras vezes a abandonou, enfrentando as situações mais críticas, sempre com decisão e coragem.

"No dia 9 de janeiro de 1880, nasceu minha primeira irmã, Emilia Margarida (ainda tenho presente a primeira vez que a vi). Com diferença de meses, nasceu a primeira filha do casal Capdeboscq e, como continuava a intimidade das duas famílias, minha irmã e a filha de Capdeboscq, de nome Luiza, eram postas no mesmo berço e eu as embalava.

"Tendo meu pai, João Capdeboscq, Gustavo Ribes, Oscar Wahast e algumas outras famílias resolvido deixar São Feliciano, partiram em grupos, todos a cavalo, até Pelotas; ali contrataram, meu pai e João Capdeboscq, com o Cel. João Antonio Pinheiro, a compra de um lote na Colônia Santo Antônio, ainda floresta virgem, creio que por novecentos mil réis, a serem pagos em prestações irregulares, conforme o possível. Tendo, porém, eles ido verificar o terreno, toda densa floresta, combinaram ficar meu pai com um quarto de lote e o Capdeboscq com os outros três quartos, tendo por divisa natural a Sanga dos Porcos.

"Tendo feito uma pequena derrubada, construíram eles um pequeno rancho de beira no chão, coberto com palha do jerivá; ali tinham eles mantimentos, arreios e pouca roupa. Pela manhã, punham a panela no fogo e iam continuar a derrubada; o fogo era ao ar livre — duas estacas de forquilha e uma vara para passar a alça da panela —, a alguns metros do rancho. Mas um dia em que o vento estava na direção do fogo, o rancho incendiou-se, este e tudo ficou em cinza, ou quase. Meu pai perdeu a roupa, os apetrechos de montaria e até o chapéu.

"Depois desse contratempo, resolveram voltar para São Feliciano. Como lhe faltava roupa, um amigo, o Sr. Simeon Fouchy, emprestou-lhe um fra-

que e em sua cabeça amarrou um grande lenço como um turbante. Também conseguiu arreios para o cavalo, tudo emprestado, e foi de fraque e turbante que papai chegou em São Feliciano.

"Depois de alguns dias, nova viagem a Santo Antônio. Depois da queima, da derrubada (roça), semearam o milho. Papai e Capdeboscq construíram para cada um, uma pequena casa de pau a pique, coberta com troncos de jeivás partidos ao meio e escavados, ficando como uma comprida telha. Mas não ficaram prontas, faltavam portas, janelas e o barro nas paredes."

3.9 – A mudança para Pelotas

A seqüência do relato é feita segundo anotações do Sr. Lino E. Ribes, tomadas de viva voz de sua avó, a Sra. Catarina Magdalena C. Augièri Pastorello.

"Partiram de São Feliciano a 8 de dezembro de 1880. Domingos Pastorello e família, João Capdeboscq e família; Gustavo Ribes e família; Celestino Jouglarde família; João e Marcus Martin e Oscar Wahast.

"Alugaram carretas para o transporte da mudança, pagando 100\$000 réis de frete por carreta. Essas carretas feitas com eixos de madeira, o que provocava um barulho infernal quando rodavam.

"João Capdeboscq já possuía uma carroça que havia sido feita por um ferreiro alemão de nome Jacob; seus eixos eram torneados a martelo, o que a deixava bastante pesada para arrastá-la, sendo preciso quatro cavalos para esse trabalho, substituídos a cada passo. O torno para a trava encontrava-se na parte traseira da carroça, ocupando, assim, duas pessoas para conduzi-la.

"Viajavam nessa carroça, na mudança em referência, a esposa e filho de seu proprietário; esposa e filhos de Domingos Pastorello e esposa e filho de Gustavo Ribes que, a cavalo, acompanhava essa condução e fazia explorações nos banhados e poças para mais fácil vadeá-los.

"Essa viagem foi morosa e cheia de dificuldades. De São Feliciano à estância do Coronel Centeno, no Duro, seis léguas distantes, foram gastos oito dias em seu percurso.

"Ao vadearem o arroio Sutil por um barrancoso passo, uma das carretas, puxada por três juntas de bois, transportando 40 arrobas de alpiste e seis gaiolas com galinhas pertencentes a Domingos Pastorello, ao subir o barranco, arrebentou a tiradeira, deixando a sós a junta do coice que não resistiu ao peso da carga, voltando a carreta à água, afogando aí 50

galinhas, causando assim ao dono dessas aves um prejuízo de 50\$000 réis, pois naquela época a Santa Casa de Pelotas pagava 1\$000 réis a galinha.

"Nesse dia, acampados na costa do arroio Sutil, preparadas e cozidas essas galinhas, todos os componentes da mudança, os carreteiros e os moradores vizinhos daquele lugar comeram o saboroso e inesperado prato.

"A 18 desse mês de agosto, atravessaram o Camaquã, a 20 chegaram à roça onde residia Simeon Fouchy (propriedade de Domazio Moreira), no Passo do Retiro, e finalmente, no dia 23, alcançaram esta colônia Santo Antônio.

"Do Arroio Andrade (altura em que posteriormente foi construída a fábrica de papel) até o centro da Colônia, onde estabeleceram-se numa distância mais ou menos de 2km, o transcurso foi feito a pé, por uma picada aberta a golpes de facão, transportando a carga no lombo de cavalos, demandando muito cuidado a passagem difícil por entre grossas árvores.

"Aqui chegados, construíram suas casas extremamente rústicas a princípio ranchos de beira no chão. O de Domingos Pastorello era coberto de ripas de coqueiro, pau a pique sem barro, tendo em um dos muros laterais um portal sem portas e uma janela. O rancho de Gustavo Ribes foi coberto com folhas de coqueiro, o que resultou a seus ocupantes tomarem um grande e involuntário banho ao cair forte aguaceiro.

"Do Passo do Retiro, com eles veio Franquillin Fouchy, que também aqui se radicou. Pouco tempo depois, também transferiram residência para esta colônia as famílias: Ribes (Augusto); Fouchy (Simeon); Escallier; Carré; Magalon Betemps; Ney; Colomby; Gerard; Laurant; Ferrari; Raffy; Rosso; Longchamp; Charnoud; Crochemore; Arbert e Palavée. Como os primeiros, grande parte dessas famílias vieram de São Feliciano.

"Compreendiam, aqui em Santo Antônio, os lotes coloniais, a extensão de 36 a 40 hectares e eram vendidos a prazo pela importância de um conto de réis. A maior parte dos primeiros colonos adquiriu meio lote cada um."

Ao abandonarem a Colônia São Feliciano, os colonos franceses inseriram-se no sistema de colonização privada que, a partir da Lei de Terras de 1850, foi desenvolvido no Rio Grande do Sul concomitantemente à colonização governamental. Chegaram em Pelotas quando o processo de colonização empresariado por negociantes e latifundiários locais havia se estabelecido há, pelo menos, 30 anos — o que representou o fim do isolamento absoluto como o experimentado na Colônia São Feliciano.

4 – TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS

4.1 – Cartas dos colonos ao Governo Provincial

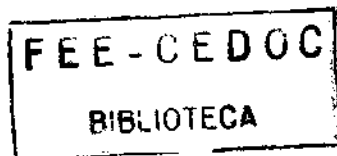
Aqui transcrevemos a correspondência que os moradores da Colônia São Feliciano enviaram às autoridades competentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1877, solicitando sementes de algodão. A essa carta seguem, primeiramente, o relato que um desses colonos fez de sua experiência com o cultivo do algodão na Argélia e, posteriormente, algumas considerações feitas a respeito da falta de resposta a essa demanda (Arq. Hist. RS, 1878, caixa 280). Os textos estão transcritos tais como foram escritos.

“Monsieur le Directeur

“Les colons de la colonie de Saint Felicien qui veulent en travaillant réparer le tord que leurs a faits éprouver la secheresse de l'année dernière qui a rendu nuls leurs travaux et voulant a forces de travail acquerir laisance désirent faire les cultures qui offre aux colons le plus d'avantages nous avons entendu parler a l'un de nous du coton qui la cultivé et en connait le produit qu'il dit être bien avantageux donc Monsieur le Directeur nous vous prions instamment d'avoir l'obliganté bonté de nous obtenir du gouvernement de la graine de coton et nous vous en, seront tous Monsieur le Directeur très reconnaissants.”

“Monsieur le Directeur

“Permettez mois de vous communiquer quelques observations sur les avantages de la culture du coton que je connais je l'ai cultivé en Algerie (Afrique) et quatre années, a Santa Cruz ou il viendrait bien sauf le froid que l'arrete trop vite a Saint Félicien. Climat et terre lui conviennent bien et je suis persuadé que si le Gouvernement nous favorise d'un envoie de graines de coton la colonie prosperspera car aucun produit ne donne de pareils résultats. Dans la Province de St. Paul que j'ai visité il est reconnu de fait qu'un colon seul peut en cultiver pour un conto de reis chaque année permet qu'a Saint Félicien chaque colon n'en passe que moitié ce serait déjà un beaux résultat puis les populations des environs de la colonie qui cultive en voyant le profit que donne le coton ne tarderait pas a le cultiver et si le Gouverne-



ment voulait favoriser cette culture elle s'étendrait même dans les autres colonies de la Province. Le climat de la colonies du Conde D'Eu, Dona Isabel Nova Palmira et autres, lui convient et en peu de temps ils s'établirait a Porto Alegre des fabriques de filages et tissages de coton qui non seulement fournirait aux besoins de la Province enverrait même au dehors et les énormes sommes d'argent qui sortent chaque années pour l'acquisition des tîsus de coton a la Province qui s'enrichirait encore de ceux que le commerce vendrait au dehors ce resultat s'obtiendrait facilement si le Gouvernement favorisait cette culture en donnant des primes par exemple tel somme a celui qui aurait la culture la mieux soigné moindre pour deuzieme et troizieme la graine de coton n'est pas cher puis de légeres sommes pour primes je crois le résultat certain si le Gouvernement adoptait ce projet je pourrai donner par écrit la manière de cultiver soigner et cueillir le coton que le Gouvernement ferait imprimer en la langue de chaque peuples qui habité les diverses colonies de la province et en ferait distribuer un exemplaire a chaque colons et pour récompense Monsieur le Directeur je ne demande que six kilo de graine de coton annuel s'il se pouvait du Georgie langues soie qui a une valeur triple du bisannuel qui se cultive en petit dans les environs et qui a trop prendre valeur pour l'énorme fret qu'il faut payer.

"Je vous prie Monsieur le Directeur d'agrèer ma demande je vous en serai très reconnaissant Je suis, avec le respect le plus profond, votre très humble serviteur.

Jean Marie Harels"

"Cette demande signées de quatorze colons et les détails qui la suivent ont été remies au Directeur au mois de Mai dernier qui ma dit plus tard avoir reçu accusé de reception de la part de son Excellence le President de la province qui l'avait communiqué a son Excellence le Ministre de l'Agriculture a Rio de Janeiro. Je me demande avec surprise pourquoi le Gouvernement qui fait tant e tant de sacrifices d'argent pourque les colons réussissent n'ait pas pris en considération cette demande lui qui a envoyé il y a quelques années, et cela sans quelle lui fut demandé de la graine de coton a Santa Cruz."

4.2 – Os fundadores da Colônia Santo Antônio

Neste item, apresentamos uma lista com o nome dos fundadores da Colônia Santo Antônio e a quantidade de terras que possuíam ao se instalarem

Bouvalet, Achiles e Louize (casal) - 36 hectares.

Betemps, Felix e Maria Francisca (casal) - quantidade ignorada.

Bichet, Francisco e Augusta Colomby (casal) - 20 hectares.

Bertolon, Felix e Alexandre (irmãos) - 36 hectares.

Capdeboscq, João e Maria Renard (casal) - 33 hectares.
 Carre, Luiz e Joana (casal) - 44 hectares.
 Crochemore, Alfonso e Rosaline Goutier (casal) - 35 hectares.
 Crochemore, Alfonso Félix Elizeu e Eliza Escalier (casal) - sem terras,
 trabalhavam com os pais.
 Colomby, Alexandre e Angélique (casal) - 22 hectares.
 Charnoud, Augusto e Fayni Bernard (casal) - 28 hectares.
 Escallier, Pedro e Maria Bernard (casal) - 40 hectares.
 Fouchy, Simeon e Antoniete (casal) - 22 hectares.
 Fouchy, Franquelin e Eugénia Ribes (casal) - 17 hectares.
 Gerard, Saturnen - 32 hectares.
 Gomme, Aristin e Maria da Silva (casal) - oito hectares.
 Harbes, José - 32 hectares.
 Jouglard, Celestino e Maria (casal) - 44 hectares.
 Jacob, Luiz e Philomene - 20 hectares.
 Longchamp, Julio Alberto e Angélique Fouchy (casal) - 20 hectares.
 Lahut, Emílio e Cezarine Bouvalet (casal) - 36 hectares.
 Lourant, Luiz e Catherine Steinle (casal) - 36 hectares.
 Magalon, Augusto e Maria Bernard (casal) - 22 hectares.
 Martin, Jean e Rosa Jouglard (casal) - 36 hectares.
 Martin, Marius e Rosa Margarida Chollet (casal) - 36 hectares.
 Ney, Victor e Alexandrina Colomby (casal) - 40 hectares.
 Pastorello, Domingos e Margarida Lauteri (casal) - 18 hectares.
 Pastorello, Augusto - não era proprietário, trabalhava com o pai, Do-
 mingos Pastorello.
 Ribes, Augusto e Eugénia Rebour (casal) - 20 hectares.
 Ribes, Gustavo e Marcelina Fouchy (casal) - 22 hectares.
 Ribes, Luiz e Maria Jouglard (casal) - 20 hectares.
 Ribes, Adolfo e Maria Simões (casal) - 20 hectares.
 Ribes, Alcides e Maria Lauge (casal) - 20 hectares.
 Raffy, João e Generosa da Silva (casal) - 30 hectares.
 Steinle, José - não era proprietário, trabalhava com o cunhado, Luiz Louran.
 Tourin, Izidoro - seis hectares.
 Warhst, Oscar - 30 hectares.

Geralmente, os prenomes e, muito freqüentemente, os nomes das fa-
 mílias perderam a ortografia francesa. Aqui eles foram transcritos de
 acordo como são empregados na região.

4.3 – Petição solicitando cedência de terras

A seguir reproduzimos a petição da Empresa Rheingantz (fundadora da
 Colônia São Lourenço no Município de Pelotas) endereçada à Câmara Muni-

cipal de Pelotas solicitando a cedência de terras devolutas na Serra de Tapes, no ano de 1880 (Museu Bibl. Públ. Pelotas,).

O texto foi copiado na íntegra, observando-se sua redação e ortografia.

“Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Sñr.

“Informe a Camara Municipal de Pelotas. Palacio do Governo em Porto Alegre, 17 de Novembro de 1880.

“A Empreza Rheingantz, fundadora da Colonia S. Lourenço no Municipio de Pelotas, sciente dos desejos manifestados por V. Ex^a. em seu avizo a Camara Municipal de Pelotas, de ver colonisadas outras terras existentes, e ainda desoccupadas, no mesmo municipio, ouza neste assumpto dirigir por seu encarregado abaixo assignado a V. Ex^a. propondo-se levar a effeito este desiteratum.

“Farão infructiferos os esforços da Municipalidade de Pelotas neste sentido e uma ideias sobre este assumpto emittidas pelo abaixo assignado na imprensa Pelotense (junto 1 exemplar) tão pouco tiverão resultado. Parece pois que a ideia levantada por V. Ex^a, não so ter os desejaveis salutareos effeitos; uma pequena subscrição feita para comprar uma data de terras e offerece-la à Provincia nada aproveitou e antes a somma fosse applicada para melhoramentos das estradas para a Serra, revertendo assim em favor da respectiva colonisação em geral.

“Depois do appello feito na imprensa nada resta a esta empreza propôr por este lado entende porém o abaixo assignado não deixar de dirigir-se à V. Ex^a. e apontar um outro meio de colonisar todas as terras da Serra disponíveis no Municipio de Pelotas.

“Consta que o Sñr. Visconde da Graça se declara prompto a entregar suas terras ou parte d’ellas à Municipalidade ou à Provincia ao preço de 1 real o mêtro quadrado, a quatro annos de prazo, mas que esta proposta depende da condição de annuirem os outros possuidores a cederem suas terras em iguaes condições.

“A empreza que o abaixo assignado representa se proporia ao seguinte:

“Tomar à si todas as terras proprias para colonisação que houvesse disponiveis na Serra do Municipio de Pelotas ao preço que o Sñr Visconde da Graça exige e com o prazo que elle determina e as colonisaria por sua conta.

“Se houver pois realmente desejo da parte da cidade de Pelotas de ver suas terras em brêve colonisadas, não parece difficil verificar-se a ideia de V. Ex^a, logo que esta empreza queira tomar as terras nas condições em que o Sñr. Visconde as offereceu. Ninguem mais habilitado para as colonisar, que esta empreza, a propria Provincia se o quizesse effectuar – talvez viesse encontrar difficuldades, porisso parece que nada pode haver mais natural e convencional que um accordo definitivo sobre as bases apontadas.

“Julga o abaixo-assinado que não seria difícil conseguir que os outros proprietários seguissem o exemplo do Sñr. Visconde da Graça e que assim se realizaria serem todas essas terras entroncadas na colonia de São Lourenço.

“Logo que as terras disponíveis da Serra pertença a esta empresa, esta se colonizará com muito maior brevidade que qualquer nova empresa, que não possui a pratica e os elementos que se achão à disposição desta devido aos resultados apresentados e à reputação de que goza ha muitos annos.

“Levando essas considerações ao conhecimento de V. Ex^a, espero, de alguma forma satisfazer as ideias de V. Ex^a, relativamente do desenvolvimento da colonização do Sul da Provincia e apresento à V. Ex^a, os protestos de sua mais alta consideração.

III^{mo}. e Ex^{mo}. Sñr. Dr.
Henrique d'Ataliba, M. D.
Presidente da Provincia

“8 de Novembro de 1880

Carlos G. Rheingantz”

4.4 – Colônias existentes em Pelotas, em 1900

Tabela 4.1

COLONIAS MUNICIPAES – ANNO 1900

Nº DE ORDEM	DISTRICTOS	COLONIAS	Area ocupada em m ²		Nº DE LOTES	Nº DE FAMILIAS	Nº DE PESSOAS	DISTÂNCIA KILOMETRICA DE CADA COLONIA
			COLONIAS	LOTES EM MEDIA				
1	29 e 59	Santa Eulalia	22 735 000	250 000	91	78	340	40
2	“	Santo Bento	10 216 439	255 000	40	2	10	25
3	“	Sta. Izabel	6 601 950	237 000	29	1	6	18
4	39	Arroio Grande	7 500 000	250 000	30	30	200	72
5	“	S. Domingos	2 700 000	250 000	11	5	26	66
6	“	S. João	10 893 000	242 000	46	22	154	35
7	“	Sta. Clara	10 646 000	484 000	22	16	120	35
8	“	Sta. Silvana	16 800 000	480 000	36	32	210	30
9	“	Arroio do Padre	16 280 000	220 000	74	67	386	53
10	“	S. Pedro	6 386 000	206 000	31	16	104	30
11	“	Ramos	7 200 000	240 000	30	30	176	30
12	“	Lopes	5 760 000	240 000	24	20	110	20
13	“	Retiro	16 622 730	250 000	42	28	185	25
14	39 e 59	Sta. Colleta	9 000 000	300 000	30	24	200	50
15	“	Cerrito	21 000 000	350 000	60	47	370	35
16	“	Progresso	15 000 000	300 000	50	34	166	55
17	“	Continuação	3 300 000	300 000	11	10	55	60
18	49	Accioli	9 030 470	270 000	33	34	111	53

(continua)

Tabela 4.1

COLONIAS MUNICIPAES - ANNO 1900

Nº DE ORDEM	DISTRICOTOS	COLONIAS	Área ocupada em m ²		Nº DE LOTES	Nº DE FAMILIAS	Nº DE PESSOAS	DISTÂNCIA KILOMÉTRICA DE CADA COLONIA
			COLONIAS	LOTES EM MEDIA				
19	"	Affonso Penna	8 091 097	290 000	27	22	140	50
20	"	Sta. Bernardina	6 220 975	207 000	30	25	165	53
21	"	S. Domingos	30 835 075	250 000	137	94	560	52
22	"	S. Luiz	7 880 000	240 000	32	30	340	54
23	"	Catita	6 907 750	218 000	32	20	276	54
24	"	Marina	5 333 530	205 000	26	26	160	50
25	"	D. Marcolina	944 485	200 000	5	5	32	48
26	"	Sto. Amor	2 334 050	233 400	10	7	40	40
27	"	Morro Redondo	1 488 364	247 725	6	5	30	48
28	"	Sta. Rita	2 518 650	218 200	12	10	54	33
29	"	Visconde da Graça	3 126 325	208 400	15	4	25	33
30	5º	Maciol	18 564 848	285 000	65	55	343	55
31	"	Municipal	24 972 472	304 540	82	50	326	50
32	"	Sto. Antonio	29 750 000	350 000	85	85	467	42
33	"	S. Simão	7 000 000	350 000	20	10	92	50
34	"	Arroio Bonito	2 800 000	350 000	8	7	40	56
35	"	Bismark	8 021 000	243 000	33	8	60	60
36	"	Alliança	21 640 000	480 000	68	47	340	55
37	"	S. Manoel	30 900 000	230 000	133,5	43	236	50
38	"	Sta. Aurea	10 875 000	200 000	53	11	64	50
39	"	Sta. Helena	9 673 203	400 000	24	22	161	50
40	"	S. Zacharias	1 858 096	265 000	7	14	66	46
41	"	Domingos Fragata	2 080 000	260 000	8	6	34	50
42	"	Manoel Dias	4 200 000	300 000	14	7	28	33
43	"	Sta. Maria	5 062 000	242 000	21	23	140	36
44	"	Triumpho	9 494 452	170 000	56	50	245	55
45	"	Ritter	18 570 000	240 000	69	4	22	54

Nº DE ORDEM	DISTRICOTOS	COLONIAS	DATA DA FUNDAÇÃO	NOME DOS FUNDADORES	OBSERVAÇÕES
1	2º e 5º	Santa Eulalia	1889	Heliodoro de Azevedo e Souza	A 5ª parte da área da colonia Sta. Eulalia foi adicionada às colonias do 3º Districto.
2	"	Santo Bento	1899	José Bento de Campos	
3	"	Sta. Izabel	1893	Benjamin Leitão	
4	3º	Arroio Grande	1881	Jacob Rheingantz	As áreas das colonias Sta. Colleta, Cerrito, Progresso e Continuação foram repartidas, em partes iguais, pelos territorios do 3º e 5º districtos.
5	"	S. Domingos	1875	Herdeiros de Domingos de C. Antiquei	
6	"	S. João		João Baptista Scholl	
7	"	Sta. Clara	1869	Joaquim de Sá Araujo	
8	"	Sta. Silvana	1869	Custódio Gonçalves Belchior	
9	"	Arroio do Padre	1868	Augusto Gerber e Guilherm Baner	A excepção de tres, as demais colonias são devidas á iniciativa particular.
10	"	S. Pedro		Pedro Nunes Baptista	
11	"	Ramos		Antonio Ferreira Ramos	
12	"	Lopes	1866	Manoel da Fontoura Lopes	Agora mesmo o sr. dr. João Py Crespo está organisando colonias em seus campos do Contagem.
13	"	Retiro	1883	Manoel da Fontoura Lopes	
14	3º e 5º	Sta. Colleta		Antonio Francisco Ribeiro	Os colonos são proprietarios das terras que occupam.
15	"	Cerrito	1868	Jacob Rheingantz	
16	"	Progresso	1891	Jacob Rheingantz	
17	"	Continuação	1881	Gottiel Neruberg	
18	4º	Accioli	1885	Governo Imperial	
19	"	Affonso Penna	1885	Governo Imperial	
20	"	Sta. Bernardina		Dr. Piratiningo e Frederico Nachtigall	
21	"	S. Domingos		Dr. Epeminondas Piratiningo de Almeida	
22	"	S. Luiz	1885	Luiz Juvencio da Silva Leivas	
23	"	Catita	1891	Luiz Juvencio da Silva Leivas	
24	"	Marina	1885	Luiz Juvencio da Silva Leivas	
25	"	D. Marcolina		Luiz Juvencio da Silva Leivas	
26	"	Sto. Amor	1885	Dr. Vicente Cypriano da Maia	
27	"	Morro Redondo	1885	Dr. Vicente Cypriano da Maia	
28	"	Sta. Rita		Carlos Ritter & Irmão	
29	"	Visconde da Graça		Carlos Ritter & Irmão	
30	5º	Maciol	1885	Governo Imperial	
31	"	Municipal	1882	Municipalidade	
32	"	Sto. Antonio	1881	João Antonio Pinheiro	

(continua)

Tabela 4.1

COLONIAS MUNICIPAES - ANNO 1900

Nº DE ORDEM	DISTRICTOS	COLONIAS	DATA DA FUNDAÇÃO	NOME DOS FUNDADORES	OBSERVAÇÕES
33	"	S. Simão	1883	Simão da Rocha	
34	"	Arroio Bonito	1869	Jacob Rheingantz	
35	"	Bismark	1868	Guilherme Bauer	
36	"	Aliança	1881	Augusto Hardt	
37	"	S. Manoel	1891	Pedro Antonio Toledo	
38	"	Sta. Aurea	1893	Manoel Baptista Teixeira	
39	"	Sta. Helena	1882	Sigmar von Schlegel	
40	"	S. Zacharias	1885	Zacharias Dalgado	
41	"	Domingos Fragata	1885	Domingos Francisco dos Anjos	
42	"	Manoel Dias	1892	Domingos Jacintho Dias	
43	"	Sta. Maria	1893	João Schiid	
44	"	Triumpho		João Baptista Scholl	
45	"	Ritter		Carlos Ritter & Irmão	

DISTRICTOS	Nº DE COLONIAS	ÁREA TOTAL DAS COLONIAS	Nº DE LOTES	ÁREA MEDIA DE CADA COLONIA
2º	3	36 006 293	442	246 523,19
3º	12	124 887 730	421,5	296 293,54
4º	12	84 661 671	365	231 950
5º	18	235 958 586	839	281 237,89
Total	45	480 514 280	1 767,5	271 860,97

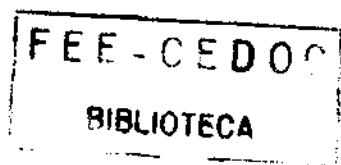
FONTE: RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo Intendente Dr. Pedro Luiz Osório, Pelotas.

Tabela 4.2

Colonias municipais - Anno 1900

N. de ordem	Districtos	COLONIAS	N. de lotes	N. de famílias	N. de pessoas	OBSERVAÇÕES
1	5º	Julio de Castilhos	7	44	Além das colonias arroladas no anexo n. 21 e das que constam neste, pequenos grupos existiam e de que não fôra possível conseguir dados.
2	3º	Santa Thereza	
3	4º	Santa Hercília	
4	"	S. Pedro	
5	5º	Santa Juliana	13	13	90	
6	"	Caixão	8	3	10	
7	"	S. Francisco	19	18	110	
8	"	Luiz Nalle	23	6	20	
9	"	Florenço	42	10	28	
10	"	Wilhelmshöhe	18	9	46	
11	"	Santa Francisca	17	12	50	
12	"	Alberto	7	2	5	
13	"	João Lemos	10	3	9	
14	"	Algodão	6	2	7	
15	"	Chaves	20	1	
16	"	Oliveira	31	27	210	

FONTE: RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo Intendente Dr. Pedro Luiz Osório, Pelotas.



4.5 – Petição de isenção de impostos

Neste item transcrevemos a petição de isenção de impostos para uma fábrica artesanal de conservas de carnes, legumes e doces enviada ao Conselho Municipal de Pelotas no início do século pelo Sr. Antonio Leivas Leite (Museu Bibl. Públ. Pelotas. Conselho Municipal).

O texto foi copiado na íntegra, observando-se sua redação e ortografia.

“Ilm^o Sñr. Presidente e demais Membros do Conselho Municipal de Pelotas.

“O abaixo assignado, tendo montado uma fabrica de conservas de carnes, legumes e doces, e, lutando com as difficuldades inherentes ao início de uma indústria ainda pouco conhecida no Paiz e já sujeita ao gravame de pezados impostos, quer federais, quer estadoais, fazendo com que a iniciativa particular fracasse ou por longos annos marche em uma esterilidade desaminadora; e para não enveredar pelo caminho lugubre que tem percorrido tantas fabricas que, com outros recursos tiveram de entregar-se a uma morte certa, tomada a liberdade de dirigir ao illustrado e orientado Conselho Municipal, esperando que elle não desacorçoara seus esforços, auxiliando-o a conseguir a victoria nesta luta que leva com uma industria de futuro não remota e que bem desenvolvida trará grandes benefícios aos estabelecimentos ruraes que circundam o Municipio. As chacaras que até então tem sido pezada carga para seus proprietários, deixarão de oneral-os para dar compensação na fácil venda e aproveitamento de seus productos.

“Sem fabricas que manufacturem e preparem é tão baixo o seu valor que a produção agrícola não encontra equivalente para o trabalho desenvolvido. Os benefícios que esta industria espalha são tantos que, a propria França que é um dos paizes que mais sobrecarrega o povo de impostos, concede largas vantagens aos fabricantes de conservas, isentando-os de impostos de sal e matança.”